Judiciário
CNJ afasta a juíza Gabriela Hardt e outros três magistrados que atuaram em casos ligados à Lava-Jato A10

Controle das redes
Em manifestação ao STF, advogados do X (antigo Twitter), de Elon Musk, afirmam que empresa vai acatar ordens judiciais A10

Web Summit Rio
Regulação da IA é um dos temas do evento. 'Vários países terão eleições e há uma janela de desproteção', diz Carine Roos B4

Terça-feira, 16 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5981 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Com esgotamento de estratégia de ajuste fiscal pela receita, governo reduz meta de 2025 para zero

Contas públicas Anúncio mostra opção por trajetória mais frouxa de consolidação e falta de esforço para cortar gastos

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Raphael Di Cunto, Gabriela Pereira, Marta Watanabe e Sérgio Tauhata
De Brasília e São Paulo

O governo Lula anunciou ontem um afrouxamento na trajetória de ajuste das contas públicas nos próximos anos, no quarto mês de vigência do novo arcabouço fiscal. Enviado ontem ao Congresso, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 reduz a meta de resultado primário (exclui gastos com juros) do ano que vem de um superávit de 0,5% do PIB para zero. Dessa forma, o governo pode fechar o próximo ano novamente com déficit — o rombo pode chegar a até R$ 31 bilhões, já que o arcabouço fiscal permite uma tolerância de 0,25% do PIB, para cima ou para baixo. Já as metas de 2026, 2027 e 2028 apontam superávits crescentes, de 0,25%, 0,5% e 1% do PIB. Antes da revisão, o governo pretendia atingir superávit de 1% do PIB já em 2026. A meta de 2024, de déficit zero, não deve ser alcançada.

No começo da tarde, antes da divulgação oficial, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou a informação de redução da meta, reforçando a reação negativa dos mercados — o dólar fechou a R$ 5,1847, em alta de 1,24%. Em entrevista à GloboNews, Haddad disse que continua a trabalhar com o Congresso "na recomposição de fontes" de arrecadação. Ao comentar as revisões, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que, se o governo mantivesse a meta, isso poderia exigir medidas como a criação ou a majoração de tributos, o que poderia prejudicar a economia, com efeito inverso ao pretendido.

O anúncio mostrou que a estratégia de ajuste fiscal pelo lado das receitas chegou ao limite, forçando o governo a adiar em um ano o objetivo de colocar o saldo primário no azul. Segundo especialistas, a revisão é prematura, afeta a credibilidade do novo regime, dá indícios de que o governo "jogou a toalha" na busca de novas receitas e revela que não há planos pelo lado dos gastos. Em evento em Nova York, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o trabalho da instituição fica mais difícil se houver percepção de que não há âncora fiscal. **Páginas A8 e C2**

Mercados domésticos reagem mal a eventos no Brasil e no exterior

De São Paulo

A tempestade perfeita que se formou nos mercados locais nos últimos dias ficou ainda mais forte ontem. A questão fiscal voltou ao centro das preocupações, com a alteração das metas do resultado primário para 2025 e de 2026. Somaram-se a isso o agravamento das tensões no Oriente Médio e o resultado das vendas do varejo nos EUA em março, que subiram 0,7%, muito acima das previsões do mercado, corroborando a expectativa de que o Fed ainda vai demorar a iniciar o ciclo de corte dos juros.

A consequência foi um estresse nos ativos locais. A taxa do DI para janeiro de 2027 passou de 10,535% para 10,805%, enquanto a de janeiro de 2031 passou de 11,35% para 11,61%. O dólar encerrou em alta de 1,24%, negociado a R$ 5,1847, maior nível de fechamento desde 27 de março de 2023. O Ibovespa recuou 0,49%. **Páginas C1 e C2**

Retomar investimentos e agenda da produtividade são grandes desafios

De São Paulo

Convencer o setor privado a retomar com força os investimentos e focar numa agenda para a produtividade são fundamentais para o Brasil alcançar um ritmo de crescimento mais forte e sustentável. O país tem conseguido surpresas positivas na atividade econômica, com números favoráveis na inflação e nas contas externas, mas esses desafios estruturais precisam ser enfrentados com urgência, segundo a visão predominante nos debates do evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor**, no hotel Rosewood, em São Paulo. "Se tivermos condições de reduzir o custo de financiamento, abre-se espaço para o setor privado", disse a economista-chefe do Banco Santander e ex-secretária-executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi, destacando a importância de que haja incentivos corretos para a iniciativa privada. **Rumos 2024**

Sob pressão, Israel ainda avalia como dará sua resposta ao ataque do Irã

De São Paulo e do Rio

Israel está decidido a punir o Irã pelo ataque de drones e mísseis a seu território. Ontem, o gabinete de guerra voltou a se reunir para traçar a estratégia da retaliação, mas enfrenta um desafio: lançar uma ofensiva preservando a cooperação regional e internacional que ajudou o país a se defender do ataque, e sem prejudicar os objetivos da guerra contra o Hamas. "O lançamento de mísseis e drones contra o território israelense não pode ficar sem resposta", disse o chefe das forças de Israel, Herzi Halevi.

Israel faz cálculos políticos, uma vez que já luta em três frentes — na Faixa de Gaza contra o Hamas, e na fronteira norte, contra o Hezbollah, enquanto tenta reprimir a agitação na Cisjordânia. Agora, está sob pressão de aliados e da comunidade internacional para que modere a reação também em relação ao Irã. O governo do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, busca equilibrar a necessidade de projetar força com o desejo de manter unida a parceria contra o Irã — que inclui Arábia Saudita e Jordânia. "Com os nossos parceiros, derrotamos esse ataque", disse Joe Biden, presidente dos EUA, que pregou o cessar-fogo em Gaza. O conflito já deixou mais de 34 mil mortos no enclave palestino.

Com a escalada do conflito, aumentou a preocupação com a defasagem nos preços dos combustíveis vendidos pela Petrobras em relação ao mercado internacional. O barril do petróleo tipo Brent tem sido negociado, com volatilidade, em torno dos US$ 90. **Páginas A4, A7 e A11**

GABRIEL REIS/VALOR

Le Grazie: "No cenário de hoje, seria razoável o Copom diminuir o passo na queda dos juros"

'BC deve estar dividido sobre a redução do juro'

Alex Ribeiro
De São Paulo

O ex-diretor de política monetária do Banco Central Reinaldo Le Grazie considera que o Copom deve estar dividido sobre cumprir o corte de 0,5 ponto percentual em maio ou reduzir o ritmo para 0,25 ponto. Sócio da Panamby Capital, ele afirma que a curva de juros futuros indica queda de apenas 0,65 ponto percentual nos juros neste ano, após piora do cenário externo e local. Um corte de 0,5 ponto em maio significaria interromper o ciclo em junho. "Se a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] pega o mercado mais calmo, o impacto poderia ser mais comedido. Num dia como hoje, as coisa se acumulam." **Página C3**

Destaque

PPP de rodovias do litoral paulista
O leilão da parceria público-privada (PPP) do Lote Litoral Paulista, que engloba 213,5 km de rodovias, será realizado hoje na B3. O edital prevê que, durante os 30 anos de concessão, deverão ser realizados investimentos de R$ 4,3 bilhões. A expectativa é de que ao menos três grupos participem do certame. A Ecorodovias, que já opera o sistema Anchieta-Imigrantes, é vista como a principal concorrente. Os dois outros grupos que vinham estudando a PPP são as espanholas Acciona e OHLA. **B3**

Indicadores

Ibovespa	15/abr/24	-0,49 %	R$ 27,4 bi
Selic (meta)	15/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	15/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	15/abr/24		5,1740/5,1746
Dólar comercial (mercado)	15/abr/24		5,1841/5,1847
Dólar turismo (mercado)	15/abr/24		5,2134/5,3934
Euro comercial (BC)	15/abr/24		5,5067/5,5078
Euro comercial (mercado)	15/abr/24		5,5081/5,5087
Euro turismo (mercado)	15/abr/24		5,5701/5,7501

Legado

GABRIEL REIS/VALOR

Inventariante do pai, Abilio Diniz, a primogênita Ana Maria Diniz conta que o empresário vinha organizando sua herança desde 2018 — além dela, Abilio deixou outros cinco filhos e a esposa, Geyze. Em relação aos principais investimentos da família, nada muda, entre eles a participação no Carrefour, no Brasil e na França. Página B1

Coca-Cola vende o laticínio Verde Campo, de MG

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Coca-Cola fechou acordo para vender a fabricante de produtos lácteos Verde Campo, de Lavras (MG), para a multinacional suíça Emmi, dona do laticínio Porto Alegre, também de Minas Gerais. A Coca-Cola comprou a empresa em 2015. Com a transação, deixa o segmento no Brasil.

A Porto Alegre passará a deter 70% da empresa. Os 30% restantes ficarão com os fundadores da Verde Campo, os empresários Alessandro Rios e Álvaro Gazolla, que venderam o negócio para a Coca-Cola há 9 anos, e passam a ocupar assento no conselho de administração.

A Porto Alegre é o terceiro maior laticínio de Minas, com cinco fábricas e 1,9 mil funcionários. A receita no ano passado foi de R$ 1,7 bilhão. A Verde Campo tem 550 empregados e faturou R$ 423 milhões em 2023. O valor do negócio não foi divulgado. **Página B8**

Temas abordados

- Como intensificar a relação comercial Brasil-EUA
- O efeito dos juros americanos nos mercados mundiais
- Eleições americanas e a relação com o Brasil
- Estabilidade do ambiente de negócios no Brasil
- Como a energia verde pode atrair investimentos
- As oportunidades do agronegócio

Empresários, autoridades e especialistas se reúnem para discutir temas essenciais para ampliar as oportunidades entre os dois países.

Acompanhe notícias sobre o evento e a transmissão ao vivo em valor.com.br

Apresentação

Master

Patrocínio

Apoio

Companhias Aéreas Oficiais

Realização

Judiciário

CNJ afasta a juíza Gabriela Hardt e outros três magistrados que atuaram em casos ligados à Lava-Jato A10

Controle das redes

Em manifestação ao STF, advogados do X (antigo Twitter), de Elon Musk, afirmam que empresa vai acatar ordens judiciais A10

Web Summit Rio

Regulação da IA é um dos temas do evento. 'Vários países terão eleições e há uma janela de desproteção', diz Carine Roos B4

Terça-feira, 16 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5981 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Com esgotamento de estratégia de ajuste fiscal pela receita, governo reduz meta de 2025 para zero

Contas públicas Anúncio mostra opção por trajetória mais frouxa de consolidação e falta de esforço para cortar gastos

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Raphael Di Cunto, Gabriela Pereira, Marta Watanabe e Sérgio Tauhata
De Brasília e São Paulo

O governo Lula anunciou ontem um afrouxamento na trajetória de ajuste das contas públicas nos próximos anos, no quarto mês de vigência do novo arcabouço fiscal. Enviado ontem ao Congresso, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 reduz a meta de resultado primário (exclui gastos com juros) do ano que vem de um superávit de 0,5% do PIB para zero. Dessa forma, o governo pode fechar o próximo ano novamente com déficit — o rombo pode chegar a até R$ 31 bilhões, já que o arcabouço fiscal permite uma tolerância de 0,25% do PIB, para cima ou para baixo. Já as metas de 2026, 2027 e 2028 apontam superávits crescentes, de 0,25%, 0,5% e 1% do PIB. Antes da revisão, o governo pretendia atingir superávit de 1% do PIB já em 2026. A meta de 2024, de déficit zero, não deve ser alcançada.

No começo da tarde, antes da divulgação oficial, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou a informação de redução da meta, reforçando a reação negativa dos mercados — o dólar fechou a R$ 5,1847, em alta de 1,24%. Em entrevista à GloboNews, Haddad disse que continua a trabalhar com o Congresso "na recomposição de fontes" de arrecadação. Ao comentar as revisões, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que, se o governo mantivesse a meta, isso poderia exigir medidas como a criação ou a majoração de tributos, o que poderia prejudicar a economia, com efeito inverso ao pretendido.

O anúncio mostrou que a estratégia de ajuste fiscal pelo lado das receitas chegou ao limite, forçando o governo a adiar em um ano o objetivo de colocar o saldo primário no azul. Segundo especialistas, a revisão é prematura, afeta a credibilidade do novo regime, dá indícios de que o governo "jogou a toalha" na busca de novas receitas e revela que não há planos pelo lado dos gastos. Em evento em Nova York, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o trabalho da instituição fica mais difícil se houver percepção de que não há âncora fiscal. **Páginas A8 e C2**

Mercados domésticos reagem mal a eventos no Brasil e no exterior

De São Paulo

A tempestade perfeita que se formou nos mercados locais nos últimos dias ficou ainda mais forte ontem. A questão fiscal voltou ao centro das preocupações, com a alteração das metas do resultado primário para 2025 e de 2026. Somaram-se a isso o agravamento das tensões no Oriente Médio e o resultado das vendas do varejo nos EUA em março, que subiram 0,7%, muito acima das previsões do mercado, corroborando a expectativa de que o Fed ainda vai demorar a iniciar o ciclo de corte dos juros.

A consequência foi um estresse nos ativos locais. A taxa do DI para janeiro de 2027 passou de 10,535% para 10,805%, enquanto a de janeiro de 2031 passou de 11,35% para 11,61%. O dólar encerrou em alta de 1,24%, negociado a R$ 5,1847, maior nível de fechamento desde 27 de março de 2023. O Ibovespa recuou 0,49%. **Páginas C1 e C2**

Retomar investimentos e agenda da produtividade são grandes desafios

De São Paulo

Convencer o setor privado a retomar com força os investimentos e focar numa agenda para a produtividade são fundamentais para o Brasil alcançar um ritmo de crescimento mais forte e sustentável. O país tem conseguido surpresas positivas na atividade econômica, com números favoráveis na inflação e nas contas externas, mas esses desafios estruturais precisam ser enfrentados com urgência, segundo a visão predominante nos debates do evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor**, no hotel Rosewood, em São Paulo. "Se tivermos condições de reduzir o custo de financiamento, abre-se espaço para o setor privado", disse a economista-chefe do Banco Santander e ex-secretária-executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi, destacando a importância de que haja incentivos corretos para a iniciativa privada. **Rumos 2024**

Sob pressão, Israel ainda avalia como dará sua resposta ao ataque do Irã

De São Paulo e do Rio

Israel está decidido a punir o Irã pelo ataque de drones e mísseis a seu território. Ontem, o gabinete de guerra voltou a se reunir para traçar a estratégia da retaliação, mas enfrenta um desafio: lançar uma ofensiva preservando a cooperação regional e internacional que ajudou o país a se defender do ataque, e sem prejudicar os objetivos da guerra contra o Hamas. "O lançamento de mísseis e drones contra o território israelense não pode ficar sem resposta", disse o chefe das forças de Israel, Herzi Halevi.

Israel faz cálculos políticos, uma vez que já luta em três frentes — na Faixa de Gaza contra o Hamas, e na fronteira norte, contra o Hezbollah, enquanto tenta reprimir a agitação na Cisjordânia. Agora, está sob pressão de aliados e da comunidade internacional para que modere a reação também em relação ao Irã. O governo do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, busca equilibrar a necessidade de projetar força com o desejo de manter unida a parceria contra o Irã — que inclui Arábia Saudita e Jordânia. "Com os nossos parceiros, derrotamos esse ataque", disse Joe Biden, presidente dos EUA, que pregou o cessar-fogo em Gaza. O conflito já deixou mais de 34 mil mortos no enclave palestino.

Com a escalada do conflito, aumentou a preocupação com a defasagem nos preços dos combustíveis vendidos pela Petrobras em relação ao mercado internacional. O barril do petróleo tipo Brent tem sido negociado, com volatilidade, em torno dos U$ 90. **Páginas A4, A7 e A11**

GABRIEL REIS/VALOR

Le Grazie: "No cenário de hoje, seria razoável o Copom diminuir o passo na queda dos juros"

'BC deve estar dividido sobre a redução do juro'

Alex Ribeiro
De São Paulo

O ex-diretor de política monetária do Banco Central Reinaldo Le Grazie considera que o Copom deve estar dividido sobre cumprir o corte de 0,5 ponto percentual em maio ou reduzir o ritmo para 0,25 ponto. Sócio da Panamby Capital, ele afirma que a curva de juros futuros indica queda de apenas 0,65 ponto percentual nos juros neste ano, após piora do cenário externo e local. Um corte de 0,5 ponto em maio significaria interromper o ciclo em junho. "Se a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] pega o mercado mais calmo, o impacto poderia ser mais comedido. Num dia como hoje, as coisa se acumulam." **Página C3**

Destaque

PPP de rodovias do litoral paulista
O leilão da parceria público-privada (PPP) do Lote Litoral Paulista, que engloba 213,5 km de rodovias, será realizado hoje na B3. O edital prevê que, durante os 30 anos de concessão, deverão ser realizados investimentos de R$ 4,3 bilhões. A expectativa é de que ao menos três grupos participem do certame. A Ecorodovias, que já opera o sistema Anchieta-Imigrantes, é vista como a principal concorrente. Os dois outros grupos que vinham estudando a PPP são as espanholas Acciona e OHLA. **B3**

Indicadores

Ibovespa	15/abr/24	-0,49 %	R$ 27,4 bi
Selic (meta)	15/abr/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	15/abr/24		10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	15/abr/24		5,1740/5,1746
Dólar comercial (mercado)	15/abr/24		5,1841/5,1847
Dólar turismo (mercado)	15/abr/24		5,2134/5,3934
Euro comercial (BC)	15/abr/24		5,5067/5,5078
Euro comercial (mercado)	15/abr/24		5,5081/5,5087
Euro turismo (mercado)	15/abr/24		5,5701/5,7501

Legado

GABRIEL REIS/VALOR

Inventariante do pai, Abilio Diniz, a primogênita Ana Maria Diniz conta que o empresário vinha organizando sua herança desde 2018 — além dela, Abilio deixou outros cinco filhos e a esposa, Geyze. Em relação aos principais investimentos da família, nada muda, entre eles a participação no Carrefour, no Brasil e na França. Página B1

Coca-Cola vende o laticínio Verde Campo, de MG

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Coca-Cola fechou acordo para vender a fabricante de produtos lácteos Verde Campo, de Lavras (MG), para a multinacional suíça Emmi, dona do laticínio Porto Alegre, também de Minas Gerais. A Coca-Cola comprou a empresa em 2015. Com a transação, deixa o segmento no Brasil.

A Porto Alegre passará a deter 70% da empresa. Os 30% restantes ficarão com os fundadores da Verde Campo, os empresários Alessandro Rios e Álvaro Gazolla, que venderam o negócio para a Coca-Cola há 9 anos, e passam a ocupar assento no conselho de administração.

A Porto Alegre é o terceiro maior laticínio de Minas, com cinco fábricas e 1,9 mil funcionários. A receita no ano passado foi de R$ 1,7 bilhão. A Verde Campo tem 550 empregados e faturou R$ 423 milhões em 2023. O valor do negócio não foi divulgado. **Página B8**

Combustíveis Valor cobrado pela Petrobras por diesel e gasolina em refinarias acumula meses sem mudança

Conflito entre Israel e Irã alerta para preço defasado

Fábio Couto
Do Rio

A preocupação com a defasagem nos preços dos combustíveis vendidos pelas refinarias da Petrobras frente ao mercado internacional ganhou mais corpo com a escalada das tensões no Oriente Médio. Os preços do óleo diesel e da gasolina acumulam meses sem que a Petrobras tenha feito mudanças. O lançamento de drones e mísseis pelo Irã sobre Israel, no fim de semana, deixou em alerta especialistas que acompanham o mercado global de petróleo e gás.

O petróleo tem sido negociado com volatilidade, em torno dos US$ 90, desde o início do mês, quando Israel bombardeou a embaixada iraniana em Damasco, na Síria. Ao mesmo tempo, o dólar, que já vinha nos últimos dias em trajetória crescente, disparou ontem, impulsionado pela aversão a risco no Oriente Médio. O câmbio também refletiu a preocupação com a meta fiscal no Brasil. A moeda americana fechou o dia em alta de 1,24%, cotada a R$ 5,1847, no maior patamar de fechamento desde 27 de março de 2023, tendo encostado no patamar de R$ 5,21 na máxima do dia. Câmbio e preço do barril são as principais variáveis para o reajuste dos combustíveis.

A defasagem para o óleo diesel ante a paridade internacional varia entre 8,46% e 14,50%, a depender da estimativa feita por StoneX, Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), XP Investimentos e Warren Investimentos. Para a gasolina, o percentual frente ao mercado externo varia entre 9,60% e 28,60% *(ver gráfico ao lado)*.

Especialistas afirmam que a Petrobras tende a "segurar" os preços em eventos que façam com que as cotações do petróleo fiquem mais instáveis, evitando repassar a volatilidade para o mercado doméstico. A última vez que a Petrobras mexeu nos preços da gasolina foi em 21 de outubro, quando aplicou redução de 4,1% (R$ 0,12 por litro). São 178 dias com preços mantidos nas refinarias. O diesel está sem mudanças nos preços desde 27 de dezembro, quando a companhia reduziu os valores nas refinarias em 7,94%, totalizando 111 dias sem alterações.

Se a Petrobras mantiver os combustíveis sem reajuste por mais tempo — no atual cenário de escalada do petróleo —, corre risco de reduzir a rentabilidade, como já ocorreu no passado. Nos governos anteriores do PT, a empresa ficou longos períodos sem reajustar os preços da gasolina e do diesel, o que levou a prejuízos e a aumento da dívida. Anos foram necessários para recuperar as finanças.

Defasagem de preços em alta
Mercado monitora paridade à espera de reajustes

*Dados consideram abertura do mercado na segunda-feira (15). **N/D: Não disponíveis.

> "Fatores impediram extensão do conflito na região"
> *Bruno Cordeiro*

Procurada, a Petrobras não respondeu até a conclusão desta edição. Uma dúvida adicional é a capacidade de a empresa reajustar preços em meio ao debate sobre uma possível troca no comando da companhia, que dominou o noticiário nas últimas semanas.

Charles Laganá Putz, conselheiro de administração do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (Ibef-SP), disse que as pressões sobre a política de preços da Petrobras trazem desafios adicionais, pois a legislação estabelece que o uso da estatal pelo governo para interesses públicos e sociais contrários aos da empresa demanda ressarcimento à companhia: "Não parece que o governo pretenderia compensar a empresa, o que geraria demandas judiciais de seus acionistas", disse Putz.

Um dos possíveis efeitos de uma retenção mais prolongada de reajustes é o risco de desabastecimento de combustíveis em algumas regiões. O Brasil importa cerca de 25% do total de óleo diesel vendido no país. O **Valor** apurou que a importação de derivados, em fevereiro, foi abaixo da média dos últimos 12 meses, o que acenderia alerta para eventual risco de falta pontual de produto.

Apesar das tensões entre Irã e Israel, os preços do petróleo não subiram ontem. Chegaram a recuar em alguns momentos para abaixo de US$ 90. O barril do tipo Brent encerrou o dia cotado a US$ 90,10, queda de 0,38%.

Para Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, alguns fatores impediram uma extensão mais significativa dos conflitos na região, com reflexos para o mercado de petróleo. Um dos fatores, destacou, seriam as afirmações do Irã de que o ataque com drones e mísseis foi algo "isolado", como resposta ao bombardeio à embaixada na Síria. Do lado de Israel, o mercado entendeu que uma resposta até pode vir, mas não a curto prazo, sem poder de estender os conflitos.

"A gente vê uma pressão por parte dos Estados Unidos para que não haja um aumento mais significativo das tensões e em meio ao fato de que o Irã é um fornecedor global. Ele se posiciona como terceiro maior produtor global de petróleo", disse Cordeiro.

"No Brasil, apesar de ser produtor e exportador, os potenciais benefícios de preços altos do petróleo podem ser contrabalançados por desafios internos como inflação, câmbio demasiado valorizado e desestruturação da indústria", acrescentou Putz, do Ibef-SP. ***(Colaborou Arthur Cagliari, de São Paulo)***

Crise eleva pressão por reajuste e combustível pode puxar o IPCA

Rafael Rosas
Do Rio

O conflito entre Irã e Israel deve colocar mais pressão para um reajuste interno dos combustíveis no Brasil, mas os efeitos sobre os alimentos tendem a ser mais brandos. A afirmação é do economista André Braz, coordenador de índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), para quem a defasagem dos preços internos dos derivados frente às cotações internacionais já pesava para um reajuste mesmo antes do ataque do Irã ao território israelense.

Segundo ele, caso o reajuste aconteça de forma a compensar metade da defasagem atual na gasolina, por exemplo, o combustível ficaria 8% mais caro nas refinarias da Petrobras, o que significaria um impacto de 0,4 ponto percentual no IPCA. A gasolina pesa 4,9% no índice de inflação oficial.

"Isso se a defasagem não ampliar [devido ao conflito] e houver necessidade de um ajuste maior", pondera Braz.

Braz ressalta que atualmente há uma "defasagem grande" dos preços internos dos combustíveis frente às cotações internacionais e diz que é "provável" que aconteça um reajuste interno neste mês.

No caso do diesel, o impacto é menor, uma vez que o produto pesa apenas 0,3% no IPCA. Logo, uma alta de 5% — que equivaleria a metade da defasagem hoje existente, segundo Braz — causaria um impacto de alta de 0,02 ponto percentual no índice.

Mas Braz lembra que "o diesel engana", pois é responsável por abastecer máquinas no campo, tem impacto no transporte urbano e movimenta termelétricas no setor de energia, entre outros usos. "Gasolina é para consumo privado, das famílias. O diesel é para a cadeia produtiva, acaba tendo impacto maior, mas é difícil estimar porque tem algum impacto em todos os setores. Muita coisa pode ser impactada [indiretamente] pelo diesel", diz Braz.

Nos últimos 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,93% até abril, enquanto a gasolina soma alta de 4,3% e o diesel, baixa de 1,25%.

Em relação aos alimentos, Braz detalha que o impacto direto pode vir em função da escalada do conflito a ponto de haver algum comprometimento da cadeia de transporte de grãos. Mas o economista ressalta que se preocupa mais, em termos de pressão sobre os preços de alimentos, com os fenômenos climáticos El Niño e La Niña.

"O conflito pode apenas empurrar os preços um pouco mais", diz.

Ele afirma que os preços dos grandes grãos — soja, milho e trigo — estão "comportados", compensando um pouco os efeitos climáticos. "Soja, milho e trigo estão em queda quando comparados com 2023. Estão mais baratos que há um ano. Isso ajuda a compensar algumas pressões que a gente vê por aqui", explica.

Braz acrescenta que o que pressiona atualmente os alimentos no Brasil são os in natura, que sofrem com choque de oferta. "Mas é cíclico. Sabemos que os in natura 'devolvem' essas altas depois, quando a oferta aumenta", diz.

Sobre o conflito e o efeito nos alimentos, Braz afirma que o início dos ataques é sempre o período de maior volatilidade, causada pela incerteza sobre a dimensão que as agressões podem tomar. "Pode haver uma escalada de preços sem que haja uma necessidade real disso [no começo do conflito]. Mas essa escalada seria ditada pela incerteza", diz Braz.

Dentro do IPCA, o grupo alimentação e bebidas subiu 3,1% nos 12 meses até março.

LEO PINHEIRO/VALOR

André Braz explica que eventual alta de 8% no preço da gasolina pode ter impacto de 0,4 ponto percentual no IPCA

Inflação desacelera mais para os mais ricos entre fevereiro e março

Lucianne Carneiro
Do Rio

A inflação desacelerou em março, frente a fevereiro, para todas as faixas de renda no Brasil, com alívio maior para famílias mais ricas, mas são os mais pobres que têm inflação menor nos últimos 12 meses.

O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que a taxa caiu de 0,83% em fevereiro para 0,05% em março entre as famílias de renda alta, com renda domiciliar maior que R$ 21.059,92.

Na média, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou de 0,83% em fevereiro para 0,16% para março.

No segmento de renda muito baixa (renda domiciliar menor que R$ 2.105,99, a preços de janeiro de 2024), a taxa de inflação recuou de 0,78% para 0,22%, entre fevereiro e março.

O grupo, no entanto, é o que tem a menor pressão inflacionária quando se considera o resultado acumulado em 12 meses: 3,25%. Na faixa de renda alta, é de 4,77%, enquanto na média do IPCA é de 3,93%.

De maneira geral, o comportamento dos preços de alimentos e de combustíveis ajudam a explicar a desaceleração da inflação em março, segundo o Ipea. Mas o grupo de renda alta foi beneficiado por um fator específico: os gastos do grupo educação. Fevereiro é mês de reajustes de mensalidades escolares, por causa do início do ano letivo, e esse fator de pressão não se repete em março.

No caso das famílias de renda mais baixa, os preços de alimentos continuaram pressionando o custo de vida, apesar da desaceleração.

"Mesmo diante de um desempenho mais favorável, o grupo alimentação e bebidas se constituiu, novamente, no principal foco de pressão inflacionária para as classes de renda baixa e média", escreveu a técnica do Ipea Maria Andreia Parente Lameiras.

Houve deflações em cereais (-0,42%) e carnes (-0,94%), mas altas em tubérculos (0,42%), frutas (3,8%), aves e ovos (1,7%) e leites e derivados (0,74%).

Já o grupo transportes ajudou a segurar a inflação em março, com influências diferentes de acordo com a faixa de renda. A queda de preços de passagens aéreas (-9,14%) contribuiu para a menor pressão inflacionária da classe de renda alta, enquanto houve recuo de tarifas de trem (-0,19%) e do gás veicular (-0,20%), o que favoreceu os segmentos de renda baixa e média.

No resultado acumulado em 12 meses, todas as faixas de renda registraram desaceleração da inflação em março. "Embora em graus distintos entre as faixas, as maiores pressões inflacionárias nos últimos 12 meses residem nos grupos alimentação, habitação, transportes e saúde e cuidados pessoais", escreveu Lameiras.

Casos de febre oropouche são 3 vezes maior que em todo 2023

Saúde
Folhapress, de São Paulo

O Brasil registra um forte crescimento de casos de febre oropouche. Foram 3.354 confirmados neste ano, segundo informe semanal do Ministério da Saúde com dados até a última terça-feira (9). Na semana epidemiológica com dados até o dia 2 de abril, havia registro de 3.320 exames detectáveis.

O número mais recente também já é o quádruplo (307%) dos 832 casos registrados em todo o ano de 2023.

De acordo com o Ministério da Saúde, houve um aumento na detecção de casos da doença a partir de 2023 nos Estados da região amazônica. onde a febre é considerada endêmica, devido à descentralização do diagnóstico laboratorial de biologia molecular detectável para o vírus, com testagens disponíveis em locais que não estavam antes.

A febre é uma zoonose causada pelo vírus oropouche, detectado no Brasil na década de 1960. Desde então, casos isolados e surtos já foram relatados.

A doença é transmitida aos seres humanos principalmente pela picada do Culicoides paraensis conhecido como maruim ou mosquito-pólvora, inseto que tem um ciclo silvestre e um ciclo urbano.

Segundo Felipe Naveca, pesquisador da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), esse aumento se deve a um surto na região amazônica neste ano e também à melhora na testagem nacional.

"Tem que se considerar que neste ano começou a se testar nacionalmente. Vinhamos colocando essa necessidade desde 2016 e, no ano passado, o ministério entendeu que era importante, mandou insumos e capacitou laboratórios centrais do Estado, e isso mostra que o vírus pode estar mais disseminado que a gente imaginava."

Do total deste ano, 2.538 dos casos são em residentes dos Amazonas, seguidos por Rondônia (574), Acre (108), Pará (29) e Roraima (18).

Fora da região Norte, os Estados em que mais houve registros são Bahia (31), Mato Grosso (11), São Paulo (7) e Rio de Janeiro (6).

A quantidade de casos na Bahia notificadas pela pasta difere do número de casos registrado pela Sesab (Secretaria de Saúde do Estado Bahia). Segundo a secretaria estadual, há 50 registros espalhados por seis municípios.

O Ministério da Saúde afirma que as métricas são contabilizadas de forma diferente pela Sesab. A Sesab, por sua vez, informou que a métrica são os casos analisados e confirmados pelo Lacen (Laboratório Central de Saúde Pública) do Estado.

Apesar dos casos registrados fora da região amazônica, ainda não há a possibilidade de um surto fora da região, diz o pesquisador da Fiocruz Rivaldo Venâncio. Ao menos por enquanto.

"Como o vetor existe em todo o Brasil, a probabilidade, do ponto de vista teórico, que daqui a uns anos isso venha a ser um problema para várias localidades do país é razoável", afirma.

Os sintomas da dengue e da febre oropouche são similares. Os pacientes relatam febre, dor de cabeça, dor muscular e articular. Podem ter ainda tontura, náuseas e vômitos nos dois casos.

As diferenças podem começar a ser percebidas após os primeiros dias de contágio: o paciente que tiver evolução do quadro da dengue pode começar a sentir abdominal intensa e hemorragias internas, o que não é o caso da oropouche. "A febre pode gerar apenas pequenos sangramentos, nas gengivas, por exemplo, nada tão intenso como a dengue", diz Venâncio.

Combustíveis Valor cobrado pela Petrobras por diesel e gasolina em refinarias acumula meses sem mudança

Conflito entre Israel e Irã alerta para preço defasado

Fábio Couto
Do Rio

A preocupação com a defasagem nos preços dos combustíveis vendidos pelas refinarias da Petrobras frente ao mercado internacional ganhou mais corpo com a escalada das tensões no Oriente Médio. Os preços do óleo diesel e da gasolina acumulam meses sem que a Petrobras tenha feito mudanças. O lançamento de drones e mísseis pelo Irã sobre Israel, no fim de semana, deixou em alerta especialistas que acompanham o mercado global de petróleo e gás.

O petróleo tem sido negociado com volatilidade, em torno dos US$ 90, desde o início do mês, quando Israel bombardeou a embaixada iraniana em Damasco, na Síria. Ao mesmo tempo, o dólar, que já vinha nos últimos dias em trajetória crescente, disparou ontem, impulsionado pela aversão a risco no Oriente Médio. O câmbio também refletiu a preocupação com a meta fiscal no Brasil. A moeda americana fechou o dia em alta de 1,24%, cotada a R$ 5,1847, no maior patamar de fechamento desde 27 de março de 2023, tendo encostado no patamar de R$ 5,21 na máxima do dia. Câmbio e preço do barril são as principais variáveis para o reajuste dos combustíveis.

A defasagem para o óleo diesel ante a paridade internacional varia entre 8,46% e 14,50%, a depender da estimativa feita por StoneX, Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), XP Investimentos e Warren Investimentos. Para a gasolina, o percentual frente ao mercado externo varia entre 9,60% e 28,60% *(ver gráfico ao lado)*.

Especialistas afirmam que a Petrobras tende a "segurar" os preços em eventos que façam com que as cotações do petróleo fiquem mais instáveis, evitando repassar a volatilidade para o mercado doméstico. A última vez que a Petrobras mexeu nos preços da gasolina foi em 21 de outubro, quando aplicou redução de 4,1% (R$ 0,12 por litro). São 178 dias com preços mantidos nas refinarias. O diesel está sem mudanças nos preços desde 27 de dezembro, quando a companhia reduziu os valores nas refinarias em 7,94%, totalizando 111 dias sem alterações.

Se a Petrobras mantiver os combustíveis sem reajuste por mais tempo — no atual cenário de escalada do petróleo —, corre risco de reduzir a rentabilidade, como já ocorreu no passado. Nos governos anteriores do PT, a empresa ficou longos períodos sem reajustar os preços da gasolina e do diesel, o que levou a prejuízos e a aumento da dívida. Anos foram necessários para recuperar as finanças.

Procurada, a Petrobras não respondeu até a conclusão desta edição. Uma dúvida adicional é a capacidade de a empresa reajustar preços em meio ao debate sobre uma possível troca no comando da companhia, que dominou o noticiário nas últimas semanas.

Defasagem de preços em alta
Mercado monitora paridade à espera de reajustes

*Dados consideram abertura do mercado na segunda-feira (15). **N/D: Não disponíveis.

> "Fatores impediram extensão do conflito na região"
> *Bruno Cordeiro*

Charles Laganá Putz, conselheiro de administração do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (Ibef-SP), disse que as pressões sobre a política de preços da Petrobras trazem desafios adicionais, pois a legislação estabelece que o uso da estatal pelo governo para interesses públicos e sociais contrários aos da empresa demanda ressarcimento à companhia: "Não parece que o governo pretenderia compensar a empresa, o que geraria demandas judiciais de seus acionistas", disse Putz.

Um dos possíveis efeitos de uma retenção mais prolongada de reajustes é o risco de desabastecimento de combustíveis em algumas regiões. O Brasil importa cerca de 25% do total de óleo diesel vendido no país. O **Valor** apurou que a importação de derivados, em fevereiro, foi abaixo da média dos últimos 12 meses, o que acenderia alerta para eventual risco de falta pontual de produto.

Apesar das tensões entre Irã e Israel, os preços do petróleo não subiram ontem. Chegaram a recuar em alguns momentos para abaixo de US$ 90. O barril do tipo Brent encerrou o dia cotado a US$ 90,10, queda de 0,38%.

Para Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, alguns fatores impediram uma extensão mais significativa dos conflitos na região, com reflexos para o mercado de petróleo. Um dos fatores, destacou, seriam as afirmações do Irã de que o ataque com drones e mísseis foi algo "isolado", como resposta ao bombardeio à embaixada na Síria. Do lado de Israel, o mercado entendeu que uma resposta até pode vir, mas não a curto prazo, sem poder de estender os conflitos.

"A gente vê uma pressão por parte dos Estados Unidos para que não haja um aumento mais significativo das tensões e em meio ao fato de que o Irã é um fornecedor global. Ele se posiciona como terceiro maior produtor global de petróleo", disse Cordeiro.

"No Brasil, apesar de ser produtor e exportador, os potenciais benefícios de preços altos do petróleo podem ser contrabalançados por desafios internos como inflação, câmbio demasiado valorizado e desestruturação da indústria", acrescentou Putz, do Ibef-SP. ***(Colaborou Arthur Cagliari, de São Paulo)***

Crise eleva pressão por reajuste e combustível pode puxar o IPCA

Rafael Rosas
Do Rio

O conflito entre Irã e Israel deve colocar mais pressão para um reajuste interno dos combustíveis no Brasil, mas os efeitos sobre os alimentos tendem a ser mais brandos. A afirmação é do economista André Braz, coordenador de índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), para quem a defasagem dos preços internos dos derivados frente às cotações internacionais já pesava para um reajuste mesmo antes do ataque do Irã ao território israelense.

Segundo ele, caso o reajuste aconteça de forma a compensar metade da defasagem atual na gasolina, por exemplo, o combustível ficaria 8% mais caro nas refinarias da Petrobras, o que significaria um impacto de 0,4 ponto percentual no IPCA. A gasolina pesa 4,9% no índice de inflação oficial.

"Isso se a defasagem não ampliar [devido ao conflito] e houver necessidade de um ajuste maior", pondera Braz.

Braz ressalta que atualmente há uma "defasagem grande" dos preços internos dos combustíveis frente às cotações internacionais e diz que é "provável" que aconteça um reajuste interno neste mês.

No caso do diesel, o impacto é menor, uma vez que o produto pesa apenas 0,3% no IPCA. Logo, uma alta de 5% — que equivaleria a metade da defasagem hoje existente, segundo Braz — causaria um impacto de alta de 0,02 ponto percentual no índice.

Mas Braz lembra que "o diesel engana", pois é responsável por abastecer máquinas no campo, tem impacto no transporte urbano e movimenta termelétricas no setor de energia, entre outros usos. "Gasolina é para consumo privado, das famílias. O diesel é para a cadeia produtiva, acaba tendo impacto maior, mas é difícil estimar porque tem algum impacto em todos os setores. Muita coisa pode ser impactada [indiretamente] pelo diesel", diz Braz.

Nos últimos 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,93% até abril, enquanto a gasolina soma alta de 4,3% e o diesel, baixa de 1,25%.

Em relação aos alimentos, Braz detalha que o impacto direto pode vir em função da escalada do conflito a ponto de haver algum comprometimento da cadeia de transporte de grãos. Mas o economista ressalta que se preocupa mais, em termos de pressão sobre os preços de alimentos, com os fenômenos climáticos El Niño e La Niña.

"O conflito pode apenas empurrar os preços um pouco mais", diz.

Ele afirma que os preços dos grandes grãos — soja, milho e trigo — estão "comportados", compensando um pouco os efeitos climáticos. "Soja, milho e trigo estão em queda quando comparados com 2023. Estão mais baratos que há um ano. Isso ajuda a compensar algumas pressões que a gente vê por aqui", explica.

Braz acrescenta que o que pressiona atualmente os alimentos no Brasil são os in natura, que sofrem com choque de oferta. "Mas é cíclico. Sabemos que os in natura 'devolvem' essas altas depois, quando a oferta aumenta", diz.

Sobre o conflito e o efeito nos alimentos, Braz afirma que o início dos ataques é sempre o período de maior volatilidade, causada pela incerteza sobre a dimensão que as agressões podem tomar. "Pode haver uma escalada de preços sem que haja uma necessidade real disso [no começo do conflito]. Mas essa escalada seria ditada pela incerteza", diz Braz.

Dentro do IPCA, o grupo alimentação e bebidas subiu 3,1% nos 12 meses até março.

LEO PINHEIRO/VALOR

André Braz explica que eventual alta de 8% no preço da gasolina pode ter impacto de 0,4 ponto percentual no IPCA

Inflação desacelera mais para os mais ricos entre fevereiro e março

Lucianne Carneiro
Do Rio

A inflação desacelerou em março, frente a fevereiro, para todas as faixas de renda no Brasil, com alívio maior para famílias mais ricas, mas são os mais pobres que têm inflação menor nos últimos 12 meses.

O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que a taxa caiu de 0,83% em fevereiro para 0,05% em março entre as famílias de renda alta, com renda domiciliar maior que R$ 21.059,92.

Na média, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou de 0,83% em fevereiro para 0,16% para março.

No segmento de renda muito baixa (renda domiciliar menor que R$ 2.105,99, a preços de janeiro de 2024), a taxa de inflação recuou de 0,78% para 0,22%, entre fevereiro e março.

O grupo, no entanto, é o que tem a menor pressão inflacionária quando se considera o resultado acumulado em 12 meses: 3,25%. Na faixa de renda alta, é de 4,77%, enquanto na média do IPCA é de 3,93%.

De maneira geral, o comportamento dos preços de alimentos e de combustíveis ajudam a explicar a desaceleração da inflação em março, segundo o Ipea. Mas o grupo de renda alta foi beneficiado por um fator específico: os gastos do grupo educação. Fevereiro é mês de reajustes de mensalidades escolares, por causa do início do ano letivo, e esse fator de pressão não se repete em março.

No caso das famílias de renda mais baixa, os preços de alimentos continuaram pressionando o custo de vida, apesar da desaceleração.

"Mesmo diante de um desempenho mais favorável, o grupo alimentação e bebidas se constituiu, novamente, no principal foco de pressão inflacionária para as classes de renda baixa e média", escreveu a técnica do Ipea Maria Andreia Parente Lameiras.

Houve deflações em cereais (-0,42%) e carnes (-0,94%), mas altas em tubérculos (0,42%), frutas (3,8%), aves e ovos (1,7%) e leites e derivados (0,74%).

Já o grupo transportes ajudou a segurar a inflação em março, com influências diferentes de acordo com a faixa de renda. A queda de preços de passagens aéreas (-9,14%) contribuiu para a menor pressão inflacionária da classe de renda alta, enquanto houve recuo de tarifas de trem (-0,19%) e do gás veicular (-0,20%), o que favoreceu os segmentos de renda baixa e média.

No resultado acumulado em 12 meses, todas as faixas de renda registraram desaceleração da inflação em março. "Embora em graus distintos entre as faixas, as maiores pressões inflacionárias nos últimos 12 meses residem nos grupos alimentação, habitação, transportes e saúde e cuidados pessoais", escreveu Lameiras.

Casos de febre oropouche são 3 vezes maior que em todo 2023

Saúde
Folhapress, de São Paulo

O Brasil registra um forte crescimento de casos de febre oropouche. Foram 3.354 confirmados neste ano, segundo informe semanal do Ministério da Saúde com dados até a última terça-feira (9). Na semana epidemiológica com dados até 2 de abril, havia registro de 3.320 exames detectáveis.

O número mais recente também já é o quádruplo (307%) dos 832 casos registrados em todo o ano de 2023.

De acordo com o Ministério da Saúde, houve um aumento na detecção de casos da doença a partir de 2023 nos Estados da região amazônica. onde a febre é considerada endêmica, devido à descentralização do diagnóstico laboratorial de biologia molecular detectável para o vírus, com testagens disponíveis em locais que não estavam antes.

A febre é uma zoonose causada pelo vírus oropouche, detectado no Brasil na década de 1960. Desde então, casos isolados e surtos já foram relatados.

A doença é transmitida aos seres humanos principalmente pela picada do Culicoides paraensis conhecido como maruim ou mosquito-pólvora, inseto que tem um ciclo silvestre e um ciclo urbano.

Segundo Felipe Naveca, pesquisador da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), esse aumento se deve a um surto na região amazônica neste ano e também à melhora na testagem nacional.

"Tem que se considerar que neste ano começou a se testar nacionalmente. Vinhamos colocando essa necessidade desde 2016 e, no ano passado, o ministério entendeu que era importante, mandou insumos e capacitou laboratórios centrais do Estado, e isso mostra que o vírus pode estar mais disseminado que a gente imaginava."

Do total deste ano, 2.538 dos casos são em residentes dos Amazonas, seguidos por Rondônia (574), Acre (108), Pará (29) e Roraima (18).

Fora da região Norte, os Estados em que mais houve registros são Bahia (31), Mato Grosso (11), São Paulo (7) e Rio de Janeiro (6).

A quantidade de casos na Bahia notificadas pela pasta difere do número de casos registrado pela Sesab (Secretaria de Saúde do Estado Bahia). Segundo a secretaria estadual, há 50 registros espalhados por seis municípios.

O Ministério da Saúde afirma que as métricas são contabilizadas de forma diferente pela Sesab. A Sesab, por sua vez, informou que a métrica são os casos analisados e confirmados pelo Lacen (Laboratório Central de Saúde Pública) do Estado.

Apesar dos casos registrados fora da região amazônica, ainda não há a possibilidade de um surto fora da região, diz o pesquisador da Fiocruz Rivaldo Venâncio. Ao menos por enquanto.

"Como o vetor existe em todo o Brasil, a probabilidade, do ponto de vista teórico, que daqui a uns anos isso venha a ser um problema para várias localidades do país é razoável", afirma.

Os sintomas da dengue e da febre oropouche são similares. Os pacientes relatam febre, dor de cabeça, dor muscular e articular. Podem ter ainda tontura, náuseas e vômitos nos dois casos.

As diferenças podem começar a ser percebidas após os primeiros dias de contágio: o paciente que tiver evolução do quadro da dengue pode começar a sentir abdominal intensa e hemorragias internas, o que não é o caso da oropouche. "A febre pode gerar apenas pequenos sangramentos, nas gengivas, por exemplo, nada tão intenso como a dengue", diz Venâncio.

Energia Critérios de renovação dos contratos de concessão são esperados pelas empresas desde o fim de 2023

Decreto para distribuidoras deve sair em até 15 dias

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, assegurou nesta segunda-feira (15) que o decreto que estabelecerá critérios de renovação dos contratos de concessão das distribuidoras de energia será publicado no prazo máximo de 15 dias. A publicação é aguardada desde o fim do ano passado por cerca de 20 concessionárias do serviço de distribuição, controladas por sete grandes grupos do setor (Neoenergia, Enel, CPFL, Equatorial, Energisa, Light e EDP).

Silveira garantiu que a EDP Espírito Santo, a primeira da fila de renovação, não será prejudicada pela demora na edição do decreto. Ele justificou o atraso pelo tempo levado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para se posicionar, o que ocorreu somente no início deste ano.

O ministro comentou que, enquanto o decreto não sai, tem aproveitado as "boas ideias" do setor no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência do serviço de fornecimento de eletricidade com os novos contratos.

O governo tem defendido que as regras do setor serão modernizadas e se tornarão mais rigorosas, especialmente nas metas de qualidade relacionadas à duração e à frequência de interrupções no suprimento (DEC e FEC) nas áreas de cada concessão.

Silveira reiterou que os novos contratos vão exigir maior interlocução dos prestadores de serviço com os prefeitos e com a população atendida.

O ministro falou com jornalistas depois da abertura da primeira reunião presencial do Grupo de Trabalho (GT) de Transições Energéticas do G20, realizada nesta segunda-feira (15).

Outra publicação aguardada é a portaria conjunta, dos ministérios de Minas e Energia e Fazenda que vai regulamentar a antecipação de recursos previstos na privatização da Eletrobras com o objetivo de reduzir as contas de luz.

O mecanismo está previsto na Medida Provisória 1.212, publicada na semana passada, a MP das Renováveis. "Tenho falado muito com o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad, para acelerar esse processo", afirmou o ministro de Minas e Energia.

Silveira explicou que só depois de publicada a portaria é que será feita o processo de securitização, a captação no mercado para trocar os recebíveis da Eletrobras por recursos para quitar dois empréstimos contraídos pelo setor a juros mais elevados, um durante pandemia da covid-19 e outro na crise hídrica de 2021. Ele ressaltou que a melhor operação será aquela que oferecer o menor custo para o consumidor.

Na entrevista, Silveira voltou a defender a publicação da MP, criticada por especialistas. A iniciativa é classificada por ele como medida "assertiva" do governo.

O ministro rejeita a ideia de que foi reaberto o prazo para acessar subsídios. Para o titular da pasta de Minas e Energia, a decisão garantiu respeito a contratos e maior segurança jurídica.

Sobre a reunião das entidades do setor com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dia após a publicação da MP, Silveira explicou que o encontro serviu para fazer um amplo diagnóstico do mercado de energia e que a ideia é avançar com "serenidade e equilíbrio" para tomar as medidas estruturais que vão corrigir as distorções existentes.

Para ele, dada a complexidade do setor, as soluções buscadas pelo governo para corrigir os problemas são "muito difíceis".

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

"Tenho falado muito com o ministro Haddad para acelerar esse processo [MP das Renováveis]"
Alexandre Silveira

INSS pede à AGU que adote ações contra influenciadores

Agência O Globo, de Brasília

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) acionou a Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU), para que "tome as providências que julgar necessárias" em relação às publicações, feitas por influenciadores digitais, que divulgam uma empresa que oferece assessoria para retirada do salário-maternidade.

No fim de semana, postagens de influenciadores citando esta assessoria, que cobra pelo serviço, viralizaram nas redes sociais.

Por lei para qualquer trabalhadora que contribua ao INSS e que tenha se afastado do trabalho em função do parto, adoção ou guarda judicial para fins de adoção, o salário-maternidade garante a renda por quatro meses. E é simples pedir o benefício, sem a necessidade de pagar nenhum valor nem de contratar nenhuma assessoria.

No ano passado, o INSS alertou que a única forma legal e correta de entrar com o pedido do benefício é pelo aplicativo ou site do Meu INSS.

O órgão observa que canais não oficiais devem ser vistos com desconfiança porque podem representar "risco à segurança de dados do cidadão".

Além disso, o INSS recomenda que seguradas que, por algum motivo, necessitem de auxílio profissional devem buscar ajuda de um advogado ou advogada com o devido registro na Ordem dos Advogados do Brasil.

INÊS249

Relações externas Criticado por Israel por nota sobre ataque do Irã, chanceler vai às Nações Unidas dizer que conflito não deve tirar foco de crise humanitária

Brasil defenderá que Palestina se torne membro pleno da ONU

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

O chanceler Mauro Vieira: da Espanha, Bélgica, Portugal, Noruega e Luxemburgo para apoiar tese palestina

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

O chanceler brasileiro Mauro Vieira é aguardado nesta quinta, 18, na discussão aberta do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York, na qual deverá se pronunciar favoravelmente à demanda da Palestina para ser reconhecida como integrante pleno da ONU.

Este será o tema do encontro ampliado para além dos chanceleres dos 15 países integrantes do Conselho de Segurança. O Brasil deixou o colegiado em dezembro do ano passado, depois de ocupar a presidência ao longo do mês de outubro, quando houve o ataque do Hamas em Israel, que deflagrou o atual conflito.

No discurso, o chanceler deve deixar claro que os recentes desdobramentos do conflito entre Israel e Irã não devem tirar o foco da crise humanitária na Palestina. Até agora a única posição oficial do Brasil sobre o envio de drones e mísseis do Irã em direção a Israel foi a nota do sábado à noite na qual o governo afirma acompanhar "com grave preocupação" o desenrolar do conflito, apela a que as partes envolvidas "exerçam máxima contenção" e que a comunidade internacional se mobilize para "evitar uma escalada".

A nota foi criticada pelo embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, pela ausência de condenação aos ataques que, mesmo nos Estados Unidos, estão sendo considerados "coreografados", por terem sido avisados com três horas de antecedência, permitindo a interceptação de 99% dos drones e mísseis.

O ataque se deu 12 dias depois do bombardeio israelense sobre a Embaixada do Irã em Damasco, capital da Síria, que matou sete pessoas, entre elas dois comandantes da Guarda Revolucionária iraniana.

Depois da repercussão interna sobre as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparando os ataques de Israel contra Gaza ao Holocausto, a ordem é agir com mais cautela.

Em entrevista coletiva ao lado da chanceler argentina, Diana Mondino, na tarde desta segunda-feira, 15, Mauro Vieira foi cobrado sobre uma condenação ao ataque e acrescentou: "O Brasil condena sempre qualquer ato de violência e o Brasil conclama sempre o entendimento entre as partes" (*ver reportagem abaixo*).

A viagem desta terça-feira do presidente Lula à Colômbia desafiará esta postura, uma vez que o presidente daquele país, Gustavo Petro, tem tido posições muito contundentes no conflito. Já se alinhou à acusação de "genocídio", fez menção semelhante à de Lula sobre o Holocausto e suspendeu importações de armas israelenses depois que as Forças Armadas daquele país abriram fogo contra a população de Gaza que se aglomerava em busca de alimentos. O embaixador colombiano em Tel-Aviv, a exemplo do brasileiro, foi chamado para consultas e não voltou.

> Ministro tem falado com colegas de outros países a pedido da Autoridade Palestina

Mauro Vieira ainda não confirmou oficialmente a ida à ONU, mas desde que voltou da visita à Cisjordânia, há um mês, o chanceler tem falado com colegas, a pedido do presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, para ampliar o apoio à entrada efetiva da Palestina como membro permanente das Nações Unidas, passo importante para o reconhecimento de seu Estado. Durante aquela visita, o chanceler brasileiro testemunhou a militarização da Cisjordânia, onde há 700 pontos de revista de civis.

O apoio brasileiro à demanda palestina remete ao cumprimento dos acordos de Oslo, nos anos 1990, entre o governo de Israel e o então presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, mediados pelo então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton.

Esses acordos previam a retirada das Forças Armadas israelenses de Gaza e da Cisjordânia, bem como o direito ao autogoverno nas áreas governadas pela Autoridade Palestina. O acordo rendeu um Prêmio Nobel da Paz ao então primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, e a Yasser Arafat, em 1994.

Mauro Vieira, que despachou no sábado e no domingo, falou com os chanceleres de Espanha, Bélgica, Portugal, Noruega e Luxemburgo. Dois deles, Espanha e Noruega, além da Irlanda, já sinalizaram favoravelmente à demanda palestina. O ministro ainda recebeu nesta segunda a chanceler argentina, Diana Mondino.

A diplomacia palestina espera que o Brasil se empenhe em obter o apoio argentino à demanda sobre a participação plena na ONU. O tema é de difícil trânsito no país desde o ataque à Associação Mutual Israelita Argentina (Amia) que matou 85 pessoas. Ocorrido há 30 anos, permanece como o mais letal da história do país. Espera-se ainda que o Brasil ajude a levar o Uruguai a assumir a mesma posição.

A demanda palestina é de difícil aprovação pelo Conselho de Segurança. Em 2011 o colegiado se debruçou sobre o tema, mas não alcançou os nove votos necessários para prosseguir a recomendação à Assembleia Geral. A entrada da Palestina como membro pleno já teria 10 dos 15 votos, mas conta com a resistência de dois membros permanentes, Estados Unidos e Reino Unido. A França está para se juntar à Rússia e à China com uma resolução em separado em que apoia a entrada plena da Palestina na ONU. Além dos cinco permanentes, hoje o CS é composto por Argélia, Equador, Guiana, Japão, Malta, Moçambique, Coreia do Sul, Serra Leoa, Eslovênia e Suíça.

A aposta dos palestinos é no custo eleitoral para o presidente americano, Joe Biden, da recusa a esta demanda. Israel já desrespeitou a resolução do cessar-fogo na região e contou com o apoio da chanceler americana, Linda Thomas-Greenfield, que classificou a resolução de "não obrigatória". Depois de desrespeitar a resolução, Israel bateu à porta do Conselho de Segurança para pedir a reunião de emergência na tarde do domingo.

Apesar da pressão americana para que Israel se dê por vitorioso, com a derrubada da quase totalidade dos mísseis, a Casa Branca, segundo o "Wall Street Journal", tem a expectativa de uma retaliação, nos mesmos moldes, que permita a ambos os lados proclamar vitória sem escalar o conflito.

Após crítica, ministro diz que país sempre condena violência

Rafael Bitencourt e Gabriela Pereira
De Brasília

Após críticas à nota emitida pelo Itamaraty sobre os ataques de Irã contra Israel, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou nesta segunda-feira que "o Brasil condena sempre qualquer ato de violência". Segundo o ministro, o comunicado emitido pela pasta foi elaborado quando o governo ainda não tinha clara a "extensão ou o alcance" das medidas tomadas.

Na noite de sábado, algumas horas após as primeiras notícias sobre o lançamento de drones e mísseis por parte das forças iranianas, o Itamaraty publicou comunicado no qual expressou "grave preocupação" com a escalada da tensão no Oriente Médio, mas não condenou expressamente a ofensiva do Irã, que, por sua vez, alegou ter retaliado Israel por um bombardeio à embaixada iraniana em Damasco, na Síria, em 1º de abril.

"A nota foi feita à noite, às 11 horas da noite, quando todo o movimento começou. E nós manifestamos o temor de que o início da operação pudesse contaminar outros países. Mas isso foi feito à noite no momento que não tínhamos claro a extensão ou o alcance, das medidas tomadas e fizemos, como fazemos sempre, um apelo para contenção e entendimento entre as partes", afirmou Vieira a jornalistas, após se reunir em Brasília com a chanceler argentina, Diana Mondino.

A manifestação brasileira foi criticada por autoridades e entidades ligadas ao governo israelense. O embaixador de Israel, Daniel Zonshine, afirmou em entrevistas estar "desapontado" e cobrou uma condenação explícita por parte do governo brasileiro. Já o Instituto Brasil-Israel disse que o Itamaraty deu margem a dúvidas sobre o que ocorreu.

Além da diplomacia, o Brasil acompanha desdobramentos econômicos do conflito. O Ministério de Minas e Energia passou a monitorar os eventuais efeitos dos ataques sobre o mercado de combustíveis no Brasil. O ministro da pasta, Alexandre Silveira, avalia que possível escalada de conflito ainda está na "fase de ensaio" e "faltam elementos concretos" para chegar a conclusões.

Silveira, porém, admitiu que o país não estará imune às consequências dos ataques, que podem mexer de forma inesperada com o preço internacional do barril de petróleo.

"O Brasil, como todos os países do mundo, sofre com impactos quando há restrição de produção ou comercialização de petróleo", admitiu o ministro a jornalistas, depois de fazer a abertura da primeira reunião presencial do Grupo de Trabalho (GT) de Transições Energética do G20.

Segundo ele, o ministério mantém uma equipe técnica mobilizada para fazer o "monitoramento permanente" das oscilações do preço internacional do barril de petróleo. Nessa segunda-feira, o contrato futuro do Brent, referência internacional, fechou em leve queda de 0,38%, a US$ 90,10 por barril.

"Isso permite estar atento e agindo de pronto, com os mecanismos que nós temos, com respeito à governança do setor privado, e também da própria Petrobras, que é uma empresa de economia mista com investidores internacionais", afirmou o ministro em entrevista. Ele assegurou que, com isso, o governo terá condições de reagir diante de qualquer situação de emergência no setor.

Para Silveira, a política de preços da Petrobras, adotada em maio do ano passado, em substituição aos parâmetros de paridade de importação, tende a ajudar a proteger o mercado interno.

"Todos são conhecedores da mudança da política de preços no Brasil no ano passado, que passou a ter preços mais competitivos a fim de impulsionar e criar um ciclo virtuoso da economia nacional. Isso tem sido muito salutar para que a gente consiga ter os indicadores que temos hoje", disse o ministro, ao citar o controle da inflação, manutenção do dólar estável e queda de juros básico da economia, ajudadas pela dinâmica de definição de preços pela Petrobras.

Comércio brasileiro com Irã e Israel é modesto

Estevão Taiar
De Brasília

A corrente de comércio do Brasil com Israel e Irã representa apenas 0,7% de tudo que o país negocia com o mundo. As tensões entre as duas nações do Oriente Médio escalaram no fim de semana, depois do envio de mais de 300 drones e mísseis iranianos para Israel.

No ano passado, as exportações e importações brasileiras para ambos os países alcançaram US$ 4,314 bilhões. Já os embarques e desembarques brasileiros para todo o mundo atingiram US$ 581 bilhões, segundo o portal Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

No caso de Israel, a corrente de comércio do Brasil alcançou US$ 2 bilhões em 2023, com exportações e importações brasileiras atingindo, respectivamente, US$ 661 milhões e US$ 1,352 bilhão. Foi a 54ª nação para a qual o Brasil mais exportou e a 34ª da que mais importou.

Os principais produtos embarcados foram óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus, responsáveis por 21% das vendas. Na sequência, vieram carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (19%) e soja (18%). Já os desembarques foram concentrados principalmente em adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos, com 45%, seguidos por inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes (com 11%).

Por sua vez, no caso do Irã a corrente de comércio do Brasil foi de US$ 2,3 bilhões no ano passado, com exportações de US$ 2,298 bilhões e importações de menos de US$ 4 milhões. Foi a 32ª nação para a qual o Brasil mais exportou e a 112ª da que mais importou. Os destaques das exportações foram soja (39%) e milho não moído, exceto milho doce (36%). O destaque das importações foram frutas e nozes não oleaginosas, frescas e sacas (76%).

Um técnico da equipe econômica do governo federal afirma que a situação ainda é "muito prematura" para avaliar quais os possíveis impactos das tensões entre Israel e Irã sobre o Brasil.

"Vai depender de como se desenrolar o conflito. Se parar por aqui, pode haver algum impacto de curto prazo, com a alta do preço do petróleo, mas rapidamente revertido", diz. Mas mesmo esse possível impacto de curto prazo é incerto, de acordo com a fonte, já que durante a manhã o preço do petróleo caía no mercado internacional.

Curtas

União honra dívidas

O governo federal pagou em março R$ 590 milhões em garantias de empréstimos contratados por Estados, mas que não foram honrados. Ao todo, foram honrados empréstimos de quatro Estados: Rio de Janeiro (R$ 161 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 234 milhões), Minas Gerais (R$ 120 milhões) e Goiás (R$ 74 milhões). Segundo a pasta, "os mutuários que tiveram os maiores valores honrados em 2024 foram" justamente Minas Gerais (R$ 1,09 bilhão), Rio de Janeiro (R$ 566 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 355 milhões) e Goiás (R$ 227 milhões).

1º de Maio unificado

As centrais sindicais alteraram o local de celebração do 1º de Maio e vão realizar evento unificado pelo Dia do Trabalho no estacionamento da Neo Química Arena, em Itaquera, na zona leste da capital paulista. O evento deixa o vale do Anhangabaú. A expectativa de CUT, UGT, Força Sindical, CSB, CTB, Nova Central, Intersindical e Pública Central do Servidor é reunir cerca de 50 mil pessoas. O evento está marcado para começar às 10h. Haverá shows. O slogan do evento neste ano será Por um Brasil mais justo.

Critérios para saidinha

A Advocacia-Geral da União e o Ministério da Justiça pediram ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que o órgão estabeleça critérios sobre a saída temporária de presos no semiaberto. O governo quer evitar insegurança jurídica. A AGU e o ministério acreditam que a sanção da nova lei sobre "saidinhas", que revogou uma norma que fixava critérios para a saída temporária, pode levar à divergência nos critérios para concessão do benefício entre as instâncias do Judiciário. A solicitação também pede ao CNJ para definir critérios para o exame criminológico.

Energia Critérios de renovação dos contratos de concessão são esperados pelas empresas desde o fim de 2023

Decreto para distribuidoras deve sair em até 15 dias

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, assegurou nesta segunda-feira (15) que o decreto que estabelecerá critérios de renovação dos contratos de concessão das distribuidoras de energia será publicado no prazo máximo de 15 dias. A publicação é aguardada desde o fim do ano passado por cerca de 20 concessionárias do serviço de distribuição, controladas por sete grandes grupos do setor (Neoenergia, Enel, CPFL, Equatorial, Energisa, Light e EDP).

Silveira garantiu que a EDP Espírito Santo, a primeira da fila de renovação, não será prejudicada pela demora na edição do decreto. Ele justificou o atraso pelo tempo levado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para se posicionar, o que ocorreu somente no início deste ano.

O ministro comentou que, enquanto o decreto não sai, tem aproveitado as "boas ideias" do setor no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência do serviço de fornecimento de eletricidade com os novos contratos.

O governo tem defendido que as regras do setor serão modernizadas e se tornarão mais rigorosas, especialmente nas metas de qualidade relacionadas à duração e à frequência de interrupções no suprimento (DEC e FEC) nas áreas de cada concessão.

Silveira reiterou que os novos contratos vão exigir maior interlocução dos prestadores de serviço com os prefeitos e com a população atendida.

O ministro falou com jornalistas depois da abertura da primeira reunião presencial do Grupo de Trabalho (GT) de Transições Energéticas do G20, realizada nesta segunda-feira (15).

Outra publicação aguardada é a portaria conjunta, dos ministérios de Minas e Energia e Fazenda que vai regulamentar a antecipação de recursos previstos na privatização da Eletrobras com o objetivo de reduzir as contas de luz.

O mecanismo está previsto na Medida Provisória 1.212, publicada na semana passada, a MP das Renováveis. "Tenho falado muito com o ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad, para acelerar esse processo", afirmou o ministro de Minas e Energia.

Silveira explicou que só depois de publicada a portaria é que será feita o processo de securitização, a captação no mercado para trocar os recebíveis da Eletrobras por recursos para quitar dois empréstimos contraídos pelo setor a juros mais elevados, um durante pandemia da covid-19 e outro na crise hídrica de 2021. Ele ressaltou que a melhor operação será aquela que oferecer o menor custo para o consumidor.

Na entrevista, Silveira voltou a defender a publicação da MP, criticada por especialistas. A iniciativa é classificada por ele como medida "assertiva" do governo.

O ministro rejeita a ideia de que foi reaberto o prazo para acessar subsídios. Para o titular da pasta de Minas e Energia, a decisão garantiu respeito a contratos e maior segurança jurídica.

Sobre a reunião das entidades do setor com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dia após a publicação da MP, Silveira explicou que o encontro serviu para fazer um amplo diagnóstico do mercado de energia e que a ideia é avançar com "serenidade e equilíbrio" para tomar as medidas estruturais que vão corrigir as distorções existentes.

Para ele, dada a complexidade do setor, as soluções buscadas pelo governo para corrigir os problemas são "muito difíceis".

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

"Tenho falado muito com o ministro Haddad para acelerar esse processo [MP das Renováveis]"
Alexandre Silveira

INSS pede à AGU que adote ações contra influenciadores

Agência O Globo, de Brasília

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) acionou a Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU), para que "tome as providências que julgar necessárias" em relação às publicações, feitas por influenciadores digitais, que divulgam uma empresa que oferece assessoria para retirada do salário-maternidade.

No fim de semana, postagens de influenciadores citando esta assessoria, que cobra pelo serviço, viralizaram nas redes sociais.

Por lei para qualquer trabalhadora que contribua ao INSS e que tenha se afastado do trabalho em função do parto, adoção ou guarda judicial para fins de adoção, o salário-maternidade garante a renda por quatro meses. E é simples pedir o benefício, sem a necessidade de pagar nenhum valor nem de contratar nenhuma assessoria.

No ano passado, o INSS alertou que a única forma legal e correta de entrar com o pedido do benefício é pelo aplicativo ou site do Meu INSS.

O órgão observa que canais não oficiais devem ser vistos com desconfiança porque podem representar "risco à segurança de dados do cidadão".

Além disso, o INSS recomenda que seguradas que, por algum motivo, necessitem de auxílio profissional devem buscar ajuda de um advogado ou advogada com o devido registro na Ordem dos Advogados do Brasil.

Contas públicas Mudança sinaliza que estratégia de ajuste pela receita é inviável e abre espaço para mais gasto e novo déficit no ano que vem

Governo zera meta de superávit de 2025 e abala confiança fiscal

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Raphael Di Cunto e Gabriela Pereira
De Brasília

No quarto mês de operação do novo arcabouço fiscal, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reduziu a intensidade do ajuste fiscal proposto em 2023, quando a nova regra foi aprovada. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado ontem ao Congresso Nacional, estabelece déficit zero como resultado das contas públicas no ano que vem, o mesmo previsto para este ano. Desde o ano passado, a meta sinalizada para o ano que vem era um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Dessa forma, o governo pode fechar o próximo ano novamente com déficit — o rombo pode chegar a até R$ 31 bilhões, já que o arcabouço fiscal permite uma tolerância de 0,25% do PIB para cima e para baixo.

O governo ainda se utiliza de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu a exclusão do excedente de precatórios do cálculo da meta fiscal até 2026. Do contrário, o déficit de 2025 já seria, de partida, de R$ 29,1 bilhões (0,23% do PIB).

Já as metas de 2026, 2027 e 2028 foram propostas no campo positivo: 0,25% do PIB, 0,5% do PIB e 1% do PIB, respectivamente. Antes da revisão, o governo pretendia atingir um superávit de 1% do PIB já em 2026.

A revisão da meta para o ano que vem foi antecipada pela imprensa pela manhã. À tarde, antes da divulgação oficial, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou a informação, em entrevista à Globonews, reforçando a reação no mercado financeiro: o dólar fechou a R$ 5,18, maior patamar em mais de um ano.

Na entrevista, Haddad reforçou que continua a trabalhar com o Congresso Nacional em medidas de ajuste fiscal.

"Continuaremos trabalhando com o Congresso Nacional na recomposição de fontes", afirmou.

Ao detalhar o projeto, integrantes da equipe econômica afirmaram que o governo "sofreu um revés" no Congresso, com a Medida Provisória (MP) 1.202, editada em dezembro. Deputados e senadores não querem retomar a cobrança de contribuição sobre a folha de pagamento de 17 setores mais empregadores (a contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha, foi substituída por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta), bem como colocar fim ao Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse).

Também pesou a piora do cenário externo, com a perspectiva de manutenção por mais tempo da taxa de juros nos Estados Unidos. O cenário pode piorar, frisou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o que demanda cautela.

Ao comentar a revisão da trajetória fiscal, Ceron, afirmou que caso o governo mantivesse a meta de superávit primário de 0,5% do PIB em 2025, como previsto anteriormente, isso poderia acarretar na adoção de medidas como a criação ou a majoração de tributos, o que talvez prejudicasse a economia e tivesse o efeito inverso ao pretendido. Por isso, a escolha do governo foi reduzir o objetivo fiscal. "Não podemos colocar cenários não factíveis ou que exijam medidas que gerem efeitos adversos em retração de investimentos".

> "Continuaremos trabalhando com o Congresso para recompor fontes"
> *Fernando Haddad*

A revisão das metas, defendeu, "praticamente não altera" a trajetória esperada pelo Tesouro para a estabilidade da dívida pública. Este ano, pela primeira vez, o PLDO traz um anexo com a projeção para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) nos próximos dez anos. Os números mostram que o estoque só deverá cair a partir de 2028, quando atingirá 79,6% do PIB, ante 79,7% no ano anterior. Em 2030, o projetado é 78,9% do PIB.

É uma trajetória mais otimista do que a do mercado, que projeta a dívida em 86% do PIB em 2030. Esse número vem melhorando paulatinamente, disse. No início do ano, a projeção era de 87% do PIB. Em 2022, durante o processo eleitoral, os patamares estavam acima de 90%, com trajetória crescente.

O ajuste pelo lado das despesas vem da revisão de gastos, segundo alegaram os técnicos. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou há duas semanas que o PLDO conteria uma "lista" de medidas a serem revisadas, mas somente duas, já conhecidas, foram apresentadas. Em conjunto, poderão reduzir despesas em R$ 37,3 bilhões até 2028. O dado se refere aos benefícios previdenciários, com economias estimadas em R$ 28,6 bilhões, e ao Proagro, com R$ 8,7 bilhões no período.

Apesar da frustração de expectativas na apresentação das medidas de revisão de gastos, outras políticas públicas passarão pelo processo, segundo a pasta. "Pretendemos escalar as revisões", informou o secretário do Orçamento, Paulo Bijos. É com essas economias, principalmente, que o governo conta para dar um salto no superávit primário de 0,5% do PIB em 2027 para 1% do PIB em 2028.

As revisões de gastos atendem a um triplo desafio, disse o secretário: reduzir pressão de despesas obrigatórias, garantir recursos para políticas existentes ou novas e melhorar a qualidade do gasto.

São iniciativas que partem de achados e evidências de fraude ou erro, disse. No caso da Previdência, relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou para possibilidade de ocorrência dessas falhas em 11% dos benefícios, disse. O Proagro, disse, é uma política que tem 50 anos e é "natural" que seja revista. Na semana passada, o Conselho Monetário Nacional (CMN) já fez "aperfeiçoamentos", acrescentou.

Na entrevista, Ceron, do Tesouro, disse não concordar que o arcabouço esteja sendo alterado com facilidade. A pergunta foi motivada pela aprovação pela Câmara dos Deputados, na semana passada, de um dispositivo que antecipa a possibilidade de ser feito um crédito suplementar no Orçamento de 2024, no valor de R$ 15,7 bilhões. "A essência está intacta", afirmou.

Para o secretário, as opiniões são legítimas e merecem respeito, mas o novo marco fiscal está garantindo no seu objetivo de estabilização da dívida pública ao longo do tempo. Isso, ressaltou, "continua intacto e compatível" com o cenário pretendido. "Isso não é nenhuma vitória definitiva. Tem que ser contraposta com zelo permanente", disse.

WASHINGTON COSTA/MF

Rogério Ceron: "Não podemos colocar cenários não factíveis"

Mais gradual

Metas fiscais para os próximos anos

Em % do PIB

	Era	Ficou
2025	0,5	0,0
2026	1,0	0,25
2027	nd	0,5
2028	nd	1,0

Trajetória para a dívida pública (% PIB)

Fonte: Ministério da Fazenda/Ministério do Planejamento

Revisão mostra esgotamento da estratégia de ajuste pela receita

Análise

Lu Aiko Otta
Brasília

A estratégia de ajustar as contas públicas pelo lado das receitas chegou ao seu limite, forçando o governo a adiar em um ano o objetivo de colocar o saldo primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) no azul. O movimento reflete a falta de perspectiva de um movimento mais relevante de redução nas despesas no ano que vem.

Ao rever para baixo as metas de resultado primário para 2025 e 2026, o governo tornou o ajuste fiscal ainda mais gradual do que o indicado no ano passado. A meta de 2025 foi fixada em zero, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, divulgado nesta segunda-feira. Nos anos seguintes, foi projetada em 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), 0,5% do PIB e 1% do PIB.

Quando a proposta do novo arcabouço fiscal foi encaminhada ao Congresso Nacional, os objetivos eram mais ousados. Além do resultado zero este ano, havia projeções de 0,5% do PIB em 2025 e 1% do PIB em 2026.

Se nada mudar, o superávit de 1% do PIB será alcançado dois anos depois do inicialmente previsto.

A trajetória de estabilização da dívida pública, por isso, é alongada no tempo. Neste ano, pela primeira vez, o PLDO trará um anexo que mostrará a trajetória da dívida nos próximos dez anos. O estoque não cairá neste governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas a partir de 2028, segundo cálculos do Tesouro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia indicado na semana passada que a meta de 2025 poderia ser menor do que o 0,5% do PIB originalmente previsto, ao dizer que seria procurado um objetivo "mais factível".

A meta de 2025 se tornou menos factível por causa das dificuldades do governo em aprovar, no Congresso Nacional, as medidas que ajudariam a alcançar a meta de zero neste ano e 0,5% do PIB em 2025. Propostas como a reoneração da folha salarial de 17 setores intensivos em mão de obra e o fim do Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse) encontraram dura resistência no Legislativo. Entre outras razões, porque deputados e senadores já haviam analisado essas propostas e decidido de forma diferente da desejada pelo governo.

A estratégia da equipe econômica também pressupunha um crescimento mais forte da economia a partir deste ano. Haddad chegou a falar, na virada do ano, na expectativa de o Federal Reserve (Fed, BC dos EUA) iniciar o corte dos juros em março. Juros menores lá fora teriam reflexo positivo na economia brasileira.

No entanto, os dados mais recentes da inflação nos Estados Unidos empurraram essa perspectiva para o segundo semestre deste ano. O aumento da tensão no Oriente Médio ocorrido este mês é um elemento a mais de incerteza.

O arcabouço fiscal se presta a diferentes intensidades de ajuste. É o que se chama, entre os técnicos, de "fator democrático" da regra fiscal. Ela pode ser dura e promover uma rápida queda da dívida, como pode servir para um ajuste mais gradual como o que está sendo proposto pelo governo.

O gradualismo ocorre também pela ausência de medidas de contenção das despesas. Avalia-se nos bastidores que propostas para rever as regras de gastos mínimos com as áreas de saúde e educação, por exemplo, não serão discutidas antes das eleições. Essa, porém, é uma questão muito presente entre os técnicos. O Tesouro Nacional elaborou simulações sobre o impacto dessa mudança.

O impacto da política de valorização do salário mínimo é outro problema que tem recebido atenção dos técnicos. Porém, é um ponto ainda mais difícil de mudar, dados os compromissos de campanha do presidente Lula.

Enquanto não há propostas para atacar do ponto de vista estrutural o crescimento das despesas, o governo sinaliza com a revisão de algum desses gastos. Outra novidade do PLDO de 2025 é um anexo listando essas despesas. Com benefícios previdenciários e Proagro, a economia esperada até 2028 é de R$ 37,3 bilhões. No entanto, trata-se de um primeiro passo. A intenção do governo é "escalar" esse trabalho.

Mesmo com a mudança, o arcabouço fiscal continua apontando para uma trajetória de estabilização para a dívida pública. Esse caminho será mais um pouco gradual do que se esperava de início.

Especialistas criticam e dizem que governo 'jogou a toalha'

Marta Watanabe
De São Paulo

A revisão das metas de resultado primário do governo federal de 2025 até 2028 é prematura, mostra "choque de realidade" sobre um regime baseado quase 100% em receitas, dá indícios de que o governo "jogou a toalha" na busca de novas fontes de arrecadação e revela que não há planos de se fazer o esforço considerado necessário pelo lado dos gastos. Essa é a avaliação de economistas ouvidos pelo **Valor**.

"As mudanças de meta deixam claro que o governo quer gastar no limite do arcabouço em todo esse período sem buscar nenhum tipo de consolidação fiscal. Ele quer que a despesa cresça 2,5% reais ao ano e parece que não vai buscar mais arrecadação adicional", diz Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e consultor da LCA. Enquanto o superávit primário não chegar perto de 1% do PIB, a dívida bruta continuará subindo e as projeções divulgadas ontem no âmbito do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), ressalta, mostram isso.

"Pode ser que a dívida suba menos do que o mercado projeta, mas não dá para ficar confortável com dívida subindo muito ou pouco, porque o nível de partida é bastante alto", avalia Borges. "O governo dá tiro no próprio pé com essa mudança equivocada e prematura e está erodindo a credibilidade do novo regime fiscal." Pelos dados divulgados ontem diz, as receitas devem ficar mais ou menos estáveis em relação ao PIB daqui até 2028. "Dá a impressão de que o governo jogou a toalha em termos de buscar novas medidas arrecadatórias, depois de apostar num ajuste quase 100% pelo lado das receitas", diz Borges.

"A impressão é péssima, será bastante contraproducente para o governo. Seria possível relativizar dizendo que a meta zero em 2025 e com superávit subindo gradativamente nos anos seguintes é melhor que a trajetória projetada pelo mercado." Nas estimativas do Focus, boletim divulgado pelo Banco Central, os superávits aparecem somente de 2027 em diante, compara Borges. "Mas é um sinal ruim. Mostra que o governo não quer cumprir uma regra que ele mesmo propôs um ano atrás. A regra na verdade era uma regra de teto, mas tinha acopladas as metas de resultado primário", explica. Agora, avalia, o governo faz mudanças para desativar o gatilho que aciona as sanções da regra tanto em 2025 e 2026.

A revisão das metas, diz Tiago Sbardelotto, economista da XP, mostra o "choque de realidade" que o governo enfrenta em relação à estratégia de ajuste focada em aumento de receita, basicamente. Essa estratégia tem limitação técnica e econômica porque as medidas para aumentar arrecadação geram incertezas, questionamentos, judicialização e outras reações dos agentes econômicos, diz. "O governo precisaria insistir nisso, mas começa a esbarrar em restrições de ordem política, porque o Congresso já aprovou muitas medidas em 2023 e começa a ter certa restrição em relação ao pacote", diz Sbardelotto.

O que preocupa o mercado, observa o economista da XP, é que não haja disposição do governo em fazer o ajuste fiscal a qualquer custo, o que demandaria buscar o ajuste também pelo lado da despesa. "Está muito claro que o governo não tem essa disposição e prefere fazer uma mudança na meta para não trabalhar com esse lado da equação ou não tanto quanto necessário. Isso fica claro para o mercado não só quando o governo muda a meta de 2025 para zero, mas também quando altera o ritmo de crescimento. O desafio anterior era de crescer 0,5% todo ano. Ele agora reduz o esforço e posterga em dois anos os resultados que buscava quando apresentou a proposta no ano passado."

Para Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset, a mudança de metas significa revisão de uma regra fiscal que na verdade durou pouquíssimo tempo. "Haddad [ministro da Fazenda, Fernando Haddad] reconheceu tardiamente que a estratégia de consolidação fiscal é utópica. Ele reconheceu parcialmente que não está dando certo, mas parece alimentar alguma expectativa de que o plano de voo entregue resultados."

As estimativas do mercado para o resultado primário de 2024, diz Barros, estão entre 0,5% e 1%, sempre de déficit, fora da meta para este ano de resultado neutro, mesmo com a banda de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. Para Barros, a mudança de meta também de 2024 não está definitivamente fora da mesa. "Só faz sentido mudar a meta de 2025 e manter a de 2024 se o governo tiver uma carta na manga", diz Barros, exemplificando com as receitas que o governo projetou anteriormente para 2023, como a de preços de transferência e dos julgamentos do Carf, o tribunal administrativo federal.

A entrada desse nível de recursos este ano poderia ajudar o cumprimento da meta, porém, frisa Barros, geraria despesa adicional de saúde e de educação no ano que vem, tornando difícil cumprir a meta de 2025, o que mostra que matematicamente a estratégia fiscal parece não se sustentar.

Se as projeções de receita líquida divulgadas ontem pelo governo se confirmarem, diz Borges, do Ibre, o governo voltará para onde estava em 2022. Naquele ano, lembra, o superávit primário foi de 0,5% do PIB, mas muito ajudado por commodities. "O justo seria considerar resultado primário zero. Considerando isso, voltaremos ao que estávamos em 2022. Não deixa de ser algo importante depois que a PEC da Transição elevou despesas de forma permanente. Pelo menos as medidas de arrecadação que tivemos até agora compensam o aumento de despesas colocado em prática ao fim de 2022. Mas isso sinaliza falta de disposição em levar o resultado primário para o nível mínimo necessário para assegurar estabilidade da dívida como proporção do PIB."

Conflito Líder militar israelense diz que ataque iraniano de sábado não ficará sem resposta, mas gabinete de guerra segue dividido

EUA e Europa buscam evitar ação militar de Israel contra o Irã

Agências internacionais

Israel está decidido a punir o Irã pelo ataque de drones e mísseis a seu território no sábado à noite e o gabinete de guerra israelense voltou a se reunir ontem para traçar a estratégia da retaliação. Mas EUA e os seus aliados europeus intensificaram esforços para dissuadir os israelenses de um contra-ataque.

O gabinete extraordinário de guerra segue dividido sobre como e quando responder ao ataque do Irã — que Teerã disse ter sido em resposta ao assassinato por Israel de um importante general iraniano e outros seis funcionários em um edifício diplomático iraniano em Damasco, na Síria. Israel não confirma nem nega envolvimento no bombardeio de Damasco.

"Estamos olhando para o futuro e considerando nossos passos. O lançamento de mísseis e drones em território israelense não pode ficar sem resposta", disse o chefe das forças de Israel, Herzi Halevi.

Ao mesmo tempo, O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, e o premiê do Reino Unido, Rishi Sunak, disseram que os países ocidentais estavam preparando sanções contra Teerã — numa tentativa de convencer Israel a abrir mão de uma resposta militar. O Irã já é fortemente sancionado pelo Ocidente por alegações de apoiar o terrorismo e levar adiante um programa nuclear secreto.

Israel enfrenta um conjunto cada vez mais delicado de cálculos políticos para a resposta ao Irã. Já luta em três frentes: na Faixa de Gaza contra o Hamas; na sua fronteira norte, com o Hezbollah; a tenta reprimir a agitação na Cisjordânia. Agora, está sob pressão para dissuadir o Irã de novos ataques, entre apelos dos aliados para que exerça contenção. O governo do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, precisa equilibrar a necessidade de mostrar força com o desejo de manter unida a tênue parceria estratégica contra o Irã — que inclui a Arábia Saudita e Jordânia.

"A questão é responder de forma inteligente, de forma que não prejudique a oportunidade de cooperação regional e internacional que criamos", disse Michael Oren, ex-embaixador de Israel nos EUA.

Horas depois do ataque de sábado, o presidente dos EUA, Joe Biden advertiu Israel para que tenha cautela em qualquer resposta ao ataque do Irã. No domingo, pressionou os aliados por uma frente diplomática unida, na tentativa de impedir que as hostilidades se transformem em uma guerra aberta que poderia envolver todo o Oriente Médio e enredar os EUA.

"Juntamente com os nossos parceiros, derrotamos esse ataque", disse Biden ontem, na primeira declaração pública sobre a ofensiva do Irã, durante uma reunião com o premiê iraquiano, Mohammed al-Sudani. Biden disse que os EUA estão "comprometidos com a segurança de Israel". "Estamos empenhados em um cessar-fogo na Faixa de Gaza que trará reféns para casa e evitará que o conflito siga se espalhando", disse, referindo-se à negociação de uma trégua entre Israel e Hamas que incluiria a libertação de mais de 130 cativos, tomados pelo grupo no ataque que lançou em 7 de outubro a Israel.

Nas semanas anteriores ao ataque do Irã, Israel enfrentou críticas — incluindo dos EUA — ao crescente número de mortos em Gaza e à resistência dos israelenses em acatar um cessar-fogo. Segundo números oficiais dos dois lados, o Hamas matou 1,2 mil israelenses em outubro e mais de 33 mil palestinos morreram em seis meses de guerra na Faixa de Gaza.

A relação tensa de Israel com o governo de Biden também pode influenciar os planos do Irã, disse Sanam Vakil, especialista do centro Chatam House do Reino Unido. "Penso que Teerã decidiu que, se Israel e Irã entrarão num ciclo de escalada, é melhor fazê-lo agora, durante o governo Biden", disse.

> "Estamos perto como nunca de uma guerra regional ampla"
> *Sanam Vakil*

O ataque do Irã — anunciado antecipadamente e com o uso de drones que levariam de cinco a seis horas para atingir os alvos — foi "muito calibrado" para limitar danos, disse Vakil. Ainda assim, afirma, "estamos perto como nunca da guerra regional ampla".

O comandante da Guarda Revolucionária do Irã, general Hossein Salami, disse que o país responderá a qualquer futuro ataque.

A base de extrema direita que sustenta o governo de Netanyahu, por seu lado, também exige uma forte retaliação contra o Irã. "Para criar dissuasão no Oriente Médio, Israel tem de se mostrar duro", disse Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional de Israel.

Outro fator de tensão na escalada entre Israel e Irã diz respeito aos preços do petróleo. Mas as cotações têm se mantido em níveis estáveis desde o começo do ano passado e o barril do Brent — a referência internacional — chegou a cair abaixo dos US$ 90.

Leia mais sobre Israel na pág. 14

JEENAH MOON/BLOOMBERG

Ex-presidente Donald Trump no primeiro dia do julgamento criminal

Primeiro julgamento criminal de Trump pode se arrastar por semanas

Agências internacionais

Donald Trump se tornou ontem o primeiro ex-presidente a enfrentar um julgamento criminal, em um caso envolvendo um pagamento à estrela pornô Stormy Daniels, em meio à campanha eleitoral para a Presidência no qual ele busca retornar à Casa Branca.

O primeiro dia do julgamento em um tribunal de Manhattan foi um teste para saber como o juiz Juan Merchan irá lidar com um réu pouco convencional como Trump, que desafia as regras da corte. Merchan disse que realizará uma audiência na próxima semana sobre a possibilidade de responsabilizar Trump por desacato por violar uma ordem de silêncio que visava dissuadi-lo de insultar publicamente as testemunhas do caso.

O julgamento teve um início arrastado, com o processo paralisado devido a divergências sobre provas e outros argumentos de última hora. A seleção do júri só começou nas últimas horas, enquanto advogados de defesa e promotores discutiam sobre várias moções apresentadas por Trump para excluir certas evidências.

A composição de um júri pode revelar-se difícil, podendo levantar novas questões sobre a rapidez do julgamento, uma vez que mais de metade do primeiro grupo de 96 potenciais jurados foi dispensado depois de dizerem que não poderiam ser imparciais.

Um adiamento do julgamento poderia ser benéfico para Trump, que tentou repetidamente atrasar vários processos legais enquanto fazia campanha para obter a indicação do partido Republicado para regressar à Casa Branca. O julgamento deverá durar de seis a oito semanas.

O processo recomeça hoje. Disputas sobre jurados individuais são comuns e podem levar a questionamentos prolongados por parte dos advogados para erradicar possíveis preconceitos. O caso movido pelo promotor distrital de Manhattan, Alvin Bragg, acusa Trump de falsificar registros comerciais para ocultar um pagamento à Stormy Daniels antes da eleição presidencial de 2016. Trump nega irregularidades.

Trump, de 77 anos, tem outros três processos criminais que se arrastam em disputas jurídicas e podem não ocorrer antes da eleição em que ele deve desafiar o presidente democrata Joe Biden.

Dois dos outros casos dizem respeito às suas tentativas de anular a derrota eleitoral de 2020 e um envolve a retenção de documentos confidenciais após deixar o cargo em 2021.

No caso do julgamento iniciado ontem, o ex-presidente é acusado de falsificar registros para encobrir um pagamento de US$ 130 mil que ele providenciou para ser feito por seu então advogado e intermediário Michael Cohen a Daniels nos últimos dias da campanha presidencial de 2016 para comprar seu silêncio sobre um encontro sexual em 2006 que ela disse ter tido com ele em um hotel em Lake Tahoe, em Nevada.

Trump nega qualquer relacionamento desse tipo. Ele se declarou inocente no ano passado de 34 acusações de falsificação de registros comerciais no caso movido por Bragg, um democrata, no tribunal estadual de Nova York. Uma condenação não impedirá Trump de concorrer ou assumir o cargo.

A caminho do tribunal, Trump disse rapidamente aos repórteres que enfrenta uma "perseguição política... como nunca antes na história".

> Trump faz história ao se tornar o 1º ex-presidente dos EUA a ser julgado criminalmente

Iranianos temem reação israelense

Parisa Hafezi
Reuters, de Dubai

A possibilidade de uma retaliação israelense contra o Irã por seu ataque com mísseis e drones no fim de semana alarma muitos iranianos que já enfrentam dificuldades econômicas e controles sociais e políticos mais duros depois dos protestos de 2022-23.

Os líderes políticos e militares do Irã alertam que responderão a qualquer retaliação israelense, intensificando o conflito e podendo desencadear mais ataques. E isso seria uma má notícia para as pessoas comuns, segundo Hesam, um professor de 45 anos da cidade de Amol, no norte. "A pressão econômica vai aumentar, nossa segurança estará ameaçada... Precisamos evitar um conflito a todo custo. Não quero uma guerra."

Os iranianos de renda média e baixa estão arcando com grande parte do fardo dos problemas econômicos existentes, com a inflação em mais de 50%, a alta dos preços dos serviços públicos, alimentos e das moradias, além da desvalorização da moeda local, o rial.

O nervosismo com a guerra fez a demanda por moedas fortes disparar. O rial chegou a marcar um novo recorde de baixa de cerca de 705 mil por dólar durante o ataque, segundo a Bonbast.com, que coleta dados das bolsas iranianas.

A sensação geral de ansiedade só aumentou quando alguns governos ocidentais começaram a retirar as famílias de seus diplomatas, fazendo os iranianos mais velhos se lembrarem da atmosfera tensa quando o Iraque invadiu o Irã em 1980, e durante os tumultos da Revolução de 1979. "Estrangeiros deixando um Irã é um sinal de que seremos atacados por Israel", disse o engenheiro Mohammad Reza em Teerã.

Preço de apoio 'inabalável' a Israel está mais alto para Biden

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Desde que o Hamas atacou Israel em 7 de outubro, os EUA têm buscado dois objetivos-chave. O primeiro, dar a Israel um apoio "inabalável". O segundo, evitar uma guerra regional mais ampla para dentro da qual os EUA possam ser arrastados.

Existe, contudo, uma tensão latente entre esses dois objetivos. E essa tensão agora está perto de seu pronto de ruptura.

O problema é que apoio inabalável pode ser interpretado como um cheque em branco para Israel tomar qualquer ação militar que considere adequada — confiante de que, quando as coisas apertarem, os EUA estarão a seu lado. Isso tem o potencial de dar a Israel a licença para correr riscos que iniciem justamente guerra regional que os EUA tentam evitar.

Israel não alertou os EUA antes de lançar seu ataque ao complexo da embaixada iraniana em Damasco, que resultou em mortes. O Irã respondeu no seu devido tempo, com uma saraivada sem precedentes de mísseis e drones que foram apontados ao Estado judeu.

Agora, o governo Biden tenta urgentemente evitar que Israel faça outra escalada. Nas palavras de um funcionário dos EUA: "O problema é que ambos os lados querem desferir o último golpe."

A insistência do presidente Joe Biden de que os EUA não participariam de qualquer contra-ataque ao Irã ajudou a persuadir o governo israelense a não responder de imediato. No entanto, Israel jurou retaliar, no devido tempo. Os israelenses destacam que, se o Irã tivesse disparado centenas de mísseis contra os EUA, eles certamente reagiriam. Ainda assim, Israel conta com o apoio militar americano e uma garantia de segurança implícita de Washington.

Como me disse um oficial dos EUA no início desta crise: "Os israelenses estão fazendo apostas, mas com o dinheiro do cassino."

Nas últimas semanas, Biden se tornou muito mais aberto nas críticas às ações de Israel na Faixa de Gaza, sem especificar como os EUA poderiam condicionar seu apoio ou se poderiam restringir o fornecimento de armas a Israel. A questão de como lidar com o Irã adiciona mais uma camada de divergências entre EUA e Israel.

Há muitos anos, autoridades israelenses têm reiterado que o Irã e seu programa nuclear representam uma ameaça existencial ao Estado judeu. Têm ocorrido discussões intermitentes sobre bombardeios a instalações nucleares iranianas pelos EUA ou Israel. O Irã agora está mais perto do que nunca de conseguir armas nucleares, e as percepções israelenses quanto a essa ameaça aumentaram dramaticamente após o ataque do Hamas. A nova ortodoxia israelense é que o país precisa tomar ações preventivas para destruir ameaças.

Em Israel, o governo iraniano é retratado, em grande medida, como um culto religioso fanático que, tranquilamente, estaria disposto a correr o risco de um Armagedon. Os EUA, porém, veem o Irã mais como um regime sobrevivente, brutal, mas racional. O governo Biden reconhece que o Irã de fato cruzou um grande limite com sua saraivada de mísseis. Acredita, contudo, que esteja sinalizando o desejo de conter a escalada.

BONNIE CASH/BLOOMBERG

> Biden, arca com o custo político de se aliar a Israel, mas não foi informado de ataque em Damasco

O medo em Washington é que Israel ainda possa agir com base em sua percepção de ameaça e lançar algum grande ataque ao Irã — na crença de que, em última instância, os EUA se juntarão à guerra e poderiam até derrotar o governo iraniano em nome de Israel. No entanto, qualquer cálculo desse tipo também estaria carregado de riscos para Israel. Iniciar uma guerra mais ampla contra o Irã poderia, de fato, arrastar os EUA para o conflito. Mas também poderia colocar à prova o compromisso dos EUA com Israel, até o limite de ruptura.

Por trás dos tensos debates em Washington sobre o que compromissos "inabaláveis" implicam, há uma outra questão não declarada. Israel ainda é um ativo estratégico para os EUA ou está se tornando um passivo estratégico?

Do lado do passivo, a maior preocupação é claramente que as ações de Israel arrastem os EUA de volta a uma guerra no Oriente Médio. O apoio dos EUA a Israel na Faixa de Gaza também tem prejudicado a imagem americana em grande parte do mundo e complicado os esforços para arregimentar apoio contra Rússia e China.

Biden também vem pagando um preço político interno, à medida que perde apoio entre os jovens eleitores. Como sua equipe genuinamente acredita que a própria democracia dos EUA está em jogo na próxima eleição, isso não se trata de uma consideração trivial ou ignóbil. O fato de Benjamin Netanyahu ser uma figura próxima a Donald Trump — e ser acusado de corroer a própria democracia de Israel — aumenta as reservas da Casa Branca quanto a Israel.

Mas, do outro lado da balança, Israel permanece como um antigo aliado dos EUA e a sociedade mais aberta do Oriente Médio. Também há uma cooperação próxima entre os serviços de inteligência israelenses e ocidentais, com base na preocupação comum quanto ao terrorismo islâmico.

E, embora o governo Biden, não compartilhe a visão apocalíptica de Israel sobre o Irã, vê o país como altamente perigoso. Em Washington, o Irã é retratado como um dos quatro membros de um "eixo de adversários" que inclui Rússia, China e Coreia do Norte. Esse eixo ganharia força e confiança se o Irã pudesse reivindicar que saiu com a vantagem diante de Israel.

Varejistas dos EUA vêm alta de 0,7% nas vendas de março

Anne D'Innocenzio
Associated Press, de Nova York

As famílias americanas aumentaram os gastos a um ritmo mais rápido do que o esperado em março, ressaltando a resiliência dos consumidores apesar das pressões inflacionárias e outros desafios econômicos.

As vendas no varejo aumentaram 0,7% no mês passado – quase o dobro do que os economistas previam –, depois de subirem 0,9% em fevereiro, segundo informou ontem o Departamento de Comércio. O dado de fevereiro foi revisado para cima. Isso ocorre depois que as vendas caíram 1,1% em janeiro, em parte por causa do mau tempo. Excluindo os preços dos combustíveis, em alta, as vendas no varejo aumentaram 0,6%.

O relatório oferece apenas uma visão parcial dos gastos dos consumidores e não inclui muitos serviços, como viagens e hospedagens em hotéis. A única categoria de serviços — restaurantes — registou um aumento de 0,4%.

Os dados também não são ajustados pela inflação, que subiu 0,4% de fevereiro a março, segundo o relatório. Assim, as varejistas tiveram um sólido ganho de vendas considerando a inflação.

"As vendas no varejo não estão crescendo apenas porque os preços estão subindo", disse Ted Rossman, analista do Bankrate. "Na verdade, os americanos estão comprando mais coisas. Este é um dos relatórios de vendas no varejo mais fortes nos últimos anos."

O novo anfitrião do poder e dono da bola

Andrea Jubé

Em um Congresso já tensionado, o Senado abriu uma nova trincheira para investigar o futebol brasileiro. Nesta quarta-feira (17), a comissão parlamentar de inquérito (CPI) das Apostas Esportivas votará cerca de 20 requerimentos, entre eles, o convite ao empresário americano John Textor, dono do Botafogo.

Nos últimos dias, Textor acusou — ainda sem provas — o Palmeiras, campeão do Brasileirão em 2022 e 2023, de ter sido favorecido com a suposta manipulação de resultados. Ele citou dois confrontos, um com o Fortaleza (4 a 0) em 2022, e outro com o São Paulo (5 a 0) em 2023, em que o adversário teria entregado os resultados ao alviverde. CEO do grupo Eagle Football Holdings LLC, Textor também controla o Crystal Palace, da Premier League, o Lyon, o RWD Molenbeek e o FC Florida.

A CPI fará os holofotes se voltarem para um parlamentar conhecido pelas declarações polêmicas e postura inflexível, mas que nos bastidores, consolidou-se como um festejado anfitrião em Brasília: o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), presidente do colegiado.

Kajuru, que é vice-líder do governo, abre as portas do apartamento funcional na Asa Sul, às terças e quartas-feiras à noite, para oferecer aos colegas dois pratos principais: uma tradicional galinhada, típica da culinária goiana, e uma opção de frutos do mar. Os convidados levam os vinhos.

Diante da polarização bolsonaristas x lulistas, Kajuru recebe a oposição às terças-feiras, e os governistas às quartas-feiras. O hábito de receber os colegas remonta ao início do mandato, em 2019, mas nos últimos meses as reuniões das quartas-feiras ficaram mais concorridas, com a presença de ministros e líderes do governo.

Já prestigiaram a galinhada de Kajuru os ministros das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), da Educação, Camilo Santana (PT), do Planejamento, Simone Tebet (MDB), e o líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), entre outros. O ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, gosta de cozinhar. Ex-governador do Amapá, ele prepara pessoalmente um prato típico da região, o filhote ao tacacá.

Pelo lado da oposição, frequentam os jantares os senadores Romário (PL-RJ), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), acompanhado da esposa, Soraya Thronicke (Podemos-MS), entre outros. Kajuru não quer briga com nenhum dos lados. "Eu não vivo de ódio, vivo de amor". Ele entretém os convidados com histórias do arco da velha de seus 40 anos de cobertura do esporte brasileiro no rádio, televisão e jornais.

Na CPI, Kajuru fará dobradinha com Romário, relator da investigação. Eles levam para o parlamento uma amizade de mais de 30 anos, que começou na Olimpíada de Seul em 1988, quando ele cobriu os jogos pelo SBT, e o atacante atuou na Seleção Brasileira, que foi medalha de prata. "Não faço nada sem combinar com o Romário, é como se fôssemos irmãos".

Embora dirigentes de clubes e autoridades do futebol coloquem em dúvida as acusações de Textor, Kajuru afirma que Romário tem mantido contato com o empresário, e acredita que ele tenha bala na agulha. "Ele só entregou [à polícia e ao MP] 10% do que tem, o Romário acha que um empresário do tamanho dele não iria mentir".

Kajuru rechaça que a CPI das Apostas terá o mesmo fim melancólico que as tentativas anteriores do Congresso de investigar o futebol que acabaram frustradas. Em 2000, a CPI da Câmara dos Deputados para investigar o contrato da Confederação Brasileira de Futebol (CPI) com a Nike terminou sem o relatório aprovado.

Em 2016, a CPI do Futebol, que tinha Romário como relator, acabou sem conclusão, com dois relatórios divergentes e nenhum indiciamento. Criada para investigar contratos e negociações da CBF, teve como segundo relator o senador Romero Jucá (MDB-RR), que segundo Kajuru, entrou em campo naquela ocasião para ajudar a blindar a CBF. "A bancada da bola era fortíssima, não tinha com o Romário vencer sozinho", diz Kajuru. "Agora não tem Jucá", acrescentou.

O senador goiano não vê danos ao futebol brasileiro, maior paixão nacional, com a CPI. "A alegria do brasileiro não aceita corrupção. A melhor solução é uma CPI séria, independente, com uma apuração limpa para mostrar o submundo do futebol", alegou.

Como anfitrião, Kajuru entrou para uma seleta galeria de políticos que reúne desde o ex-deputado federal Paulo Maluf até o presidente do Solidariedade, deputado federal Paulinho da Força (SP), famoso pelo porco ao rolete, e o ex-deputado Fábio Ramalho, que promovia fartos banquetes de comidas mineiras, inclusive no gabinete da vice-presidência da Câmara.

A boa gastronomia sempre andou ao lado da política em Brasília, colocando a informação à mesa e arejando os espíritos. Nos tempos da Constituinte, ao fim do expediente, Ulysses Guimarães reunia seu grupo para beber o "poire", o mítico licor de pera, no saudoso Piantella.

Em 2012, com os governistas tensos com a CPI do Cachoeira, Paulo Maluf juntou uma multidão de políticos em uma edição de sua famosa feijoada, incluindo o vice-presidente Michel Temer (MDB). Na ocasião, declarou à revista "Veja": "Sou um homem bem informado porque conheço muita gente velha; minha feijoada reuniu mais de 100 deputados, senadores, ministros."

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Judiciário Os quatro teriam, supostamente, cometido atos de burla à ordem processual, violação do código da magistratura e prevaricação

CNJ afasta ex-juíza da Lava-Jato, atual titular e 2 desembargadores

De Brasília

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, determinou o afastamento da juíza Gabriela Hardt, que substituiu Sergio Moro na Operação Lava-Jato, do atual titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Danilo Pereira Júnior, e de dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, por supostos atos de burla à ordem processual, violação do código da magistratura e prevaricação. A decisão será levada para validação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nesta terça-feira (16).

O caso pelo qual Hardt foi afastada é uma reclamação disciplinar a respeito da homologação do acordo para criar uma fundação a partir de recursos recuperados da Petrobras. Ela foi a responsável por homologar um acordo fechado pela estatal com o Ministério Público Federal (MPF), a partir de outro acordo que havia sido feito com autoridades dos Estados Unidos, em 2019.

"Os atos atribuídos à magistrada Gabriela Hardt se amoldam também a infrações administrativas graves, constituindo fortes indícios de faltas disciplinares e violações a deveres funcionais da magistrada, o que justifica a intervenção desta Corregedoria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça", afirmou Salomão na decisão dessa segunda-feira.

Já o afastamento dos desembargadores Thompson Flores e Loraci Flores de Lima e do juiz Danilo Pereira Júnior ocorreu em razão do descumprimento de decisões do STF. "É perfeitamente possível depreender que a conduta dos ora reclamados não é fruto de simples falta de zelo na prestação jurisdicional, havendo os indícios, por sua vez, da prática de 'bypass processual', há muito reconhecida pela doutrina e jurisprudência como técnica censurável de se burlar as decisões do Supremo Tribunal Federal", diz o ministro na decisão sobre os desembargadores.

As decisões de Salomão foram tomadas em duas reclamações disciplinares: uma mira Gabriela Hardt e o ex-juiz e atual senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e a outra tem como alvos Danilo Pereira Júnior, Thompson Flores e Loraci Flores de Lima.

Na decisão dessa segunda-feira (15), Salomão afirma que no caso de Moro "não há nenhuma providência cautelar a ser adotada no campo administrativo", ele não está mais na magistratura, mas será "tratado no mérito", quando a questão for analisada pelo plenário do CNJ.

A primeira ação foi aberta a partir de uma correição extraordinária que foi realizada na 13ª Vara e na 8ª Turma do TRF-4. Já a segunda foi instaurada a partir de um ofício do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, Salomão também usou elementos da correição para determinar o afastamento do juiz e dos dois desembargadores.

Os três processos — as duas reclamações e a correição — estão na pauta da sessão do CNJ de terça-feira, e o afastamento pode ser analisado pelos demais conselheiros. Cabe ao presidente do CNJ, Luís Roberto Barroso, definir os casos que serão avaliados.

LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ

Salomão considera grave homologação de acordo com a Petrobras fora dos autos

A Justiça Federal do Paraná afirmou que os magistrados não irão se manifestar sobre a decisão. O TRF-4 informou que foi notificado e que a determinação de afastamento está sendo cumprida.

Hardt validou acordo entre o Ministério Público Federal e a Petrobras que geraria fundo da Lava-Jato, suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para a corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, Hardt é suspeita de ter atuado em desacordo com normas previstas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e no Código de Ética da Magistratura.

Entre essas normas, está "pautar-se no desempenho de suas atividades sem receber indevidas influências externas e estranhas à justa convicção que deve formar para a solução dos casos que lhe sejam submetidos". Outras delas falam sobre imparcialidade e prudência dos magistrados.

Salomão afirma que a Lava-Jato atuou para "auxiliar autoridades americanas a construírem casos criminais em face da Petrobras com interesse no retorno de parte da multa que seria aplicada".

O ministro considera grave o fato de Hardt ter homologado acordo com a Petrobras após negociação fora dos autos com o Ministério Público Federal "por meio de conversas por aplicativo de mensagens", o que foi, segundo ele, admitido pela juíza em depoimento prestado à corregedoria.

Salomão afirma na decisão que o afastamento de Hardt "contribui para o bom andamento das apurações administrativas e, eventualmente, judiciais, que delas decorrerão, posto que afastada a possibilidade de a reclamada exercer indevida influência ou vulneração de provas e manipulação de dados". *(Com agências noticiosas)*

X diz que cumprirá decisões do Supremo

Guilherme Pimenta
De Brasília

O X afirmou nessa segunda-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de seus advogados, que continuará cumprindo "integralmente" as decisões do Supremo e do Tribunal Superior Eleitoral.

A manifestação ocorre em meio às ameaças do proprietário da plataforma, o empresário americano Elon Musk, de descumprir as decisões do ministro Alexandre de Moraes, que tem determinado uma série de remoções de perfis que compartilham informações falsas.

Em petição endereçada ao STF, o X afirma que a sede americana recebeu, na sexta-feira (12), uma notificação do Comitê de Assuntos Judiciários da Câmara de Deputados dos Estados Unidos, na qual é solicitada a remoção do conteúdo e bloqueio de contas da plataforma, cumprindo as ordens emitidas por Moraes.

Segundo a empresa, ela está "sujeita à obrigação legal de exibir os documentos requeridos por órgãos judiciários, legislativos e executivos, nos termos da lei e dos precedentes daquele país" e, portanto, cumpriu as decisões. Ainda assim, dizem os advogados, "registrou à autoridade americana que os referidos documentos solicitados são confidenciais e se encontram resguardados por sigilo judicial". Portanto, "solicitou que a autoridade americana mantenha e respeite a confidencialidade e o sigilo dos documentos produzidos".

Com escolha no MPSP, Tarcísio busca se cacifar ao centro

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Um mês depois de reagir a denúncias que apontaram execuções sumárias e tortura na Operação Escudo na Baixada Santista com um "tô nem aí", o governador Tarcísio de Freitas optou pelo nome mais moderado da lista tríplice do Ministério Público de São Paulo, instituição que faz o controle externo da atividade policial.

A escolha de Paulo Sérgio Oliveira e Costa, terceiro colocado na disputa, com 731 votos, sugere que o governador, ungido como um dos prediletos do ex-presidente Jair Bolsonaro para encabeçar uma candidatura com o apoio da extrema direita em 2026, esteja também em busca de se cacifar como um nome de centro, que mantém portas abertas com o Supremo Tribunal Federal e com setores do governo federal. Busca, ainda, ocupar o vácuo deixado pelo PSDB em São Paulo e no resto da federação. Não poderá fazê-lo sem algum verniz mais centrista.

O processo de escolha já indicava que tomaria este rumo. Além de ter mantido o canal aberto com o ex-procurador-geral de Justiça Mário Sarrubbo, que coabitou com sua gestão ao longo de 16 meses antes de assumir a secretaria nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, teria consultado o ministro Alexandre de Moraes, igualmente egresso da corporação, sobre a escolha.

Às 17h do sábado, quando já se conheciam os nomes eleitos para a lista tríplice do Ministério Público de São Paulo, Mário Sarrubbo ligou para o governador Tarcísio de Freitas: "Governador, sua escolha é soberana, mas a lista tem dois nomes que trabalhariam na mesma linha do ministério".

O Ministério da Justiça enfrenta uma queda de braço com o secretário de Segurança de São Paulo, Guilherme Derrite, em torno da saída temporária dos presos. Derrite reassumiu seu mandato na Câmara dos Deputados para relatar o projeto que endurecia as "saidinhas". O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o inciso que proibia as saídas por motivo familiar.

Tarcísio de Freitas só deu publicidade à sua escolha no dia seguinte à eleição, mas adiantou a Sarrubbo naquele momento que escolheria Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, o nome que mais é alinhado apenas ao ex-PGJ. Também ocupou cargos tanto na gestão do atual secretário de Governo de São Paulo, Gilberto Kassab, na prefeitura da capital, quanto naquela do vice-presidente Geraldo Alckmin no Palácio dos Bandeirantes. Foi, respectivamente, secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e presidente da Fundação Casa, antiga Febem.

O cálculo político do governador também levou em conta a administração interna de conflitos. José Carlos Cosenzo, que também tinha o apoio de Sarrubbo, conseguiu chegar ao topo da lista, com 1004 votos, com uma plataforma corporativista que pressionaria o orçamento estadual. Já o segundo colocado, Antonio Carlos da Ponte, que somou 987 votos, ameaçava desmontar o Gaeco (Grupo de Atuação Especial do Crime Organizado), principal aposta do MPSP no enfrentamento das facções criminosas.

As opções do MPSP no enfrentamento do crime organizado colidem com aquelas encabeçadas por Derrite, como a Operação Escudo, que foi encerrada depois de provocar, em quatro meses, a morte de 56 pessoas. Tanto o secretário quanto o governador foram denunciados no Tribunal Penal Internacional de Haia pelos excessos desta operação. Além da operação Escudo, Derrite tem patrocinado a paulatina desidratação das câmeras nos uniformes policiais, política que tem amplo apoio popular.

Já o MPSP deflagrou na semana passada, com o apoio da Receita Federal e uma estratégia 100% montada em cruzamento de dados, sem mortos ou feridos, a Operação Fim de Linha, que ofereceu denúncia contra 26 pessoas num esquema de lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) por meio de empresas de ônibus de São Paulo que receberam R$ 843 milhões da prefeitura em 2023.

Operações como esta tendem a ser melhor aceitas pela opinião pública do que aquela da Baixada Santista. Pesquisa da Genial/Quaest da semana passada mostrou que, entre quatro governadores de oposição com pretensões presidenciais — Ronaldo Caiado (GO), Ratinho Jr. (PR), Romeu Zema (MG) e Tarcísio de Freitas — este último tem a política de segurança pública de pior avaliação.

Dívida verde dos Estados

André Sant'Anna e Ricardo Barboza

Combater as mudanças climáticas não é apenas uma necessidade, mas uma questão de sobrevivência. Nas palavras de Adam Przeworski, "o maior perigo que enfrentamos diz respeito à humanidade: se não fizermos alguma coisa drástica agora, já, nossos filhos serão assados ou inundados".

Como os efeitos das mudanças climáticas são profundamente desiguais, uma vez que países e pessoas mais pobres são os mais afetados, temos não apenas uma questão de sobrevivência, mas também uma questão ética para solucionar.

Se não mudarmos os incentivos vigentes, conviveremos — cada vez com maior frequência e intensidade — com chuvas extremas, inundações, secas, deslizamentos de terra, casas destruídas, vidas perdidas e políticas emergenciais que não afetam as causas (mas somente as consequências) do problema.

A boa notícia é que dá para fazer muita coisa diferente.

A literatura científica aponta que uma medida fundamental para combater os eventos extremos é a conservação de florestas. Além de ser uma fonte de captura de carbono, florestas protegem contra inundações, deslizamentos de terra e são provedoras de recursos hídricos, prevenindo secas extremas.

Mas como proteger nossas florestas? Além das ações fundamentais de comando e controle, retomadas em 2023, e que já estão gerando bons resultados no combate ao desmatamento, é preciso lançar mão também de instrumentos econômicos que afetem a decisão de desmatar e que, ao mesmo tempo, induzam os entes subnacionais a colaborar com a efetivação da legislação ambiental.

Uma forma de fazer isso é mexendo na parte mais sensível da política pública, na parte fiscal, onde mora não só o dinheiro, mas também as preocupações dos governantes.

Antes de apresentarmos uma proposta factível nessa direção, é preciso ter duas coisas em mente.

Primeiro, como disse o economista Carlos Mussi, o passivo ambiental de hoje será um passivo fiscal no futuro. E o futuro vem se aproximando com velocidade: apenas em 2023, estima-se que as perdas econômicas em decorrência de desastres naturais representaram US$ 295 bilhões no mundo (cerca de 15% do PIB do Brasil). Portanto, a natureza cobra a conta da negligência com a conservação ambiental e essa conta muitas vezes bate no bolso da sociedade, isto é, nas contas públicas.

Segundo, que uma característica das mudanças climáticas é que a necessidade de preparo para seus efeitos — adaptação à mudança do clima — é eminentemente local. Ou seja, são os entes subnacionais — Estados e municípios — que devem elaborar planos de adaptação e investir nas políticas de prevenção e resposta a desastres naturais, ainda que com o apoio da União.

Isto posto, retomamos a pergunta, como proteger nossas florestas?

O Código Florestal de 2012 estabeleceu a necessidade de todos os produtores rurais cadastrarem suas propriedades, incluindo a localização das áreas de reserva legal e de proteção permanente. De acordo com o código, são os Estados que têm a responsabilidade concreta de analisar os cadastros ambientais rurais (também chamados de "CAR") e averiguar se estão de acordo com a legislação.

Acontece que, mais de dez anos depois da aprovação do Código Florestal, menos de 45% da área total cadastrada no país foi efetivamente analisada pelos Estados. Em alguns casos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia o percentual de área de CAR analisada não chega a 15%.

Claramente, não tem havido incentivo para os governadores avançarem na análise do CAR. Isso é muito delicado, pois o CAR é a peça-chave para que o Código Florestal seja de fato implementado. Afinal, após a análise do CAR, as propriedades rurais são consideradas em acordo ou não com a legislação. Caso não estejam, são necessárias ações de regularização ambiental. De acordo com dados do Serviço Florestal Brasileiro, apenas 20 milhões de hectares — ou seja, 3% da área cadastrada como CAR — está com sua regularidade ambiental concluída.

Tendo em vista o imenso ativo ambiental que o país possui, estamos deixando na mesa possibilidades econômicas do que se convencionou chamar de "soluções baseadas na natureza". É preciso desenhar incentivos para que os Estados acelerem a análise do CAR, de modo a implementarmos efetivamente o Código Florestal.

> **Tesouro deveria levar em conta na capacidade de pagamento dos Estados a fatia regularizada do Cadastro Ambiental Rural**

Nossa proposta é que a Secretaria do Tesouro Nacional, em sua análise rotineira da capacidade de pagamento (CAPAG) dos Estados, considere o percentual de análise de CAR realizado por cada Estado. Se for possível comprovar determinado progresso na análise do CAR, ganha-se um upgrade na nota final — o que pode ser um benefício importante, pois, dependendo da nota final, isso pode permitir que o ente contrate empréstimos com garantia da União (com taxas de juros menores e com prazos maiores).

Essa proposta não seria uma grande revolução para as regras atuais do CAPAG, pois neste ano passou a vigorar uma norma que permite afetar a nota CAPAG dos entes subnacionais, de acordo com a qualidade de informação contábil e fiscal do Estado. Ora, se a qualidade da informação fiscal importa, a qualidade da informação ambiental também deveria importar (vale lembrar "o passivo ambiental de hoje é o passivo fiscal de amanhã").

Sendo assim, considerar a evolução da análise do CAR no CAPAG seria uma forma se considerar a dívida verde dos Estados, com efeitos na possibilidade de o Estado reduzir seus danos decorrentes de eventos extremos e até mesmo de auferir receitas com o aproveitamento dos ativos ambientais.

Esta proposta é apenas um passo inicial em direção a um espectro mais amplo de mudanças necessárias.

No debate público, muito se fala de conciliar responsabilidades fiscal e social. Pois está na hora de incluir a dimensão ambiental nessa discussão, integrando ainda mais políticas fiscais e ambientais para cultivar um desenvolvimento sustentável — em que o ativo ambiental de hoje seja visto como a receita fiscal de amanhã.

André Sant'Anna é professor colaborador da UFF e doutor pela UFRJ. **Ricardo Barboza** é pesquisador associado da FGV-Ibre, professor do Ibmec e Mestre pela PUC-Rio. As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.

Frase do dia

"Torna nosso trabalho muito mais difícil se houver a percepção de que não há uma âncora fiscal".

Do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao comentar a redução da meta fiscal anunciada pelo governo

Cartas de Leitores

Ataque do Irã a Israel

Com centenas de drones e mísseis, o Irã atacou Israel, mas 99% destes aparatos foram interceptados por sofisticados equipamentos de França, Inglaterra, EUA e pelas próprias tropas de Netanyahu. O estrago foi pequeno, mas o que vem por aí ninguém sabe. Israel diz que vai responder à altura. Já o Irã diz parar por aí, a não ser que Israel faça ataques, com a promessa de fazer Israel pagar caro pelo bombardeio contra o consulado iraniano na Síria. Enquanto esses líderes irresponsáveis e desumanos continuarem brincando de pega-pega, a economia mundial continuará capengando.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Problemas da República

A República brasileira existe há 135 anos, 35 dos quais, ou seja, praticamente 25%, serviram de cenários a ditaduras. Já promulgou ou outorgou seis Cartas Magnas, sendo a atual, a "redentora", redigida com o propósito de satisfazer demandas de grupos e corporações específicos, e não para atender às peculiaridades do Estado brasileiro e de seu povo, resultando então num interminável número de emendas já aprovadas e outra tantas em análise, necessárias para enfrentar os aflitivos e travadores problemas políticos, econômicos e morais. Protagonizou até agora, portanto, uma triste história, coroada pelo fato de que hoje uma perturbadora porcentagem de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, 12 dos 37 ministros atuais e sete governadores são alvos de investigações judiciais.

Como se vê, é um currículo repleto de pontos negativos que não recomendam o país no sentido de ser avaliado positivamente visando à injeção de investimentos saudáveis e ao aumento de prestígio na arena internacional.

Será que ainda é possível "passá-lo a limpo", para usar uma expressão já desgastada? Quantos rascunhos serão ainda amarrotados e lançados no lixo?

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correção

O artigo "Se bem formulado, 'Juros por Educação' é cavalo selado", publicado na página A14, da edição de 13, 14 e 15 de abril, identificou erroneamente um dos autores como Otavio Nogueira Filho. O correto é Olavo Nogueira Filho.

•

Diferentemente do informado na matéria com o título "Co.liga e Nestlé abrem cursos para jovens", publicada na página B5, da edição de 13,14 e 15 de abril, o projeto não selecionará agora os três alunos que mais se destacarem e terá novas fases, que incluem masterclass na cozinha da Nestlé Professional, em São Paulo, além de conhecer parceiros e chefes da companhia. Além disso, o texto dizia equivocadamente que o programa Yocutá não possuia alcance nacional, mas possui.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Brasil deve querer que instituição adeque sua governança ao século XXI. Por **Marcos Chiliatto**

Banco Mundial, para que te quero?

"Pés, para que te quero, se tenho asas para voar?" é frase atribuída a Frida Kahlo, que sofria com dores e dificuldades para caminhar por conta de um grave acidente, mas por meio da arte encontrou sua forma de voar e alcançar o mundo. Hoje, as instituições originárias da arquitetura financeira internacional do pós-guerra, o Banco Mundial e o FMI (criados na reunião de Bretton Woods em 1944) compartilham a arena global do multilateralismo com o Novo Banco de Desenvolvimento (o Banco do Brics), Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e bancos regionais — como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF). Se temos "asas para voar" com bancos nos quais o Brasil tem maior poder de influência, ou os países do Sul Global os controlam, por que devemos, ao mesmo tempo, nos empenhar e promover reformas nas instituições tradicionais, criadas há 80 anos, como o Banco Mundial?

Em um mundo com graves conflitos armados e que caminha na direção de crescentes polarizações geopolíticas, que dificultam acordos no multilateralismo, o Brasil se coloca como um país com capacidade de diálogo construtivo. Seja com os países do Brics, em especial a China, mas também com os Estados Unidos e os europeus, além de obviamente os países da América Latina e Caribe, nessa região, e a África, graças às nossas raízes históricas e à liderança do presidente Lula. Essa capacidade de diálogo vem permitindo sucessos nas reuniões do G20 e outros espaços internacionais.

Vale lembrar, a presidência brasileira do G20 busca orientar as maiores economias do mundo a coordenarem ações em torno dos pilares da inclusão social e combate à fome; da sustentabilidade e transformação ecológica; ao mesmo tempo em que coloca em pauta a urgência de uma reforma da governança global, que permita às instituições internacionais representarem de forma mais adequada o peso do Sul Global na realidade do século XXI e, portanto, contemplarem maior participação dos países mais pobres e emergentes.

> **Banco Mundial ainda é a instituição multilateral com maior capacidade de alavancar seu capital e com maior aptidão para mobilização de recursos. Associado ao financiamento está o apoio técnico de excelência para desenho e execução de projetos**

Durante a primeira reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20, no mês de fevereiro em São Paulo, o Brasil conseguiu elevar a importância do enfrentamento às desigualdades, trazendo inclusive a discussão de um imposto global sobre a riqueza de pessoas super-ricas. Além disso, nessa reunião, o G20 avançou na difícil busca por consensos sobre um arcabouço, coordenado internacionalmente, para que os países mais pobres possam solucionar a insustentabilidade de suas dívidas, em um cenário global de alta taxas de juros e restrições no acesso à liquidez e ao financiamento de longo prazo.

Na segunda reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais, que será agora em Washington, estará no centro das discussões a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Diante de grandes desafios sociais, econômicos e ambientais, o objetivo será tornar os bancos multilaterais maiores, melhores, mais eficazes e coordenar para que todos trabalhem de forma sistêmica. Isso significa multiplicar volumes de financiamento a países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, assegurar o alinhamento às estratégias nacionais de desenvolvimento, incluindo o combate à pobreza, à fome e às desigualdades, bem como a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Para ampliar a disponibilidade de recursos a taxas de juros acessíveis, a gestão financeira dos bancos multilaterais tem sido "otimizada", o que significa que esses bancos estão reformulando suas regras e criando instrumentos financeiros para permitir maior alavancagem com a mesma base de capital existente (sem colocar em xeque as qualificações de crédito AAA). No entanto, apesar de essencial, a otimização de balanços é insuficiente diante dos atuais desafios globais. Deve-se reconhecer que formas inovadoras de mobilização de recursos precisam se aprofundar e, mais do que isso, capitalizar os bancos multilaterais e aumentar a disponibilidade de recursos concessionais para os mais pobres serão centrais no enfrentamento das urgentes necessidades do desenvolvimento.

Portanto, "para que te quero, Banco Mundial"? Primeiro, pela necessidade de ampliar os volumes de financiamento para o desenvolvimento a baixo custo. O Banco Mundial continua sendo a instituição multilateral com maior capacidade de alavancar seu capital e com maior aptidão para mobilização de recursos concessionais. Segundo, associado ao financiamento para projetos e programas executados por países em desenvolvimento (em setores como água e saneamento, transporte, energia, educação, saúde) está o apoio técnico de excelência para desenho e execução de projetos, algo que se faz essencial naqueles locais em que as capacidades institucionais são mais frágeis. Terceiro, pela condição privilegiada e de equidistância do Brasil com relação aos polos globais. De modo que é importante o Brasil promover o funcionamento sistêmico das instituições multilaterais e aprofundar seu engajamento com os Bancos com sede na Ásia, os bancos genuinamente latino-americanos e, também, o tradicional Banco Mundial.

Não menos importante, dada a demanda brasileira, e de outros países emergentes, por reformas nas instituições de Bretton Woods, o Banco Mundial hoje é liderado por Ajay Banga, um presidente estadunidense de origem indiana, eleito em junho de 2023, que demonstra estar em condições de produzir as transformações que se fazem necessárias na instituição, sempre quando os acionistas chegarem a bons acordos.

Finalmente, ao mesmo tempo em que o Brasil reforçaria sua posição nos distintos espaços da arena geopolítica, devemos também "querer" que o Banco Mundial evolua sua governança e permita uma participação mais equilibrada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Adequar a governança à realidade do século XXI permitirá que as instituições de Bretton Woods se tornem maiores, melhores e mais eficazes no enfrentamento da pobreza, da fome, das questões climáticas, e pela prosperidade dos povos.

Marcos Vinicius Chiliatto é diretor-executivo do Grupo Banco Mundial pelo Brasil. Opiniões e pontos de vista são responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, a opinião do Banco nem seu diretório.

ECONÔMICO
Valor

Governo muda meta e reduz o vigor do ajuste fiscal

O governo desistiu da meta prometida de superávit primário de 0,5% do PIB em 2025, na mais importante mudança já no primeiro ano de vigência do novo regime fiscal. Segundo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresentado ontem, a meta para o ano que vem será déficit zero, a mesma vigente para o atual exercício, que a grande maioria dos analistas acredita que não será atingida. Como o descumprimento da meta acarreta punições, entre elas a permissão de crescimento das despesas reduzida a 50% do avanço das receitas, a meta de 2024 deverá ser mudada mais adiante. Ontem, o governo disse que ela será mantida.

O governo diminuiu o ritmo de esforço fiscal para se chegar a um superávit primário de 1%, resultado que deveria ser obtido no último ano de mandato do presidente Lula. De 0,5 ponto percentual do PIB a cada ano passou agora a 0,25, sempre com margem para cima ou para baixo de 0,25. Com essa margem, em 2026 o presidente tentará a reeleição podendo apenas zerar o déficit público — o mesmo objetivo que havia se colocado em 2024. Resultados mais vigorosos ficarão, claro, para o próximo governo.

O novo regime fiscal reduziu a velocidade de crescimento da dívida pública e afastou o perigo de marcha acelerada rumo à falência do Estado. A outra face do regime revela-se agora, em sua execução. Ao reduzir a meta fiscal de 2025, um péssimo sinal de que pode fazê-lo de novo, ao sabor das conveniências, a relação entre a dívida pública e o PIB, já desconfortável, vai piorar. Pelas estimativas da LDO, a relação, que foi de 71,7% do PIB em 2022, aumentará para 79,1% do PIB em 2026, ou 7,4 ponto percentual do PIB de acréscimo — cerca de R$ 873 bilhões em reais de hoje. Na média de quatro anos, a dívida crescerá R$ 218,2 bilhões anuais, apenas um pouco menos do que foi o elevado déficit público no primeiro ano da gestão Lula. O boletim Focus da semana passada, tomando como referência a dívida líquida (que abate os ativos, como reservas), estima que ela evoluirá de 63,8% do PIB este ano para 68,5% em 2026, 5 pontos do PIB a mais.

O governo não pretende conter gastos, o que se tornou mais uma vez claro com a atuação do ministro da Casa Civil, Rui Costa, um adversário do equilíbrio fiscal pregado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na votação surpresa, em um projeto destinado a recriar o DPVAT, que deu permissão para abertura de crédito suplementar de mais R$ 15,7 bilhões de gastos ao Executivo. Essa possibilidade estava no orçamento do primeiro ano de vigência do regime fiscal, condicionada à arrecadação acima da prevista quando da realização da segunda avaliação bimestral sobre a situação das contas públicas em maio.

A Câmara antecipou espertamente o calendário e considerou que o avanço das receitas no primeiro bimestre do ano preenchia as condições para o crédito suplementar, interessado na liberação de R$ 5,2 bilhões em emendas parlamentares, vetada pelo presidente Lula e objeto de negociação posterior com o Planalto.

As manobras do Planalto e do Congresso mostraram um aspecto matreiro do novo regime fiscal, que no entanto está em sua essência. Todo o esforço para aumentar a arrecadação feito por Haddad, e consumado em grande parte em ações meritórias para fechar brechas que delineavam injustiças tributárias, serviu de fato para ampliar as despesas públicas, não para trazer a zero o déficit.

Mais ainda, o aumento de R$ 15,7 bilhões deverá compor a base para se calcular em termos reais os gastos no ano que vem — pela regra, em um mínimo de 0,6% e máximo de 2,5%. A autorização para o gasto suplementar supôs muito antes do tempo que a arrecadação ultrapassará a o orçado, o que ao que tudo indica não se concretizará. A redução do objetivo fiscal a zero em 2025 sinaliza, na melhor das hipóteses, que o espaço para aumento de receitas com majoração de tributos atingiu o ponto máximo politicamente possível e não se deve esperar muito mais desse instrumento.

A própria essência do regime fiscal é de que os gastos subirão toda vez que as receitas crescerem, guardada a proporção de 70% das receitas. O desejo do Planalto é gastar mais, tanto que encaminhara ao TCU outra manobra, assinalando que se garantisse aumento de despesa mínimo de 0,6%, e que o contingenciamento deveria se subordinar a esse objetivo, deixando de lado que o dinheiro bloqueado destina-se a garantir que a meta do déficit estabelecida no orçamento seja cumprida. O TCU não proferiu sua avaliação oficial, mas a assessoria técnica do órgão, sim: o entendimento do governo é incorreto.

O governo não está fazendo economia para pagar os juros da dívida, na casa dos 11% cobrados do Tesouro para emitir seus títulos. O déficit nominal de 2023 foi de 8,9% do PIB, ou quase R$ 1 trilhão (R$ 967,4 bilhões). As incertezas fiscais tendem a restringir a queda de juros, que, mesmo um pouco menores, incidirão sobre débitos crescentes, piorando o resultado final. Juros altos inibem os investimentos, logo o crescimento do PIB — a melhor forma de estabilizar a dívida e reduzir a montanha de débitos do Estado.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Organizações sociais são avanço na gestão pública. Por **Pedro Wongtschowski, Regina Pacheco e Evelyn Levy**

O Estado que funciona

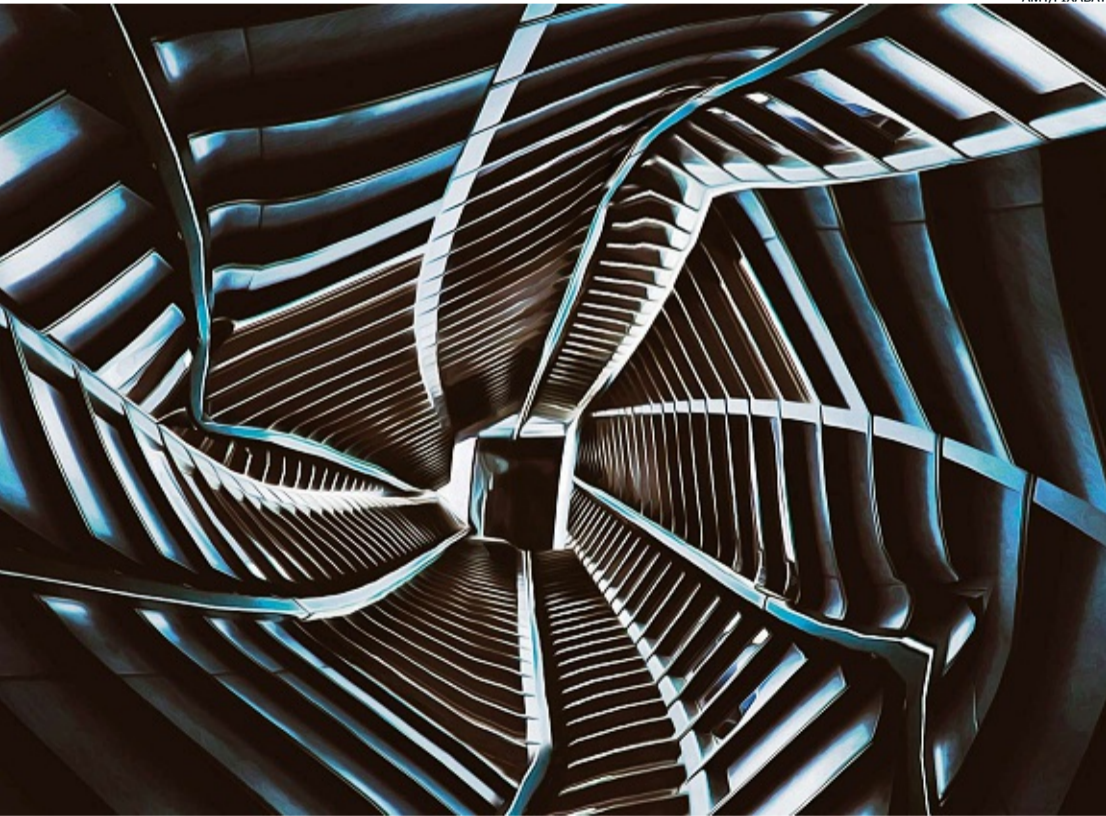
Diante da constante demanda por mais e melhores serviços públicos, é oportuno avaliar uma das mais importantes consequências do Plano Diretor da Reforma do Estado, concebido em 1995, pelo então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.

A criação da figura jurídica das organizações sociais (OSs) visa transferir para entidades públicas não estatais (ou transformar agências ou departamentos estatais em entidades públicas não estatais) a implementação de serviços sociais, culturais e científicos. O objetivo primordial é o de ganhar eficiência, ampliando a oferta desses serviços, por intermédio da maior flexibilidade e autonomia que o quadro legal — privado — permite.

O Estado passa a financiar esses setores, transferindo recursos mediante um contrato de gestão, orientado pela conquista de resultados. Trata-se de estabelecer uma parceria entre Estado e sociedade, ampliando a participação da sociedade a partir do controle social, por meio de conselhos de administração amplos e representativos. Por outro lado, o modelo implica na possibilidade de obter recursos adicionais a essas atividades, oriundos de fontes não governamentais. A transparência se estabelece como pressuposto dessa nova modalidade.

Desde o momento da publicação da lei 9637/98, o modelo se disseminou entre os entes da federação: hoje 20 estados adotam a figura das OSs no campo da saúde; no Estado de São Paulo, mais de 1000 equipamentos são gerenciados por OSs, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, mais de 100. Nesse campo atuam mais de 150 OSs, administrando principalmente hospitais. Uma avaliação dos melhores hospitais públicos do país indicou que, dos 40 primeiros, 35 são gerenciados por OSs. As OSs de saúde são responsáveis por 44% dos serviços prestados pelo governo do Estado de São Paulo e mais da metade dos serviços prestados por parceiros no município de São Paulo.

No campo da cultura, o modelo tem sido adotado com sucesso, tendo colaborado intensamente para a institucionalização e formalização desse setor. Esse é um campo em que é possível a captação de recursos na sociedade; a título de exemplo, a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), cujas receitas, em 2006, provinham em 70% do contrato de gestão, passaram a somente depender dessa mesma fonte em aproximadamente 40%, a partir de 2016. Ainda no Estado de São Paulo tem se assistido a uma admirável ampliação e descentralização dos serviços no campo da cultura, tendo em vista que as OSs possuem uma capilaridade dificilmente alcançável pelas estruturas estatais. As OSs de Cultura se expandiram no país — como o "Dragão do Mar", do Ceará — de sorte que os melhores programas e melhores equipamentos são gerenciados por elas. Esse modelo permitiu também a profissionalização do campo e estimula o trabalho em rede.

Há que se destacar igualmente contribuição das OSs na ciência e tecnologia; esse é um campo em que o nível federal está mais presente e no qual há notáveis conquistas, representadas, por exemplo, pela obtenção da medalha Fields (equivalente ao Nobel nessa área) por Artur Ávila, integrante do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), ou pelo CNPEM, que detém o maior equipamento científico do hemisfério Sul, o acelerador Sirius. O modelo OS também permite que o Impa realize a Olimpíada de Matemática, envolvendo 22,6 milhões de alunos em praticamente todos os municípios do país.

AMY/PIXABAY

Alguns Estados, como Pernambuco, também vêm se utilizando do modelo para iniciativas no campo da ciência e tecnologia, como o "Porto Digital". Situado no centro de Recife, congrega hoje 415 empresas, 18.000 empregos, teve um faturamento, em 2023, de mais de R$ 5 bilhões. Iniciativa semelhante, desenvolvida dentro da administração direta, logrou criar somente 13 empresas no mesmo período. A efetividade das OSs justificou sua adoção na criação recente do "Centro de Bionegócios da Amazônia", na atual gestão Lula.

Em que pese os avanços que as OSs têm proporcionado, sua implementação não é livre de problemas. Uma avaliação de 2022 destacou importantes pendências: falta de compromisso orçamentário por parte dos governos; lentidão ou falta de rigor no processo de escolha das organizações; desconhecimento e resistência da burocracia; falta de padronização para avaliação; controles internos e externo inadequados, avaliando-as como se estivessem sob o quadro jurídico estatal. Nem sempre os tribunais de contas entendem completamente a natureza das OSs.

Em recente encontro, promovido pela FGV-EAESP, dirigentes de importantes organizações sociais, representantes de tribunais de contas, dirigentes do Executivo Federal e executivos estaduais, juristas e especialistas — além do próprio ex-ministro Bresser-Pereira — examinaram a experiência dos últimos 25 anos.

Em síntese, os experientes painelistas destacaram que ainda há obstáculos a superar: a fragilidade da administração direta em elaborar, planejar e monitorar os contratos de gestão; a falta de responsabilização do contratante, permitindo que os desembolsos fiquem sujeitos à "disponibilidade orçamentária"; lideranças incapazes, seja do lado do Estado, seja do lado das organizações; a incompreensão, por parte do poder público, de que se trata de uma parceria e não privatização, terceirização ou prestação de serviço contratado.

Por outro lado, apontaram que as OSs têm demonstrado ser uma ferramenta altamente efetiva para projetos especiais, que necessitam uma visão de longo prazo. Do ponto de vista legal, a OS tem a vantagem de poder ser adaptada pelos entes e pelos setores. Traz também grandes ganhos de aprendizado para os governos, que podem aplicar essas lições em seus equipamentos estatais.

Há aperfeiçoamentos que poderiam ser adotados, como um fundo garantidor, que daria segurança jurídica e garantias orçamentárias às organizações contratadas.

A melhoria da gestão pública é uma construção: envolve um entendimento comum, da sociedade, dos diferentes segmentos do Estado, da classe política e a qualificação desses múltiplos atores. Os ganhos de eficiência e efetividade derivam de um conjunto de estratégias. A escolha de corretos modelos organizacionais se mostrou ser uma delas, e das mais relevantes. As OSs representam um grande avanço na gestão pública brasileira. A entrega de mais e melhores serviços aos cidadãos exige a ousadia da experimentação.

Pedro Wongtschowski é conselheiro de empresas privadas e da Fapesp, IMPA, FNDCT, Embrapii. Preside o Conselho de Inovação e Competitividade da Fiesp.
Regina Pacheco é professora e pesquisadora de gestão pública da FGV-EAESP
Evelyn Levy é especialista em gestão pública e consultora de organismos internacionais.

Dívida verde dos Estados

André Sant'Anna e Ricardo Barboza

Combater as mudanças climáticas não é apenas uma necessidade, mas uma questão de sobrevivência. Nas palavras de Adam Przeworski, "o maior perigo que enfrentamos diz respeito à humanidade: se não fizermos alguma coisa drástica agora, já, nossos filhos serão assados ou inundados".

Como os efeitos das mudanças climáticas são profundamente desiguais, uma vez que países e pessoas mais pobres são os mais afetados, temos não apenas uma questão de sobrevivência, mas também uma questão ética para solucionar.

Se não mudarmos os incentivos vigentes, conviveremos — cada vez com maior frequência e intensidade — com chuvas extremas, inundações, secas, deslizamentos de terra, casas destruídas, vidas perdidas e políticas emergenciais que não afetam as causas (mas somente as consequências) do problema.

A boa notícia é que dá para fazer muita coisa diferente.

A literatura científica aponta que uma medida fundamental para combater os eventos extremos é a conservação de florestas. Além de ser uma fonte de captura de carbono, florestas protegem contra inundações, deslizamentos de terra e são provedoras de recursos hídricos, prevenindo secas extremas.

Mas como proteger nossas florestas? Além das ações fundamentais de comando e controle, retomadas em 2023, e que já estão gerando bons resultados no combate ao desmatamento, é preciso lançar mão também de instrumentos econômicos que afetem a decisão de desmatar e que, ao mesmo tempo, induzam os entes subnacionais a colaborar com a efetivação da legislação ambiental.

Uma forma de fazer isso é mexendo na parte mais sensível da política pública, na parte fiscal, onde mora não só o dinheiro, mas também as preocupações dos governantes.

Antes de apresentarmos uma proposta factível nessa direção, é preciso ter duas coisas em mente.

Primeiro, como disse o economista Carlos Mussi, o passivo ambiental de hoje será um passivo fiscal no futuro. E o futuro vem se aproximando com velocidade: apenas em 2023, estima-se que as perdas econômicas em decorrência de desastres naturais representaram US$ 295 bilhões no mundo (cerca de 15% do PIB do Brasil). Portanto, a natureza cobra a conta da negligência com a conservação ambiental e essa conta muitas vezes bate no bolso da sociedade, isto é, nas contas públicas.

Segundo, que uma característica das mudanças climáticas é que a necessidade de preparo para seus efeitos — adaptação à mudança do clima — é eminentemente local. Ou seja, são os entes subnacionais — Estados e municípios — que devem elaborar planos de adaptação e investir nas políticas de prevenção e resposta a desastres naturais, ainda que com o apoio da União.

Isto posto, retomamos a pergunta, como proteger nossas florestas?

O Código Florestal de 2012 estabeleceu a necessidade de todos os produtores rurais cadastrarem suas propriedades, incluindo a localização das áreas de reserva legal e de proteção permanente. De acordo com o código, são os Estados que têm a responsabilidade concreta de analisar os cadastros ambientais rurais (também chamados de "CAR") e averiguar se estão de acordo com a legislação.

Acontece que, mais de dez anos depois da aprovação do Código Florestal, menos de 45% da área total cadastrada no país foi efetivamente analisada pelos Estados. Em alguns casos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia o percentual de área de CAR analisada não chega a 15%.

Claramente, não tem havido incentivo para os governadores avançarem na análise do CAR. Isso é muito delicado, pois o CAR é a peça-chave para que o Código Florestal seja de fato implementado. Afinal, após a análise do CAR, as propriedades rurais são consideradas em acordo ou não com a legislação. Caso não estejam, são necessárias ações de regularização ambiental. De acordo com dados do Serviço Florestal Brasileiro, apenas 20 milhões de hectares — ou seja, 3% da área cadastrada como CAR — está com sua regularidade ambiental concluída.

Tendo em vista o imenso ativo ambiental que o país possui, estamos deixando na mesa possibilidades econômicas do que se convencionou chamar de "soluções baseadas na natureza". É preciso desenhar incentivos para que os Estados acelerem a análise do CAR, de modo a implementarmos efetivamente o Código Florestal.

Tesouro deveria levar em conta na capacidade de pagamento dos Estados a fatia regularizada do Cadastro Ambiental Rural

Nossa proposta é que a Secretaria do Tesouro Nacional, em sua análise rotineira da capacidade de pagamento (CAPAG) dos Estados, considere o percentual de análise de CAR realizado por cada Estado. Se for possível comprovar determinado progresso na análise do CAR, ganha-se um upgrade na nota final — o que pode ser um benefício importante, pois, dependendo da nota final, isso pode permitir que o ente contrate empréstimos com garantia da União (com taxas de juros menores e com prazos maiores).

Essa proposta não seria uma grande revolução para as regras atuais do CAPAG, pois neste ano passou a vigorar uma norma que permite afetar a nota CAPAG dos entes subnacionais, de acordo com a qualidade de informação contábil e fiscal do Estado. Ora, se a qualidade da informação fiscal importa, a qualidade da informação ambiental também deveria importar (vale lembrar "o passivo ambiental de hoje é o passivo fiscal de amanhã").

Sendo assim, considerar a evolução da análise do CAR no CAPAG seria uma forma se considerar a dívida verde dos Estados, com efeitos na possibilidade de o Estado reduzir seus danos decorrentes de eventos extremos e até mesmo de auferir receitas com o aproveitamento dos ativos ambientais.

Esta proposta é apenas um passo inicial em direção a um espectro mais amplo de mudanças necessárias.

No debate público, muito se fala de conciliar responsabilidades fiscal e social. Pois está na hora de incluir a dimensão ambiental nessa discussão, integrando ainda mais políticas fiscais e ambientais para cultivar um desenvolvimento sustentável — em que o ativo ambiental de hoje seja visto como a receita fiscal de amanhã.

André Sant'Anna é professor colaborador da UFF e doutor pela UFRJ. **Ricardo Barboza** é pesquisador associado da FGV-Ibre, professor do Ibmec e Mestre pela PUC-Rio. As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.

Frase do dia

"Torna nosso trabalho muito mais difícil se houver a percepção de que não há uma âncora fiscal".

Do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ao comentar a redução da meta fiscal anunciada pelo governo

Cartas de Leitores

Ataque do Irã a Israel

Com centenas de drones e mísseis, o Irã atacou Israel, mas 99% destes aparatos foram interceptados por sofisticados equipamentos de França, Inglaterra, EUA e pelas próprias tropas de Netanyahu. O estrago foi pequeno, mas o que vem por aí ninguém sabe. Israel diz que vai responder à altura. Já o Irã diz parar por aí, a não ser que Israel faça ataques, com a promessa de fazer Israel pagar caro pelo bombardeio contra o consulado iraniano na Síria. Enquanto esses líderes irresponsáveis e desumanos continuarem brincando de pega-pega, a economia mundial continuará capengando.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Problemas da República

A República brasileira existe há 135 anos, 35 dos quais, ou seja, praticamente 25%, serviram de cenários a ditaduras. Já promulgou ou outorgou seis Cartas Magnas, sendo a atual, a "redentora", redigida com o propósito de satisfazer demandas de grupos e corporações específicos, e não para atender às peculiaridades do Estado brasileiro e de seu povo, resultando então num interminável número de emendas já aprovadas e outra tantas em análise, necessárias para enfrentar os aflitivos e travadores problemas políticos, econômicos e morais. Protagonizou até agora, portanto, uma triste história, coroada pelo fato de que hoje uma perturbadora porcentagem de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, 12 dos 37 ministros atuais e sete governadores são alvos de investigações judiciais.

Como se vê, é um currículo repleto de pontos negativos que não recomendam o país no sentido de ser avaliado positivamente visando à injeção de investimentos saudáveis e ao aumento de prestígio na arena internacional.

Será que ainda é possível "passá-lo a limpo", para usar uma expressão já desgastada? Quantos rascunhos serão ainda amarrotados e lançados no lixo?

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correção

O artigo "Se bem formulado, 'Juros por Educação' é cavalo selado", publicado na página A14, da edição de 13, 14 e 15 de abril, identificou erroneamente um dos autores como Otavio Nogueira Filho. O correto é Olavo Nogueira Filho.

•

Diferentemente do informado na matéria com o título "Co.liga e Nestlé abrem cursos para jovens", publicada na página B5, da edição de 13,14 e 15 de abril, o projeto não selecionará agora os três alunos que mais se destacarem e terá novas fases, que incluem masterclass na cozinha da Nestlé Professional, em São Paulo, além de conhecer parceiros e chefes da companhia. Além disso, o texto dizia equivocadamente que o programa Yocutá não possuia alcance nacional, mas possui.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Brasil deve querer que instituição adeque sua governança ao século XXI. Por **Marcos Chiliatto**

Banco Mundial, para que te quero?

"Pés, para que te quero, se tenho asas para voar?" é frase atribuída a Frida Kahlo, que sofria com dores e dificuldades para caminhar por conta de um grave acidente, mas por meio da arte encontrou sua forma de voar e alcançar o mundo. Hoje, as instituições originárias da arquitetura financeira internacional do pós-guerra, o Banco Mundial e o FMI (criados na reunião de Bretton Woods em 1944) compartilham a arena global do multilateralismo com o Novo Banco de Desenvolvimento (o Banco do Brics), Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e bancos regionais — como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF). Se temos "asas para voar" com bancos nos quais o Brasil tem maior poder de influência, ou os países do Sul Global os controlam, por que devemos, ao mesmo tempo, nos empenhar e promover reformas nas instituições tradicionais, criadas há 80 anos, como o Banco Mundial?

Em um mundo com graves conflitos armados e que caminha na direção de crescentes polarizações geopolíticas, que dificultam acordos no multilateralismo, o Brasil se coloca como um país com capacidade de diálogo construtivo. Seja com os países do Brics, em especial a China, mas também com os Estados Unidos e os europeus, além de obviamente os países da América Latina e Caribe, nossa região, e a África, graças às nossas raízes históricas e à liderança do presidente Lula. Essa capacidade de diálogo vem permitindo sucessos nas reuniões do G20 e outros espaços internacionais.

Vale lembrar, a presidência brasileira do G20 busca orientar as maiores economias do mundo a coordenarem ações em torno dos pilares da inclusão social e combate à fome; da sustentabilidade e transformação ecológica; ao mesmo tempo em que coloca em pauta a urgência de uma reforma da governança global, que permita às instituições internacionais representarem de forma mais adequada o peso do Sul Global na realidade do século XXI e, portanto, contemplarem maior participação dos países mais pobres e emergentes.

Banco Mundial ainda é a instituição multilateral com maior capacidade de alavancar seu capital e com maior aptidão para mobilização de recursos. Associado ao financiamento está o apoio técnico de excelência para desenho e execução de projetos

Durante a primeira reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20, no mês de fevereiro em São Paulo, o Brasil conseguiu elevar a importância do enfrentamento às desigualdades, trazendo inclusive a discussão de um imposto global sobre a riqueza de pessoas super-ricas. Além disso, nessa reunião, o G20 avançou na difícil busca por consensos sobre um arcabouço, coordenado internacionalmente, para que os países mais pobres possam solucionar a insustentabilidade de suas dívidas, em um cenário global de alta taxas de juros e restrições no acesso à liquidez e ao financiamento de longo prazo.

Na segunda reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais, que será agora em Washington, estará no centro das discussões a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Diante de grandes desafios sociais, econômicos e ambientais, o objetivo será tornar os bancos multilaterais maiores, melhores, mais eficazes e coordenar para que todos trabalhem de forma sistêmica. Isso significa multiplicar volumes de financiamento a países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, assegurar o alinhamento às estratégias nacionais de desenvolvimento, incluindo o combate à pobreza, à fome e às desigualdades, bem como a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Para ampliar a disponibilidade de recursos a taxas de juros acessíveis, a gestão financeira dos bancos multilaterais tem sido "otimizada", o que significa que esses bancos estão reformulando suas regras e criando instrumentos financeiros para permitir maior alavancagem com a mesma base de capital existente (sem colocar em xeque as qualificações de crédito AAA). No entanto, apesar de essencial, a otimização de balanços é insuficiente diante dos atuais desafios globais. Deve-se reconhecer que formas inovadoras de mobilização de recursos precisam se aprofundar e, mais do que isso, capitalizar os bancos multilaterais e aumentar a disponibilidade de recursos concessionais para os mais pobres serão centrais no enfrentamento das urgentes necessidades do desenvolvimento.

Portanto, "para que te quero, Banco Mundial"? Primeiro, pela necessidade de ampliar os volumes de financiamento para o desenvolvimento a baixo custo. O Banco Mundial continua sendo a instituição multilateral com maior capacidade de alavancar seu capital e com maior aptidão para mobilização de recursos concessionais. Segundo, associado ao financiamento para projetos e programas executados por países em desenvolvimento (em setores como água e saneamento, transporte, energia, educação, saúde) está o apoio técnico de excelência para desenho e execução de projetos, algo que se faz essencial naqueles locais em que as capacidades institucionais são mais frágeis. Terceiro, pela condição privilegiada e de equidistância do Brasil com relação aos polos globais. De modo que é importante o Brasil promover o funcionamento sistêmico das instituições multilaterais e aprofundar seu engajamento com os Bancos com sede na Ásia, os bancos genuinamente latino-americanos e, também, o tradicional Banco Mundial.

Não menos importante, dada a demanda brasileira, e de outros países emergentes, por reformas nas instituições de Bretton Woods, o Banco Mundial hoje é liderado por Ajay Banga, um presidente estadunidense de origem indiana, eleito em junho de 2023, que demonstra estar em condições de produzir as transformações que se fazem necessárias na instituição, sempre quando os acionistas chegarem a bons acordos.

Finalmente, ao mesmo tempo em que o Brasil reforçaria sua posição nos distintos espaços da arena geopolítica, devemos também "querer" que o Banco Mundial evolua sua governança e permita uma participação mais equilibrada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Adequar a governança à realidade do século XXI permitirá que as instituições de Bretton Woods se tornem maiores, melhores e mais eficazes no enfrentamento da pobreza, da fome, das questões climáticas, e pela prosperidade dos povos.

Marcos Vinicius Chiliatto é diretor-executivo do Grupo Banco Mundial pelo Brasil. Opiniões e pontos de vista são responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, a opinião do Banco nem seu diretório.

Oriente Médio Esforço liderado pelos EUA para proteger Israel teve de superar os temores de países do Golfo Pérsico de serem vistos como apoiadores do Estado judeu

Aliança discreta entre Israel e países árabes anulou ataques do Irã

David S. Cloud, Dov Lieber, Stephen Kalin e Summer Said
Dow Jones Newswires, de Tela Aviv

REUTERS/AMIR COHEN

Enquanto centenas de drones e mísseis iranianos voavam pelo Oriente Médio na noite de sábado, uma linha defensiva de radares, jatos de combate, navios de guerra e baterias de defesa aérea de Israel, dos Estados Unidos e de meia dúzia de alguns outros países já estava ativada contra o tão temido ataque do Irã. Resultado: quase nada atingiu Israel.

A exibição formidável da capacidade de defesa coletiva foi o ápice de um objetivo de décadas, mas quase sempre vago, dos EUA de forjar alianças militares próximas entre Israel e seus inimigos árabes de muito tempo, num esforço para conter uma crescente ameaça do Irã.

Mas o esforço liderado pelos EUA para proteger Israel nos dias e horas antes do ataque iraniano teve de superar vários obstáculos, incluindo os temores de países do Golfo Pérsico de serem vistos como apoiadores de Israel no momento em que as relações encontram-se muito tensas em decorrência da guerra na Faixa de Gaza.

Grande parte da cooperação na noite de sábado que levou ao abate de drones e mísseis balísticos utilizados no bombardeio lançado pelo Irã precisou ser forjada rapidamente e muitos detalhes sobre o papel desempenhado pela Arábia Saudita e outros governos árabes importantes estão sendo mantidos em sigilo.

As forças israelenses e americanas interceptaram a maior parte dos drones e mísseis iranianos. Mas elas conseguiram fazer isso em parte porque os países árabes transmitiram discretamente informações sobre os planos de ataque de Teerã, abriram seus espaços aéreos para aviões de guerra, compartilharam informações de rastreamento por radar e, em alguns casos, forneceram suas próprias forças para ajudar, disseram autoridades.

A operação foi o ápice de anos de esforços dos EUA para derrubar barreiras políticas e técnicas que impedia a cooperação militar entre Israel e os governos árabes sunitas, segundo autoridades. Em vez de uma versão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) no Oriente Médio, os EUA se concentraram em uma cooperação regional de defesa aérea menos formal para enfraquecer o crescente arsenal de drones e mísseis de Teerã — as mesmas armas que ameaçaram Israel no sábado.

Os esforços para construir um sistema integrado de defesa aérea para a região datam de décadas. Após anos de falsos começos e progresso mínimo, a iniciativa ganhou força depois dos Acordos de Abraão de 2020, mediados pelo governo Donald Trump, que estabeleceram laços formais entre Israel e os Emirados Árabes Unidos e o Bahrain.

Dois anos depois, o Pentágono transferiu Israel de seu Comando Europeu para o Comando Central, que inclui o restante do Oriente Médio, uma decisão que permitiu uma maior cooperação militar com governos árabes sob os auspícios dos EUA.

"A transferência de Israel para o Centcom foi uma mudança de jogo", tornando mais fácil compartilhar inteligência e fornecer alertas antecipados entre os países, diz Dana Stroul, que até dezembro era a autoridade civil mais graduada no Pentágono com responsabilidade pelo Oriente Médio.

Em março de 2022, o general da Marinha Frank Mackenzie, então o principal comandante dos EUA na região, convocou uma reunião secreta de autoridades militares de alta patente de Israel e países árabes, para explorar como eles poderiam se coordenar contra as crescentes capacidades de mísseis e drones do Irã.

As discussões, realizadas no balneário de Sharm El Sheik, no Egito, representaram a primeira vez em que tal extensão de oficiais israelenses e árabes se reuniram, sob atuação de militares dos EUA, para discutir a contenção do Irã.

"Os Acordos de Abraão fizeram o Oriente Médio parecer diferente... porque poderíamos fazer coisas não só abaixo da superfície, mas também acima dela", disse uma autoridade graduada israelense. A entrada no Comando Central dos EUA possibilitou ainda mais cooperação técnica com os governos árabes. "Foi isso que criou essa aliança", disse a autoridade.

Apesar do progresso alcançado, o objetivo dos EUA de ter Israel e Estados árabes compartilhando dados de rastreamento sobre ameaças iranianas em tempo real nunca foi totalmente alcançado devido a preocupações políticas, segundo autoridades.

Bilal Saab, que já trabalhou no Pentágono na cooperação em segurança no Oriente Médio, diz que é prematuro falar em integração da segurança na região. "Ela sempre será gradual e o sábado foi um primeiro passo importante no mundo real", afirma Saab, hoje pesquisador do centro de estudos Chatham House de Londres.

> "Para países do Golfo, ajuda a Israel pode significar futuro apoio dos EUA"
> *Yasmine Farouk*

Mas a cooperação entre Israel e governos árabes em matéria de defesa área, tendo os militares americanos como intermediários, tornou-se comum, até mesmo com a Arábia Saudita, que ainda não estabeleceu relações diplomáticas com Israel.

Essa nascente aliança de defesa aérea nunca havia sido testada em batalha quando, em 1º de abril, um ataque de míssil a Damasco, capital da Síria, matou várias autoridades iranianas, inclusive o general Mohammad Reza Zahedi, que, segundo a imprensa iraniana e autoridades dos EUA, coordenava as operações paramilitares do Irã na Síria e no Líbano. Israel não reivindicou a autoria do ataque.

Teerã prometeu responder rapidamente, e autoridades de alto escalão dos EUA começaram a pressionar governos árabes para que compartilhassem informações de inteligência sobre os planos do Irã para atacar Israel e que ajudassem na interceptação de drones e mísseis lançados a partir do Irã e de outros países em direção a Israel, segundo disseram autoridades sauditas e egípcias.

O sistema de defesa aérea multicamadas de Israel mostrou-se capaz de defender o país contra salvas individuais ou pequenas de drones e mísseis. Mas autoridades e analistas afirmam que o país poderia ser sobrepujado por uma salva suficientemente grande de drones ou uma grande barragem de mísseis.

A resposta inicial de vários governos árabes foi cautelosa, temendo que a assistência a Israel pudesse envolvê-los diretamente no conflito e levá-los a sofrer represálias de Teerã. Após novas negociações com os EUA, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita concordaram, em segredo, em compartilhar informações de inteligência, enquanto a Jordânia disse que permitiria o uso de seu espaço aéreo por aviões dos EUA e outros países, e que também usaria suas aeronaves para ajudar a interceptar mísseis e drones iranianos, segundo disseram autoridades.

Dois dias antes do ataque de retaliação, autoridades iranianas informaram colegas da Arábia Saudita e outros países do Golfo Pérsico sobre os contornos e o momento de seus planejados ataques em grande escala contra Israel, para que esses países pudessem proteger o espaço aéreo, disseram as autoridades. A informação foi repassada para os EUA, dando a Washington e Israel um aviso prévio crucial.

Com um ataque iraniano praticamente certo, a Casa Branca ordenou ao Pentágono que reposicionasse navios e recursos de defesa aérea para a região e assumisse a liderança na coordenação de medidas defensivas entre Israel e os governos árabes, segundo disse uma autoridade graduada israelense.

"O desafio foi colocar todos esses países de linhas políticas tão diferentes ao lado de Israel" num momento em que Israel está isolado na região, disse a autoridade. "Foi uma questão diplomática."

Os países árabes ofereceram ajuda na defesa dos ataques de Teerã contra Israel porque viram os benefícios de cooperar com os EUA e Israel, contanto que ela permanecesse discreta, segundo afirma Yasmine Farouk, pesquisadora não residente do Carnegie Endowment for International Peace, um centro de estudos com sede em Washington.

"Os países do Golfo sabem que ainda não têm o mesmo nível de apoio que Israel tem dos EUA e veem o que eles fizeram no sábado como uma maneira de conseguir isso no futuro", diz ela.

Os mísseis e drones iranianos foram rastreados desde o momento em que foram lançados, por radares de alerta antecipado localizados em países do Golfo Pérsico ligados ao centro de operações dos EUA no Catar, que transmitiu as informações a caças de vários países que se encontravam no espaço aéreo da Jordânia e outros países, assim como para navios de guerra no mar e baterias de defesa antimísseis em Israel.

Quando os lentos drones iranianos chegaram ao alcance, foram abatidos, principalmente por aviões de Israel, dos EUA e em menor número, do Reino Unido, França e Jordânia.

A certa altura, mais de 100 mísseis balísticos iranianos estavam no ar ao mesmo tempo, seguindo para Israel. A esmagadora maioria foi abatida pelos sistemas de defesa aérea de Israel no espaço aéreo israelense e fora dele, segundo declarou uma autoridade dos EUA.

Aviões americanos abateram mais de 70 drones, e dois destroyers dos EUA no mar Mediterrâneo interceptaram até seis mísseis. Um sistema de defesa aérea Patriot dos EUA perto de Erbil, no Iraque, abateu um míssil balístico iraniano a caminho de Israel, segundo disse a autoridade.

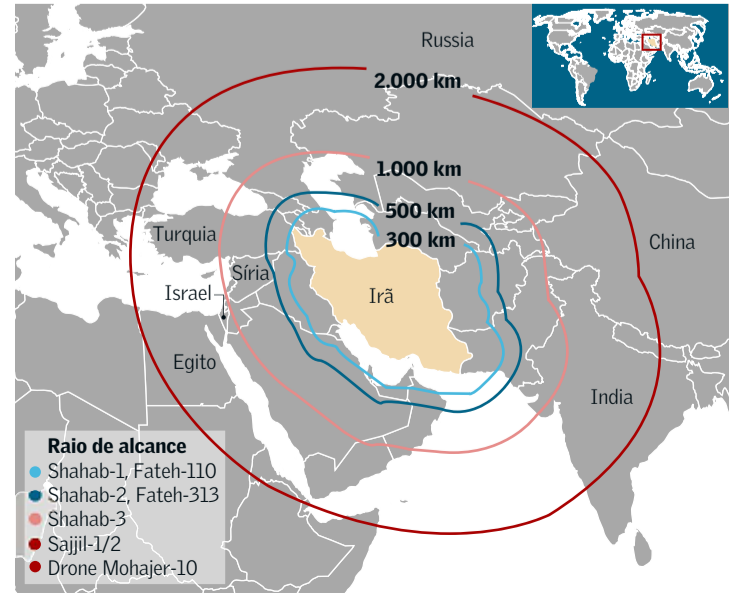
Dos mais de 300 drones e mísseis balísticos e de cruzeiro disparados pelo Irã em direção a Israel, apenas um número reduzido caiu em Israel, causando pequenos danos a uma base militar no sul do país, segundo disseram os militares israelenses.

Uma autoridade de Israel envolvida nos esforços de cooperação em segurança nacional disse que embora o compartilhamento de informações de inteligência sobre ameaças à defesa área tenha sido frequente no passado, o ataque do Irã no sábado "foi a primeira vez que vimos a aliança trabalhar com força total". ***(Tradução de Mário Zamarian)***

Alcance do fogo iraniano

Projéteis balísticos e drones

Fonte: FT

Infraestrutura
Ecorodovias está perto de acordo que poderá marcar início de renegociações do setor
B8

Tecnologia
Com foco em IA, Minsait responde por 75% da receita da Indra e busca sócio, diz Luis Abril B4

Concessão
Ecorodovias está perto de acertar a repactuação da concessionária Eco101 B3

Indústria naval
Grupo de cinco fundos pressiona Petrobras para evitar falência da Sete Brasil B6

Energia
Demanda fraca leva fabricantes do setor eólico a parar ou reduzir produção B7

Gestão Empresária é inventariante de Abilio, morto em fevereiro aos 87 anos

Ana Maria Diniz concilia negócios da família, herança do pai e sua startup

Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

Primogênita do empresário Abilio Diniz, Ana Maria Diniz está usando sua experiência de quase 20 anos no Grupo Pão de Açúcar e de consultoria corporativa para escalar a Polvo Lab, startup de economia criativa que atua no setor de alimentos. A empresa está se preparando para fazer uma rodada com investidores para captar recursos para expandir o negócio.

À frente do inventário do pai, morto em fevereiro aos 87 anos, Ana Maria segue no conselho da Península, gestora de investimentos da família, da qual também é acionista. "Nada vai mudar [em relação aos investimentos] por enquanto", diz a empresária, referindo-se aos principais negócios da família, entre eles o Carrefour no Brasil e na França (*ler mais ao lado*).

Ela está conduzindo o inventário com a assessoria do escritório Mattos Filho, mas afirma que a divisão da herança já estava sendo organizada por seu pai desde 2018. Além da empresária, Abilio teve mais cinco filhos. "Vamos manter a família unida."

Na Polvo Lab, gestada em 2019, quando a empresária enfrentou uma pneumonia, mas que entrou em operação em julho de 2021, os planos são de expansão. A ideia é atrair investidores ao negócio para nacionalizar a marca de produtos e pensar numa estrutura maior, futuramente, até com exportação.

O volume de captação ainda não está definido, mas o objetivo é levantar o valor investido inicialmente pela empresária — Ana Maria colocou R$ 7 milhões. Gabriella Marques é sócia fundadora do negócio, e trabalha na linha de frente com as cooperativas e produtores. Em outubro de 2023, Daniela Kallas, que também está na Polvo Lab, fez um aporte na startup.

"Eu sempre estudei muito sobre negócio de impacto. A Polvo Lab não é um projeto social, nem filantropia. Eu resolvi criar uma empresa em que eu pudesse resgatar o meu passado de varejista", conta.

A startup atua em parceria com cooperativas e grupos de produtores agrícolas, além de pequenas empresas de impacto, para expandir a venda de alimentos produzidos no país no varejo em um negócio estruturado. Mesmo com "um cartão de visita" poderoso — de exacionista do Pão de Açúcar e holding da família sócia do Carrefour, a Polvo Lab ainda está em poucas redes de varejo, mas presente em pontos importantes com visibilidade, como Empório Fasano, Casa Santa Luzia e Santa Maria, além do St. Marché. Há conversas para entrar no Carrefour e Pão de Açúcar.

GABRIEL REIS/VALOR

Empresária disse que startup Polvo Lab negocia distribuição dos produtos em grandes redes, como Pão de Açúcar e Carrefour

Um dos negócios da startup, a produção de mel de pequenos produtores do Piauí, da cidade de Simplício Mendes, teve o desenvolvimento da marca "Mesmo" feito "in house". Isso deve ser replicado para outros produtos da empresa. "[A marca] Mesmo remete à indicação de origem e certificação."

Além do mel, carro-chefe da Polvo Lab, há nibs de cacau (semente de cacau torrada), castanhas de caju, licuri (minicoquinho) e derivados do leite de cabra. Com o projeto de alimentos desenvolvido, a empresa planeja entrar no desenvolvimento de cosméticos a partir do veneno que as abelhas liberam e que são um botox natural.

> "Sempre quis ter meus voos sozinha, não ligados aos negócios da família"
> *Ana Maria Diniz*

Apontada como a sucessora de Abilio Diniz nos negócios da família, Ana Maria passou 17 anos no Grupo Pão de Açúcar e realmente acreditou que esse seria o caminho natural na sua carreira.

Formada em administração, com especialização pela Harvard Business School, a empresária esteve presente em um dos momentos mais críticos da varejista e participou ao lado de seu pai do processo de "turnaround" da rede, entre 1989 e 1993. "Entrei meio pela lateral na época da crise e acabei ocupando uma função mais central, responsável pelas operações. Também passei pelo marketing e participei do reposicionamento das marcas, em um período em que foi preciso fazer um superenxugamento."

Também foi no Pão de Açúcar que a empresária passou por suas primeiras frustrações profissionais. Apontada como a sucessora pelo próprio pai, a família decidiu profissionalizar a gestão no início dos anos 2000, quando o grupo já era sócio do empresário Jean-Charles Naouri, dono do Casino. "Nunca achei que fosse ficar no grupo porque não era minha intenção. Sempre quis ter meus voos sozinha, mas fui ganhando espaço e me apaixonando pela empresa."

A família entendeu que seria importante ter a empresa administrada só por profissionais e não ter membros dos Diniz no dia a dia do negócio. "Foi consenso."

No início dos anos 2000, Ana Diniz decidiu abrir uma consultoria, a Axialent, onde permaneceu por 10 anos, e teve clientes como o ING e Microsoft.

O grande baque veio de uma aposta operacional na área de energia renovável que a empresária decidiu fazer no sul da Bahia, a partir do capim elefante como matéria-prima, um projeto com forte potencial em um período em que o país enfrentava o problema do apagão de energia. "Eu já estava estudando bastante sobre sustentabilidade, quando ESG não existia."

A empresária comprou terras em São Desidério e construiu uma usina de 30 megawatts, com um sócio. "Coloquei 100% da minha poupança ali e quebrei a cara", conta. O negócio exigia capital intensivo. Ana Maria fez a reestruturação da empresa, pagou as dívidas e decidiu fechar a usina quando o contrato para a Coelba, distribuidora da Bahia, não foi renovado na pandemia. "Decidi desplugar a usina da tomada e viramos o projeto com produção de soja e depois vendemos." Para ela, o episódio foi um capítulo importante de transformação e no qual aprendeu ao lidar com fracasso.

> **2021**
> **foi início da operação da Polvo Lab**

Ao longo de sua trajetória profissional, a empresária se engajou em projetos de educação. Fundadora do Instituto Pão de Açúcar nos anos 1990, também ajudou a construir o Instituto Península, que atua nas áreas de educação e esporte para aprimorar a formação de professores. É também uma das fundadoras do movimento Todos Pela Educação, parceria público-privada que visa a melhorar a qualidade da educação básica no Brasil.

Outro negócio da empresária é o Anacã, gestado como uma escola de dança em 2010, e que depois expandiu para a música. Foi idealizado após uma de suas viagens a Londres. "Via as pessoas saindo do trabalho, tirando a gravata e o sapato e indo dançar. Então pensei que poderia fazer isso no Brasil, porque temos esse mercado, e achei que São Paulo merecia uma escola como essa, pois aqui só existiam escolas de formação para crianças e adolescentes. É um polo de artes, com música, dança e canto."

Esse investimento, que também será ampliado, faz parte de um resgate de sua essência feminina. Em sua família, nunca teve de se impor.

Sabia que o pai tinha confiança em seu trabalho, mas queria ter seus próprios negócios. "Imagina quem trabalhou tanto tempo numa empresa familiar, que tem o rótulo de sucessora da empresa. Fiquei com medo na hora que eu saí [do Pão de Açúcar], de não ter mais o Ana Maria de quê?", lembra. Mas o peso do patriarcado, reforça, não aconteceu na sua família.

Divisão da fortuna está em andamento

De São Paulo

A divisão da fortuna e dos negócios do empresário Abilio Diniz está em andamento e alinhada aos interesses dos herdeiros, segundo Ana Maria Diniz, que é inventariante nesse processo.

"Meu pai trabalhou muito com os filhos e com a esposa dele [Geyze], como seria a sucessão dele. Desde 2018, a gente vem trabalhando em um protocolo que define absolutamente tudo — todas as regras, como é que tem ser, quando ele já não estivesse mais aqui. Então, já estava tudo praticamente pronto. "

A Península, gestora de investimentos da família, concentra os principais de negócios do grupo, que é um dos maiores acionistas do Carrefour no Brasil e na França. "Não tem um sucessor do meu pai. Há um conselho que o substitui como o presidente [do colegiado]", conta.

Com a morte do empresário em fevereiro, Eduardo Rossi assumiu a presidência do conselho de administração da gestora, com apoio da família. Flávia Almeida é a CEO da holding. "A gente já tinha uma estratégia definida para os próximos cinco anos. Então, não vamos mudar nada por enquanto."

A empresária explica que são sete ramos dos herdeiros — além dela, estão os representantes dos outros cinco filhos e Geyze. "Vamos ter a oportunidade de exercer um verdadeiro colegiado."

Abilio Diniz teve seis filhos: Ana Maria, Pedro Paulo, João Paulo (morto em 2022) e Adriana, do primeiro casamento; e Rafaela e Miguel, da união com Geyze.

"Vamos manter a família unida e vamos fazer a Península prosperar. Esse é o mandato do Edu Rossi, como presidente do conselho", diz a primogênita.

De acordo com Ana Maria, quando Abilio estava vivo, as decisões já eram tomadas em uma espécie de colegiado. "Não era uma coisa 'fake'. A gente discutia de verdade todos os assuntos, mas sabia que sempre tinha a palavra final dele. Então a gente se acomodava um pouco porque ele sempre foi uma pessoa muito forte, muito inspiradora e também persuasiva."

O objetivo da família, segundo ela, é fazer com que a Península prospere por muitas gerações, inclusive com responsabilidade social e filantropia. O conselho da Península é representado por dois profissionais, além de outros três da família. ***(MS)***

Voke fecha quinta aquisição e ganha força em mercado pulverizado

Computadores

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A empresa de locação e revenda de computadores Voke — ex-Agasus — acaba de fechar sua quinta aquisição, ganhando musculatura em um mercado altamente pulverizado no Brasil. Dessa vez a empresa alvo foi a Suprisul, que garantirá crescimento mais robusto da companhia no interior de São Paulo.

A Voke é uma das primeiras empresas fruto de um investimento via "search funds" no Brasil, modelo que por aqui tem sido do chamado de empreendedorismo por aquisição. Esse tipo de investimento, que tem como berço a Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, é baseado em jovens que "caçam" boas empresas no mercado para a compra, apoiados por investidores. No caso da Voke, um dos nomes por trás é a gestora Spectra, que tem dedicado recursos para investimento em "search funds" no Brasil.

Os "searchers", no caso, são Rene Almeida e João Lima, que investiram na Agasus há cinco anos, quando o faturamento da companhia estava na casa dos R$ 45 milhões. Com a estratégia de crescimento orgânico e inorgânico, a empresa fechou ano passado com receita da ordem de R$ 543 milhões — crescimento de 12 vezes no intervalo.

"Esse mercado é muito fragmentado, com muitas empresas com perfil familiar. Aquisição é algo que gostamos e estamos olhando novas oportunidades", afirmou Almeida, co-presidente da companhia, ao **Valor**. No setor, muitas dessas empresas têm dificuldade de sucessão, dando uma abertura para aquisições. Foi assim que surgiu a oportunidade de se comprar a Agasus, em 2019.

Antes da Suprisul, a dupla comprou uma empresa, em Belo Horizonte, chamada Microcity, uma das responsáveis pelo salto de tamanho dado pela companhia. "Ela era maior do que a gente", conta Almeida. Para essa aquisição, eles tiveram que passar o chapéu entre os investidores para bancar a compra.

> **R$ 543**
> **milhões foi a receita da Voke em 2023**

Acessando o mercado de capitais por meio de debêntures desde 2019, a companhia optou em ter o registro na categoria A junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que também permite a emissão de ações, ou seja, uma abertura de capital, o que poderia dar saída aos investidores. No entanto, Almeida e Lima garantem que não há pressa e que o foco esta integralmente no crescimento.

O prazo de investimento em "search funds", explicam, é de longuíssimo prazo, até mesmo pelo perfil de médio porte das empresas investidas. Nos Estados Unidos, segundo eles, há investimento em "search funds" que chegam em 30 anos.

Almeida e Lima afirmam que essa modalidade de investimento vem crescendo rapidamente no Brasil, com investidores buscando alta rentabilidade mas em empresas já consolidadas e geradoras de caixa. De tempos em tempos, afirmam, eles são procurados por "searchers" para contarem sobre a experiência com a Agasus.

A transação com a Suprisul, que está presente hoje em 228 cidades, é esperada para ser concluída em maio.

INÊS249

Embalagem Companhia, que tem a Suzano como acionista, busca contornar a queda nas vendas domésticas e o aumento da importação de cartões

Ibema acelera planos no exterior e instala escritório nos EUA

Stella Fontes
De São Paulo

A paranaense Ibema, produtora de papel cartão que tem a Suzano como acionista, reviu sua estratégia comercial e de investimentos no curto prazo. Depois do desempenho considerado excepcional em 2022, quando vendeu tudo que produziu, a companhia busca agora maior exposição ao mercado externo, em meio ao forte aumento das importações vindas da China — os volumes de cartões que chegam da Europa e do Chile também cresceram no último ano.

No intuito de compensar a maior concorrência dos importados e a redução das vendas domésticas, a empresa, terceira maior em seu segmento no país, decidiu acelerar os planos de internacionalização e, no início deste ano, abriu um escritório nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, pausou um projeto de ampliação de capacidade, que poderia começar a ser executado em 2023, à espera de melhores condições de mercado. Para garantir mais competitividade, investiu R$ 100 milhões em florestas próprias, entre 2022 e 2023, elevando a produção própria de pasta mecânica, matéria-prima para a produção de cartões.

"Olhando as taxas de crescimento no Brasil, entendemos que seria preciso ser competitivo lá fora", diz o diretor comercial Julio Guimarães. O plano de internacionalização vem sendo trabalhado há algum tempo e contemplou atualização de portfólio, com foco maior em inovação, e reposicionamento da marca. A Ibema já tinha escritório em Buenos Aires (Argentina), que atende a outros países do Cone Sul, e tem clientes na América do Sul e na Europa. Mas o acirramento da competição em 2023 apressou sua execução.

Se o plano funcionar, as exportações poderão representar mais de um terço das vendas em volume neste ano, ou 35%, contra 25% em 2023. No ano passado, o volume total comercializado pela Ibema recuou 10%, para 135 mil toneladas, acompanhando a piora de desempenho do setor. Para 2024, a expectativa é comercializar 145 mil toneladas, com crescimento de 7% a 8%, puxado pela exportação.

> "Escala do mercado americano e nível de atendimento justificam ter operação própria"
> *Julio Guimarães*

Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), que representa o setor de base florestal, as importações de cartão saltaram 28,1% em 2023, a 123 mil toneladas, enquanto as vendas domésticas caíram 4,8%, a 595 mil toneladas. Já as exportações cederam 22,3%, para 80 mil toneladas — com capacidade instalada maior que o mercado, a indústria sempre procurou exportar parte da produção.

As importações desse tipo de papel, usado em embalagens de alimentos, produtos farmacêuticos e de higiene e beleza, entre outros, voltaram a crescer em fevereiro, segundo boletim da Ibá. Foram 11 mil toneladas, alta de 22,2% na comparação anual. No acumulado do primeiro bimestre, contudo, o volume importado ficou estável em 22 mil toneladas.

De acordo com Guimarães, o mercado doméstico tem mostrado vigor desde a pandemia, quando a mudança nos hábitos de consumo aqueceu a procura por embalagens de papel cartão (no delivery de alimentos, por exemplo), além da busca por materiais mais sustentáveis. O problema foi a entrada de novas capacidades em ritmo superior ao avanço da demanda.

A decisão de instalar um escritório próprio em Miami, segundo o executivo, levou em conta o tamanho do mercado americano. "São volumes muito grandes, as gráficas querem segurança de atendimento. Entendemos que é preciso ter presença local", afirma. Além disso, a cidade funciona como "hub logístico" para atendimento a mercados além das fronteiras americanas, como Canadá, México, América Central e países do Caribe, e reúne um número significativo de traders desse tipo de papel.

"Internacionalizar já era plano, mas agora estamos com o pé no acelerador", afirma o executivo, acrescentando que o foco não está só em produto, mas também em serviço. "Essa dinâmica [desequilíbrio entre oferta e demanda] não está acontecendo só no Brasil, então a consistência do plano depende do sucesso na execução".

DIVULGAÇÃO

Julio Guimarães, diretor: Internacionalização já estava nos planos, mas execução ganhou ritmo no fim de 2023

Thyssen busca comprador para equipamentos da Unigel

Hidrogênio verde
De São Paulo

Quase dois anos depois de ter anunciado planos de investir até US$ 1,5 bilhão em uma fábrica de hidrogênio verde no Brasil, a Unigel ainda não tirou o projeto do papel e acabou levando a ThyssenKrupp a procurar novos compradores para os equipamentos encomendados pela petroquímica, apurou o **Valor**. Enfrentando uma grave crise financeira, a companhia precisa de um sócio para seguir adiante com o projeto.

Segundo fontes da indústria, a multinacional alemã está em contato com potenciais compradores dos primeiros eletrolisadores que equipariam a fábrica em Camaçari (BA). Os equipamentos da primeira fase do projeto foram montados na Europa e já estão prontos, mas até agora a Unigel não autorizou seu embarque para o Brasil.

A planta da petroquímica seria a primeira em escala industrial no Brasil para produção de amônia e hidrogênio verde, mas a companhia paralisou o projeto diante da piora de sua situação financeira. A Unigel busca um acordo extrajudicial com credores financeiros para equacionar dívidas de R$ 3,9 bilhões. Como parte do processo de reestruturação financeira, vendeu uma operação no México e suspendeu investimentos em outros projetos.

A Unigel tem conversas com a Petrobras acerca de um potencial investimento em combustíveis renováveis, incluindo hidrogênio verde, mas não houve acordo até o momento. A companhia e a estatal chegaram a um entendimento sobre um contrato de industrialização sob encomenda ("tolling") de fertilizantes nitrogenados, mas o contrato foi questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O empreendimento de hidrogênio verde seria instalado justamente em uma das fábricas de fertilizantes arrendadas da Petrobras pela Unigel.

A petroquímica anunciou em julho de 2022 a assinatura de um contrato com a ThyssenKrupp Nucera para compra de três eletrolisadores padrão de 20 megawatts (MW) cada, com investimento inicial de US$ 120 milhões na fábrica de hidrogênio verde e início de operação previsto até o fim de 2023. O projeto integrado de hidrogênio e amônia verde na Bahia seria um dos maiores do mundo. Um ano antes, a companhia havia firmado uma parceria para produção de energia eólica, com a Casa dos Ventos, assegurando energia de fonte renovável para a produção do combustível verde.

> **60 MW**
> **é a potência total dos eletrolisadores**

A ser instalada no Polo Industrial de Camaçari, a unidade teria capacidade de produção inicial de 10 mil toneladas por ano de hidrogênio verde e 60 mil toneladas anuais de amônia verde. Numa segunda fase, com início de operação projetado para 2025, a ambição era quadruplicar a capacidade produtiva. Procurada, a ThyssenKrupp não comentou o assunto. A Unigel disse que "ainda procura parceiros estratégicos para viabilizar o projeto".

Os desafios ao projeto de hidrogênio verde não se limitam ao delicado momento financeiro vivido pelo grupo. Embora o potencial desse mercado seja bilionário e o Brasil tenha condições de ser um expoente global, a ausência de um marco regulatório e custos ainda elevados do combustível precisam ser contornados.

Uma das saídas, conforme a indústria, seria conceder subsídios para estimular seu consumo. Estudo da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde (ABIHV) indica que a concessão de incentivos poderia induzir investimentos bilionários, com impacto fiscal positivo de R$ 70 bilhões até 2030. A australiana Fortescue, por exemplo, planeja investir US$ 5 bilhões em um projeto de hidrogênio verde no Porto do Pecém (CE). ***(SF)***

Curtas

Acordo da Oi
O conselho diretor da Anatel aprovou ontem a minuta do acordo costurado pela Comissão de Solução Consensual, do TCU, que vai permitir à Oi migrar seu contrato de concessão na telefonia fixa para regime de autorização. A assinatura depende de aprovação final no plenário do tribunal. Além de permitir que a Oi se livre de obrigações do antigo serviço de telefonia, a assinatura do acordo é importante para que a companhia avance com o plano de recuperação judicial.

Azul no Paraguai
A Azul terá uma nova rota para Assunção, capital do Paraguai. Os voos estão programados para começar em dezembro. Segundo a empresa, as vendas serão iniciadas em breve, junto com detalhes sobre os voos. A rota vai ser operada por dois modelos distintos de aeronaves: o Embraer E2, com capacidade para 136 Clientes, e o A320, que comporta até 174 ocupantes. Os voos para Assunção ligarão destinos estratégicos para a companhia: Viracopos (SP), Curitiba, Florianópolis e Recife.

SLB e Petrobras
A SLB, antiga Schlumberger, assinou três contratos com a Petrobras para o desenvolvimento de até 35 poços no Campo de Búzios. Segundo a companhia americana, os contratos incluem a instalação do sistema elétrico das válvulas dos poços e irá ajudar a Petrobras a aumentar a confiabilidade da produção dos ativos. A eletrificação dos sistemas das válvulas ajuda na digitalização dos sistemas da petroleira e aumenta eficiência na extração de petróleo.

Cultura da eficiência é fundamental

Gestão

Alexandre Ribas

Eficiência e sustentabilidade são o binômio no qual devem se apoiar as empresas que pretendem se manter relevantes para o mercado e para a sociedade através dos anos e das décadas. Sobretudo quando se tem em conta que, ao longo da sua história, as organizações terão momentos altos e baixos, como em uma montanha-russa.

Algo perfeitamente natural, já que muitas dessas fases dependem do contexto econômico em que a empresa está inserida, do ambiente de mercado, da concorrência... Enfim, de vários fatores que podem catalisar picos e vales.

O importante é como a empresa organiza os seus esforços para garantir que seja sempre viável, independente de momento e contexto.

Empresas ineficientes fatalmente se tornarão inviáveis no futuro, por não serem sustentáveis no sentido amplo do termo. Já as sustentáveis serão aquelas capazes de gerar resultados de forma constante, garantindo o cumprimento do seu propósito e o seu papel na sociedade.

Daí ser vital a busca incansável por níveis cada vez maiores de eficiência em toda a cadeia de valor: sem sustentabilidade, não há perenidade. Da mesma forma, quanto mais tempo permanecer ativa e saudável, mais profundamente uma organização poderá deixar sua marca na sociedade, graças ao alcance do seu propósito. Só assim a empresa será capaz de perenizar o seu legado.

A busca pela eficiência exige, porém, concentração de esforços e energia. Altos e baixos podem ser parte natural da vida das organizações, mas imaginem se, em algum momento de descida para um vale, o trem descarrilhar. A empresa deixa de existir! Afinal, são pouquíssimas as que se mantêm viáveis ou ativas após uma sequência muito grande de resultados ruins.

O problema reside no fato de muitas só se preocuparem com eficiência em fases de grande estresse. Mas a relevância do tema não pode ser ditada por esses momentos, como quando os resultados diminuem, há recrudescimento da concorrência ou contexto macroeconômico desfavorável, para citar apenas alguns.

Eficiência deve estar no alto da pauta dos gestores todos os dias, inclusive quando os resultados estão bons, para se entender se há desperdício de energia ou se os recursos poderiam estar mais bem alocados. Esteja-se em pico ou vale, para o "trem não descarrilhar" e continuar acelerando para frente, a empresa precisa saber gerenciar tanto as fases positivas quanto as desfavoráveis. E isso só acontece quando a busca pela eficiência é um elemento cultural da organização.

Também é preciso evitar a armadilha de se experimentar mil-e-uma possibilidades sem uma predefinição do custo de experimentação com o qual se pode arcar. Eficiência pressupõe evitar a dissipação de energia. O que garante o foco para limitarmos o leque de escolhas àquelas que são realmente significativas é a estratégia. É ela que nos coloca no rumo para termos a melhor aplicação de energia e recursos.

A geração de resultados, viabilizada pela eficiência e conectada com a estratégia, é o que garante o futuro das organizações. Mas são muitos os caminhos entre o presente e o futuro, e como disse o Gato de Cheshire para Alice, "se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve". A escolha da melhor rota dependerá sempre de a empresa ter uma visão clara de onde quer chegar.

Quando se tem clareza da estratégia, da visão de futuro, do propósito e da ambição como negócio, consegue-se definir quais os melhores caminhos para se alcançar o objetivo, sempre da forma mais eficiente possível.

Alexandre Ribas é CEO da Falconi
E-mail ribas@falconi.com

PPP Ecorodovias, Acciona e OHLA são apontados como grupos interessados; licitação acontece nesta terça (16), a partir de 10h

Leilão de rodovias do litoral de SP prevê R$ 4,3 bi de obras

Taís Hirata
De São Paulo

O governo de São Paulo planeja licitar, nesta terça-feira (16), a PPP (Parceria Público-Privada) do Lote Litoral Paulista, projeto rodoviário que prevê R$ 4,3 bilhões em investimentos. A concorrência será realizada a partir de 10h, da sede da B3, em São Paulo.

A concessão, que terá 30 anos de duração, abarca 213,5 km de estradas. O lote inclui a rota entre Arujá e Bertioga — que faz a ligação entre a capital e as praias do Estado —, além de rodovias ao longo do litoral sul, de Bertioga até Santos e de Santos até a cidade de Miracatu, passando por Praia Grande e Peruíbe.

A expectativa do mercado é que a licitação seja bem-sucedida. Ao menos três grupos são apontados como interessados. A Ecorodovias é vista como principal candidata da concorrência, dado que a empresa já opera o sistema Anchieta-Imigrantes, que também interliga a capital ao litoral de São Paulo. A ausência da companhia no leilão da BR-040, realizado na semana passada pelo governo federal, reforçou a percepção de que o grupo concentraria esforços na PPP.

Outros dois grupos que vinham estudando o projeto são as espanholas Acciona e OHLA. A Acciona já possui uma concessão de mobilidade urbana em São Paulo e tem disputado projetos de longo prazo em outros segmentos, como saneamento (a PPP da Sanepar) e rodovias (a PPP do Rodoanel Norte), mas até o momento sem sucesso nas licitações. Já a OHLA é a antiga OHL, que já operou rodovias no Brasil no passado, mas vendeu seus ativos em 2012 à Abertis (que formou a atual Arteris). Segundo fontes, o grupo voltou a estudar projetos rodoviários no Brasil, entre eles a PPP paulista.

Apesar das expectativas de um leilão com disputa, como as propostas serão entregues apenas no momento da concorrência, ainda há dúvidas sobre que grupos efetivamente participarão da licitação.

> Vencerá a disputa o grupo que oferecer o maior desconto sobre os aportes anuais do Estado

Procuradas, Ecorodovias e Acciona não quiseram comentar. A reportagem tentou contato com a OHLA, mas não teve resposta.

Como se trata de uma PPP, a previsão é que o Estado entre com uma parte dos recursos para viabilizar os investimentos. No edital, está projetado um pagamento anual de R$ R$ 199,5 milhões ao concessionário.

Porém, esse valor poderá cair e até mesmo chegar a zero, a depender do nível de concorrência desta terça. No leilão, vencerá o grupo que oferecer o maior desconto sobre as contraprestações anuais do Estado. Caso o deságio chegue a 100%, as empresas também poderão oferecer o pagamento de uma outorga, que neste caso entra como critério adicional para a disputa.

No governo passado, já houve uma tentativa de licitar o Lote Litoral Paulista, mas o leilão foi suspenso devido a questionamentos do Tribunal de Contas do Estado, motivados pela prefeitura de Mogi das Cruzes (SP), que se opôs fortemente ao projeto. Na atual gestão, a solução foi transformar o contrato, que antes seria uma concessão plena, em PPP (com participação de recursos públicos). Dessa forma, foi possível viabilizar o contrato com um valor de pedágio mais baixo, o que diminuiu as resistências.

Entre os investimentos projetados estão previstos 84,35 km de duplicações, que incluem o trecho entre Arujá e Mogi das Cruzes e entre Bertioga e Santos. Também deverão ser construídas 8,7 km de faixas adicionais e 72,7 km de ciclovias no lote.

Nova tentativa
Governo de SP licita PPP do Lote Litoral Paulista

Fonte: Artesp, Secretaria de Parcerias de Investimentos do governo de São Paulo

Ecorodovias deve inaugurar repactuação de concessões

De São Paulo

A Ecorodovias está perto de um acordo com o governo federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) para a repactuação de sua concessionária Eco101, segundo fontes. Se bem-sucedida, a renegociação poderá ser a primeira de uma leva de acordos para solucionar contratos problemáticos de infraestrutura.

As partes já chegaram a um acordo preliminar, mas o grupo ainda aguarda o relatório final do tribunal com os termos da repactuação, o que deverá sair nas próximas duas semanas.

Em linhas gerais, o acordo prevê uma reorganização do plano de investimentos da concessionária — que foi um dos principais motivos da crise da concessão. Também deverá haver mudança no prazo do contrato e na tarifa de pedágio, diz uma fonte.

4
Projetos rodoviários são avaliados no TCU

Além disso, uma das condições do acordo é que a companhia abra um processo para oferecer a concessão repactuada a eventuais compradores. Porém, caso haja ofertas, a empresa ainda poderia cobrir a proposta, segundo essa mesma fonte.

A Eco101 é responsável por administrar a BR-101 no Espírito Santo, entre a fronteira com o Rio de Janeiro e com a Bahia. A empresa venceu o contrato em um leilão em 2012. Na época, o grupo ofereceu um desconto considerado agressivo, de 45,6% sobre a tarifa máxima de pedágio. Porém, nos anos seguintes a concessionária entrou em crise.

Procurada, a Ecorodovias afirmou, em nota, que "o processo de repactuação da Eco101 segue em análise junto ao TCU e a concessionária permanece à disposição para construir a melhor solução viável", e que "continua operando a rodovia e prestando todos os serviços de atendimento aos usuários". O TCU disse que "não há decisão do tribunal ou documentos públicos no momento". O Ministério dos Transportes não se manifestou até o momento.

O acordo da Ecorodovias deverá ser referência para outras concessões de rodovias que negociam uma repactuação com o governo federal. Hoje, no TCU, há outros três projetos em discussão: a MSVias (da CCR), a Arteris Fluminense e a ViaBahia.

> Acordo preliminar prevê que empresa abra processo de venda do ativo, segundo fonte

Além desses quatro contratos, que são os primeiros a passar pela negociação, há diversas outras concessionárias interessadas em fazer uma repactuação.

A renegociação das concessões problemáticas do passado foi uma forma encontrada pelo governo federal para destravar de forma mais rápida os investimentos dos contratos fracassados. Inicialmente, a saída encontrada havia sido a relicitação. No entanto, essa alternativa se mostrou lenta e bastante complexa, o que levou governo e TCU a buscar uma nova solução. *(TH)*

MRV e Sensia elevam lançamentos no 1º trimestre

Construção

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A divisão de incorporação nacional da MRV&Co, que abrange as marcas MRV e Sensia, terminou o primeiro trimestre deste ano com lançamentos que somaram R$ 1,6 bilhão em valor geral de venda (VGV), alta de 150,4% sobre o primeiro trimestre do ano passado.

As vendas líquidas subiram 18,4% no mesmo intervalo, para R$ 2,1 bilhões. A velocidade de vendas, medida pelo índice de venda sobre oferta (VSO), cresceu 11,1 pontos percentuais nesse período, para 33,1%.

Ricardo Paixão, diretor-financeiro da MRV&Co, afirma que o crescimento expressivo em lançamentos se deve mais a um primeiro trimestre fraco em 2023. "Podemos esperar a MRV lançando entre R$ 1,5 bilhão e R$ 2 bilhões por trimestre, para entregar as vendas de R$ 8 bilhões a R$ 9 bilhões que divulgamos no guidance", diz.

No primeiro trimestre, 45% dos lançamentos se enquadraram no grupo 1 do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que atende famílias com renda de até R$ 2.640. Segundo Paixão, essa estratégia de atuar mais no segmento explica a queda de 17,3% no ticket médio da unidade lançada no período, que foi de R$ 236 mil.

Esse patamar de lançamentos no grupo 1 deve ser o "topo" do que a empresa fará nos próximos trimestres, de acordo com o executivo. Atualmente, 35% das vendas ocorrem no grupo 1.

Já o ticket médio da venda ficou um pouco mais alto, em R$ 248 mil, com crescimento de 13,7% em um ano.

> "Planejamento é que todas as empresas tenham no mínimo caixa neutro"
> *Ricardo Paixão*

Juntas, MRV e Sensia têm um banco de terrenos avaliado em R$ 47,6 bilhões em VGV, valor que caiu 6,2% em um ano.

As vendas com financiamento direto da companhia ao cliente cresceram 27,5% de janeiro a março, na comparação com o mesmo período de 2023, o que representa 1,17 mil unidades comercializadas dessa forma.

O segmento de incorporação nacional da MRV&Co registrou queima de caixa de R$ 18,6 milhões no primeiro trimestre, melhora ante a queima de R$ 120,8 milhões um ano antes.

Paixão afirma que incidiu sobre o trimestre um gasto maior com pagamento de terrenos. No ano, serão gastos R$ 750 milhões, mas R$ 250 milhões já foram quitados nos três primeiros meses de 2024.

Ainda segundo o executivo, o incremento no preço de venda e a produção de unidades com margens maiores devem impactar de forma positiva a geração de caixa no ano.

De todas as demais áreas do grupo MRV&Co, que inclui ainda a operação americana Resia, a marca de empreendimentos residenciais para locação Luggo e a loteadora Urba, apenas a última apresentou geração de caixa no período.

A Resia terminou março com queima de caixa de R$ 274,9 milhões, redução ante os R$ 578,4 milhões de um ano antes. De toda a queima do grupo MRV&Co no primeiro trimestre (que somou R$ 281,5 milhões), 97,6% ocorreu na Resia.

Paixão afirma que a companhia segue com o plano de tornar a Resia geradora de caixa em 2024. Novas vendas de empreendimentos da empresa devem ajudar nesse processo, afirma, e são esperadas para o segundo semestre. Não houve vendas no primeiro trimestre.

Na Luggo, a queima de caixa foi de R$ 5,1 milhões, comparável aos R$ 34,5 milhões um ano antes. A empresa também não apresentou venda de empreendimentos no período.

Paixão afirma que a comercialização deve voltar ocorrer já no segundo trimestre. "Luggo também é geradora de caixa no ano, nosso planejamento é que todas as empresas tenham no mínimo caixa neutro", diz.

A loteadora Urba registrou vendas de R$ 13 milhões, queda de 33% em um ano. O banco de terrenos do segmento cresceu 60,4% em VGV nesse intervalo, para cerca de R$ 1,9 bilhão.

Segundo Paixão, o banco de terrenos estava pequeno demais para a operação que a empresa deseja ter, e a Urba precisa de mais áreas na reserva porque a aprovação de projetos de loteamento é mais demorada do que de incorporação, levando até seis anos para se concretizar.

18,4%
de crescimento na receita no período

"Ambicionamos uma operação bem grande para a Urba, mas estamos com restrição de capital, o plano é que ela cresça o máximo possível sem necessidade de equity", diz. Por isso, a empresa deve "andar de lado" em 2024.

A loteadora gerou R$ 17,1 milhões de caixa no primeiro trimestre, ante queima de R$ 55 milhões no início de 2023.

Curtas

Vendas da Helbor

A incorporadora Helbor registrou R$ 229,5 milhões em vendas contratadas no primeiro trimestre deste ano, ao se contabilizar apenas a sua participação nos projetos, uma alta de 3% ante o mesmo período do ano passado. Entre janeiro e março, a companhia fez um lançamento com um valor geral de vendas (VGV) líquido total de R$ 349,4 milhões, alta anual de 64,5%. Considerando apenas a participação da Helbor, o VGV líquido do lançamento foi de R$ 69,9 milhões, queda anual de 61,4%. As vendas sobre oferta (VSO) ficaram em 14%, 3,6 pontos percentuais acima do primeiro trimestre de 2023. O VSO da fatia da Helbor foi de 12,9%, alta anual de 2,3 pontos.

Privatização da Emae

Três grupos registraram propostas para o leilão de privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia de SP), que será realizado nesta sexta-feira (19), informou a Folhapress. Segundo pessoas a par dos trâmites, as empresas que vão fazer ofertas para assumir o controle da companhia são a francesa EDF, a Matrix Energia e o Fundo Phoenix. O preço mínimo por ação foi estabelecido em R$ 52,85. Vencerá a disputa quem oferecer o maior ágio sobre esse valor. No leilão, será oferecido o bloco com as ações que dão ao Estado o controle da companhia. A expectativa é que o Estado arrecade no mínimo R$ 780 milhões. No mês passado, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), chegou a descrever o leilão da Emae como "badalado". No entanto, ao longo das últimas semanas, companhias que estavam estudando o projeto foram desistindo. Uma delas é a Eletrobras, que hoje tem 64,8% das ações preferenciais e 39% do capital total. Outros interessados que desistiram foram a Auren (Votorantim), a Âmbar (J&F) e a Energo-pro, empresa Tcheca que não aceitou o preço mínimo da ação. Também pensaram em comprar a Emae o investidor Nelson Tanure e a Serena (ex-Omega Energia). "Não vamos ter um ágio tão grande, mas é o preço", diz Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos.

Projeções da Lufthansa

A Lufthansa cortou suas projeções de lucro para o ano, com riscos de uma onda de paralisações trabalhistas e as tensões no Oriente Médio reduzirem seus ganhos. A companhia aérea alemã disse ontem que a projeção de resultado antes de juros e impostos (Ebit) ajustado deve ficar em torno de 2,2 bilhões no ano. O número é abaixo da projeção anterior de 2,68 bilhões e menor do que o resultado que a companhia teve em 2023. As ações aceleraram queda e fecharam em baixa de 4,59% na Bolsa de Frankfurt. O grupo, que inclui Swiss Airlines, Austrian Airlines, Brussels Airlines e Eurowings, está em uma disputa acirrada com sindicatos há meses.

Tecnologia Plano do grupo espanhol é vender o controle para fazer aquisições e contratar mais gente — receita de € 4,3 bi no ano passado iria para € 10 bi em 2030

Com foco em IA, Minsait responde por 75% da receita da Indra e busca sócio

Cynthia Malta
De São Paulo

Matar animais silvestres protegidos por lei rende multa pesada e até cadeia na Espanha. Para evitar esse problema, a empresa de energia Iberdrola instalou câmeras, conectadas a um sistema dotado de inteligência artificial (IA), em torno de seus moinhos de vento que geram energia. Quando o sistema detecta uma ave protegida por lei se aproximando, uma águia imperial, por exemplo, as pás deixam de girar. O sistema, além de reduzir as multas e proteger as aves, vem ajudando a aumentar o faturamento da empresa de tecnologia Minsait.

Seu crescimento tem sido expressivo. Fundada em 2016, a Minsait começou a operar fornecendo sistemas de automação. Em apenas oito anos, cresceu tanto que já responde por 75% do faturamento da controladora Indra, que tem ações negociadas em bolsa.

Em 2023, a receita da Indra foi de € 4,3 bilhões — nos últimos 12 meses, o papel subiu 32,6% e a companhia valia ontem € 3,2 bilhões. A Indra também fornece tecnologia e consultoria para a área de defesa e o setor aeroespacial *(ver infográfico ao lado)*.

O executivo-chefe (CEO) global da Minsait, Luis Abril, esteve em São Paulo na semana passada e disse ao **Valor** que está negociando a entrada de um sócio disposto a comprar o controle da Indra, pavimentando um plano ambicioso, anunciado em março deste ano, que prevê receita de € 6 bilhões em 2026 e € 10 bilhões em 2030.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Não temos dívida, mas não temos escala e precisamos de mais capital" *Luis Abril*

O grupo Indra opera em 46 países e emprega 57 mil pessoas, sendo 45 mil na Minsait. Mas, quando comparado aos concorrentes, a operação não é tão grande. A consultoria Accenture, por exemplo, tem 800 mil funcionários, lembra Abril.

"Não temos dívida, mas não temos escala suficiente. Precisamos de mais capital para fazer aquisições e contratar mais empregados", disse Abril.

Antes de assumir o comando da Minsait, em 2022, o executivo já trabalhava no grupo Indra há mais de uma década. Anteriormente, ficou por 15 anos na consultoria McKinsey. Abril conhece bem o Brasil e visita a região com regularidade. Desta vez, foi primeiro ao Chile, onde participou de uma feira de segurança cibernética, e depois, São Paulo. A América Latina responde por um terço da receita da Minsait, que faz metade de suas vendas na Espanha e na Itália.

Abril tem estado em contato com potenciais investidores e avalia que o ideal seria um fundo de "private equity" (que compra participações em empresas). Um cenário possível é o novo sócio comprar 70% da Minsait e a Indra ficaria com o restante. A Minsait seria desmembrada do grupo e se tornaria uma empresa independente, de capital fechado. A Indra permaneceria na bolsa.

Mas essa operação precisa ser feita com muita cautela, para que a Indra não perca faturamento. Assim, parte dos recursos do novo sócio seria direcionada para que a Indra também possa fazer aquisições e contratar mais gente.

"Não temos urgência [para a entrada do novo sócio], mas não queremos demorar muito", diz Abril. Se esse tipo de negociação se alonga por meses a fio, o ativo acaba perdendo valor.

Enquanto o investidor não chega, a Minsait vem fazendo aquisições, de três a quatro por ano. Em outubro do ano passado, comprou a espanhola Nae, consultoria especializada em tecnologia para o setor de telecomunicações. O valor ficou entre € 30 milhões e € 40 milhões. Na América Latina, onde Abril também tem feito aquisições, o valor dos negócios tem ficado entre € 10 milhões e € 20 milhões.

Apesar do ritmo de negócios do mercado de tecnologia ter desacelerado no Brasil, depois de um boom patrocinado por empresas de diversos setores que partiram para a digitalização durante a pandemia de covid-19, Abril informa que a Minsait vem crescendo aqui e nos demais países a um percentual de duplo dígito. E a adoção de sistemas atrelados à inteligência artificial vem, de fato, funcionando como um fator de estímulo a novos negócios. "Nos últimos seis meses vendemos 2 mil licenças para projetos de IA", disse Abril.

Plano de negócios de 2024 a 2030

Os negócios de Minsait e do Grupo Indra estão sendo reorganizados

Como é hoje
Minsait é subsidiária do Grupo Indra, com ações negociadas em bolsa

Como vai ficar
Novo sócio-investidor compra o controle da Indra. Minsait ganha autonomia. Indra permanece com ações em bolsa, mas sem a Minsait

Áreas de atuação

- **Indra**
  - Defesa
  - Gestão de tráfego aéreo
  - Tecnologia espacial
- **Minsait**
  - Inteligência artificial
  - Nuvem computacional
  - Mobilidade
  - Cibersegurança
  - Pagamentos
  - Automação
  - Blockchain

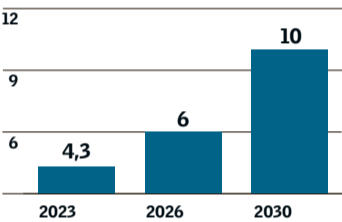
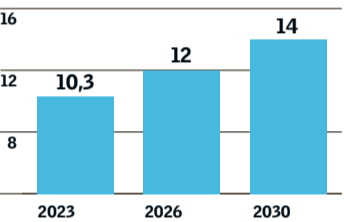
Indra Sistemas
Cotação* dia a dia, em €/ação

12,23 (14/abr 2023) — 13,28 (11/ago 2023) — 14,12 (12/dez 2023) — 18,57 (15/abr 2024)

Variações	
51,84%	32,64%
No ano	Em 12 meses

Valor de mercado € 3,2 bilhões

Evolução de receita e da margem Ebtida* do Grupo Indra

	Receita em bilhões de euros	Margem Ebtida em %
2023	4,3	10,3
2026	6	12
2030	10	14

Fonte: Grupo Indra. * Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização

Vendas da Apple caem mas chinesas avançam

Celular
Dow Jones Newswires

As vendas globais de celulares da Apple caíram no primeiro trimestre, tirando a gigante tecnológica da sua posição de liderança a nível mundial e levantando preocupações sobre uma linha de negócios crucial, enquanto as rivais chineses crescem.

As vendas do iPhone da Apple caíram 9,6% no primeiro trimestre em base anual, para 50,1 milhões de unidades, segundo dados preliminares da consultoria International Data Corporation (IDC).

As vendas da Samsung caíram 0,7%, para 60,1 milhões de unidades, o suficiente para a empresa sul-coreana recuperar seu status de vendedora número um de celulares no mundo. A Apple havia ultrapassado a Samsung no quarto trimestre de 2023.

A participação de mercado da Apple caiu para 17,3%, de 20,7% há um ano, enquanto a da Samsung caiu para 20,8%, de 22,5%.

As quedas na participação de mercado das duas empresas ocorrem mesmo com as vendas totais dos cinco principais fabricantes de celulares crescendo pelo terceiro trimestre consecutivo, aumentando 7,8% em base anual, para 289,4 milhões de unidades. As chinesas Xiaomi e Transsion conquistaram fatias maiores do bolo, disse o IDC.

A Xiaomi, a terceira maior fornecedora de celulares no trimestre, viu as vendas aumentarem quase 34% em base anual, para 40,8 milhões de unidades. Os embarques da Transsion saltaram 85%, para 28,5 milhões.

O IDC disse que o crescimento global mostrou que a recuperação do mercado de celulares "está bem encaminhada".

Na corrida dos softwares, a regulação fica para trás

Inovação
Daniela Braun
Do Rio

A segunda edição do Web Summit Rio, evento de inovação sediado na capital fluminense até quinta-feira (18), mostra que, em quase um ano desde que o Brasil estreou no circuito internacional da conferência, as aplicações da inteligência artificial (IA) generativa avançaram rapidamente, mas a regulação, nem tanto.

Neste ano, o evento que discute tecnologia, empreendedorismo, mudanças climáticas, diversidade, marketing, mídia, cultura e economia, espera reunir 30 mil pessoas no Riocentro, público superior aos 21,3 mil participantes do ano passado.

Os benefícios e riscos do avanço da IA estarão presentes em diversos painéis no Web Summit Rio 2024. Do lado de fora do centro de convenções, entretanto, o avanço segue sem regulamentação.

Na primeira edição do Web Summit Rio, no início de maio de 2023, o Congresso quase aprovou o Projeto de Lei 2.630/20, conhecido como PL das Redes Sociais, para que não haja disseminação de conteúdo falso em plataformas digitais. Desde então, o PL ficou parado no Congresso e agora deve passar por uma reformulação, conforme propôs o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), na semana passada.

Nesse intervalo, a IA avançou muito. Pode criar textos e imagens capazes de convencer eleitores do mundo todo, por meio de manipulação, em um ano de eleições em ao menos 64 países, incluindo o pleito municipal no Brasil.

"Este ano, vários países terão eleições, e a gente ainda tem uma janela de 'desproteção' em relação à regulação justamente no campo de disseminação de defeitos e de informações falsas", alerta Carine Roos, fundadora da Newa, consultoria voltada a diversidade, equidade e inclusão, em entrevista ao **Valor**. "A inteligência artificial está aí há anos, mas ela avançou muito mais rápido do que qualquer regulação."

Roos, que participa do painel "Como a geopolítica moldará a regulamentação da IA", nesta terça-feira (16), alerta para a necessidade de diminuir o ritmo do avanço da IA para uma avaliação sobre ética, governança e diversidade. "Teremos que fazer uma pausa e entender como construir isso de uma maneira diferente", diz Roos. "A regulação não impede o crescimento. Só que a pausa é vista, no campo econômico, como um atraso, já que estamos numa corrida espacial [da IA]."

O ritmo da disputa entre Estados Unidos e China por quem domina a entrega de chips que sustentam o avanço da IA não dá sinal de pausa, mas sim mais munição à crise geopolítica entre os países. Recentemente, ambos anunciaram investimentos multibilionários em novas fábricas de microprocessadores.

No meio do caminho estão empresas como a Nvidia. A fabricante americana de unidades gráficas de processamento (GPUs, na sigla em inglês) está à frente na venda de poder computacional para suportar as aplicações de IA. A empresa fala sobre sua trajetória nesta terça-feira, no painel "Nvidia e a corrida dos chips para IA", no palco central do Web Summit Rio.

Na visão de Roos, a concentração de poder dos EUA sobre a IA reforça vieses, falta de diversidade e eleva o risco de "colonização digital". Para ele, isso ocorre tanto em plataformas quanto em infraestrutura, pela força do idioma e sua disseminação na programação de dados.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Pausa para entender como construir a IA de maneira diferente" *Carine Roos*

"O mundo é narrado sobre a ótica masculina, o que já se reflete nas redes sociais ou quando fazemos uma pesquisa simples", nota Roos, que é mestre em Gênero pela London School of Economics and Political Science. "Agora, está se discutindo mais essa mudança, mas, ainda assim, massivamente, a internet é muito branca e muito masculina."

Tentar maquiar a diversidade na internet, segundo Roos, é um caminho que já se mostrou errado. Em fevereiro, o Google precisou retirar o recurso de geração de imagens do Gemini, sua ferramenta de IA generativa, e se desculpar após o algoritmo ter gerado imagens de soldados da era nazista com diferentes origens étnicas.

"Talvez o que a gente precise fazer seja dar um passo para trás e pensar como queremos desenvolver essa inteligência artificial", sugere a especialista.

No entanto, para empresas de tecnologia, que investem bilhões de dólares na IA generativa, diminuir o ritmo significa dar espaço aos rivais. "A análise que não está sendo feita é a gente pensar numa solução a longo prazo que envolva a regulação, o entendimento do desenvolvimento e que vai tornar essa tecnologia mais efetiva e mais econômica, porque ela vai ser mais sustentável", aconselha Roos. "Falta visão estratégica de longo prazo e sobre o que é melhor para as pessoas, não somente sobre o que é melhor para as empresas".

A repórter viajou a convite do Web Summit

INÊS249

Governança TRF-3 devolve Sérgio Rezende ao conselho, mas ‘chairman’ segue afastado

Às vésperas da assembleia, clima é de tensão na Petrobras

Fábio Couto, Francisco Góes, Kariny Leal e Rafael Bitencourt
Do Rio e Brasília

A pouco mais de uma semana da assembleia de acionistas que vai eleger o conselho de administração da Petrobras para o período 2024-2026 houve movimentos importantes, nesta segunda-feira (15), em torno ao colegiado da empresa. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) acolheu as alegações do recurso da Advocacia Geral da União (AGU) e derrubou a liminar que afastava Sergio Machado Rezende do conselho da estatal, em decisão do desembargador federal Marcelo Mesquita Saraiva.

Rezende não está na lista de candidatos da União para a assembleia, mas a reintegração dele deixa em aberto se pode ocorrer o mesmo com o presidente do conselho da estatal, Pietro Mendes, afastado do cargo por decisão judicial na semana passada por suposto conflito de interesses. A AGU também recorreu da liminar que suspendeu Mendes, mas até o fechamento desta edição a medida continuava em vigor. Na noite de ontem, portanto, o conselho da Petrobras completou cinco dias sem “chairman”.

O **Valor** apurou que o conselho da estatal se reúne na sexta-feira (19) e, se até lá a liminar contra Mendes não tiver sido cassada, os conselheiros deverão eleger um substituto. O artigo 18 do estatuto social da Petrobras diz, no parágrafo segundo: “No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral.” Mendes foi suspenso dia 11 e a reunião ordinária será sexta-feira, antes da AGO marcada para o dia 25.

No meio jurídico, há quem interprete, porém, que os dois casos — de Rezende e Mendes — são diferentes. Rezende era dirigente partidário do PSB antes de ser indicado para o conselho da Petrobras, o que tem vedado pela Lei das Estatais até a regra ser flexibilizada por decisão monocrática do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandoskwi. Já Mendes é secretário de óleo e gás do Ministério de Minas e Energia (MME) e sua indicação à Petrobras configuraria conflito de interesses.

A discussão é se o caso de Mendes representa conflito material ou formal à luz da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), onde o executivo enfrenta processo sancionador. Desde 2022, prevalece na cúpula da autarquia o entendimento pelo conflito material. Sob essa perspectiva, não há impedimento de voto em assembleia desde que o acionista, seja controlador ou minoritário, aja de boa fé. Na abordagem formal, em caso de potencial conflito de interesses, o investidor fica, a priori, impedido de votar. Procurado, Mendes não retornou até o fechamento desta edição.

Também ontem a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) protocolou denúncia na CVM contra o conselheiro Marcelo Gasparino, candidato à reeleição no dia 25. Segundo a Anapetro, o advogado apresenta indícios de conflito de interesse no colegiado da estatal. A associação disse que requereu investigação pela CVM e as devidas responsabilizações perante possíveis atos ilegais.

Conforme a Advocacia Garcez, que representa a Anapetro na ação, Gasparino tem colocado em risco a administração da Petrobras por atuar em conselhos de quatro companhias, que são eventuais concorrentes em mercados específicos: Petrobras, Eletrobras, Vale e Banco do Brasil. Procurado, Gasparino ironizou: “A CVM é a senhora da razão.”

Rezende, por sua vez, comemorou a decisão judicial que o devolveu ao cargo: “Estou muito contente com a decisão do desembargador revertendo a decisão do juiz da 21ª Vara de São Paulo referente à Ação Popular ajuizada pelo deputado estadual de São Paulo Leonardo de Siqueira Lima, pois ela era baseada em dois argumentos incorretos”, afirmou. Rezende foi eleito em 2023 para o conselho da Petrobras na cota pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Exministro do primeiro governo Lula, Rezende estava há uma semana afastado das funções na companhia após decisão tomada pela 21ª Vara Cível Federal de São Paulo.

Fonte do governo disse que a expectativa é que a “qualquer momento” seja derrubada a liminar que afastou Mendes. Na decisão do TRF3, obtida pelo **Valor**, o juiz considerou que a liminar contra Rezende “afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa” ao não buscar previamente a posição sustentada pela União, e não reconhece o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) a cerca da aplicação da Lei das Estatais.

Pietro Mendes está suspenso como presidente do conselho da Petrobras por decisão judicial desde o dia 11; governo confia que a situação será revertida

DIVULGAÇÃO

Fundos pressionam estatal para tentar evitar falência da Sete Brasil

Rodrigo Carro
De São Paulo

Em meio à iminente falência da Sete Brasil, fundos especializados em ativos de alto risco que detêm cerca de 17% do passivo da empresa se movimentam na esfera judicial e fora dela para fazer com que a Petrobras chancele uma proposta que permitiria o pagamento aos credores de quase R$ 1 bilhão. Na semana passada, o grupo de cinco fundos notificou extrajudicialmente conselheiros e diretores da Petrobras de que pretende ajuizar medidas na Justiça brasileira e na americana para apurar responsabilidades cíveis e criminais caso o processo de recuperação judicial da Sete Brasil seja convertido em falência.

Em fevereiro, o administrador judicial do processo de recuperação, a Licks Associados, pediu a falência da empresa criada em 2010 com o apoio da Petrobras para viabilizar a construção de navios-sonda no país. Em paralelo à notificação extrajudicial de integrantes da diretoria executiva e do conselho de administração, os fundos pediram à Justiça no início do mês que determine a realização de uma audiência para que a Petrobras esclareça qual a situação atual da proposta alternativa negociada desde novembro de 2021 e ainda não votada pelo seu conselho de administração.

A Petrobras atuou — no fim dos anos 2000 — na estruturação societária e financeira do projeto que viria a se transformar na Sete Brasil. Além de acionista, era a principal cliente da empresa, tendo encomendado 28 sondas. A Sete Brasil não chegou a produzir um único navio — foi engolida pela sucessão de escândalos que veio à tona com as investigações da Operação Lava-Jato, a partir de 2014. Em depoimento à CPI dos Fundos de Pensão, em novembro de 2015, o ex-gerente executivo da Petrobras Pedro Barusco confirmou que houve pagamento de propina em troca de contratos da Sete Brasil. Condenado em 2017, Barusco foi diretor da Sete Brasil.

O plano de recuperação judicial inicial, aprovado por credores em 2018, previa a conclusão e venda de quatro sondas, o que acabou não acontecendo por desistência do comprador potencial. O plano B encontrado pelos credores foi uma proposta alternativa pela qual a Petrobras pagaria US$ 180 milhões à Sete Brasil como contrapartida pela rescisão de todos os contratos de afretamento firmados entre as duas e a quitação para todas as partes, abrangendo os credores da recuperação judicial.

O grupo de fundos formado por QG Liquid Distressed Master, QG Distressed Credit, Boston Patriot Charles ST, QG Distressed e QG Prim protocolou na Justiça em meados de março petição solicitando que a recuperação judicial da Sete Brasil não seja convertida em falência. No documento, os advogados dos fundos argumentam que a Petrobras passa no momento por um processo de renovação de membros do conselho de administração, a ser realizada em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

R$ 1 bi
é o valor do acordo proposto por credores à Petrobras

“Tal questão naturalmente interfere na tomada de decisão da companhia sendo que, uma vez superada, poderá haver a deliberação prometida e esperada nestes autos”, ressaltam os advogados, referindo-se à proposta alternativa no valor de US$ 180 milhões.

Fonte que acompanha o processo de recuperação judicial em detalhes é mais cética com relação às chances de o colegiado da petroleira deliberar sobre a matéria: “O negócio não sai”, resume. “O juiz tentou chamar a Petrobras para conversar várias vezes. E eles sempre se esquivando. É um negócio sem fim”, acrescenta.

A possível falência poria fim a um processo de recuperação iniciado em 2016. “A convolação [mudança] em falência tem uma consequência que alguns dos credores não querem: o plano de recuperação judicial que foi aprovado deixa de valer”, explica a fonte sob condição de anonimato. O plano já recebeu quatro aditivos.

A estratégia de — se necessário — levar o caso à Justiça dos Estados Unidos se baseia num acordo firmado pela Petrobras em janeiro de 2018 para encerrar ação coletiva movida por investidores na corte federal de Nova York. A estatal pagou US$ 2,95 bilhões a título de reparação de perdas dos acionistas na bolsa de Nova York em razão dos escândalos de corrupção expostos pela Operação Lava-Jato.

Representados pelo escritório Almeida Advogados, os fundos argumentam que — pelo acordo firmado perante o Departamento de Justiça dos Estados Unidos — a Petrobras reconheceu diversos ilícitos praticados por seus funcionários e se obrigou a não levar adiante ilícitos similares.

“A absoluta falta de cooperação da Petrobras com as autoridades na investigação de fraudes relacionadas à recuperação judicial do Grupo Sete, com possíveis prejuízos bilionários à Petrobras e aos seus acionistas, além de danos reputacionais com reflexos no valor das ações, também será objeto de nova denúncia sobre a prática de delitos e investigação pelas autoridades norte-americanas”, sustentam os advogados na notificação extrajudicial enviada a diretores, conselheiros e membros dos comitês fiscal e de conformidade da petroleira.

A não cooperação a que se referem os advogados dos fundos estaria configurada pela resistência da Petrobras em acatar um pedido do administrador judicial — feito em setembro de 2023 — para que sejam preservados documentos relacionados à escolha e à atuação de Pedro Barusco tanto na petroleira como na Sete Brasil. E, também, pela demora do conselho em delibera sobre a proposta alternativa.

Ainda em 18 de setembro a Justiça deferiu a solicitação da Licks para que a documentação relacionada a Barusco fosse preservada, mas a contenda jurídica prossegue desde então sem uma decisão final. Atualmente, o recurso da Petrobras tramita em segunda instância: está em conclusão com o desembargador-relator.

Procurada por meio de sua assessoria de imprensa, a Petrobras optou por não comentar o tema. A Licks também preferiu não se manifestar.

Curta

Estimativas para J&J

A Johnson & Johnson (J&J) inicia a temporada de balanços do setor farmacêutico nesta terça-feira (16) e deve reportar queda no lucro e na receita, com investidores focados em saber quando os executivos finalmente resolverão o litígio sobre talco que tem perseguido a empresa há anos. As ações da Johnson & Johnson caíram 5,9% até agora este ano, enquanto o índice da indústria farmacêutica S&P 500 subiu 7,5% e o S&P 500 mais amplo subiu 7,4%. Os analistas atribuem grande parte desse desempenho ruim às preocupações persistentes com ações judiciais alegando que a empresa escondeu possíveis riscos à saúde devido ao uso de seu talco.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Apetece Sistemas de Alimentação S/A -** CNPJ: 60.166.832/0001-04 - Endereço: Av. Guido Aliberti, 4297, Sala 01, Bairro Mauá, São Caetano do Sul/sp - Requerente: Atacadista Kingfood Produtos Alimentícios Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Mll Comércio de Papéis Eireli Epp -** CNPJ: 20.874.860/0001-61 - Endereço: Rua Dr. Jalles Martins Salgueiro, 270, Loteamento Industrial, Mauá/sp - Requerente: Formags Gráfica e Editora Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Ampr Arquitetura e Incorporações Ltda. -** CNPJ: 10.719.610/0001-01 - Endereço: Av. Rio Branco, 132, Bairro São Pelegrino - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Von Saltiel Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **City Service Segurança Ltda. -** CNPJ: 37.077.716/0001-05 - Endereço: St Scia, Quadra 08, Cjto. 12, Lote 14, Zona Industrial, Guará - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Exm Partners Assessoria Empresarial Ltda., Pelo Dr. Eduardo Scarpellini - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Inz Serviços Para Construção Civil Ltda. -** CNPJ: 22.109.885/0001-02 - Endereço: Rua Santos Dumont, 1264, Sala 402, Bairro Exposição - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Von Saltiel Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Update Sinimbu Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda. -** CNPJ: 24.877.304/0001-08 - Endereço: Av. Rio Branco, 132, Bairro São Pelegrino - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Von Saltiel Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia) -** CNPJ: 04.593.667/0001-04 - Endereço: Av. Paulista, 37, 4º Andar, Bairro Bela Vista - Requerente: Renata da Silva Oliveira - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Falta de interesse de agir.

Requerido: **Marka Promoção de Vendas e Eventos Ltda. -** CNPJ: 31.412.436/0001-11 - Endereço: Rua Conselheiro Brotero, 870, Sala 26, Bairro Santa Cecília - Requerente: Evolut Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, suspensos os efeitos da quebra e aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Nossa Senhora de Fátima Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 48.657.027/0001-88 - Requerente: Puma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Agromais Comércio e Representações Ltda. -** CNPJ: 09.330.297/0001-28 - Endereço: Av. Nelson Camilo Fernandes, 1900, Distrito Industrial Ii, Campo Verde/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Agromais Comércio e Representações Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 09.330.297/0003-90 - Endereço: Av. Cascavel, 600, Bairro Cidade Primavera Iv, Primavera do Leste/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Agromais Comércio e Representações Ltda., Filial 3 -** CNPJ: 09.330.297/0004-70 - Endereço: Rua Serra Azul, S/nº, Quadra 42, Lote 21, Centro, Planalto da Serra/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Energia Há mais de um ano sem fechar contratos, empresas estão paralisando ou reduzindo produção

Desindustrialização do setor eólico acende alerta

Robson Rodrigues
De São Paulo

O processo de desindustrialização na cadeia eólica brasileira gerou alarme no setor neste início de ano, com a notícia de que mais fabricantes vão parar ou diminuir a produção devido à baixa demanda de contratos no mercado interno. A empresa catarinense WEG optou por paralisar a linha de montagem, enquanto a alemã Nordex decidiu reduzir a produção.

Em março, a fabricante de pás Aeris encerrou o contrato com a Siemens Gamesa e anunciou medidas para adaptar suas linhas de produção e otimizar a capacidade de produtiva. Não é de agora que o setor passa por dificuldades. Em 2023, a Siemens Gamesa hibernou as operações da fábrica em Camaçari (BA) para ajustar sua estrutura produtiva e atender às demandas do mercado.

Em 2022, a americana GE Renewable Energy revisitou sua estratégia global e anunciou a suspensão da produção de novas turbinas eólicas no Brasil. A decisão das empresas reflete um cenário desafiador para toda indústria eólica, que há mais de um ano não fecha contrato no Brasil. O último acordo de relevância aconteceu no início de 2023 entre Vestas e Casa dos Ventos. Em 2023, o Brasil instalou 4,8 GW em novas unidades. A previsão para 2024 é uma queda de quase 50%.

Em nota, a Nordex diz que não paralisou a produção no Brasil, apenas ajustou a capacidade produtiva à baixa demanda atual do mercado eólico. "A Nordex tem fábricas de torres, nacelles e moldes de pás operativas durante 2024 no Brasil, porém com produção reduzida, à espera de que o volume de vendas volte a crescer", disse a empresa em nota.

A Nordex reforçou que manterá as fábricas ativas para atender o mercado brasileiro, que segue sendo relevante para a companhia no mundo. Apesar do aumento global de instalações de geração de energia eólica em 2023, puxado pela China, as empresas acumulam prejuízos causados pela inflação e juros altos.

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, lembra que segmento vinha experimentando recordes de crescimento desde 2018. Entretanto, em meados de 2022, o preço de referência da energia elétrica, conhecido como Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), no jargão do setor, caiu para patamares mínimos, o que inviabilizou a expansão.

"As contratações até meados de 2022, cessaram. Estamos com uma crise de contratos porque a economia não está crescendo e estamos há dois anos com PLD baixo. Com isso, o mercado não contrata", diz a executiva.

O vice-presidente de Assuntos Públicos da Vestas para a América Latina, Leonardo Euler, frisa que a situação de desindustrialização afeta não apenas as fabricantes, mas toda a cadeia de suprimentos primária, como empresas de torres e pás eólicas.

Algumas já decretaram a suspensão temporariamente de contratos de trabalho. Entre as causas, Euler lista o que classifica como "subsídios perversos dados ao setor de geração distribuída", que desloca a demanda, a elevada taxa de juros e a necessidade de uma política industrial verde. "Há uma cadeia a montante para que a Vestas esteja no Brasil e se ela continuar sendo desestruturada, fica cada vez mais desafiador permanecer no país", diz.

O receio do setor é que quando a movimentação em torno da economia global por transição energética for retomada, o Brasil esteja dependente de importação principalmente de empresas chinesas.

Em tese, essa demanda já existe. A diretora de Políticas Brasil do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês), Roberta Cox, lembra que durante a COP28, o mundo se comprometeu a triplicar as energias renováveis até 2030 e isso tem impacto direto na cadeia de suprimentos. Segundo ela, o Brasil pode aproveitar este movimento para se tornar um fornecedor de equipamentos.

"Neste cenário, já em 2026 vai faltar equipamentos, como pás, torres, nacelles e minerais. Como o Brasil tem uma cadeia estabelecida, pode aproveitar estes nichos e se tornar um fornecedor, já que o mercado interno não tem absorvido essa oferta", afirma.

No âmbito internacional o cenário é completamente diferente. Os pacotes verdes implementados por Europa, China e EUA enviaram sinal de compromisso ao setor, já que visam atrair investimentos para a indústria de energia limpa.

> "As contratações até meados de 2022, cessaram. Estamos com uma crise de contratos porque a economia não está crescendo"
> *Elbia Gannoum*

4,8 GW foi quanto o Brasil instalou em 2023

Inteligência artificial vasculha árvores na floresta

Tecnologia

Marcelo Beledeli
Para o Valor, de Porto Alegre

Uma ferramenta de inteligência artificial (IA) está ajudando a identificar árvores de interesse comercial e indicar a sua localização exata na floresta. Espécies como castanheira, cumaru-ferro, açaí e cedro são reconhecidas com índices de acerto de 95%, o que reduz custos de produção e torna mais sustentável o manejo de florestas na Amazônia.

O Netflora, metodologia desenvolvida pela Embrapa, reúne um conjunto de algoritmos treinados com inteligência artificial para reconhecer espécies florestais usando como base características botânicas disponíveis em um banco de dados. A metodologia destina-se a empresas do setor florestal, profissionais da academia, associações agroextrativistas e a órgãos ambientais.

De acordo com o pesquisador Evandro Orfanó, da Embrapa Acre, um dos coordenadores desses estudos, o Netflora automatiza o planejamento da atividade florestal e aumenta a precisão e eficiência dos planos de manejo. "Uma vez treinado e especializado, o algoritmo também fornece métricas, como diâmetro e área de copa, que permitem estimar, por meio de equações alométricas (que relacionam formas e tamanhos), o volume de madeira de cada árvore", afirma.

As pesquisas da Embrapa para tornar possível o uso de IA no setor florestal começaram em 2015 e passam por diferentes aspectos da atividade. Na fase atual, os estudos acontecem via projeto Geoflora, executado no Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Amazonas, em parceria com o Fundo JBS pela Amazônia.

A adoção dessas tecnologias exige investimentos em computadores, drones, baterias e estrutura adequada de escritório. Segundo Orfanó, a redução drástica nos custos de produção, especialmente na etapa do inventário florestal, compensa esses gastos.

Estima-se que o custo de um levantamento tradicional de espécies, com equipes em campo, fique entre R$ 100 e R$ 140 por hectare de floresta mapeado. Na metodologia Netflora, o gasto é de R$ 4 a R$ 6 por hectare.

Essa grande diferença deve-se à agilidade na obtenção e processamento de informações. "Uma empresa florestal que utiliza o manejo tradicional consegue mapear até 10 mil hectares de floresta por ano. Com o uso de IA, o ganho em capacidade operacional pode saltar para até 1 milhão de hectares no mesmo período", acrescenta Orfanó.

Para construir o banco de dados do "treinamento" de algoritmos, drones mapearam mais de 40 mil hectares de floresta em 37 áreas de Acre, Rondônia e sul do Amazonas. Em dois anos de estudo, os pesquisadores fizeram cerca de mil planos de voos, e cada um gerou cerca de 300 imagens aéreas. Elas passaram por tratamento e foram transformadas em ortofotos (imagens georreferenciadas e de alta resolução). As informações das ortofotos serviram para treinar nove algoritmos, que têm finalidades e performances de acerto distintas.

"Temos algoritmos que reconhecem uma única espécie florestal, outros têm capacidade para identificar diferentes grupos ou as principais árvores madeireiras e não madeireiras do Acre e de outras localidades da Amazônia. Alguns algoritmos já alcançaram alta performance, mas esse aprendizado será contínuo", diz Orfanó. A Embrapa quer mapear 80 mil hectares e inserir novas áreas de interesse comercial na Amazônia para ampliar o banco de dados.

A estatal vai lançar no dia 24 os dois primeiros algoritmos que passaram pela fase de aprimoramento. Um deles tem capacidade de reconhecer o açaí solteiro nas fases produtiva (com cachos) e não produtiva no Acre. O outro, além do açaí-solteiro, é capaz de reconhecer nove outras espécies de palmeiras da Amazônia (paxiúba, buriti, jaci, ouricuri, murmuru, tucumã, inajá, patauá e bacaba).

O lançamento dos outros sete algoritmos deve ocorrer até fevereiro de 2025. Na lista estão algoritmos que identificam espécies madeireiras e não madeireiras, em diferentes localidades amazônicas, e também versões destinadas a monitoramento ambiental e ao reconhecimento de espécies em sistemas agroflorestais.

O engenheiro florestal Mauro Alessandro Karasinski, doutorando na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro da equipe de criação do Netflora, diz que o algoritmo aprende padrões de copa das árvores e organiza essas informações para reconhecer as características em imagens de novas áreas mapeadas. "Como resultado do aprendizado, um 'shapefile' (arquivo com a identificação e localização de cada espécie e indicação do grau de certeza) permite elaborar o inventário florestal que informa o número de árvores existentes, divididas por classe ou gênero, e outros dados das espécies e da área mapeada", relata.

> "Ganho de capacidade pode saltar de 10 mil para 1 milhão de hectares ao ano"
> *Evandro Orfanó*

FELIPE SÁ/DIVULGAÇÃO

Coleta de dados em campo: com projeto da Embrapa, custo de inventário florestal cai de R$ 140 para até R$ 4 por hectare

valor.com.br
A íntegra da matéria sobre o projeto da Embrapa está disponível em valor.com.br/agro

PR cria nova arma contra o greening

Citros

Izabel Gimenez
De Londrina (PR)

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) acaba de lançar o IDR-Tamaríxia, um aplicativo que vai reforçar a luta contra o greening no Estado. A doença é a principal causa de perdas financeiras na citricultura.

O aplicativo, que já está disponível para download gratuito na Apple Store e no Google Play, oferece orientações a produtores e técnicos sobre as melhores práticas para uso da vespinha tamaríxia no manejo biológico da doença. Parasita do psilídeo, principal vetor do greening, a tamaríxia consegue frear o desenvolvimento do psilídeo, e, portanto, sua disseminação em árvores sadias.

Com sistema de localização georreferenciada, a ferramenta digital tem mapas que apresentam o histórico de liberação da vespa e o passo a passo para a utilização do controle biológico. Em oito anos de estímulo ao uso da tamaríxia, o IDR já distribuiu mais de 10 milhões de vespinhas.

"A Flórida dizimou sua produção de laranjas devido ao greening. O Estado de São Paulo está com 38% de suas plantas infectadas. A caixa de laranja está mais cara, e falta suco no mundo. A praga não tem cura, mas alternativas como essa ajudam a frear o psilídeo", disse Norberto Ortigara, secretário da Agricultura do Paraná, no lançamento do IDR-Tamaríxia, que ocorreu na semana passada, durante a 62ª edição da ExpoLondrina, em Londrina.

O Paraná tem cerca de 30 mil hectares com plantações de citros, uma área que rende 842 mil toneladas de frutos. O Valor Bruto da Produção (VBP) da citricultura paranaense é de R$ 826,8 milhões.

INÊS249

Agronegócios

Estratégia Multinacional vendeu a mineira Verde Campo; Laticínios Porto Alegre, do grupo suíço Emmi, terá fatia de 70%, e fundadores da empresa ficarão com 30%

Nove anos após estreia, Coca decide sair do segmento de lácteos no país

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Coca-Cola Company, por meio da Leão Alimentos, acertou a venda da fabricante de lácteos Verde Campo para a Laticínios Porto Alegre — que pertence ao grupo suíço Emmi Group — e para os próprios fundadores da Verde Campo, Alessandro Rios e Álvaro Gazola. O negócio marca a saída da Coca-Cola do segmento no Brasil.

Os sócios usaram recursos próprios para a aquisição, mas o valor da operação é mantido em sigilo. Pelo acordo, a Porto Alegre terá 70% do capital da Verde Campo, e os outros dois sócios terão 30%. Rios e Gazola participarão do conselho de administração, assim como a Emmi Group, que desde 2017 é dona de 70% da Porto Alegre.

"Nós estamos ampliando ainda mais nossa posição no mercado brasileiro e aumentando o valor do nosso portfólio. Estamos certos de que, unindo forças com os fundadores da Verde Campo, podemos por a marca na rota de crescimento rentável", disse Ricarda Demarmels, CEO da Emmi Group.

"Já somos parceiros em outros negócios, e resolvemos unir forças para fazer essa compra", disse Rios ao **Valor**. Segundo o empresário, a Coca-Cola tomou a decisão de vender operações em áreas em que sua relevância é pequena. Globalmente, a empresa produzia em torno de 400 tipos de bebidas, mas já anunciou que vai deixar de produzir cerca de metade delas.

Por enquanto, a decisão da Coca de sair de lácteos ocorreu somente no Brasil. Na América do Norte, a companhia anunciou em 2023 um aporte de US$ 650 milhões em uma fábrica de laticínios nos Estados Unidos, está investindo US$ 133 milhões para ampliar a operação de sucos e lácteos da Jugos del Valle - Santa Clara no México e inaugurou uma indústria de lácteos no Canadá.

Ontem (15/4), a Verde Campo enviou um comunicado aos clientes informando que a venda foi "decisão estratégica da Coca-Cola Company, parte da constante avaliação dos ativos da companhia, que permite lapidar o portfólio nos mercados onde opera". Procurada, a Verde Campo e a Coca-Cola não comentaram o assunto.

> "A empresa tem um potencial grande. Faz sentido voltar para a operação"
> *Alessandro Rios*

Rios e Gazola fundaram a Verde Campo em 1999 e a venderam para a Coca-Cola, por meio da Leão Alimentos, no fim de 2015. A empresa mineira tem como foco a produção de laticínios funcionais, como zero lactose, com alto teor proteico e com probióticos. Ela processa em torno de 120 mil litros de leite por dia e faturou R$ 423 milhões em 2023. "Mesmo que a Coca-Cola tenha mantido o propósito da empresa, entendo que ela ainda tem um potencial muito grande e que faz sentido voltar para a operação", disse Rios.

Segundo João Lúcio Barreto Carneiro, presidente da Porto Alegre, a operação da Verde Campo seguirá independente. A companhia vai contratar um executivo do mercado para atuar como CEO, e os cerca de 550 empregados atuais serão mantidos após a aquisição.

"Temos crescido acima de dois dígitos por ano. A ideia com a compra é somar, mantendo o ritmo acelerado de crescimento", afirmou Carneiro. Ele observou que as linhas da Verde Campo são complementares ao portfólio da Porto Alegre, o que vai permitir à companhia vender mais itens por varejista. Ele também considerou que a presença da marca Verde Campo em todas as capitais do país pode ajudar a Porto Alegre a introduzir seus produtos em novas praças. Carneiro disse ainda que a Verde Campo poderá aproveitar a estrutura fabril da Porto Alegre para ampliar sua produção no futuro.

Com uma capacidade de processamento diário de 1,2 milhão de litros de leite, a Porto Alegre é a terceira maior empresa de laticínios de Minas Gerais. A companhia tem sede em Ponte Nova (MG) e fábricas em Ponte Nova, Mutum (MG), Antonio Carlos (MG), Rio Novo do Sul (ES) e Valença (RJ) e emprega 1,9 mil pessoas. A empresa produz queijos, cremes de queijo, leite UHT, creme de leite, manteiga, leite em pó, soro de leite em pó e iogurtes, com oferta tanto de itens básicos quanto premium.

A Porto Alegre concentra a maior parte de suas vendas em Minas e tem ampliado sua participação no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. A empresa gerou receita bruta de R$ 1,7 bilhão em 2023 e tem perspectiva de chegar a cerca de R$ 2 bilhões neste ano — sem incluir os ganhos com a aquisição.

DIVULGAÇÃO

João Lúcio Barreto Carneiro, da Laticínios Porto Alegre, e Alessandro Rios, fundador da Verde Campo: sai a americana Coca-Cola, entra o grupo suíço Emmi

Sem ação contra mudanças do clima, cadeia da soja terá perdas de até 60%

Cenários
De Belo Horizonte

O setor brasileiro de soja poderá ter perdas financeiras superiores a 60% até 2050 se não adotar medidas para se adaptar às mudanças climáticas — com impactos mais devastadores para agricultores de lugares remotos e com produtividade reduzida. Mas as perdas podem ser menores se forem tomadas medidas mais arrojadas para conter os efeitos do aquecimento global.

As estimativas fazem parte de um relatório elaborado pela Orbitas, uma iniciativa da Climate Advisers, organização com sede em Washington (EUA), especializada em cooperação climática, e divulgado hoje globalmente.

De acordo com o relatório, entre os desafios que o setor pode enfrentar até 2050 estão uma queda de 15% nos preços da soja, redução de 11% das áreas agrícolas disponíveis e queda na demanda global de 3%. Mas o setor poderá ter melhora de 88% dos investimentos, aumento de 14% no rendimento por hectare de soja, entre outras vantagens, se adotar ações de adaptação à transição climática. A soja também pode ter aumento de 14% na demanda global com a sua procura para biocombustíveis.

"O Brasil pode ter ganhos na transição climática, mas precisa criar condições para reduzir os efeitos do aquecimento global. Grande parte do setor agropecuário ainda subestima os riscos das mudanças climáticas", afirmou Alexandre Korbele, pesquisador sênior da Orbitas.

Adotar menos medidas expõe os produtores a riscos maiores de perdas. "Trata-se de um cenário de crescentes impactos devido ao aumento de temperatura. Os eventos extremos são muito imprevisíveis e difíceis de modelar, por isso, o cenário traçado no estudo é bem conservador nesse sentido", afirmou Niamh McCarthy, diretora da Orbitas.

O relatório aponta os efeitos no setor se o país adotar medidas para garantir que a temperatura do planeta não suba mais que 1,5ºC até 2050 — meta do Acordo de Paris de 2015 —, e os impactos se trabalhar para um aumento de 2ºC no clima. No caminho menos ambicioso, os preços da soja cairiam 15% até 2050 em comparação a 2020, dificultando a concorrência para produtores com baixa eficiência. A competição por terra aumentaria com políticas de combate ao desmatamento, resultando em queda de 11% na área disponível. O menor consumo de carne bovina também levaria a uma queda de 3% na demanda global por soja.

Produtores com menos acesso à tecnologia, menor produtividade e mais distantes de portos e indústrias podem ter perdas de mais de R$ 3.085 por hectare até 2050 se não se adaptarem. A probabilidade de perdas é de 90%. "Trata-se de um sério problema social e econômico, já que pequenos produtores formam a maioria dos estabelecimentos rurais no país e produzem grande parcela dos alimentos consumidos no país", disse McCarty.

As fazendas com alto desempenho, por sua vez, podem atingir lucratividade de R$ 3.200 por hectare até 2050, no cenário mais ambicioso de mudanças para conter o aquecimento global.

A Orbitas cita tendências que demandam atenção. Uma delas é a precificação das emissões de gases de efeito estufa, que podem aumentar os custos de produção dos sojicultores. O setor tem emissões intensivas com desmatamento, uso de combustível para transporte e uso de óxido nitroso como fertilizante. O aumento nos preços podem variar de R$ 435 a R$ 765 por tonelada equivalente de CO2.

Outra tendência é de redução de terras agrícolas disponíveis em até 36% entre 2020 e 2050, com restrições adotadas para conservação de biomas. Outra tendência é a necessidade de investir mais para aumentar a eficiência da produção. Os gastos agrícolas devem aumentar entre 88% a 133% até 2050, dependendo das medidas adotadas.

Em relação ao consumo, uma redução do consumo per capita de carne bovina de até 52%, em um cenário de mudança social mais profunda, poderia causar uma queda de 4% na demanda global por soja. Em um cenário sem mudanças, o consumo de soja aumentaria 38%.

Ainda de acordo com o estudo, a exportação de soja brasileira pode crescer 32% até 2050, se avançar na produção livre de desmatamento, de baixa emissão e alto rendimento. *(CB)*

Risco climático

Possíveis efeitos do aquecimento global sobre a cadeia da soja

Impacto econômico	Com alta de 2°C até 2050	Com alta de 1,5ºC até 2050
Preço ao produtor de soja	-16% a -15%	-28% a -10%
Rendimento	14% a 18%	16% a 84%
Produção	2% a 6%	-13% a 17%
Demanda brasileira por soja	-3%	-14% a -1%
Demanda global por soja	14%	-4% a 12%
Exportação de soja do Brasil	6% a 13%	-13% a 32%
Comércio global de soja	-5%	-21% a -7%
Área cultivada	-11% a -10%	-36% a -25%
Intensidade de uso da área cultivada	8% a 10%	10% a 74%
Investimento de capital agrícola	88% a 94%	96% a 133%

Riscos e oportunidade da transição do setor no Brasil

Riscos

R$ 3.085 por hectare é a perda que as fazendas de baixo desempenho terão até 2050 se não fizerem adaptações às mudanças climáticas

60% é a perda financeira decorrente da volatilidade econômica que grande parte dos produtores deverá ter até 2050

11% é redução estimada das áreas agrícolas até 2050

15% é a redução nos preços da soja para produtores até 2050

Oportunidades

R$ 4.210 por hectare é quanto pode crescer a lucratividade das fazendas de baixo desempenho que fizerem adaptações à transição climática

88% é quanto o capital para adaptações à transição climática pode crescer na agricultura até 2050

14% é quanto pode crescer o rendimento da soja por hectare até 2050

14% é quanto pode crescer a demanda global por soja até 2050

Fonte: Orbitas e Climate Advisers

Embarque de carne 'ignora' queda de preço

Comércio

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O volume das exportações de carne bovina, considerando produtos in natura e processados, cresceu 27% em março, para 206 mil toneladas, informou ontem a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo). Mesmo com a queda do preço médio da proteína, a receita com os embarques também subiu, ainda que em menor proporção — o aumento foi de 21%, para US$ 856,9 milhões.

No mês passado, o valor da tonelada embarcada foi de US$ 4.158. O montante é cerca de US$ 200 inferior aos US$ 4.356 de março de 2023, quando os preços já estavam em nível mais baixo que em anos anteriores.

No acumulado do primeiro trimestre, o volume das exportações cresceu 35%, a 672,3 mil toneladas. O faturamento, por sua vez, subiu 20%, para US$ 2,7 bilhões.

A China continua a ser o principal destino da proteína brasileira, embora sua participação, que foi de 45,7% no primeiro trimestre de 2023, tenha caído para 41% no mesmo intervalo deste ano. De janeiro a março, a China importou 276,3 mil toneladas (+21%), que movimentaram US$ 1,2 bilhão (+9,4%). Os preços médios pagos pelos chineses somaram US$ 4.420 a tonelada; no mesmo período de 2023, o valor por tonelada havia sido de US$ 4.900.

No caso dos Estados Unidos, o segundo maior importador, o volume das compras cresceu 93,5%, a 112,2 mil toneladas, e a receita, 29,8%, a US$ 330,2 milhões. A pecuária dos EUA está em uma fase de oferta restrita de bois. Com isso, o país tem precisado ampliar suas importações.

Por GLOBO RURAL

Agro 4.0
Embrapa usa inteligência artificial para identificar árvores na floresta
B7

Política monetária
Para Le Grazie, BC deve estar dividido sobre manter corte de 0,5 ponto ou reduzir para 0,25 ponto C3

Conjuntura
Custo da política monetária é maior sem âncora fiscal, diz Campos Neto C2

Investimentos
Gestoras de fortunas dobram de tamanho em três anos, diz estudo C6

Ativos Piora na percepção de risco leva dólar a R$ 5,18, maior nível em mais de um ano

Mudança de meta fiscal intensifica mau humor do mercado

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Para Raí Chicoli, da Citrino, o cenário externo mais conturbado ajudou a aprofundar a piora na percepção de risco fiscal, com impacto nos ativos domésticos

Victor Rezende, Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado
De São Paulo

A tempestade perfeita que se formou sobre os mercados locais nos últimos dias ficou ainda mais forte na sessão de ontem e se refletiu no comportamento dos ativos domésticos. As tensões geopolíticas seguiram no radar; as vendas no varejo dos Estados Unidos confirmaram que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) está cada vez mais distante de reduzir os juros; e, no Brasil, as preocupações fiscais voltaram ao centro das atenções com a alteração das metas de resultado primário de 2025 e de 2026. A consequência foi um estresse nos ativos domésticos, especialmente nos mercados de câmbio e de juros.

O dólar chegou ao fim da sessão negociado a R$ 5,1847, em alta de 1,24%. Foi o maior nível de fechamento do câmbio desde 27 de março de 2023. Já no mercado de juros, o mau humor foi ainda mais evidente nas taxas de longo prazo, que costumam ser mais sensíveis às questões fiscais. A taxa do DI para janeiro de 2027 passou de 10,535% para 10,805%, enquanto a do DI para janeiro de 2031 passou de 11,35% para 11,61%.

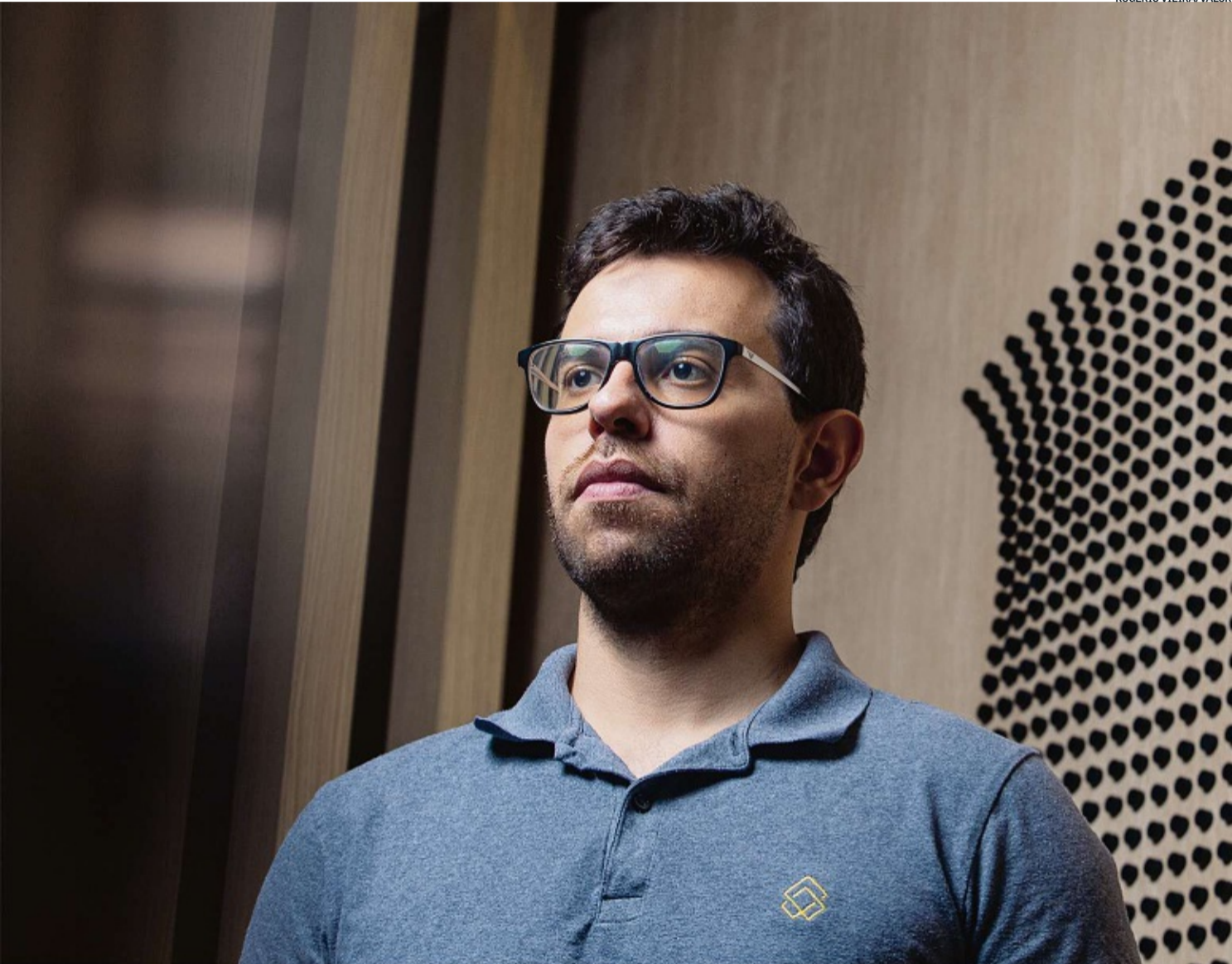
Uma parte relevante do mau humor do mercado foi importada dos Estados Unidos. A disparada dos juros dos Treasuries por lá e a queda das bolsas em Nova York deu a tônica do sentimento no exterior. E, com juros americanos mais altos, os ativos domésticos acompanham a piora e sofrem junto. No entanto, participantes do mercado observam que as questões fiscais locais voltaram a repercutir negativamente na dinâmica dos ativos financeiros.

Logo pela manhã, quando as primeiras informações acerca de uma mudança na meta de resultado primário de 2025 começaram a circular, os ativos domésticos pioraram adicionalmente. O pior momento da sessão se deu durante a tarde, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou, em entrevista à "GloboNews", uma alteração da meta fiscal de 2025, que passou de um superávit de 0,5% do PIB para um resultado primário equilibrado.

"Se você fica mudando a meta para baixo, por mais que ela seja mais próxima da realidade, a indicação é de que, de fato, não vai haver um grande esforço para atingi-la. Já sabemos que as medidas de aumento de receitas já têm mais dificuldade de serem aprovadas no Congresso [...] O número pode até ser mais crível, mas não necessariamente bom", diz o chefe de câmbio da tesouraria da XP, Andrei Basilio.

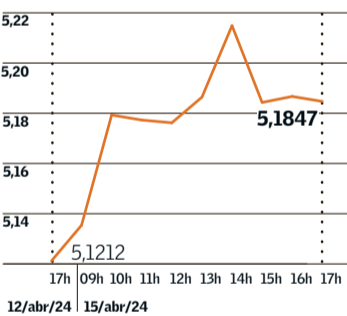
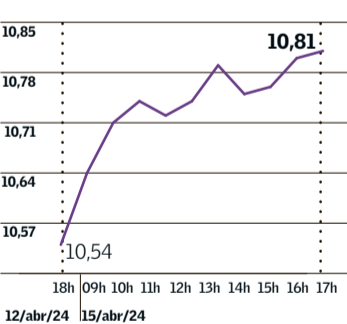
Visão semelhante é defendida pelo economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos, Raí Chicoli, para quem muito da piora na percepção de risco fiscal do mercado se deve ao exterior. "O fiscal brasileiro é estruturalmente ruim. A história deste ano caminha para ser um pouco melhor, mas não muda o longo prazo. Quando a cara do fiscal é feia, mas o mundo está tranquilo, o mercado tende a ficar mais tolerante. Só que o mundo ficou pior com pressão dos Treasuries, demanda por segurança com a guerra. Aí o fiscal ruim volta a ficar no holofote. O 'timing' para essa mudança foi ruim."

Para Chicoli, se o contexto internacional estivesse um pouco melhor, a deterioração nos preços dos ativos poderia ser mais leve. "Acabou sendo uma coincidência muito ruim para o governo, já que o momento externo mudou muito. E, para o mercado, ainda mais", diz. O economista lembra que muitos agentes estavam posicionados para uma apreciação do real e nota que, ontem, muitas dessas posições foram zeradas diante da piora dos mercados. "E os juros têm uma história parecida. Subiram porque tem uma pressão lá de fora, mas os longos 'apanham' um pouco mais por causa da questão fiscal."

> "Por mais que a meta seja mais próxima da realidade, a indicação é de que não vai haver grande esforço para atingi-la"
> *Andrei Basilio*

Mais um dia de estresse
Ativos locais têm perdas fortes

Dólar mercado
Cotação, hora a hora - em R$/US$

Eixo	5,22	5,20	5,18	5,16	5,14

Início: 5,1212 — Fechamento: 5,1847
Horários: 17h (12/abr/24); 09h 10h 11h 12h 13h 14h 15h 16h 17h (15/abr/24)

Juro futuro
DI-jan/27, hora a hora - em %

Ibovespa
Cotação, hora a hora - em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Esse desempenho, inclusive, se estendeu para os juros reais de longo prazo, que seguem nos maiores níveis do ano. A taxa da NTN-B para agosto de 2050, por exemplo, subiu de 6,023% na sexta-feira para 6,057% ontem, segundo a Anbima.

O estrategista-chefe da BGC Liquidez, Daniel Cunha, é outro a valiar que o contexto internacional tem pesado sobre o sentimento dos agentes recentemente e, assim, prevalece "a metade vazia do copo". Para ele, a economia e os mercados dos EUA têm funcionado como "aspiradores de dólares" em meio a um ritmo forte de crescimento, juros elevados e alta necessidade de financiamento do governo americano.

"Isso enfraquece qualquer tese de mercado emergente, a não ser aqueles que possuem alguma narrativa positiva, como o México. O Brasil não oferece nada em termos idiossincráticos e, quando pensamos em commodities, principal apelo do mercado local, o cenário ainda é misto", afirma.

"Nossa perspectiva para o fiscal não é sustentável. O país anunciou um novo regime fiscal, mas basicamente no primeiro ano já vimos inúmeros ataques, críticas e flexibilizações. O principal trunfo de um regime é a previsibilidade e a confiabilidade, e o atual regime não está conseguindo entregar nada disso. Há um maior ceticismo, maior prêmio de risco e os ativos brasileiros acabam sendo mais penalizados do que os dos pares", diz Cunha.

O real, em particular, tem sido duramente penalizado. No ano, o dólar já acumula 6,85% de alta contra a moeda brasileira, em um movimento que se intensificou desde a semana passada. Com o risco fiscal de volta à pauta no Brasil; a reprecificação do cenário de juros nos EUA; e o aumento das preocupações geopolíticas no Oriente Médio, Basilio, da XP, vê como consequência o investidor local reduzindo o espaço para carregar o risco da moeda brasileira.

Basilio lembra que, na virada do ano, os fundos locais estavam vendidos em dólar via derivativos (dólar futuro, cupom cambial, dólar mini e swap cambial) em torno de US$ 13 bilhões e, agora, essa posição vendida está em US$ 8 bilhões. "Nesses 15 dias de abril, os locais compraram US$ 5 bilhões. Os fundos estão performando mal já há algum tempo. Mesmo que o investidor goste do diferencial de juros que o real 'carrega' e dos preços das commodities em alta, ele precisa sair de risco porque vem sendo penalizado desde meados de março."

> "Há um maior ceticismo, maior prêmio de risco e os ativos locais acabam mais penalizados do que os dos pares"
> *Daniel Cunha*

Também atingido pelo estresse doméstico e externo, o Ibovespa caiu 0,49%, aos 125.334 pontos. Parte das ações de peso relevante na bolsa, como os papéis ordinários da Vale (0,58%) e da Petrobras (1,46%) impediram recuo mais forte do mercado acionário local. Já o índice de "small caps", que guarda correlação alta com os juros de mercado, teve queda de 2,03%.

Para Lucas Tambellini, sócio da Sumauma Capital, o momento é ruim, em termos globais, porque o mercado continua a assistir a uma postergação do cenário de redução de juros nas economias desenvolvidas e houve, ainda, uma piora do quadro geopolítico.

"Mas também temos problemas locais, com a pauta econômica sem grandes avanços em Brasília e ruídos de interferência política em algumas das principais companhias do país. A revisão da meta não é vista com bons olhos, mas não é exatamente uma novidade. Entendo que ganhou peso adicional na sessão por conta do viés já negativo do mercado", diz. ***(Colaborou Augusto Decker)***

Destaques

Lucro do Goldman Sachs
O Goldman Sachs registrou lucro líquido de US$ 4,13 bilhões no primeiro trimestre, alta de 28% em relação a igual período de 2023. O lucro por ação foi de US$ 11,67, aumento de 32% na mesma comparação. O resultado superou estimativas do mercado de lucro líquido por ação de US$ 8,73, segundo a FactSet. A receita subiu 16%, para US$ 14,21 bilhões, acima das estimativas de US$ 12,94 bilhões. Parte do bom desempenho da receita veio do banco de investimento, que subiu 32%.

Debêntures da Comerc
A Comerc Energia vai emitir R$ 2 bilhões em debêntures. Do total, R$ 1,4 bilhão correspondem a papéis corporativos. O restante serão de títulos incentivados, isentos de IR para o investidor pessoa física. Na oferta das incentivadas, o prazo é de 16 anos e a remuneração máxima prevista é 6,7% ao ano ou NTN-B 32 com acréscimo de 1% ao ano. Na de debêntures corporativas o prazo é de três anos, e a taxa deve ser de, no máximo, DI mais 2,2% ao ano. O dinheiro será voltado para o resgate antecipado de notas comerciais, para completar os recursos necessários para o resgate da segunda emissão de debêntures e implantação de projetos de geração distribuída, conforme a companhia. *(Rita Azevedo)*

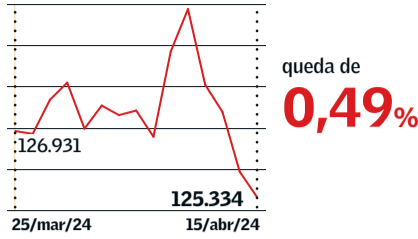
Emissão da FiBrasil
A FiBrasil iniciou ontem apresentações a investidores para emitir R$ 865 milhões em debêntures incentivadas com prazo de dez anos. A companhia de fibra óptica, controlada pela Vivo e pelo fundo canadense CDPQ, deve usar os recursos para a implantação da infraestrutura de rede para atender 151 municípios. A remuneração será definida após coleta de intenções. A FiBrasil quer pagar, no máximo, NTNB32 mais 1,35% ao ano ou IPCA mais 6,95% ao ano. Atuam na oferta o Itaú BBA (líder) e o Santander Brasil. *(RA)*

Papéis incentivados
Duas subsidiárias da CPPL, a CPFL Transmissão e a CPFL Piratininga, lançaram ofertas de debêntures incentivadas para captar R$ 928 milhões para projetos de infraestrutura. A CPFL Transmissão, que atua no Rio Grande do Sul, vai emitir R$ 635 milhões, e a Piratininga, R$ 293 milhões. As ofertas devem ser concluídas na primeira semana de maio. Em ambas, os papéis serão emitidos em duas séries, com vencimentos em dez e 15 anos. A remuneração ainda será definida, mas o plano é pagar o maior entre NTN-B33 com acréscimo de 0,01% ou IPCA com acréscimo de 5,68% na série mais curta. Na mais longa, o maior entre NTN-B35 mais 0,05% ou IPCA + 5,77%. O sindicato dos bancos que atua nas ofertas é formado por Itaú BBA, Safra, UBS BB e XP. *(RA)*

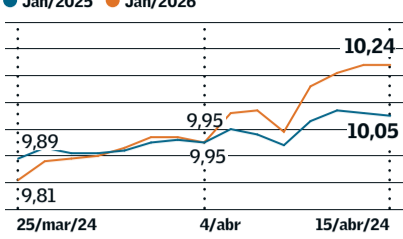
Liquidação da Disbrave
O Banco Central (BC) decretou liquidação extrajudicial da Disbrave Administradora de Consórcios. Segundo o BC, a decisão considerou quadro de comprometimento patrimonial, inclusive sujeitando a risco anormal seus credores quirografários, e as graves violações às normas legais que disciplinam a atividade da instituição. Foi nomeado como liquidante Pedro Ataide Pinheiro. *(Álvaro Campos)*

INÊS249

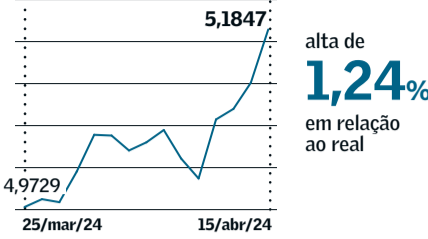
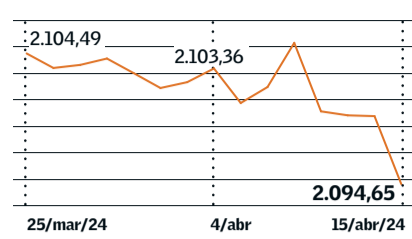
Finanças

Ibovespa
Em pontos

Bolsas internacionais
Variações no dia 15/abr/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,65
S&P 500	-1,20
Euronext 100	0,00
DAX	0,54
CAC-40	0,43
Nikkei-225	-0,74
SSE Composite	1,26

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Rendimentos dos Treasuries voltam a avançar com expectativa renovada de juros mais altos por mais tempo

Novos sinais de atividade forte derrubam bolsas em NY

Eduardo Magossi
De São Paulo

Dados mais fortes de vendas do varejo americano se somaram às tensões geopolíticas e fizeram os investidores embarcar ontem em uma nova sessão de aversão ao risco. Com isso, o dólar avançou com força ante outras moedas, os rendimentos dos Treasuries — títulos do Tesouro dos EUA — subiram para seus níveis mais elevados em 2024 e as bolsas registraram outro dia de perdas.

Segundo o Departamento de Comércio, as vendas do varejo subiram 0,7% em março — ante consenso de 0,3% — e foram revisadas de 0,6% para 0,9% em fevereiro.

A expectativa de juros mais altos por mais tempo fez os rendimentos subir, com o "yield" da T-Note de 2 anos batendo os 4,929% — depois de passar dos 5% durante o dia — ante 4,914% na sexta-feira. O rendimento do papel de 10 anos atingiu 4,629%, de 4,532% do fechamento anterior. Já o retorno do título de 30 anos ficou em 4,745%, de 4,630% de sexta-feira. O dólar também teve alta firme com o índice DXY, que mede a relação da divisa com uma cesta de moedas, subindo 0,16% a 106,20 pontos.

A aversão a risco levou a uma forte queda nas bolsas, onde as incertezas sobre o conflito entre Israel e Irã também pesaram. Nasdaq e S&P 500 atingiram as médias móveis de 50 dias pela primeira vez em 110 pregões, o que acionou um movimento de vendas técnicas, aprofundando as perdas. Tesla, Apple, Netflix e Amazon caíram mais de 2%. Trump Media recuou 18% depois de anunciar que fará mais uma emissão de ações. Do outro lado, Goldman Sachs subiu 2,92% após divulgar ganhos maiores que o esperado no primeiro trimestre. No fechamento, o Dow caiu 0,65 %, S&P 500 recuou 1.20% e o Nasdaq teve queda de 1,79%.

0,7%
foi a expansão das vendas de varejo nos EUA em março

Os dados de varejo revelam uma "forte disposição para o consumo", na opinião de Ian Lyngen, analista do BMO Capital. Segundo ele, é indiscutível a implicação do dado mais forte do varejo, com os rendimentos do papel de 10 anos atingindo novas máximas em 2024. "Esse cenário dá para Jerome Powell [presidente do Federal Reserve, o banco central americano] mais flexibilidade para adiar ainda mais os cortes nos juros. Parece cada vez mais improvável que o Fed afrouxe a política no primeiro semestre", afirmou Lyngen, em nota.

Depois da publicação do indicador de varejo, o Citi atualizou sua projeção de crescimento do PIB americano no primeiro trimestre de 1,7% para 2%. "O consumidor está surpreendentemente resiliente em meio a juros altos e inflação ainda elevada. Continuamos esperando que os preços e os juros altos reduzam os gastos do consumidor mais no fim do ano. "Mas outra leitura indicando a resiliência do consumidor deixará as autoridades do Fed mais confiantes em esperar mais para começar a reduzir os juros", afirmou a economista Gisela Hoxha, em nota.

Estrategistas do UBS já trabalham com a possibilidade de o Fed ter que elevar os juros para 6,5% "se a expansão seguir resiliente, com 'payroll' [relatório de empregos] acima de 250 mil novas vagas, e a inflação ficar presa em 2,5% ou mais". Nesse caso, o Fed voltaria a elevar os juros no início de 2025 e chegaria a 6,5% em meados do próximo ano, o que acarretaria uma queda no valor das ações de 15% ou mais.

Iene tem menor cotação desde 1990 e pode recuar mais 10%

Anya Andrianova
Bloomberg

O iene continuará em queda e poderá recuar mais 10%, atingindo níveis não vistos desde a década de 1980. Ontem, a moeda japonesa chegou a ser negociada abaixo de 154 unidades por dólar, menor cotação desde 1990.

O enfraquecimento do iene se deve à relutância do Banco do Japão (BoJ, banco central japonês) em aumentar as taxas de juros, na avaliação de Quentin Fitzsimmons, gestor de portfólio de renda fixa da T. Rowe Price Group.

"Não é do interesse dos japoneses ter uma moeda significativamente mais forte neste momento", disse. "Mesmo quando aumentam as taxas de juros, provavelmente não vão querer aumentá-las muito, porque então haverá preocupações com a sustentabilidade da dívida."

O iene caiu nos últimos dias para níveis só vistos pela última vez em 1990. Autoridades japonesas indicaram que estão prontas para tomar medidas para retomar a força da moeda, se for necessário. Embora o Banco do Japão tenha abandonado os juros negativos no mês passado, isso pouco contribuiu para apoiar a moeda, porque as taxas ainda permanecem bem abaixo das dos EUA.

Isso fez com que o iene caísse mais de 8% em relação ao dólar este ano, para cerca de 154 por dólar. Uma razão para isso é a recente força do dólar, uma vez que dados recentes de inflação e atividade acima do esperado nos EUA prometem atrasar as reduções das taxas por parte do Federal Reserve (Fed, banco central americano).

O mercado tem observado o nível de 152 unidades por dólar como algo que poderia provocar uma intervenção das autoridades japonesas, mas não houve nenhum sinal claro desse movimento até agora. Os fundos hedge já aumentaram as suas apostas contra o iene para o nível mais alto desde janeiro de 2018, de acordo com o último relatório da CFTC.

Fitzsimmons disse que embora espere que o iene enfraqueça ainda mais, o patamar de 170 por dólar não é o seu cenário base. "Quanto maiores as posições vendidas, mais eficaz será a intervenção que se oponha a isso, porque literalmente apertará as posições vendidas", disse. "Eles vão olhar para isso de forma muito tática e se preparam para ver a taxa de câmbio enfraquecer mais do que gostariam, mas com a visão de conseguir elementos surpresa para trazerem a moeda de volta para onde deveria ficar."

As autoridades no Japão parecem 'felizes' com o iene em torno de 150, disse ele. Não precisam de um iene forte a 125 ou 130, porque isso trará um choque de desinflação.

Tensão ressuscita volatilidade cambial

Bloomberg

A volatilidade no mercado internacional de câmbio de moedas está de volta. Operadores renovaram a aposta de que a tensão geopolítica no Oriente Médio e a inflação mais resiliente do que o esperado nos EUA devem impulsionar ainda mais o dólar.

O custo de proteção contra oscilações das principais moedas no prazo de um mês saltou para o nível mais alto desde janeiro no mercado de opções. A última disparada foi desencadeada pelo ataque do Irã a Israel, na esteira de dados fortes de inflação nos EUA que alimentaram especulações de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) terá de manter a política monetária restritiva por mais tempo.

A mudança significa uma virada repentina na volatilidade, que há apenas um mês tocava as mínimas em vários anos. A relativa calma parecia tão arraigada que muitos investidores começaram a se perguntar se isso seria a nova norma para o mercado de câmbio global, que gira cerca de US$ 7,5 trilhões por dia.

Mas os operadores agora reconsideram essa perspectiva. O mercado do reduziu suas expectativas para cortes do Fed e isso impulsionou as apostas em um dólar mais forte em relação ao euro para o nível mais alto em um ano, ao mesmo tempo que aumenta a volatilidade implícita. O euro e a libra caíram para os níveis mais fracos frente ao dólar desde novembro, enquanto o iene estendeu suas perdas para a cotação mais fraca desde 1990.

O dólar também se fortalece com a demanda por proteção diante das tensões no Oriente Médio. Isso também se reflete em posições compradas em franco suíço. Mesmo que as tensões diminuam, a volatilidade e os custos de proteção cambial provavelmente permanecerão acima das mínimas de março, e as apostas na divergência das políticas monetárias dos principais bancos centrais devem continuar.

'Custo da política monetária é maior sem âncora fiscal'

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O trabalho do Banco Central (BC) fica mais difícil se houver percepção de que não existe âncora fiscal, disse ontem o presidente do BC, Roberto Campos Neto, durante evento em Nova York. Perguntado sobre como mudanças nas regras fiscais afetam o trabalho da política monetária, o dirigente explicou que os BCs têm de se abster de fazer comentários sobre políticas fiscais.

No entanto, avaliou que "âncoras fiscal e monetária andam juntas e sempre que há uma mudança que torna o rumo fiscal menos transparente, ou menos crível, significa ter de pagar com custos mais elevados do outro lado, então o custo de fazer política monetária fica mais alto".

O presidente do BC relembrou, porém, que o mercado "teve um número muito pior para o fiscal do que a meta que realmente foi adotada [pelo governo]". Conforme Campos Neto, "eu venho dizendo há muito tempo que o ideal é não mudar as metas e fazer o máximo possível para atingir essas metas". Mas "se, por algum motivo, tivermos que fazer um desvio, é muito importante se comunicar bem, porque se as pessoas perderem confiança na âncora fiscal, a âncora monetária será afetada".

O fato de os EUA estarem adiando o início do ciclo de afrouxamento monetário e com as expectativas se consolidando em torno de uma taxa no fim do ciclo mais alta por lá podem começar a chamar a atenção para as dívidas dos principais países desenvolvidos, afirmou o presidente do BC.

"Quando olhamos para o que aconteceu nos EUA, durante algum tempo, as pessoas pensaram que os cortes nas taxas começariam em março. E quando isso decepciona, basicamente você tem o efeito de uma janela se movendo no tempo, e agora que os dados [de inflação e atividade] estão decepcionando [vindo mais fortes que o esperado], têm um efeito de mudar a taxa terminal."

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Campos Neto: "Os EUA estão adiando o início do ciclo de afrouxamento"

Na visão do dirigente, "houve uma reprecificação de taxas [no mercado], mas o que devemos observar e que, provavelmente, se tornará a próxima grande questão, é que estamos prestes a iniciar um debate sobre a dívida global".

Conforme o presidente do BC brasileiro, "o fato de os EUA agora estarem adiando o ciclo, mas também terem uma taxa terminal mais alta, vai fazer as pessoas falarem da dívida". O chefe da autoridade brasileira citou que os maiores blocos de economias avançadas — Japão, Europa e EUA — têm uma dívida soberana que representa uma proporção muito grande da dívida total global.

"Se você olhar o fato de que eles pagavam perto de 1% [antes da volta da inflação] na rolagem da dívida, e, se isso for para 3%, significa um custo três vezes maior na maior dívida do planeta. Então acho que o próximo assunto que a gente vai falar daqui a pouco não é mais sobre a janela da inflação. No ano passado, quando ninguém falava sobre isso, mencionamos que não víamos os processos de desinflação tão tranquilos como algumas pessoas estavam dizendo. Mas agora os agentes estão precificando do até certo ponto que o ciclo vai atrasar um pouco. A próxima grande questão será sobre o que acontece com a dívida total."

> "O fiscal está se tornando cada vez menos coordenado com o monetário no mundo"
> *Roberto Campos Neto*

Conforme Campos Neto, "o fiscal está se tornando cada vez menos coordenado com o monetário [na maior parte do mundo]". Para o dirigente, quando entramos na pandemia, foi muito fácil coordenar as respostas. "Você aumenta os gastos e reduz as taxas", disse em referência aos programas de estímulos.

"Mas a saída está sendo muito difícil de coordenar. E não há nada mais permanente do que um programa temporário de despesas. Essa foi uma frase que peguei emprestada do Milton Friedman. Mas você vê isso em muitos lugares diferentes, e acho que isso se tornará um problema."

BC da Turquia perde com 'experimento econômico' caro

Bloomberg

O banco central da Turquia teve uma perda de 818,2 bilhões de liras (US$ 25 bilhões) em 2023. O prejuízo reverte anos de lucros impulsionados por taxas de juros acentuadamente mais altas e pelo custo de um programa de poupança apoiado pelo governo, concebido para proteger os depositantes contra a depreciação da moeda.

O resultado, que se compara com um lucro de 72 bilhões de liras em 2022, significa que o banco central terá de renunciar a uma transferência para o Tesouro do país num momento em que o orçamento se encontra num profundo déficit. Mas a perda surpreendente também mantém o foco no mecanismo — conhecido localmente como KKM — concebido para funcionar como uma barreira para a lira, que as autoridades introduziram no final de 2021 e da qual têm lutado para se desfazer.

Hakan Kara, ex-economista-chefe do banco central, disse na plataforma de mídia social X que a perda é um reflexo do "experimento econômico mais caro do mundo", referindo-se à KKM.

O montante total dos chamados depósitos KKM permanece elevado, apesar das quedas.

A autoridade monetária da Turquia está longe de ser a única a sofrer financeiramente este ano, com entidades como o Banco Central Europeu (BCE) reconhecendo a sua primeira perda em várias décadas, como resultado de medidas de estímulo anteriores e de custos de empréstimos mais elevados.

US$ 25 bi
foi o prejuízo do BC da Turquia em 2023

Na Turquia, depois de anos de taxas ultrabaixas que aceleraram a inflação, os formuladores de política monetária começaram a aumentar o seu valor de referência em junho de 2023, passando-o de 8,5% para 50% no mês passado.

O programa de poupança que protege os depósitos em liras da depreciação face às moedas fortes emergiu como um dos principais desafios enfrentados pelas autoridades à medida que procuram colocar as políticas numa via mais convencional. Uma nova equipe de tecnocratas instalada em junho passado tem tentado desmantelar a ferramenta aumentando as taxas e encorajando uma mudança para depósitos regulares em liras.

O programa ainda tem o equivalente a cerca de US$ 70 bilhões em poupanças cambiais.

Ao abrigo do mecanismo existente, os depositantes de liras podem proteger-se contra perdas cambiais, obtendo uma compensação garantida pelo Estado por qualquer depreciação que exceda os juros das contas. Os custos decorrentes do programa — anteriormente divididos entre o Tesouro e o BC — foram integralmente transferidos para a autoridade monetária em julho de 2023.

O economista Haluk Burumcekci, que fica em Istambul, disse que o KKM foi "um contribuidor importante" para a perda do banco central. Uma análise mais detalhada deverá estar disponível quando o governador Fatih Karahan apresentar os resultados na reunião anual do banco central marcada para este mês, disse Burumcekci.

Entrevista Para Le Grazie, não entregar expectativa sinalizada em maio será ruim para a credibilidade

'BC deve estar dividido sobre corte de 0,5 ponto'

Alex Ribeiro
De São Paulo

O ex-diretor de política monetária do Banco Central (BC) Reinaldo Le Grazie acha que os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) devem estar divididos sobre cumprir a sinalização de corte de 0,5 ponto percentual na sua reunião de maio ou reduzir o ritmo para 0,25 ponto.

"Mexer na comunicação agora não ajuda na credibilidade", afirma Le Grazie, que atualmente é sócio da Panamby Capital. "A vantagem de diminuir o passo é estender o período de observação e, lá na frente, poder chegar à conclusão de que consegue ir mais longe [com o juro]."

Em 2018, Le Grazie viveu um dilema semelhante no Copom, na gestão Ilan Goldfajn, quando não foi entregue uma queda sinalizada de 0,25 ponto. "Não foi uma experiência agradável", afirma. "O mercado piorou muito."

Em entrevista ao **Valor**, ele lembra que, depois da piora do cenário internacional e local, a curva de juros futuros precifica uma queda de apenas 0,65 ponto percentual na Selic neste ano. Ou seja, se nada mudar, um corte de 0,5 ponto em maio significaria interromper o ciclo em junho. "É ruim", disse. "No cenário de hoje seria razoável o Copom diminuir o passo da queda de juros."

Para ele, o responsável maior pelas turbulências é a piora no cenário internacional, mas a decisão do governo de adotar uma meta de superávit primário zero na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 agrava a situação. "Num dia como hoje [ontem], as coisas se acumulam", diz. "O mundo fica pior, e o Brasil está mais complacente."

GABRIEL REIS/VALOR

Le Grazie: 'Vantagem de diminuir o passo é estender o período de observação'

Le Grazie diz que uma opção é ampliar a oferta de swaps cambiais para substituir títulos públicos indexados ao dólar, as NTN-As, que estão vencendo. "Quando é uma questão que o governo é um ator da piora, o BC não gosta de intervir", pondera. "Mas hoje tem o local e o internacional. Pelo internacional, era uma boa oportunidade para fazer o restante da rolagem."

Valor: *Seria hora de o Banco Central rever a sua indicação de corte de 0,5 ponto percentual para a reunião do Copom de maio?*

Reinaldo Le Grazie: Acho que o Banco Central estará um pouco dividido entre manter a comunicação, o movimento sinalizado, ou ser um pouco mais prudente e diminuir o passo. São dois lados. Mexer na comunicação agora não ajuda na credibilidade. A vantagem de diminuir o passo é estender o período de observação e, lá na frente, poder chegar à conclusão de que consegue ir mais longe. O mercado hoje esta pondo uma queda de só 0,65 ponto percentual na curva de juro. É ruim, porque, se fizer 0,5 ponto em maio, em junho não faria mais nada. Se não tivesse a questão do 'forward guidance' [projeção], de ter sinalizado lá atrás, em janeiro, que seriam duas quedas de 0,5 ponto, uma em março e outra em maio, acho que estaríamos caminhando para um Copom de 0,25 ponto. Claro, se a reunião fosse hoje, daqui a três semanas pode ser outro cenário. No cenário de hoje, seria razoável o Copom diminuir o passo da queda.

Valor: *Então não seguir com o "forward guidance" causaria um custo para o BC?*

Le Grazie: O Copom sinalizou "light", com "disclaimer", mas sinalizou. O comunicado dizia que, se a situação mudasse, a sinalização não valeria. Mas é ruim. O pessoal cobra. Por isso que o forward guidance é perigoso. Quando vai dando certo, é bom. Vai perdendo a eficácia ao longo do tempo. E na hora que tem que sair dele, machuca, que é o cenário de agora. Então acho que o Copom vai estar dividido entre manter a sinalização para evitar ruídos ou diminuir o passo e ter mais tempo para respirar e ver o que acontece.

Valor: *Quando você estava no BC, em 2018, o BC passou por uma situação parecida. Como foi?*

Le Grazie: Não foi uma experiência agradável. O mercado piorou muito. Estávamos entregando quedas de 0,25 ponto em 0,25 ponto. Sinalizamos mais uma de 0,25 ponto e não entregamos. O mercado azedou muito rápido. Foi ruim não ter entregue. Fomos muito cobrados por não ter mantido a sinalização. Não tem resposta certa ou errada para isso, eu acho.

Valor: *Se o Copom de fato concluir que cortar apenas 0,25 ponto em maio é o melhor, haveria condições de caminhar com a comunicação para preparar o mercado?*

Le Grazie: É possível, sim. Se for nessa direção, a gente pode esperar um comunicado em um evento público de algum membro do Copom, do presidente ou de diretores. Podemos esperar alguma sinalização na linha de que as coisas mudaram, de que precisa reavaliar, que nada está escrito em pedra. Não estou fazendo juízo de valor: um caminho é manter a comunicação, a credibilidade, e a outra é concluir que a mudança nas condições é tão grande de que o BC tem que mudar. Depende do colegiado. A questão é que, por alguma infelicidade, essa turbulência, principalmente externa, chegou num momento do ciclo de juros em que o 'forward guidance' estava saindo da comunicação. Se fosse um mês adiante, meio que estava resolvido. Claro que você pode argumentar que poderia ter mudado a comunicação antes. Por ironia do destino, ocorre num momento em que o último IPCA, pelo menos, foi menor. Mas o Brasil está muito parecido com os Estados Unidos, com a inflação pressionada em serviços.

> "Se a LDO pega o mercado mais calmo, o impacto poderia ser mais comedido. Num dia como hoje [ontem], as coisas se acumulam"

Valor: *O que está pesando mais no mercado, fatores externos como juros americanos e conflitos no Oriente Médio, ou o fator interno da mudança da meta de superávit primário de 2024 na LDO?*

Le Grazie: O externo ficou maior, mas junta tudo. O externo piora, e o interno vai na mesma direção. Aquele IPCA um pouco melhor é apagado pelo gasto fiscal que joga o juro para cima. Não ajuda. A expectativa da LDO era que já teria essa redução de superávit. Mas, se a LDO pega o mercado mais calmo, o impacto poderia ser mais comedido. Num dia como hoje, as coisas se acumulam. O mundo fica pior e o Brasil está mais complacente.

Valor: *O que o Banco Central pode fazer neste momento para acalmar os mercados. Intervenção cambial é uma hipótese?*

Le Grazie: O Banco Central só ofereceu US$ 1 bilhão em swaps cambiais dos US$ 3,8 bilhões de NTN-A que estão vencendo. É uma boa oportunidade para fazer um pouco mais, porque o real está piorando mais do que outras moedas. A LDO atua para o real ser o pior. Quando é uma questão que o governo é um ator da piora, o BC não gosta de intervir. Mas hoje tem o local e o internacional. Pelo internacional, era uma boa oportunidade para fazer o restante da rolagem. De resto, não tem muito o que fazer. O governo brasileiro quer fazer mais fiscal? Um fiscal mais expansionista tem que ter uma política monetária mais contracionista. O mercado já está sinalizando isso, talvez o Copom tenha que chegar nesse ponto.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 15/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.620,3707480	-0,01	0,26	2,73
IRF-M	1+**	20.022,9617280	-0,41	-0,95	0,41
IRF-M	Total	18.139,5673970	-0,29	-0,57	1,10
IMA-B	5***	9.152,2300730	-0,07	-0,10	1,95
IMA-B	5+****	11.269,1025280	-0,33	-1,41	-2,89
IMA-B	Total	9.847,1276220	-0,21	-0,78	-0,61
IMA-S	Total	6.591,5695190	0,04	0,45	3,15
IMA-Geral	Total	8.066,4224710	-0,11	-0,17	1,47

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	01/04	28/03	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,88	28,05	37,63	28,05	30,69	33,17
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,61	23,95	24,79	23,95	23,58	25,93
Conta garantida pré - a.a.	45,31	44,57	44,72	44,57	43,10	50,67
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,56	23,97	23,31	23,97	24,41	28,29
Vendor pré - a.a.	15,36	15,36	16,06	15,36	15,82	18,63
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	15,30	15,40	19,32	15,40	17,68	23,52
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,54	16,99	16,23	16,99	15,85	18,18
Conta garantida pós - a.a.	24,70	24,49	24,49	24,49	24,94	26,61
ACC pós - a.a.	8,93	9,04	8,76	9,04	8,90	8,22
Factoring - a.m.	3,30	3,30	3,34	3,30	3,33	3,62

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	15/04/24	12/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3100	4,8000
1 mês	-	5,3300	5,3300	5,3224	5,3186	4,7585
3 meses	-	5,3481	5,3481	5,3506	5,3534	4,5900
6 meses	-	5,3898	5,3898	5,3888	5,3884	4,2333
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9100	3,9080	3,8990	3,9090	2,8960
1 mês	-	3,9127	3,9124	3,9121	3,9121	2,7720
3 meses	-	3,9250	3,9249	3,9239	3,9228	2,3902
6 meses	-	3,9424	3,9426	3,9414	3,9340	1,8866
1 ano	-	3,7167	3,7015	3,6738	3,6267	0,8161
Euribor ***						
1 mês	-	3,836	3,877	3,855	3,862	2,948
3 meses	-	3,923	3,902	3,892	3,928	3,175
6 meses	-	3,865	3,846	3,851	3,908	3,510
1 ano	-	3,748	3,673	3,669	3,709	3,723
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,38	5,37	5,36	5,38	5,38	4,03
T-Bill (3 meses)	5,38	5,38	5,34	5,36	5,38	5,05
T-Bill (6 meses)	5,36	5,34	5,32	5,31	5,34	5,02
T-Note (2 anos)	4,93	4,90	4,79	4,63	4,73	4,11
T-Note (5 anos)	4,63	4,56	4,43	4,22	4,33	3,61
T-Note (10 anos)	4,61	4,52	4,42	4,20	4,31	3,52
T-Bond (30 anos)	4,72	4,63	4,55	4,35	4,43	3,74

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês abr/24*	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,44	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,08	12,35
CDI	0,44	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,08	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,57	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,10	14,03
IMA-B	-0,78	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,61	11,81
IMA-S	0,45	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,15	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-2,16	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-6,60	25,74
Índice Small Cap	-7,10	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-10,90	24,13
IBrX 50	-1,60	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-5,60	24,88
ISE	-4,45	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-6,26	26,03
IMOB	-10,07	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-15,71	41,74
IDIV	-0,15	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-3,95	27,20
IFIX	0,13	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	3,06	23,44
Dólar Ptax (BC)	3,57	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	6,88	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	3,38	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	6,85	-1,06
Euro (BC) (4)	2,04	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	2,92	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,82	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	2,59	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 15/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 10/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.400.534,00					10.209,94	34.138,13	166.937,83	129.677,39
RF Indexados (2)	154.138,17	-0,25	-0,17	1,44	10,20	-105,10	-53,45	1.175,18	-3.356,61
RF Duração Baixa Soberano (2)	671.779,92	0,04	0,30	2,73	11,55	2.334,75	22.589,76	46.862,44	36.078,82
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	798.143,92	0,04	0,33	3,13	13,08	1.429,67	3.697,27	20.876,02	13.188,56
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	125.524,76	0,03	0,05	3,16	12,67	285,86	2.466,87	22.908,31	29.154,06
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.216,95	-0,07	0,11	2,53	9,06	-27,61	600,26	-1.098,01	-5.543,25
RF Duração Livre Soberano (2)	231.390,28	-0,03	0,19	2,45	11,23	2.262,64	225,67	8.414,29	-4.816,07
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	674.564,04	0,01	0,23	2,73	11,97	469,30	-1.187,08	13.322,18	-14.767,13
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	316.407,57	-0,08	0,13	2,93	14,19	1.379,48	7.272,49	38.311,37	90.528,83
Ações	621.221,19					139,65	-373,53	-652,96	26.091,49
Ações Indexados (2)	11.222,70	-1,42	-0,07	-4,48	25,42	16,26	244,06	1.171,64	-898,50
Ações Índice Ativo (2)	35.380,88	-1,48	-0,49	-3,62	25,42	-12,80	-62,83	-1.300,62	-3.479,28
Ações Livre	226.711,13	-1,45	-0,81	-1,26	29,27	86,21	-477,50	-258,36	-12.887,91
Fechados de Ações	127.200,34	-0,45	0,14	-1,94	8,20	0,07	135,01	-1.030,90	28.501,00
Multimercados	1.655.381,55					-2.136,27	-7.212,97	-36.595,46	-174.865,33
Multimercados Macro	163.129,81	-0,44	-0,62	0,56	7,98	-88,38	-2.609,03	-12.465,60	-44.579,71
Multimercados Livre	625.021,87	-0,27	-0,10	1,52	10,18	-911,40	2.611,94	6.956,68	-43.031,94
Multimercados Juros e Moedas	53.575,89	-0,03	0,20	2,82	12,36	-848,28	-968,16	-3.116,18	-12.019,86
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.478,22	0,04	0,19	2,24	11,84	-402,71	-6.553,87	-28.973,55	-68.298,77
Cambial	6.069,76	1,45	1,60	6,37	6,21	2,47	-47,11	-220,92	-1.393,79
Previdência	1.404.052,26					446,42	1.471,79	12.669,77	38.400,68
ETF	40.946,12					-240,07	-1.622,20	-3.980,78	-1.550,34
Demais Tipos	1.965.302,54					2.791,77	92,02	30.604,29	35.531,98
Total Fundos de Investimentos	**7.128.204,87**					**8.422,14**	**26.354,11**	**138.157,47**	**16.360,10**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.556.656,72**					**-3.231,40**	**5.680,56**	**2.319,80**	**72.154,35**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.732.300,83**					**5.190,73**	**32.034,67**	**140.477,27**	**88.514,45**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	15/04/24	12/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,00
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0235
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,43
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9811
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,30	10,28	10,31	10,36	10,49	13,60
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,17	10,11	10,07	10,05	10,14	13,43
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,52	10,54	10,59	10,66	10,76	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,43	10,50	10,64	13,63
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,30	10,29	10,31	10,37	10,49	13,60
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,23	10,20	10,21	10,25	10,35	13,55
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,16	10,12	10,07	10,06	10,15	13,44
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,16	10,06	9,94	9,85	9,90	12,82

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 15/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.519,01	10,656	47.259	10,654	10,660	10,660
Vencimento em jun/24	98.707,93	10,441	103.726	10,442	10,464	10,460
Vencimento em jul/24	97.953,47	10,331	795.750	10,328	10,366	10,366
Vencimento em ago/24	97.107,29	10,222	30.045	10,230	10,270	10,270
Vencimento em set/24	96.309,61	10,152	15.281	10,160	10,190	10,185
Vencimento em out/24	95.549,98	10,120	855.622	10,110	10,190	10,190
Vencimento em nov/24	94.723,89	10,097	2.818	10,100	10,145	10,145
Vencimento em dez/24	94.047,90	10,082	3.055	10,120	10,145	10,140
Vencimento em jan/25	93.314,50	10,055	1.357.370	10,045	10,165	10,160
Vencimento em fev/25	92.536,34	10,056	11.600	10,105	10,150	10,150
Vencimento em mar/25	91.835,10	10,056	2.085	10,115	10,165	10,165

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.188,90	0,96	423.085	5.112,00	5.223,00	5.194,50
Vencimento em jun/24	5.201,67	0,97	10.215	5.182,00	5.227,00	5.204,00
Vencimento em jul/24	5.215,62	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.231,74	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.246,08	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.516,16	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.537,73	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.560,18	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em abr/24	125.446	-0,47	108.620	125.080	126.775	125.180
Vencimento em jun/24	127.180	-0,46	6.050	126.815	128.270	127.060
Vencimento em ago/24	128.967	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 15/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1740	5,1746	0,74	3,57	6,88	4,63
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1841	5,1847	1,24	3,38	6,85	5,49
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2134	5,3934	1,04	3,56	6,85	5,27
Euro (BC) - (R$/€)	5,5067	5,5078	0,69	2,04	2,92	1,43
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5081	5,5087	1,12	1,82	2,59	1,93
Euro Turismo (R$/€)	5,5701	5,7501	1,00	1,94	2,55	1,74
Euro (BC) - (US$/€)	1,0643	1,0644	-0,05	-1,48	-3,71	-3,06
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.382,21	0,74	6,05	15,35	18,94
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.347,15	-1,99	6,35	13,81	15,30

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	15/04/24	12/04/24	No fim de mar/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	159.578,26	162.493,85	171.154,28	173.997,89	-1,79	-6,76	-8,29
Valor-Coppead Mínima Variância	95.956,19	95.936,14	96.143,88	93.533,91	0,02	-0,20	2,59

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 15/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 15/04/24

Índice	15/04/24	12/04/24	Em 28/03/24	29/12/23	15/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	174,15	175,20	177,78	165,54	154,42	-0,60	-2,04	5,20	12,78
S&P BNY Emergentes	323,30	327,59	327,04	312,75	287,75	-1,31	-1,14	3,38	12,36
S&P BNY América Latina	207,13	209,77	215,02	225,28	195,69	-1,26	-3,67	-8,06	5,84
S&P BNY Brasil	205,73	207,69	214,40	232,95	195,13	-0,94	-4,04	-11,68	5,44
S&P BNY México	329,27	333,00	342,11	331,67	310,84	-1,12	-3,75	-0,72	5,93
S&P BNY Argentina	215,84	229,39	211,50	178,27	129,73	-5,91	2,05	21,08	66,38
S&P BNY Chile	142,19	145,18	147,40	162,12	177,53	-2,06	-3,53	-12,29	-19,90
S&P BNY Índia	2.707,95	2.754,85	2.755,62	2.923,01	2.778,62	-1,70	-1,73	-7,36	-2,54
S&P BNY Ásia	203,83	205,73	206,96	189,60	171,06	-0,92	-1,51	7,51	19,16
S&P BNY China	295,95	298,50	306,36	336,11	337,98	-0,86	-3,40	-11,95	-12,44
S&P BNY África do Sul	227,93	233,17	205,76	199,87	248,79	-2,25	10,78	14,04	-8,38
S&P BNY Turquia	24,32	24,46	23,46	22,45	21,18	-0,58	3,67	8,30	14,81

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066	0,6066	0,7868
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789	0,5789	0,7490
29/03 a 29/04	0,0515	0,6028	0,6028	0,7118
30/03 a 30/04	0,0769	0,6028	0,6028	0,7474
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861	0,5861	0,7563
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811	0,5811	0,7512
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464	0,5464	0,7065
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228	0,5228	0,6829
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812	0,5812	0,7513
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572	0,5572	0,7173

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 15/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	125.334	-0,49	-2,16	-6,60	17,93
IBrX	52.925	-0,45	-2,04	-6,24	17,87
IBrX 50	20.973	-0,37	-1,60	-5,60	18,21
IEE	86.691	-0,32	-2,21	-8,70	11,26
SMLL	2.096	-2,03	-7,10	-10,90	11,43
ISE	3.528	-0,90	-4,45	-6,26	16,10
IMOB	852	-3,57	-10,07	-15,71	18,20
IDIV	8.715	0,24	-0,15	-3,95	21,41
IFIX	3.413	-0,33	0,13	3,06	22,69
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.221	-1,22	-5,54	-12,61	12,71
IBrX	10.228	-1,19	-5,42	-12,28	12,65
IBrX 50	4.053	-1,10	-5,00	-11,68	12,97
IEE	16.753	-1,06	-5,59	-14,59	6,33
SMLL	405	-2,75	-10,31	-16,64	6,50
ISE	682	-1,63	-7,74	-12,30	10,96
IMOB	165	-4,28	-13,17	-21,14	12,97
IDIV	1.684	-0,50	-3,59	-10,14	16,03
IFIX	660	-1,06	-3,32	-3,58	17,26

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 15/04/24	12/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	294	288	6,0	0,0	-51,0
África do Sul	375	371	4,0	-4,0	49,0
Argentina	1.372	1.332	40,0	-80,0	-535,0
Brasil	216	211	5,0	6,0	21,0
Colômbia	278	266	12,0	9,0	13,0
Filipinas	74	76	-2,0	-6,0	16,0
México	174	168	6,0	6,0	7,0
Peru	110	104	6,0	4,0	8,0
Turquia	257	256	1,0	-10,0	-19,0
Venezuela	15.677	15.598	79,0	-2.446,0	-8.415,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	03/04/24	354.152
set/23	340.324	04/04/24	354.763
out/23	340.247	05/04/24	354.616
nov/23	348.406	08/04/24	354.188
dez/23	355.034	09/04/24	354.798
jan/24	353.563	10/04/24	352.975
fev/24	352.705	11/04/24	352.230
mar/24	355.008	12/04/24	352.839

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	15/04/24	12/04/24	11/04/24	10/04/24	09/04/24	08/04/24
Índice	2.094,65	2.099,77	2.099,83	2.100,13	2.105,29	2.101,96
Var. no dia	-0,24%	0,00%	-0,01%	-0,24%	0,16%	0,06%
Var. no mês	-0,45%	-0,21%	-0,20%	-0,19%	0,06%	-0,10%
Var. no ano	1,43%	1,67%	1,68%	1,69%	1,94%	1,78%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 15/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,7600	36,7900	0,14060	0,14080
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1740	5,1746
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2040	36,2947	0,1426000	0,1429000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	6,9900	0,7402	0,7554
Colon (Costa Rica)	499,1300	503,6500	0,010270	0,010370
Coroa (Dinamarca)	7,0093	7,0099	0,7381	0,7382
Coroa (Islândia)	141,2300	141,5700	0,03655	0,03664
Coroa (Noruega)	10,9358	10,9398	0,4730	0,4732
Coroa (Rep. Tcheca)	23,7720	23,7820	0,2176	0,2177
Coroa (Suécia)	10,8784	10,8814	0,4755	0,4757
Dinar (Argélia)	134,5193	135,1093	0,03829	0,03847
Dinar (Kuwait)	0,3081	0,3082	16,7878	16,7952
Dinar (Líbia)	4,8226	4,8449	1,0679	1,0730
Direitos Especiais de Saque ***	1,3164	1,3164	6,8111	6,8118
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6723	3,6725	1,4088	1,4091
Dirham (Marrocos)	10,1690	10,1740	0,5086	0,5089
Dólar (Austrália)***	0,6468	0,6469	3,3465	3,3474
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1740	5,1746
Dólar (Belize)	2,0000	2,0100	2,5741	2,5873
Dólar (Canadá)	1,3750	1,3754	3,7618	3,7633
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1964	6,2722
Dólar (Cingapura)	1,3615	1,3620	3,7988	3,8007
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1740	5,1746
Dólar (Hong Kong)	7,8284	7,8287	0,6609	0,6610
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5924	0,5928	3,0651	3,0675
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,7580	0,7667
Euro (Comunidade Européia)***	1,0643	1,0644	5,5067	5,5078
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8429	2,8997
Franco (Suíça)	0,9136	0,9140	5,6608	5,6640
Guarani (Paraguai)	7396,3300	7414,6600	0,0006978	0,0006996
Hryvnia (Ucrânia)	39,5200	39,6200	0,1306	0,1309
Iene (Japão)	154,2400	154,2900	0,03353	0,03355
Lev (Bulgária)	1,8375	1,8379	2,8152	2,8161
Libra (Egito)	48,2000	48,3000	0,1071	0,1074
Libra (Líbano)	89500,0000	89700,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2461	1,2468	6,4473	6,4517
Naira (Nigéria)	1150,0000	1160,0000	0,00446	0,00450
Lira (Turquia)	32,4267	32,4313	0,1595	0,1596
Novo Dólar (Taiwan)	32,4190	32,4370	0,15950	0,15960
Novo Sol (Peru)	3,7202	3,7241	1,3893	1,3909
Peso (Argentina)	868,0000	868,5000	0,00596	0,00596
Peso (Chile)	976,3000	977,4000	0,005294	0,005300
Peso (Colômbia)	3882,5000	3883,5000	0,001332	0,001333
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2156	0,2156
Peso (Filipinas)	56,8200	56,8400	0,09103	0,09107
Peso (México)	16,6381	16,6486	0,3108	0,3110
Peso (Rep. Dominicana)	58,9700	59,7100	0,08665	0,08775
Peso (Uruguai)	38,7900	38,8200	0,13330	0,13340
Rande (África do Sul)	18,9700	18,9764	0,2727	0,2728
Rial (Arábia Saudita)	3,7510	3,7512	1,3793	1,3795
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001229	0,0001232
Ringgit (Malásia)	4,7770	4,7810	1,0822	1,0832
Rublo (Rússia)	93,4955	93,5045	0,05533	0,05535
Rúpia (Índia)	83,4840	83,5390	0,06194	0,06198
Rúpia (Indonésia)	15840,0000	15850,0000	0,0003264	0,0003267
Rúpia (Paquistão)	277,6200	278,3300	0,01859	0,01864
Shekel (Israel)	3,7446	3,7473	1,3807	1,3819
Won (Coréia do Sul)	1387,1700	1387,6500	0,003729	0,003730
Yuan Renminbi (China)	7,2382	7,2387	0,7148	0,7149
Zloty (Polônia)	4,0424	4,0436	1,2796	1,2801

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2351,67	0,01323	391,0809	391,1262

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	15/04/24	12/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	37.735,11	37.983,24	-0,65	-5,21	0,12	11,36	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.706,83	18.003,49	-1,65	-3,00	5,24	35,38	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	15.885,02	16.175,09	-1,79	-3,02	5,82	31,03	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.061,82	5.123,41	-1,20	-3,66	6,12	22,34	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.740,20	21.899,99	-0,73	-1,93	3,73	5,64	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	55.984,00	56.565,92	-1,03	-2,41	-2,44	2,80	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.380,21	1.390,74	-0,76	3,54	15,48	10,13	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	64.994,51	61.239,20	6,13	16,85	12,38	131,18	28.114,73	64.994,51
Chile	Santiago	IPSA	6.479,67	6.564,10	-1,29	-2,47	4,55	19,61	5.226,93	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.455,16	27.595,69	-0,51	-3,21	5,76	22,15	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.197.527,13	1.244.523,75	-3,78	-1,32	28,81	334,33	270.328,98	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.521,47	1.521,43	0,00	-0,32	9,03	10,13	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.026,58	17.930,32	0,54	-2,52	7,61	14,04	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.045,11	8.010,83	0,43	-1,96	6,65	6,99	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	33.954,28	33.764,15	0,56	-2,29	11,87	21,82	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.853,74	3.850,04	0,10	0,21	3,94	0,41	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.648,05	2.646,56	0,06	-0,80	15,96	26,99	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.687,20	10.686,00	0,01	-3,50	5,79	14,14	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.390,69	1.400,61	-0,71	-2,23	7,54	26,11	1.085,11	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	884,07	883,45	0,07	0,26	12,36	16,11	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	67.407,86	67.289,07	0,18	3,09	11,20	55,73	42.687,24	67.407,86
Polônia	Varsóvia	WIG	83.173,12	82.864,67	0,37	0,52	6,01	35,70	60.938,85	84.664,91
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.268,88	6.337,43	-1,08	-0,19	-1,99	1,88	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.166,92	1.165,53	0,12	2,64	7,70	18,72	969,33	1.166,92
Suécia	Estocolmo	OMX	2.523,40	2.506,99	0,65	0,20	5,22	12,18	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.395,81	11.379,58	0,14	-2,85	2,32	0,47	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.679,80	Feriado	-1,37	5,88	29,58	90,07	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.938,67	-	-0,73	-4,66	3,35	11,88	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	74.518,63	75.311,75	-1,05	-0,02	-3,09	-5,52	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.232,80	39.523,55	-0,74	-2,82	17,24	37,69	28.156,97	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.009,40	8.050,20	-0,51	-1,77	2,30	5,94	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.702,68	1.707,71	-0,30	-2,57	-7,36	-20,33	1.433,10	2.141,40
China	Xangai	SSE Composite	3.057,38	3.019,47	1,26	0,53	2,77	-8,41	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.670,43	2.681,82	-0,42	-2,77	0,57	3,85	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.600,46	16.721,69	-0,72	0,36	-2,62	-18,78	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	73.399,78	74.244,90	-1,14	-0,34	1,61	21,46	59.567,80	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	Feriado	-	-0,03	0,19	6,87	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	Feriado	-	1,34	-1,38	-12,32	1.356,54	1.600,41
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.449,77	20.736,57	-1,38	0,77	14,05	28,38	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Leilão VIP | bradesco

DATA 1º LEILÃO 30/04/24 ÀS 10H00 - DATA 2º LEILÃO 02/05/24 ÀS 10H00

Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização do leilão: **somente on-line via www.leilaovip.com.br. Localização do imóvel: Rio de Janeiro-RJ. Bairro Todos os Santos**. Rua José Bonifácio, nº 140, Apto. 501, Bloco 01 do Condomínio East Side Meier. Área constr. 53,00m² (lançada no IPTU), com uma vaga de garagem. Matr. 109.383 do 1º RI local. Inscrição municipal 0128810-9. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes, de eventual divergência de área verificada no local com a lançada no IPTU, correrão por conta do comprador. Eventuais débitos existentes referentes a Condomínio, serão de responsabilidade do comprador a sua apuração e pagamento, independentemente da data do fato gerador, sem direito a reembolso. Ocupado. (AF). **1ºLeilão:** 30/04/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 481.584,83. **2ºLeilão:** 02/05/2024 às 10:00h **LANCE MÍNIMO:** R$ 383.310,25 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, redação dada pela lei 14.711/2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.leilaovip.com.br. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5

Extrato da RCA da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Cia.") realizada em 23.02.24. "1. Data,Hora e Local: Em 23.02.24 às 10h, presencial e por videoconferência, na forma autorizada pelo Estatuto Social da Cia.. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos da ata de RCA realizada em 19.02.24 às 15:30h e, ainda, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Eduardo Saggioro (Presidente do Conselho de Administração), Carlos Alberto Sicupira, (Conselheiro), Paulo Alberto Lemann (Conselheiro), Cláudio Garcia (Conselheiro), representado por Eduardo Saggioro, Sidney Breyer (Conselheiro Independente) e Vanessa Lopes (Conselheira Independente). Participaram, ainda, os Srs. Leonardo Coelho (...) e Camille Faria, diretores estatutários da Cia.; os Diretores Executivos Srs. David Nunes, Paulo Seidel e Gustavo Lobo, o Gerente de Controladoria e Tax, Sr. Alessandro Langone, a Gerente de Governança, Sra. Sabrina Juhàsz e o representante da auditoria independente Sr. Robinson Meira. **3.Composição da Mesa:** Presidente: Eduardo Saggioro; Secretária: Sabrina Juhàsz. **4. Ordem do Dia: (i)** Apreciar as informações trimestrais referentes aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2023; **(ii)** Aprovar financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (*DIP Financing*); (...). **5. Deliberações: (i)** A reunião teve início com uma exposição da Diretoria sobre os ITRs dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2023 ("1º, 2º e 3º ITRs 2023"). Na sequência, o representante da auditoria independente, Sr. Robinson Meira, abordou os principais aspectos do relatório de revisão emitido pela BDO. Após esclarecimentos necessários, as informações trimestrais referentes aos mencionados trimestres de 2023 foram submetidas à votação e nos termos do Art. 16, inciso (xviii) do Estatuto Social foram apreciados pelos membros do Conselho de Administração; **(ii)** Dando continuidade aos itens da Ordem do Dia, a Diretoria da Cia. apresentou os principais pontos concernentes ao financiamento extraconcursal, na modalidade *DIP Financing*, necessário ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 19.12.23, tal como previsto na sua cláusula 4.1.1., sujeito, ainda, à homologação pela 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do RJ. De acordo com a CFO da Cia., Sra. Camille, tais recursos são imprescindíveis para que a Cia. possa cumprir suas obrigações de pagamento previstas no PRJ antes mesmo do aumento de capital nele previsto. Trata-se, assim, da antecipação de parte dos recursos que virão a ser aportados pelos Acionistas de Referência em tal aumento. As Debentures têm as seguintes características principais: **(a) Número da Emissão** (3.1): 20ª emissão, sendo a 3ª emissão para colocação privada; **(b) Série** (3.3): Única; **(c) Valor Total da Emissão** (3.2): O Valor Total da Emissão é de até R$ 3.500.000.000,00, na Data de Emissão; **(d) Quantidade de Debêntures** (4.1.7): Serão emitidas até [3.500] Debêntures, em série única; **(e) Data da Emissão** (4.1.1): a data de emissão das Debêntures será o dia [=] de [=] de 2024 (a "Data de Emissão"); **(f) Prazo e Data de Vencimento** (4.1.5): As Debêntures terão prazo de vencimento de 24 meses a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em [=] de [=] de 2026 (a "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate e/ou vencimento antecipado das Debêntures nos termos da presente Escritura. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Atualização Monetária; **(g) Valor Nominal Unitário** (4.1.6): O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ [1.000.000,00], na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"); **(h) Conversibilidade** (4.1.2): As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações; **(i) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade** (4.1.4): As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro das Debêntures no "Livro de Registro de Debêntures Nominativas"; **(j) Espécie** (4.1.3): As Debêntures serão da espécie [quirografária, com garantia real adicional // com garantia real], nos termos do art. 58, da LSA; **(k) Forma de Subscrição e Integralização** (4.9): As Debêntures serão totalmente subscritas e integralizadas pelos Debenturistas em 1 (uma) ou mais janelas até o 15º dia após a Data de Homologação do PRJ(inclusive) (conforme definido no PRJ). Os Debenturistas deverão integralizar as Debêntures subscritas em até 5 dias após a assinatura do Boletim de Subscrição, observado o prazo para integralização; **(l) Colocação e Operacionalização** (3.6): A colocação das Debêntures será feita de forma privada, sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante o público em geral, por meio da assinatura do Boletim de Subscrição, conforme modelo constante no Anexo I ("Boletim de Subscrição"), a ser firmado pelos respectivos debenturistas da presente Emissão ("Debenturistas"). As Debêntures não serão registradas para negociação em mercado secundário. As transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas por meio de operações privadas, nos termos da Cláusula IX abaixo; **(m) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, inclusive, até a Data de Vencimento, exclusive, pela variação positiva acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA" e "Atualização Monetária das Debêntures", respectivamente) calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures"); **(n) Remuneração das Debêntures** (4.2.2): Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures não haverá remuneração; **(o) Encargos Moratórios** (4.6): Sem prejuízo da Atualização Monetária, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida ao Debenturista, o valor em atraso ficará sujeito a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança; **(p) Resgate Antecipado Facultativo** (6.1): A Emissora poderá promover, a qualquer tempo, o resgate antecipado das Debêntures, sem incidência de qualquer prêmios, taxas ou multas, pelo Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido da Atualização Monetária calculada até a data do resgate antecipado facultativo; **(q) Repactuação** (4.10): É permitida a repactuação das Debêntures desde que de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas; **(r) Garantia** (3.5): De forma a garantir o fiel, integral e pontual cumprimento das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora ou que venham a sê-lo, perante o Debenturista no âmbito da presente Emissão, nos termos desta Escritura, o que inclui, mas não se limita a, o pagamento das Debêntures, abrangendo o Valor Nominal Unitário e a Atualização Monetária, bem como o ressarcimento de todo e qualquer custo, encargo, despesa ou importância que comprovadamente venha a ser desembolsada pelo Debenturista por conta da constituição e/ou aperfeiçoamento da Garantia Real, conforme abaixo definida, e todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Emissora no âmbito desta Escritura e do Contrato de Garantia, conforme abaixo definido, incluindo o pagamento dos custos, comissões, encargos e despesas desta Escritura e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando a, encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários extrajudiciais razoáveis, cujos valores estejam em conformidade com o padrão praticado no mercado, ou arbitrados em juízo, indenizações, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Debenturista em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Debenturista e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos ao Debenturista, decorrentes desta Escritura e do Contrato de Garantia, bem como, em todos os casos, devidamente comprovados ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures e a presente Escritura [contam/contarão] com cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora ("Garantia Real"), nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado em [=] de [=] de 2024 ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Garantia", respectivamente). Em razão da Garantia Real, o Contrato de Garantia e seus eventuais aditamentos deverão ser celebrados e registrados pela Emissora, nos termos do Contrato de Garantia; **(s) Demais Condições:** Todas as demais condições e regras a respeito da Emissão estão descritas detalhadamente na Escritura de Debêntures, conforme Anexo I. Assim, considerando que os recursos são necessários à implementação do PRJ, que a operação foi previamente prevista no PRJ nos termos negociados e aprovados pelos credores concursais e as condições favoráveis em que o financiamento está sendo realizado e diante da situação atual da Cia., os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, autorizaram: (a) a assinatura, pela Cia., dos instrumentos necessários para a emissão das Debêntures, incluindo a escritura de emissão, e constituição da garantia; e (b) a Diretoria da Cia. a praticar todos os atos necessários ou convenientes à emissão, incluindo a representação da Cia. perante terceiros e a assinatura de documentos relacionados, bem como o registro, averbação ou arquivamento de documentos perante os órgãos públicos competentes. (...). **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes. RJ, 23.02.24. Certifico que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. **Sabrina Juhász** - Secretária. JUCERJA nº 6124697 em 11/03/24.

IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/MF nº 42.353.180/0001-35 - NIRE 33.3.0033871-3
Companhia Aberta
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de Março de 2024

I. Dia, Local e Horário: Aos 20 de março de 2024, às 16h, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), na sede social da Iguá Rio de Janeiro S.A. ("**Companhia**"), localizada na Avenida Ayrton Senna, nº 1791, Barra da Tijuca, CEP 22775-002, Rio de Janeiro/RJ, conforme autoriza o capítulo II, seção VIII, do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/2020. **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do artigo 8º, §§4º a 7º do Estatuto Social da Companhia, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente da Mesa: Roberto Correa Barbuti e Secretário: Péricles Sócrates Weber. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a destituição do Sr. Eduardo Marques de Almeida Dantas ao cargo de Diretor Geral e de Relações com Investidores da Companhia; e (ii) a eleição do Sr. Péricles Sócrates Weber ao cargo de Diretor Geral e de Relações com Investidores da Companhia. **V. Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições: (i) Aprovar a destituição do Sr. **Eduardo Marques de Almeida Dantas**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG nº 085245405 (DIC/RJ) e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.185.157-59, com domicílio na Avenida Ayrton Senna, nº 1791, Barra da Tijuca, CEP 22775-002, Rio de Janeiro/RJ, ao cargo de Diretor Geral e de Relações com Investidores da Companhia. a. Os membros do Conselho consignam agradecimentos ao Sr. Dantas pelos serviços prestados à Companhia e por sua significativa contribuição durante o período em que exerceu suas funções, e ratificam todos os atos praticados durante o período compreendido entre sua eleição e a presente data, em que deixa de exercer suas funções. (ii) Ato contínuo, aprovar a eleição do Sr. **Péricles Sócrates Weber**, brasileiro, casado, engenheiro químico, nascido em 23/02/1963, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.100.529-2 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.361.139-72, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1507, 11º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-005, para o cargo de Diretor Geral e de Relações com Investidores da Companhia. (iii) O prazo de mandato do membro da Diretoria ora eleito será unificado com o dos demais membros da Diretoria da Companhia, ou seja, vigente até 29 de maio de 2025, sendo permitida a reeleição. Fica consignado que o Diretor eleito toma posse mediante assinatura do respectivo Termo de Posse, lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Companhia. Sem prejuízo do disposto neste instrumento e no Estatuto Social da Companhia, fica consignado que o Diretor eleito permanecerá em seu cargo até o final de seu mandato e/ou até a investidura de novos diretores, nos termos do Art. 150, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). (iv) O Diretor ora eleito declara que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no Art. 147, §1º da Lei das S.A., (ii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo Art. 147, §3º da Lei das S.A.; (iii) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma Art. 147, §3º, incisos I e II da Lei das S.A. (v) Em vista das deliberações ora aprovadas, restou consignada a seguinte composição da Diretoria da Companhia, todos com mandato até 29 de maio de 2025, permanecendo no cargo até a eleição de seus sucessores: • **Péricles Sócrates Weber**, como Diretor Geral e de Relações com Investidores. • **William Gomes Figueiredo**, como Diretor sem Designação Específica. • **Lucas Tadeu Bergamim Arrosti**, como Diretor de Operações. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes, conforme permissão contida no art. 36, incisos I e IV, alínea "c", da IN 81/2020 DREI. O Presidente e a Secretária da mesa declaram, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Roberto Correa Barbuti e Secretário: Péricles Sócrates Weber. Conselheiros Presentes: Roberto Correa Barbuti, Mateus de Faria Renault Silva e Péricles Sócrates Weber. Rio de Janeiro, 20 de março de 2024. Certificamos que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Mesa: **Péricles Sócrates Weber** - Secretário. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**. Certifico o Arquivamento em 12/04/2024 sob o número 00006180306 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação: 44F02B846FABB25DB8FA5244A997F1D8C938016298E7AD3209249C9C47AEF77B.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 06 de maio de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 08 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Santander | zuk

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **presencial e ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário SANTANDER BRASIL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA** - CNPJ sob nº 55.942.312/0001-06, nos termos do Instrumento Particular nº 003010717, Grupo: 003049 Cota: 005910, firmado em 22/08/2018, com a Fiduciante **CRISTIANE CHAVES DA SILVA**, brasileira, solteira, maior, empresária, portadora do RG nº 10.115.612-3-DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob nº 037.670.667-85, residente e domiciliada no Rio de Janeiro/RJ, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 279.738,06 (duzentos e setenta e nove mil setecentos e trinta e oito reais e seis centavos** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Apartamento nº 102**, localizado no Bloco D do Residencial Fênix, situado na Rua Edgard Werneck, nº 588, Freguesia de Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ. Área privativa: 56,00m² (conforme laudo de avaliação), melhor descrito na matrícula nº 48.196 do 9º Oficial de Registro de Rio de Janeiro/RJ. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 368.243,19 (trezentos e sessenta e oito mil duzentos e quarenta e três reais e dezenove centavos** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação de cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE: www.portalzuk.com.br.** Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 20987)

POTENGI HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 42.165.941/0001-25 - NIRE 35.300.569.903

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 22 de março de 2024, às 14h, na sede social da Potengi Holdings S.A., localizada na cidade e estado de São Paulo, na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, ESC 121, Sala D17, Torre A, Cidade Monções, CEP 04.571-936 ("**Companhia**"). **2. CONVOCAÇÃO:** Tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, fica dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 9, parágrafo 2° do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Rogério Pereira Jorge** e secretariados pela Sra. **Larissa Villar Silva. 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, no montante total de R$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais) ("**Debêntures**" e "**Emissão**"), as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("**Lei 12.431**"), destinada exclusivamente a investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso IX e do artigo 27, inciso II, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**") e do artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1967, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), sob o regime de garantia firme, por meio da celebração do *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Potengi Holdings S.A."* ("**Escritura de Emissão**"), a ser celebrada entre a Companhia, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante da comunhão de interesse dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**" e "**Agente Fiduciário**", respectivamente), a **AES BRASIL ENERGIA S.A**., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A", com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, 12º andar, Torre A, Sala Digitalização, Cidade Monções, CEP 05.425-011, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.663.076/0001-07 ("**AES Brasil**") e **BRF S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A", com sede na cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina, Rua Jorge Tzachel, nº 475, CEP 88.301-600, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.838.723/0001-27 ("**BRF**" e, quando em conjunto com AES Brasil, as "**Fiadoras**"); **(ii)** autorização expressa para os representantes da Companhia e procuradores bastante constituídos, nos termos do Estatuto Social da Companhia, praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à consecução e formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação **(a)** a realização da Emissão e da Oferta; **(b)** a contratação do Coordenador Líder (conforme abaixo definido), mediante a celebração do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido); **(c)** a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo o Banco Liquidante (conforme definido na Escritura de Emissão), o Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), os assessores legais e o Agente Fiduciário, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários e **(d)** a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e de todos os demais documentos relacionados à Emissão, à Oferta e eventuais aditamentos; e **(iii)** a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia e procuradores bastante constituídos, relacionados exclusivamente às deliberações acima. **5. DELIBERAÇÕES:** Analisadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram por: **5.1.** Aprovar a Emissão e a realização da Oferta, que terá as seguintes características e condições: (i) **Número da Emissão:** a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia; (ii) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo); (iii) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; (iv) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 2.100.000 (duas milhões e cem mil) Debêntures; (v) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 100,00 (cem reais), na Data da Emissão (conforme definido abaixo) ("**Valor Nominal Unitário**"); (vi) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, sua titularidade será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("**B3**"), conforme o caso, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome de cada Debenturista; (vii) **Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, portanto, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (viii) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"); (ix) **Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo) ("**Data de Início da Rentabilidade**"); (x) **Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou resgate decorrente de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado ou Aquisição Facultativa (conforme definidos abaixo), com o cancelamento das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 18 (dezoito anos) anos e 6 (seis) meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se , portanto, na data indicada na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"); (xi) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de seu efetivo pagamento ("**Atualização Monetária das Debêntures**"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**"), segundo fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (xii) **Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios a serem definidos no dia do Procedimento de *Fixing,* correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2035, a ser apurada conforme a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (www.anbima.com.br) no fechamento do mercado do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Fixing, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive). A Remuneração será calculada de acordo com fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; (xiii) **Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos nas hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou resgate decorrente de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado ou Aquisição Facultativa, com o cancelamento das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, nas datas e meses indicados na Escritura de Emissão, sendo o último pagamento na Data de Vencimento (sendo cada data de pagamento da remuneração denominada "**Data de Pagamento da Remuneração**"), sendo certo que a parcela da Remuneração incidente durante o período de carência descrito na Escritura de Emissão será integralmente capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário Atualizado na data indicada na Escritura de Emissão; (xiv) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** sem prejuízo dos pagamentos nas hipóteses de liquidação antecipada da totalidade das Debêntures em razão da ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou resgate decorrente de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado ou Aquisição Facultativa, com o cancelamento das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado conforme cronograma e percentuais indicados na tabela prevista na Escritura de Emissão (cada uma, uma "**Data de Amortização**"); (xv) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** observado o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 e a Resolução CMN 4.751 e/ou das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive as previstas na Escritura de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e respeitados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, independentemente de Assembleia Geral de Debenturistas e/ou Assembleia Geral de Acionistas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, nos termos da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751, observado o prazo médio ponderado estabelecido pela legislação aplicável, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão ("**Resgate Antecipado Facultativo**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao pagamento de valor equivalente ao que for maior entre os valores apurados nos termos dos incisos (a) e (b) a seguir, sendo certo que não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional pela Emissora: **(a)** o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver, exclusivamente nos termos da Escritura de Emissão; ou **(b)** o valor presente na data do Resgate Antecipado Facultativo das parcelas remanescentes de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e pagamento da Remuneração, utilizando como taxa de desconto o cupom do título público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com *duration* mais próximo à *duration* remanescente das Debêntures, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão, acrescido dos Encargos Moratórios e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver, exclusivamente nos termos da Escritura de Emissão; (xvi) **Amortização Extraordinária:** as Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária pela Emissora; (xvii) **Oferta de Resgate Antecipado:** nos termos da Resolução do CMN 4.751, ou, se for o caso, da regulamentação vigente na ocasião, desde que respeitados os requisitos lá previstos, e desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta facultativa de resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os titulares de Debêntures ("**Debenturistas**") sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado, objeto de resgate, acrescido **(a)** da Remuneração, calculada *pro rata temporis,* a partir da primeira Data de Integralização e/ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do resgate e de eventual prêmio de resgate antecipado, se aplicável; **(b)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(c)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures, se houver, exclusivamente nos termos da Escritura de Emissão; (xviii) **Aquisição Facultativa:** após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, a Emissora e/ou as Fiadoras poderão, a seu exclusivo critério (ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN e das demais legislações e regulamentações aplicáveis), adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431 ("**Aquisição Facultativa**"); (xix) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas a partir da data de início de distribuição, conforme informada no Anúncio de Início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3, observado o Plano de Distribuição. O preço de integralização das Debêntures na Data de Integralização será o seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures poderão, ainda, serem subscritas com ágio ou deságio, conforme poderá vir a ser definido pelo Coordenador Líder, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, será aplicado de forma igualitária para todas as Debêntures, subscritas e integralizadas na Data de Integralização. A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional na Data de Integralização. Para todos os fins, define-se "**Data de Integralização**" a data em que ocorrerá a integralização das Debêntures; (xx) **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** as Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** negociação e custódia no mercado secundário, por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados, nos termos do artigo 86, inciso IV, da Resolução CVM 160, desde que a Emissora cumpra as obrigações previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160; (xxi) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus às Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3; ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xxii) **Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações oriundas das Debêntures e o pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, em caso de ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) previstos na Escritura de Emissão como eventos de vencimento antecipado automático, e poderá declarar o vencimento antecipado das obrigações oriundas das Debêntures em caso da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Escritura de Emissão como eventos de vencimento antecipado não automático após transcorridos os prazos de cura aplicáveis e caso não tenha havido deliberação contrária por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral (conforme definido na Escritura de Emissão) no quórum necessário para tanto conforme previsto na Escritura de Emissão; (xxiii) **Destinação dos Recursos:** nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, da Resolução CMN 5.034 e das Portarias, a totalidade dos Recursos Líquidos (conforme definido na Escritura de Emissão) captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados exclusivamente no reembolso de gastos ou despesas dos Projetos (conforme definido na Escritura de Emissão) que ocorreram em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta e na realização de investimentos futuros relacionados à implantação do Projeto, nos termos da Lei 12.431, conforme tabela prevista na Escritura de Emissão; (xxiv) **Repactuação Programada:** as Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada; (xxv) **Possibilidade de Desmembramento:** não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (xxvi) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária; (xxvii) **Garantia:** em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora na Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, da respectiva Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas Datas de Pagamento da Remuneração ou Data de Amortização, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador e da B3, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios razoáveis e comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**" e "**Fiança**"), as Fiadoras se obrigam, por meio e nos termos da Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, na proporção estabelecida na Escritura de Emissão e de forma não solidária entre si, perante os Debenturistas, pelo fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**") e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**");(xxviii) **Prorrogação dos Prazos**: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por "**Dia(s) Útil(eis)**" **(i)** com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil; ou **(ii)** com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3 ou qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional ou qualquer dia no qual haja expediente bancário nas cidades de Itajaí, Estado de Santa Catarina, e São Paulo, Estado de São Paulo; (xxix) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Atualização Monetária das Debêntures e da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (b) juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("**Encargos Moratórios**"); (xxx) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, com a intermediação de instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenador Líder**"), e das demais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários eventualmente convidadas pelo Coordenador Líder para participar da distribuição da Oferta, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do *"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 2ª (Segunda) Emissão da Potengi Holdings S.A. e de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Potengi Holdings S.A.", a* ser celebrado entre a Emissora, as Fiadoras e o Coordenador Líder ("**Contrato de Distribuição**"); (xxxi) **Procedimento de *Bookbuilding:*** Observado os termos do artigo 61 da Resolução CVM 160, será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, com o recebimento de reservas dos investidores, organizado pelo Coordenador Líder, nos termos do artigo 61 e 62 da Resolução CVM 160, sem lote máximo, para verificação e definição, junto aos Investidores da Oferta (conforme definido na Escritura de Emissão), da taxa final da Remuneração ("**Procedimento de *Bookbuilding*"**); (xxxii) **Classificação de Risco:** a Emissora estabelece que a Fitch Ratings Brasil Ltda. será a agência de classificação de risco das Debêntures, podendo ser substituída pela Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ou Standard and Poor's Ratings do Brasil Ltda. durante o prazo de vigência das Debêntures ("**Agência de Classificação de Risco**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Agência de Classificação de Risco contratada, nos termos previstos na Escritura de Emissão), que atribuirá classificação de risco (rating) às Debêntures até a Data de Início da Rentabilidade; (xxxiii) **Enquadramento dos Projetos:** A Emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei 12.431, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, conforme alterado ("**Decreto 8.874**"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") nº 5.034, de 21 de julho de 2022 ("**Resolução CMN 5.034**"), Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019 ("**Resolução CMN 4.751**"), ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento dos Projetos (conforme definidos na Escritura de Emissão) como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia ("**MME**"), por meio das seguintes Portarias do MME: **(a)** Portaria nº 589/SPE/MME, expedida em 05 de março de 2021, e publicada no "Diário Oficial da União" em 09 de março de 2021; **(b)** Portaria nº 593/SPE/MME, expedida em 08 de março de 2021, e publicada no "Diário Oficial da União" em 09 de março de 2021; **(c)** Portaria nº 596/SPE/MME, expedida em 08 de março de 2021, e publicada no "Diário Oficial da União" em 09 de março de 2021; e **(d)** Portaria nº 607/SPE/MME, expedida em 12 de março de 2021, e publicada no "Diário Oficial da União" em 15 de março de 2021 (em conjunto "**Portarias**"); (xxxiv) **Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura. **1.2** Autorizar expressamente os representantes da Companhia e procuradores bastante constituídos a praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à Emissão e à Oferta, incluindo: **(i)** a formalização, efetivação e negociação dos termos e condições relacionados às deliberações ora aprovadas para a Emissão e a Oferta, estando a Companhia autorizada a celebrar todos e quaisquer atas, livros, procurações, notificações, comunicações, documentos, requerimentos, formulários, instrumentos, contratos e anexos relacionados à Emissão e à Oferta, inclusive celebrar a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição e eventuais aditamentos; **(ii)** a formalização e efetivação da contratação e remuneração do Coordenador Líder, dos assessores legais da Oferta e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como: (a) Banco Liquidante (conforme definido na Escritura) e Escriturador (conforme definido na Escritura); e (b) ambientes de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários, entre outros, podendo, para tanto, negociar, fixar remuneração e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; **(iii)** o estabelecimento de condições adicionais, praticando todos os atos necessários e firmando todos os documentos requeridos para efetivação das deliberações aqui previstas; e **1.3** Ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou procuradores bastante constituídos, relacionados exclusivamente às deliberações acima. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Presidente da Mesa: Rogério Pereira Jorge; Secretária: Larissa Villar Silva. Membros do Conselho de Administração: Rogério Pereira Jorge, Daniel Moretto Bucheb e Rodrigo de Brito Porto. *(Confere com a original lavrada em livro próprio).* São Paulo, 22 de março de 2024. **Larissa Villar Silva -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 138.826/24-9 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Investimentos Após taxação de fundos exclusivos fechados, porém, segmento de multifamily offices vem revendo estratégias e formas de atuação

Gestores de fortunas dobram de tamanho em 3 anos, diz estudo

Liane Thedim
Do Rio

O grande universo de opções de investimento oferecido pelas plataformas digitais, que tornou mais complexa a escolha da carteira, e a busca por isenção no aconselhamento levaram os multifamily offices, segmento de gestores de patrimônio de altíssima renda, a registrarem forte crescimento nos últimos anos. O volume de capital sob gestão desses escritórios mais do que dobrou entre 2020 (R$ 221 bilhões) e 2023 (R$ 460 bilhões), segundo estudo da Ártica Asset Management em parceria com o Insper. Com a recente taxação dos fundos fechados exclusivos ou restritos, porém, recursos há muitos anos represados por causa do benefício fiscal agora começam a se movimentar e a puxar transformações no segmento. "Cada vez mais tem que ter atenção direcionada e personalizada, porque não dá mais para 4.4902resolver tudo numa estrutura", diz Fernanda Raimo, sócia da Oikos Wealth Management.

Para ela, as mudanças para os super-ricos vão ser mais um fator a contribuir para que esses recursos deixem de estar sob gestão de bancos. "Lá fora, desde sempre o segmento wealth ficava com os escritórios independentes. No Brasil, até pouco tempo, 90% das fortunas estavam com bancos", comenta Raimo. "A parcela das independentes já aumentou bem, mas ainda há grande fatia para migrar." Existem hoje no país cerca de 200 escritórios voltados à altíssima renda, que recebem clientes com patrimônios líquidos mínimos a partir de R$ 5 milhões, mostra o estudo Ártica/Insper. Na Oikos, a sócia vê como principal diferencial o fato de a gestão dos recursos levar em conta a parte líquida e ilíquida do patrimônio, como imóveis e participações societárias, além de orientar sobre sucessão empresarial, por exemplo. Em ativos líquidos, o escritório tem atualmente R$ 7 bilhões sob gestão, de 35 famílias, com montante mínimo de R$ 100 milhões.

Thiago de Castro, CEO da TAG Investimentos, que tem R$ 12,5 bilhões sob gestão, vê o planejamento de fortunas mais amplo cada vez mais forte no mercado, em busca de soluções "longe da Faria Lima", afirma ele. No escritório, além de planejamento sucessório e tributário, por exemplo, os ativos alternativos vêm recebendo grande atenção de seus clientes. O executivo conta que o investimento em ativos judiciais, como a compra de precatórios, entregou rentabilidades de 25% a 30% ao ano desde 2018. "Tem sido relevante para o nosso portfólio e para a fidelização dos clientes", comenta. "Começamos alocando 2% da carteira no segmento, depois aumentamos para 10% e, agora, os clientes querem mais. Os investimentos financeiros tradicionais vão continuar como o centro do negócio, mas não estarão dentro dos atrativos."

Na Oikos, a remuneração do escritório é uma taxa fixa em torno de 0,5% ao ano do patrimônio gerido. Na TAG, entre 0,4% e 0,5%. O estudo Ártica/Insper mostra que 80% dos escritórios entrevistados cobram apenas uma taxa fixa, em percentual do patrimônio administrado, e repassam aos clientes integralmente as comissões que recebem dos fundos, as chamadas de taxas de rebate. Esses escritórios também são os mais bem-sucedidos no setor, sendo responsáveis por 94% do total sob gestão do conjunto de participantes do estudo. "A relação com os escritórios que recebem o rebate não é transparente", diz Ivan Barboza, sócio-fundador da Ártica. "O assessor será leal ao investidor ou ao fundo? É um conflito. O fee fixo, modelo que deixa claro que ele trabalha para o cliente, tem crescido e é um caminho sem volta."

Entre os que recebem a comissão, 86% dizem que repassam aos clientes. A Vita Investimentos envia trimestralmente aos clientes um extrato com todos os rebates devolvidos e cobranças de fee, conta o sócio Arthur Mello. "A gente opta por eliminar esse conflito. Nosso trabalho é entender esse cliente e cuidar do patrimônio dele." O escritório tem R$ 3 bilhões sob gestão, patrimônio mínimo exigido de R$ 3 milhões e fee fixo de 0,3% a 0,6% ao ano. Segundo Mello, a indústria de multifamily offices tem passado por "alterações micro e macro", após dois anos de alta de juros. Ele dá como exemplo o crescimento que as carteiras administradas vêm apresentando, pós-taxação de fundos exclusivos e crescimento do mercado de títulos isentos de Imposto de Renda.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "O fee fixo, modelo que deixa claro que ele trabalha para o cliente, é um caminho sem volta"
> *Ivan Barboza*

Raimo, da Oikos — cujo envio do extrato é mensal —, sugere um exercício de avaliação entre os escritórios que recebem fee fixo e os que ficam com os rebates, cuja diferença é visível, afirma ela. "Há gestores muito bons que não pagam rebate e nem são distribuídos nas plataformas. Portanto, não se trata só de devolver rebate, mas de buscar esses gestores. É um patamar adicional de valor a agregar." Castro, da TAG, vê essa adaptação com otimismo, mas alerta que há um período de maturação a se respeitar, já que, ao mudar o modelo de remuneração, a receita cai: "A indústria vem tendo maior conscientização em relação ao seu destino muito mais rapidamente do que foi nos Estados Unidos."

Segundo o estudo Ártica/Insper, embora 70% declarem que a gestão dos recursos é discricionária, na prática ela não funciona em sua totalidade, mostra o estudo. Cerca de 70% do capital investido em multimercados e 60% em fundos de ações de gestoras independentes concentram-se nas dez maiores casas. Barboza explica que uma hipótese para explicar isso é que fundos de menor porte muitas vezes não atendem aos critérios exigidos pelos alocadores, como processos de investimento formalizados e gestores com histórico profissional longo. O estudo explica que outra hipótese é a de que "investir em fundos de maior porte e renome é uma decisão de investimento mais fácil de justificar como racional e prudente nas eventuais prestações de contas ao cliente final". Barboza chama a situação de "discricionariedade utópica".

Ainda conforme o estudo Ártica/Insper, os multifamily offices que não investem recursos dos clientes em fundos próprios são mais bem-sucedidos: 39% dos entrevistados têm fundos próprios em alguma classe de ativos, mas escritórios que evitam totalmente o conflito e investem exclusivamente em fundos de terceiros têm sob sua administração 2,3 vezes mais recursos. Em ESG (conjunto de práticas voltadas para a preservação do meio ambiente, responsabilidade social e transparência empresarial, na sigla em inglês), o relatório revela que somente 35% dos entrevistados, responsáveis por 69% dos ativos sob gestão dos participantes, possuem diretrizes de investimento. Mas em um ranking de 23 fatores ordenados pelo grau de relevância no processo de análise de investimento, "adequação aos critérios ESG" apareceu em 21º lugar, entre os fatores de menor importância.

CVM vai revisar regras de processo sancionador

Juliana Schincariol
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prepara mudanças nas regras que regem os processos administrativos sancionadores. O objetivo é tornar o trabalho da autarquia mais célere e transparente.

Para 2024, o trabalho envolve duas frentes. Uma delas será uma consulta pública para alterações na regra do chamado rito simplificado, que envolve os casos menos complexos, como o atraso de demonstrações financeiras, por exemplo. A autarquia também fará uma audiência conceitual, para ouvir o mercado sobre eventuais alterações mais amplas na resolução 45. Um dos assuntos que serão tratados são as normas dos termos de compromisso.

Em entrevista ao **Valor**, o chefe do gabinete da presidência da CVM, Pedro Castelar, lembra que a Lei 6.385, que criou a CVM, determina a priorização de infrações graves e que, em caso de penalidade, proporcionam maior impacto educativo e preventivo para os participantes do mercado. "Uma irregularidade penalizada anos depois não gera esses efeitos da mesma forma que se consegue ao oferecer uma resposta tempestiva", diz Castelar.

Há alguns anos a autarquia tem trabalhado em reduzir o estoque de processos, com a criação do rito simplificado, o estabelecimento de metas para o julgamento pelo colegiado e um esforço para realizar mais julgamentos. Especialmente em casos de maior repercussão — a varejista Americanas é o mais recente deles —, a cobrança do mercado por uma resposta rápida da autarquia se acentua.

Na próxima rodada de revisão das normas, além de atender recomendações da Controladoria Geral da União (CGU), a CVM leva em conta seu planejamento estratégico e ideias que recebe do mercado. Foi criado um grupo de trabalho liderado pelo superintendente de processos sancionadores, Guilherme Aguiar, com participação de outras áreas técnicas e do colegiado.

No rito simplificado, a área técnica responsável pela acusação também faz a relatoria dos casos, o que não acontece nos casos de rito ordinário — esta é uma tarefa do diretor relator. Para as mudanças nas regras do rito simplificado, o regulador pretende listar mais irregularidades que possam ser avaliadas dentro destes critérios. As discussões incluem a ausência ou atrasos de determinados documentos, como o relatório de política e prevenção de lavagem de dinheiro, e casos de negociação de ações em período vedado. A inclusão, nessa lista, de infrações relacionadas a fatos relevantes é uma demanda do mercado, mas Castelar descarta. "Ainda há questão de análise factual relevante nestes casos", diz. Dos 72 julgamentos realizado em 2023, oito foram enquadrados nessa categoria, segundo a CVM.

Na consulta pública conceitual, uma das ideias do regulador é criar uma espécie de rito simplificado para os termos de compromisso, incluindo infrações mais objetivas, para acelerar as análises pelo comitê de termo de compromisso. "Considero o termo de compromisso uma das ferramentas mais bem-sucedidas da CVM", afirma o chefe de gabinete da presidência. Um dos trabalhos para evolução da transparência do instrumento inclui a criação de um site para dar mais previsibilidade e padronização, acrescenta. Em 2023, as propostas de termo de compromisso aprovadas englobaram 46 processos e 70 proponentes, com propostas de pagamento de quase R$ 45 milhões. Um ano antes, 43 acordos foram aprovados, totalizando R$ 41,95 milhões.

A negociação dos acordos com a CVM é bastante difícil, afirma a advogada Grasiela Cerbino, fundadora do escritório Cerbino Advocacia. "Uma alteração importante para o mercado seria estabelecer parâmetros em relação ao termo de compromisso", diz. Ainda que sejam positivos, acordos deixam de ser celebrados porque o mérito não é avaliado, afirma a advogada Julia Franco, sócia do escritório Cescon Barrieu. "Muitas vezes o proponente é obrigado a oferecer um valor incompatível com a imputação correta." E quando os casos são julgados, é comum a absolvição de penalidades mais graves e aplicação de multas brandas ou advertências nas menos lesivas ao mercado, o que seria uma evidência de que há espaço para mais acordos, completa.

Perspectiva para FIIs com mercado logístico em crescimento

Palavra do gestor

Mauro Lima e João P. Pagliusi

Com a perspectiva da queda gradual da taxa Selic, os holofotes do mercado devem voltar-se para, entre outros ativos, os fundos de investimentos imobiliários (FIIs) — há a expectativa de que 2024 seja o melhor ano para esse segmento, que conta com uma base de mais de 2,5 milhões de investidores.

Naturalmente, no ciclo pós-pandêmico, o que mais teve exposição, e em alguns casos resultados, foi o de FIIs de ativos logísticos.

Do primeiro trimestre de 2020 até o quarto trimestre de 2023 houve um crescimento de, aproximadamente, 17% no número de condomínios logísticos no Brasil, o que equivale a 35 milhões de metros quadrados. Em 2023, o mercado seguiu aquecido. O preço pedido médio atingiu seu maior patamar histórico, chegando a R$ 24,77 em empreendimentos de alto padrão, um aumento de 7,79% contra uma inflação anual de 4,62%.

Estes empreendimentos de alto padrão, conhecidos como condomínios logísticos classe AAA ou A+, têm características técnicas e construtivas superiores, como pé-direito com 12 metros, carga de piso de 6 toneladas por metro quadrado, sistema de combate a incêndio via sprinklers, piso nivelado a laser, entre outros. Essas especificações trazem maior eficiência para o armazenamento e a movimentação de carga, beneficiando o ocupante do ativo. Com o mercado logístico cada vez mais desenvolvido e competitivo, os condomínios logísticos de alta qualidade estão mais demandados no Brasil.

Outra característica importante é a área dos módulos. Diferente dos "big box", onde temos grandes galpões com pouca disponibilidade de adaptação de área aos locatários, os modulares têm apresentado resiliência e adaptabilidade às necessidades dos inquilinos, sendo flexíveis e atendendo às exigências desde pequenas áreas até naves inteiras.

Além do aumento no preço de locação, o mercado logístico apresentou um novo estoque maior do que 1 milhão de m² em 2023 e uma absorção líquida no mesmo patamar, ou seja, apesar do aumento do estoque, a vacância seguiu caindo. Considerando o mercado de galpões AAA, o estoque total aumentou em 7,85%, e a vacância caiu 1,08 ponto percentual. Houve transações significativas no ano, com fundos adquirindo portfólios, o que mostra a resiliência desse mercado mesmo em um ano desafiador para captações.

Esse fenômeno é explicável, pois, além do crescimento natural do mercado, que atinge todos os segmentos imobiliários, o de condomínios logísticos tem outras duas vertentes inerentes ao segmento: "last mile" e e-commerce. A primeira refere-se aos parques logísticos localizados próximos de grandes centros urbanos, preferencialmente, em um raio de 30 km dos centros urbanos; a segunda, impulsionada pelo aumento da demanda de compras pela internet.

Pensando em termos geográficos, hoje, no Brasil, mais de 50% do inventário de condomínios logísticos está localizado no Estado de São Paulo, denotando grande potencial de crescimento do setor logístico em outros Estados.

Em 2023, vimos Minas Gerais ultrapassar Rio de Janeiro em volume logístico, sendo que no quarto trimestre o Brasil contava com três Estados com vacância zerada: Goiás, Sergipe e Paraíba.

Com a tendência das empresas de e-commerce de entregas rápidas, muitas vezes em um dia, para diversas localizações do país, é uma questão de tempo até que um maior número de condomínios logísticos sejam construídos em outros Estados, atendendo à demanda deste mercado.

Também notamos o grande potencial de crescimento de estrutura logística em outras empresas no Brasil, com a competitividade cada vez maior por entregas rápidas. Lembramos que, além das empresas mais antigas do mercado, existem as que entraram recentemente, notadamente de e-commerce, que têm um grande potencial de crescimento e precisarão aumentar as suas estruturas.

Para 2024 está prevista uma entrega de mais de 2,8 milhões de m², consolidando a tendência de crescimento do mercado com alta demanda capaz de absorver estas entregas, podendo assim configurar uma oportunidade relevante para investimentos.

Mauro Lima é sócio-diretor de investimentos imobiliários da Inter Asset

João Pedro Pagliusi é gerente de investimentos da Inter Asset
E-mail joao.pagliusi@inter.co

irbre.com

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração do IRB(Re) e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2023.
As análises constantes deste Relatório da Administração, exceto quando indicado ao contrário, são realizadas conforme o padrão Visão Negócio, baseado no pronunciamento técnico CPC 11 (IFRS4), onde algumas contas contábeis das demonstrações de resultado são aglutinadas de forma diferente do que inicialmente prevista nas práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras.
A Resolução CVM 42/2021 tornou obrigatório para as companhias abertas brasileiras, a partir de 1º de janeiro de 2023, o pronunciamento técnico CPC 50, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros, em linha com o IFRS 17 emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que substituiu o IFRS 4.
As informações constantes nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), divulgadas na CVM/B3 na presente data, levam em consideração a aplicação inicial do CPC 50 (IFRS 17) e do CPC 48 (IFRS 9).
O IRB(Re), como entidade também regulada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, adicionalmente deve apresentar demonstrações contábeis em conformidade com as exigências desta Autarquia, e por esta razão, divulgou suas demonstrações contábeis individuais elaboradas em conformidade com o CPC 11 (IFRS 4) em 28 de fevereiro de 2024.
As análises presentes neste Relatório da Administração são fundamentadas em informações gerenciais, em conformidade com as normas contábeis do CPC 11 (IFRS 4), e foram ajustadas para refletir a perspectiva da Visão Negócio. A reconciliação para o modelo Visão Negócio, demonstrada abaixo, encontra-se na Nota Explicativa 3 - Informações de operações por segmento - destas Demonstrações Financeiras.

	Consolidado					Consolidado
	2023			2022		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	6.521.088	(6.521.088)	-	7.892.009	(7.892.009)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.583.060)	2.583.060	-	(2.923.901)	2.923.901	-
Prêmios retidos	3.938.028	(3.938.028)	-	4.968.108	(4.968.108)	-
Variações das provisões técnicas	213.196	(213.196)	-	129.536	(129.536)	-
Prêmios ganhos	4.151.224	(4.151.224)	-	5.097.644	(5.097.644)	-
Sinistros retidos	(2.906.825)	2.906.825	-	(5.314.892)	5.314.892	-
Custo de aquisição	(1.047.206)	1.047.206	-	(1.102.800)	1.102.800	-
Outras despesas operacionais	(42.145)	42.145	-	(129.375)	129.375	-
Receitas com resseguros	-	5.794.710	5.794.710	-	7.039.822	7.039.822
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(4.371.421)	(4.371.421)	-	(7.102.411)	(7.102.411)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.748.977)	(1.748.977)	-	(1.291.001)	(1.291.001)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**155.048**	**(480.736)**	**(325.688)**	**(1.449.423)**	**95.833**	**(1.353.590)**
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	-	(285.463)	(285.463)	-	385.410	385.410
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	-	50.286	50.286	-	(194.227)	(194.227)
Resultado financeiro líquido das operações	**-**	**(235.177)**	**(235.177)**	**-**	**191.183**	**191.183**
Despesas administrativas	(353.990)	322.625	(31.365)	(329.655)	318.641	(11.014)
Despesas com tributos	(155.994)	133.616	(22.378)	(87.907)	78.564	(9.343)
Resultado financeiro	507.781	(151.465)	356.316	624.948	(338.778)	286.170
Resultado patrimonial	40.892	(40.278)	614	65.169	-	65.169
Resultado antes dos impostos	**193.737**	**(451.415)**	**(257.678)**	**(1.176.868)**	**345.443**	**(831.425)**
Impostos, contribuições e participações nos lucros	(79.508)	213.333	133.825	546.527	(135.841)	410.686
Lucro (prejuízo) do exercício	**114.229**	**(238.082)**	**(123.853)**	**(630.341)**	**209.602**	**(420.739)**

Aplicando os princípios do CPC 50 (IFRS 17), observamos que a receita proveniente do resseguro totalizou R$ 5,8 bilhões (em comparação com R$ 7,0 bilhões em 2022), enquanto as despesas associadas ao resseguro foram de R$ 4,4 bilhões (em comparação com R$ 7,1 bilhões em 2022). O resultado com retrocessão foi de R$ 1,8 bilhão (em comparação com R$ 1,3 bilhão em 2022), resultando em um prejuízo operacional de R$ 325,7 milhões (em comparação com R$ 1,4 bilhão em 2022).
A introdução do efeito financeiro na mensuração dos contratos de resseguro e retrocessão em 2023 resultou em uma despesa financeira de R$ 235,2 milhões, em contraste com uma receita de R$ 191,2 milhões em 2022, influenciada pelo fechamento das curvas de juros futuros em 2023. Esses efeitos refletem o impacto do valor do dinheiro no tempo nos fluxos de caixa operacionais de ativos de retrocessão e passivos de resseguro, uma das principais características da nova norma, não estando diretamente relacionados com as receitas ou despesas decorrentes das aplicações financeiras.
O prejuízo líquido do exercício em 2023, considerando o CPC 50, totalizou R$ 123,9 milhões (em comparação com R$ 420,8 milhões em 2022).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com o propósito de ser protagonista na proteção do futuro da sociedade, o IRB(Re) acelerou seu processo de mudanças em 2023, buscando eficiências e estreitando, de forma efetiva, o seu relacionamento com os clientes.
Os números da Companhia mostram forte evolução em relação a 2022. É o que vamos apresentar, a seguir, com base na Visão Negócio.
A Companhia registra lucro líquido de R$ 114,2 milhões em 2023, frente prejuízo de R$ 630,3 milhões no exercício anterior.
Em linha com a estratégia de revisão da carteira, pulverização de riscos e concentração de negócios no Brasil e na América Latina, o resultado de subscrição foi positivo em R$ 155,0 milhões, ante resultado negativo de R$ 1,4 bilhão em 2022, evidenciando uma carteira mais qualificada e rentável.
Concluído o processo de ajuste, que trouxe equilíbrio à nossa carteira, estamos preparados para competir e retomar o crescimento.
Nossa gestão é baseada na disciplina financeira, excelência na subscrição e agilidade na execução, com metas simples e claras. Em 2024, completamos 85 anos. Uma empresa com experiência e espírito inovador.
Cientes de que existe um gap de proteção importante no mundo e, em especial, no Brasil, assumimos o papel de fomentar o desenvolvimento do mercado de proteção, buscando soluções e novos produtos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No ano de 2023, o volume de prêmios emitidos decresceu 17% em relação a 2022, totalizando R$6,5 bilhões, em linha com a estratégia de limpeza da carteira e seleção rigorosa de riscos.
No ano de 2023, o sinistro retido apresentou uma redução importante de 45%, resultante do melhor resultado da carteira de Seguro Rural e do aperfeiçoamento dos processos de avaliação do risco, assim como da sua adequada precificação.
O resultado de subscrição positivo de R$155,0 milhões, comparado a um prejuízo de R$1,4 bilhão em 2022, já demonstra os esforços de rentabilização do negócio.
As aplicações financeiras totalizaram R$8,3 bilhões, gerando resultado financeiro de R$548,7 milhões em 2023, favorecido pelas taxas de juros locais.
Em 2023, as despesas administrativas totalizaram R$354,0 milhões. Em abril de 2023 houve um acordo celebrado com o *US Department of Justice* americano (DoJ), no valor de US$ 5 milhões, que impactou esta linha em R$ 25,4 milhões. Também durante o ano de 2023, dois programas de demissão voluntária foram realizados, onerando a linha de pessoal próprio.
A Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 114,2 milhões em 2023, revertendo o prejuízo líquido de R$ 630,3 milhões em 2022.
Para melhor entendimento da Visão Negócio, os principais destaques financeiros são demonstrados na tabela abaixo:

(R$ milhões)	2022	2023
Prêmio Emitido	**7.892,0**	**6.521,1**
no Brasil	5.377,5	4.980,5
no Exterior	2.514,5	1.540,6
Prêmio Retido	**4.968,1**	**3.938,0**
Prêmio Ganho	**5.097,6**	**4.151,2**
Sinistro Retido	**(5.314,9)**	**(2.906,8)**
PSL	(5.077,1)	(3.011,8)
IBNR	(237,8)	105,0
Resultado de Underwriting	**(1.449,4)**	**155,0**
Despesa Administrativa	**(329,7)**	**(354,0)**
Resultado Financeiro e Patrimonial	**690,1**	**548,7**
Resultado Financeiro	608,9	507,8
Resultado Patrimonial	81,2	40,9
Resultado Líquido	**(630,3)**	**114,2**

DIVIDENDOS

Conforme o Estatuto Social do IRB(Re), o cálculo da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é realizado sobre o resultado do exercício após a dedução para atender aos prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e a reserva legal. Tal montante é registrado como passivo na rubrica obrigações a pagar, visto que representa uma obrigação legal estipulada no Estatuto Social da Companhia.
A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2023, prejuízos acumulados de R$ 359,0 milhões (pela visão IFRS 17).

MUDANÇAS CORPORATIVAS

Em 1º de setembro de 2011, o IRB(Re) deu início às suas operações na sucursal Argentina como parte de sua estratégia de expansão na América Latina. A Administração implementou um plano para otimizar o capital alocado na referida sucursal, onde os novos negócios passaram a ser realizados através da Resseguradora Admitida, com a estratégia realizada diretamente pela sede do IRB(Re) no Brasil. A Resseguradora Local está em processo de *run-off*, atualmente administrado por profissionais remanescentes da sucursal. Em linha com a estratégia da Companhia, as operações originadas na América Latina se mantêm como fundamentais ao desenvolvimento e diversificação dos negócios do IRB(Re).
Ainda como parte da estratégia da Companhia em otimizar o capital, a Administração iniciou o processo de venda da sucursal de Londres. Como parte dessa negociação, em dezembro de 2023, foi assinado um contrato de *Loss Portfolio Transfer* (LPT) para antecipar a transferência da carteira de resseguro até que todos os procedimentos legais da operação estejam devidamente concluídos e aprovados pelas Autoridades Reguladoras do Reino Unido. Após a conclusão integral da operação, todos os saldos de ativos e passivos relacionados a esta sucursal serão devidamente desreconhecidos das demonstrações contábeis da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Comitês Estratégicos que assessoram o Conselho de Administração. Esses órgãos de governança desempenham funções específicas, com o objetivo de garantir transparência e a adoção das melhores práticas de gestão. Conta ainda com uma Gerência, que atua como secretaria de governança, responsável pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração e demais colegiados, assegurando que o fluxo de informações seja direcionado tempestivamente e de forma segura a todas as instâncias de governança.
O Conselho de Administração é composto por até 9 membros titulares e um suplente, sendo um deles o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de dois anos, permitida a recondução. Em 31 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração possuía em sua composição 9 membros titulares, sendo a maioria deles considerado independente, na forma da regulamentação aplicável.
O Conselho de Administração é responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio, avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias.
Seis comitês apoiam o Conselho de Administração (Ética, Sustentabilidade e Governança; Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; Auditoria Estatutário; Pessoas, Nomeação e Remuneração; Riscos e Solvência e Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos), mantendo uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte ao Conselho.
O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão fiscalizador dos atos da Administração, em defesa da Companhia e dos seus acionistas. O Colegiado atualmente possui caráter permanente e atualmente é integrado por três membros eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.
Em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria Estatutária era integrada por 7 membros estatutários, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores; Vice-Presidente de Resseguro; Vice-Presidente Financeiro, Atuarial e Tecnologia da Informação; Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade; Diretor Jurídico e Governança; Diretor Técnico Atuarial; e Diretor Técnico de Subscrição; que atuam com o apoio de 11 diretores não estatutários.
Durante o ano de 2023, foram realizadas 36 reuniões do Conselho de Administração, 23 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 55 reuniões da Diretoria Estatutária e 20 reuniões do Conselho Fiscal, além de 66 outras reuniões dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

Desde 2019, a Companhia tem seu capital pulverizado, sem controlador definido, com 82.263.011 ações ordinárias, sendo 99,5% das ações em circulação negociadas em Bolsa e 0,5% em tesouraria.

GESTÃO DE RISCOS

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para o processo de gestão de seus riscos, com ênfase nas categorias: subscrição, mercado, crédito, liquidez, operacional e estratégico. Sua aprovação se dá pelo Conselho de Administração e sua aplicação monitorada regularmente por colegiados, entre os quais o Comitê de Gestão de Riscos e Solvência, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Estatutária e o próprio Conselho de Administração.
A Administração considera que os instrumentos de gestão implantados, desenvolvendo a integração entre a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e o Sistema de Controles Internos (SCI), incluindo o apetite por riscos, o inventário de riscos, as avaliações de efetividade e as análises prévias, estão em sintonia com as melhores práticas internacionais, sendo continuamente promovido o aprimoramento das funções de controle e da governança em gestão de riscos.
A gestão de riscos é responsabilidade de toda a organização - Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores - e a Companhia segue o modelo de três linhas, em linha com os preceitos determinados pela Resolução CNSP nº 416/2021, estabelecendo em políticas e normativos internos as atribuições de cada uma delas. A primeira linha é composta pelas vice-presidências e diretorias executivas, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. A Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade atua como segunda linha, enquanto a terceira é representada pela Auditoria Interna. Os órgãos colegiados com função de fiscalização e controle desempenham suas atribuições estatutárias, verificando o cumprimento dos princípios estabelecidos, com vistas a colaborar para o aperfeiçoamento da operação em seus aspectos mais relevantes.
A Companhia mantém atualizada, no mínimo anualmente, a Declaração de Apetite por Riscos (DAR), que estabelece os riscos os quais pretende assumir (e em que medidas, qualitativas e quantitativas), ou evitar, em linha com seus objetivos estratégicos determinados no plano de negócios, sendo o documento consolidado devidamente aprovado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é realizada a revisão do inventário de riscos, considerando a identificação dos riscos mais relevantes, incluindo suas principais causas, seus efeitos potenciais e as atividades de controles realizadas, capazes de afetar o atingimento dos objetivos estratégicos. A Companhia avalia o nível dos seus riscos, de forma a priorizar a adoção de tratamento e resposta à riscos.
No âmbito do Sistema de Controles Internos, a Companhia realiza testes periódicos acerca do seu Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e seus dispositivos adjacentes, especialmente aqueles relacionados à tecnologia, como melhores práticas e cumprimento das exigências regulatórias, em que são simulados cenários de indisponibilidade de acesso físico à sede e ao data center principal, situado na cidade do Rio de Janeiro, assim como de falha absoluta em redes de comunicação de voz e dados, sendo todos os sistemas críticos testados a partir do data center de contingência, estabelecido em São Paulo.
A Companhia dispõe de um Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI) que norteia as ações relacionadas à segurança da informação, dividido em quatro domínios: Gestão de Segurança da Informação, Operações de Segurança Cibernética, Gestão de Vulnerabilidade e Ameaças e Gestão de Privacidade de Dados. O IRB(Re) tem a capacidade de agir rapidamente no caso de um ataque cibernético e conta com parceiros especializados para atuação rápida em caso de incidentes, inclusive na modalidade 24 horas x 7 dias.

RATINGS

Em 10 de agosto de 2023, a agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings ("S&P") atribuiu o rating "brAA+" na Escala Nacional Brasil à 3ª emissão de debêntures do IRB(Re). Adicionalmente, a S&P reafirmou o rating de crédito do emissor de longo prazo "brAA+". A perspectiva do rating de emissor continua negativa. Em 16 de janeiro de 2024, a S&P reafirmou o rating de crédito do emissor "brAA+", com perspectiva negativa.
Em 9 de novembro de 2023, a agência A.M. Best, a mais antiga empresa de classificação de riscos com foco no setor de seguros e resseguros, confirmou a manutenção do rating de Força Financeira do IRB(Re) em "A-" (Excelente) e de Crédito de Emissor de Longo Prazo em "a-" (Excelente), com perspectiva negativa. De acordo com o comunicado divulgado pela agência, as classificações decorrem da solidez do balanço patrimonial da Companhia, bem como da melhora observada em seu desempenho operacional, aliado aos esforços contínuos para reestruturação do perfil de negócios. A agência também reconheceu as ações adotadas para aprimorar sua estrutura e governança no âmbito da gestão de riscos corporativos.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Em 2023, foi criada a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, com reporte matricial ao Conselho de Administração, de forma a aperfeiçoar a estrutura de governança, assim como para reafirmar os esforços da Companhia na promoção de estruturas independentes, mas supervisionadas adequadamente. E, ainda, essa Diretoria tem por objetivo fomentar a cultura de integridade e promover constantemente a melhoria contínua do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos.
Considerando a necessidade de documentar e disseminar amplamente princípios, regras e diretrizes, foi realizada uma revisão abrangente de todo o arcabouço normativo da Companhia, com especial atenção às disposições sobre conduta e integridade. Dentre os instrumentos revisados, destacam-se: o Código de Conduta; o Programa de Integridade; a Declaração de Apetite por Riscos; as Políticas de Gestão de Riscos e de Conformidade, além das demais políticas estratégicas adotadas pelo IRB(Re).
Adicionalmente, a Companhia atuou aprimorando controles e processos, com ênfase na prevenção e combate a ilícitos e com o propósito de fortalecer a cultura de integridade, com destaque à: (i) revisão/criação de instrumentos normativos; (ii) automação das comunicações automáticas; (iii) elaboração da avaliação interna de riscos de PLD/FTP; (iv) aquisição de ferramenta para "background check"; e (v) revisão do processo de diligência prévia.
Foram atualizados os treinamentos obrigatórios sobre o Combate à Fraude, à Corrupção e ao Conflito de Interesses, e sobre Governança, Gestão de Riscos e Conformidade, além da criação de um novo treinamento sobre Combate ao Assédio Moral e Sexual. As iniciativas de treinamento e aculturamento são indispensáveis para o fortalecimento e consolidação de uma cultura de integridade na Companhia.
Com foco na disseminação da cultura de integridade e no aperfeiçoamento das iniciativas de treinamento e aculturamento, a Companhia promoveu o primeiro "Mês da Integridade e da Gestão de Riscos", realizando ações direcionadas a todos os colaboradores. Essa iniciativa foi dedicada a fomentar e proporcionar amplo conhecimento sobre temas importantes para a Companhia, como: Programa de Integridade, modelo de três linhas de gestão, importância do canal de denúncias independente, papéis na gestão de riscos, combate à fraude, à corrupção e ao conflito de interesses, prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Diante do compromisso firmado com o órgão de justiça americano - *US Department of Justice* ("DoJ"), a Companhia estabeleceu, para o primeiro ano do acordo firmado, um plano de ação, já implementado, com o objetivo de demonstrar seu compromisso com a efetiva implementação do Programa de Integridade e combate à fraude. Tal plano foi estabelecido a partir de 10 (dez) metas estratégicas, em referência aos pilares do Programa de Integridade, e as ações envolveram: demonstrar independência e supervisão adequadas, a priorização da revisão periódica de riscos, a disseminação da cultura de integridade, a adequação de políticas e procedimentos e a adoção de medidas de monitoramento e remediação, dentre outras. As ações previstas para 2023 foram implementadas com o desafio de avaliar as oportunidades de melhoria contínua para definição do segundo plano de ação, a ser estabelecido para o ciclo 2024, conforme previsto no acordo.
Reafirmando seu compromisso com a ética, transparência e sustentabilidade do negócio, a Companhia mantém um Canal de Denúncias gerenciado por uma empresa especializada e independente, que recebe de forma autônoma e segura as denúncias, inclusive anônimas, sobre potenciais ilícitos, violações aos princípios éticos, transgressões a políticas internas e à legislação vigente, assim como infrações ao Código de Conduta estabelecido.

CAPITAL HUMANO

No que diz respeito aos colaboradores da Companhia, o IRB(Re) incentiva fortemente dois conceitos fundamentais: Espírito de Equipe, pelo entendimento de que os colaboradores formam um time e que a Companhia cresce com as diferenças e o respeito mútuo; e Reconhecimento, com a valorização dos profissionais que fazem o IRB acontecer e a celebração de cada conquista.
No encerramento de 2023, atuavam na Companhia 342 colaboradores, sendo 317 empregados próprios e 25 terceirizados. Entre os empregados, 54% eram homens e 46%, mulheres. Dos cargos de gestão, 34% são ocupados por mulheres.
A taxa de rotatividade no ano de 2023 foi de 21,3% (14,1% em 2022).
No ano de 2023, o foco da Companhia ficou voltado para o desenvolvimento da liderança, acreditando que a gestão seja o pilar mais importante para a consolidação de equipes de alta performance. Com isso, foram realizadas imersões do grupo de líderes para construção do nosso futuro desejável e utilização de ferramentas de *softskills* em que foram trabalhadas principalmente habilidades de comunicação.
Além disso, seguimos com a capacitação das equipes com treinamentos técnicos da Academia de Resseguros e com os treinamentos de Riscos e Conformidade, com a inclusão do treinamento de combate ao assédio moral e sexual.
O Código de Conduta do IRB(Re) estabelece o repúdio a qualquer ação de assédio moral, sexual e práticas discriminatórias no que diz respeito a cor, etnia, orientação sexual, religião ou outras. Nesse sentido, apoia também a liberdade de associação e mantemos uma relação sindical sem conflitos, greves ou paralisações nos últimos três anos.
Em 2023, houve a implementação da nova marca da Companhia e a mudança da sede para um espaço mais moderno e dinâmico com intuito de adquirir um ambiente de trabalho mais integrador e agradável para os colaboradores.
Possuímos programa de qualidade de vida voltado para o bem-estar físico e mental dos colaboradores que contempla ações como: atividade física, campanhas internas com o foco na saúde, comemorações em datas festivas e em promoções, apoio psicológico, nutricional, consulta financeira e jurídica.
Para manter e atrair talentos, nosso pacote de benefícios inclui plano de saúde e odontológico aos colaboradores e seus dependentes, check-up executivo, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação, vale-transporte, cesta de Natal, Gympass e auxílio para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho, além de participação nos lucros e resultados, conforme atingimento de metas. Adicionalmente, oferecemos plano de previdência privada com coparticipação da Companhia, tendo 88% dos empregados aderido ao plano.

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA

Aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) - ou ESG, na sigla do inglês de *environmental, social and governance* - se incorporam à estratégia do IRB(Re) como um compromisso, em consonância com a própria natureza do negócio e com o seu propósito de ser protagonista na proteção do futuro da sociedade.
As atividades de seguro e resseguro são diretamente conectadas ao conceito de sustentabilidade, pois constituem um dos mais importantes instrumentos para o tratamento adequado e a mitigação dos riscos que possam afetar o desempenho das empresas e a vida das pessoas. Elas ajudam a manter o bom funcionamento de todo o sistema, inclusive porque há repartição de riscos entre resseguradoras, e criam uma cadeia que promove mais estabilidade financeira para o mercado de seguros diretos.
Para reafirmar seu compromisso, em junho de 2022, o IRB(Re) aprovou no Conselho de Administração (CA) sua Política de ASG - Ambiental, Social e Governança, que fornece o direcionamento para a integração do tema à sua estratégia, com foco na prevenção de impactos negativos e na ampliação dos aspectos positivos ao meio ambiente e à sociedade.
A Política de ASG contempla aspectos ligados às atividades de subscrição de riscos, através da qual a Companhia pretende buscar o fomento a produtos de seguro com impacto positivo para o meio ambiente e que considerem a transição para uma economia de baixo carbono. Também prevê o monitoramento e o reporte de riscos de sustentabilidade presentes nas atividades e nas operações de subscrição e de sinistros, o que inclui critérios de precificação e aceitação de riscos atrelados às práticas de gerenciamento e mitigação, sob aspecto de sustentabilidade, adotadas pelos seus clientes.
Ao longo de 2023, em atendimento aos novos requisitos regulatórios sobre o tema e como parte da implantação de sua política, o IRB(Re) desenvolveu um estudo de materialidade, avaliando um amplo leque de riscos relacionados, considerando-se probabilidades e impactos resultando em 10 temas materiais. As suas exposições passam a ser monitoradas através de indicadores, podendo resultar na adoção planos de ação específicos.
O IRB(Re) já adota diversas ações para gestão dos riscos de sustentabilidade atrelados à sua operação e suas partes interessadas, tais como: diversificação geográfica e por linhas de negócio; processo de diligência de conformidade por meio de análises de parceiros de negócios, fornecedores e empregados; treinamentos de especialização técnica e de alto desempenho, entre outros.
Em 2024, a Companhia publicará seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, descrevendo os aspectos mais relevantes à gestão dos riscos ASG, incluindo, principalmente, o processo de gestão e suas etapas, seus principais impactos sobre o modelo de negócio, a estratégia e as operações, além do monitoramento realizado. O Relatório será uma ferramenta de comunicação e transparência, com o objetivo de ampliar a visão estratégica sobre o tema ASG, bem como aprimorar o relacionamento com os stakeholders da Companhia.

FORNECEDORES

A Companhia trabalha com normativos que garantem a governança no processo de contratações, com controles que respeitam as alçadas de aprovação, passando pela análise reputacional dos fornecedores e incluindo cláusulas contratuais que nos protegem a respeito da confidencialidade, conflitos de interesse, proteção de dados pessoais, práticas de corrupção, lavagem de dinheiro e terrorismo, entre outras.
Dentre os fatos relevantes que podemos destacar em 2023, cabe destacar a revisão do processo de compras e dos contratos em vigor para identificar aqueles que envolvem a manipulação de dados relevantes da Companhia e incluir clausulado obrigatório nos contratos enquadrados, visando a proteção de tais dados, em consonância com a Circular SUSEP nº 638/2021.
Na mesma oportunidade, passamos a incluir o clausulado em respeito às políticas de ASG, que passou a ser considerado obrigatório em todos os nossos contratos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que o IRB(Re) e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) não sejam afetados quanto à independência e à objetividade necessárias ao seu trabalho com a Companhia.
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a KPMG prestou serviços adicionais no valor total de R$ 349 mil, referentes à Auditoria Atuarial. Este valor corresponde a 5% dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A KPMG considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas de auditoria que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representou situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

NOVA SEDE

A mudança para a nova sede ocorreu no primeiro semestre de 2023. O novo escritório ocupa um espaço moderno e alinhado à nova marca da Companhia e às políticas de ESG. O edifício que abriga a nova sede, Ventura Corporate Towers, localizado no Centro do Rio de Janeiro, conta com certificação Leed (*Leadership in Energy and Environmental Design*), conferido pela ONG americana *US Green Building Council*, por atender a uma série de exigências sustentáveis para o edifício, entre as quais o uso inteligente e racionalizado de água e energia, controle do descarte de entulho e reciclagem de lixo.
Em 2023, ainda tivemos a reforma e modernização do escritório de São Paulo, imprimindo o padrão e a nova marca da empresa, ampliando espaço e recursos em alinhamento visual e operacional com a nova sede do IRB.
Também em 2023, inauguramos o escritório da Companhia em Brasília, padronizado com os ambientes de Rio de Janeiro e São Paulo, concluindo o processo de renovação das unidades operacionais do IRB(Re).

ÍNDICES REGULATÓRIOS

Suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado
A Companhia apresentou, na data-base de 31 de dezembro de 2023, suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido no montante de R$ 533,9 milhões. Assim, o patrimônio líquido ajustado correspondia a 146% do capital mínimo requerido na data.
Cobertura de provisões técnicas
Em 31 de dezembro de 2023, o indicador de cobertura de provisões técnicas apresentou suficiência de R$ 438,4 milhões, em comparação ao saldo de R$ 332,1 milhões em 31 de dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Administração do IRB(Re) expressa sua gratidão e apreço aos colaboradores, cedentes, fornecedores e parceiros, bem como aos acionistas e debenturistas, pela sólida relação e cooperação. Estendemos nossos agradecimentos aos representantes do poder público, aos órgãos reguladores e aos corretores, cujo apoio e confiança são fundamentais para nossa missão de oferecer soluções inovadoras e sustentáveis para o mercado segurador e ressegurador brasileiro.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Controladora 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Circulante		**3.317.870**	**4.746.123**	**5.305.163**	**3.300.842**	**4.621.770**	**5.293.637**
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.406	6.119	8.231	20.335	17.793	38.774
Ativos financeiros	6.1	2.598.633	4.280.282	4.014.753	2.547.891	4.136.600	3.966.341
Títulos e créditos a receber	7	3.257	2.768	42.790	8.707	9.916	48.296
Créditos tributários e previdenciários	8	36.518	55.484	127.591	36.841	55.982	128.425
Despesas antecipadas		5.673	6.251	10.623	5.682	6.260	10.626
Ativos de contratos de retrocessão	16.2	666.383	395.219	1.101.175	666.383	395.219	1.101.175
Outros valores e bens		-	-	-	15.003	-	-
Não circulante		**12.159.170**	**11.680.480**	**11.335.375**	**12.185.590**	**11.814.427**	**11.455.294**
Ativos financeiros	6.1	5.744.511	4.741.843	4.976.260	5.745.021	4.828.782	4.976.260
Ativos de contratos de retrocessão	16.2	2.317.811	2.950.094	2.999.375	2.317.811	2.950.094	2.999.375
Títulos e créditos a receber	7	958.366	895.421	503.586	958.366	895.204	503.586
Créditos tributários e previdenciários	8	2.739.114	2.662.984	2.438.950	2.739.114	2.662.984	2.482.026
Depósitos judiciais e fiscais	20	184.997	255.181	233.895	184.997	255.181	233.895
Participações societárias	4.1	43.248	39.387	28.876	-	-	22.124
Imóveis destinados à renda	9	-	-	4.570	69.158	86.587	88.034
Outros Investimentos		335	311	371	335	311	371
Imobilizado	10	51.823	29.456	64.503	51.823	29.456	64.503
Intangível	11	118.965	105.803	84.989	118.965	105.828	85.120
Total do ativo		**15.477.040**	**16.426.603**	**16.640.538**	**15.486.432**	**16.436.197**	**16.748.931**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Controladora 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Circulante		**4.418.306**	**4.922.998**	**4.898.921**	**4.427.698**	**4.932.592**	**4.936.632**
Obrigações a pagar	12	73.053	37.139	19.999	80.270	44.621	26.605
Impostos e encargos sociais a recolher		38.733	38.487	28.297	38.956	38.659	28.522
Provisões trabalhistas		12.833	11.714	12.665	13.033	11.825	12.797
Provisões para benefícios pós-emprego	23.3	35.176	35.972	42.409	35.176	35.972	42.409
Imposto de renda e contribuição social	15	71.629	29.641	4.532	73.380	31.470	35.280
Empréstimos e financiamentos	14	3.738	466.898	10.354	3.739	466.898	10.354
Passivo de contrato de Resseguro	16.1	4.052.064	4.049.184	4.626.676	4.052.064	4.049.184	4.626.676
Passivo de contrato de Retrocessão	16.2	23.433	143.518	-	23.433	143.518	-
Depósitos de terceiros	13	89.990	90.463	107.977	89.990	90.463	107.977
Outros débitos		17.657	19.982	46.012	17.657	19.982	46.012
Não circulante		**6.801.339**	**7.162.140**	**8.054.460**	**6.801.339**	**7.162.140**	**8.125.142**
Obrigações a pagar	12	23.049	19.723	12.191	23.049	19.723	4.426
Provisões para benefícios pós-emprego	23.3	363.331	370.469	415.469	363.331	370.469	415.469
Empréstimos e financiamentos	14	542.466	440.707	819.107	542.466	440.707	819.107
Imposto de renda e contribuição social	15	37.518	53.533	-	37.518	53.533	78.447
Passivo de contrato de resseguro	16.1	5.758.857	6.194.835	6.731.535	5.758.857	6.194.835	6.731.535
Provisão para processos judiciais	20	76.118	82.873	76.158	76.118	82.873	76.158
Patrimônio líquido		**4.257.395**	**4.341.465**	**3.687.157**	**4.257.395**	**4.341.465**	**3.687.157**
Capital social	21.1	5.379.189	5.379.189	4.219.524	5.379.189	5.379.189	4.219.524
Reservas de capital		-	-	1.006	-	-	1.006
Ações em tesouraria	21.2	(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)
Reservas de lucros		-	-	148.666	-	-	148.666
Ajustes de avaliação patrimonial	21.3	(479.007)	(538.263)	(451.076)	(479.007)	(538.263)	(451.076)
Prejuízo acumulado		(359.027)	(215.701)	52.797	(359.027)	(215.701)	52.797
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.477.040**	**16.426.603**	**16.640.538**	**15.486.432**	**16.436.197**	**16.748.931**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Receitas com resseguros	22.1	5.794.710	7.039.822	5.794.710	7.039.822
Despesas com prestação de serviços de resseguro	22.1	(4.371.421)	(7.102.411)	(4.371.421)	(7.102.411)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	22.1	(1.748.977)	(1.291.001)	(1.748.977)	(1.291.001)
Resultado da prestação de serviços de resseguro		**(325.688)**	**(1.353.590)**	**(325.688)**	**(1.353.590)**
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	22.3	(285.463)	385.410	(285.463)	385.410
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	22.3	50.286	(194.227)	50.286	(194.227)
Resultado financeiro líquido das operações	22.3	**(235.177)**	**191.183**	**(235.177)**	**191.183**
Resultado de investimentos	22.2	301.740	284.530	362.611	340.818
Outros resultados financeiros	22.2	(9.123)	(55.746)	(6.295)	(54.648)
Resultado financeiro líquido		**57.440**	**419.967**	**121.139**	**477.353**
Despesas administrativas		(20.039)	(6.727)	(31.365)	(11.014)
Despesas com tributos		(18.268)	(5.177)	(22.378)	(9.343)
Resultado patrimonial	22.4	41.826	107.360	614	65.169
Resultado antes dos impostos		**(264.729)**	**(838.167)**	**(257.678)**	**(831.425)**
IRPJ e CSLL	22.5	140.876	417.428	133.825	410.686
Prejuízo do exercício		**(123.853)**	**(420.739)**	**(123.853)**	**(420.739)**
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	21.4	**(1,51)**	**(10,06)**	**(1,51)**	**(10,06)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício		**(123.853)**	**(420.739)**
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão ou poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado			
Ajustes de conversão de câmbio de operação no exterior	21.3	(60.868)	(6.708)
Ajuste do valor justo dos títulos mensurados a VJORA (antigo disponíveis para venda)			
Ganhos (perdas) originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros no período		-	(137.310)
Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do exercicio dos ativos financeiros		-	(5.590)
Ajuste do valor justo dos títulos - VJORA			
Ganhos (perdas) originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA	21.3	193.971	-
Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do exercício dos ativos financeiros - VJORA	21.3	(43.549)	-
Perdas esperadas de créditos para ativos financeiros mensurados a VJORA	21.3	(1.982)	
Imposto de renda e contribuição social	21.3	**(59.664)**	**61.235**
Total		**27.908**	**(88.373)**
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Benefícios pós-emprego			
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	23.4	18.595	1.976
Imposto de renda e contribuição social	21.3	**(7.438)**	**(790)**
Total		**11.157**	**1.186**
Total de outros resultados abrangentes		**39.065**	**(87.187)**
Total do resultado abrangente do exercício		**(84.788)**	**(507.926)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital Social					Reservas de lucros				
	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Gasto com emissão de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria	Legal	Reserva de lucros estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022, como previamente divulgado	**4.253.080**	**-**	**(33.556)**	**1.006**	**(283.760)**	**148.666**	**-**	**(451.076)**	**-**	**3.634.360**
Ajuste na aplicação inicial do CPC 50/IFRS 17, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	52.797	52.797
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2022	**4.253.080**	**-**	**(33.556)**	**1.006**	**(283.760)**	**148.666**	**-**	**(451.076)**	**52.797**	**3.687.157**
Resultado abrangente										
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	(81.665)	-	(81.665)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(6.708)	-	(6.708)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	1.186	-	1.186
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-		(420.739)	(420.739)
Total do resultado abrangente (reapresentado)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(87.187)**	**(420.739)**	**(507.926)**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas										
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(1.006)	-	(148.666)	(2.569)	-	152.241	-
Aumento de capital	-	1.200.000	(40.335)	-	-	-	-	-	-	1.159.665
Reversão de JCP e dividendos não reclamados	-	-	-	-	-	-	2.569	-	-	2.569
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	**-**	**1.200.000**	**(40.335)**	**(1.006)**	**-**	**(148.666)**	**-**	**-**	**152.241**	**1.162.234**
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2022	**4.253.080**	**1.200.000**	**(73.891)**	**-**	**(283.760)**	**-**	**-**	**(538.263)**	**(215.701)**	**4.341.465**
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2023	**4.253.080**	**1.200.000**	**(73.891)**	**-**	**(283.760)**	**-**	**-**	**(538.263)**	**(215.701)**	**4.341.465**
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-	20.191	(19.473)	718
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2023	**4.253.080**	**1.200.000**	**(73.891)**	**-**	**(283.760)**	**-**	**-**	**(518.072)**	**(235.174)**	**4.342.183**
Resultado abrangente										
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	90.758	-	90.758
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(1.982)	-	(1.982)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(60.868)	-	(60.868)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	11.157	-	11.157
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(123.853)	(123.853)
Total do resultado abrangente	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**39.065**	**(123.853)**	**(84.788)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.253.080**	**1.200.000**	**(73.891)**	**-**	**(283.760)**	**-**	**-**	**(479.007)**	**(359.027)**	**4.257.395**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Receitas líquidas				
Receita com operação de seguros	5.794.710	7.039.822	5.794.710	7.039.822
Receita líquida operacional	**5.794.710**	**7.039.822**	**5.794.710**	**7.039.822**
Despesas				
Despesas com prestação de serviços de resseguro	(4.006.687)	(6.783.027)	(4.006.687)	(6.783.027)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	(1.748.977)	(1.291.001)	(1.748.977)	(1.291.001)
	(5.755.664)	**(8.074.028)**	**(5.755.664)**	**(8.074.028)**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materias, energia e outros	(46.911)	(33.925)	(47.460)	(34.150)
Serviços de terceiros	(70.816)	(82.351)	(71.682)	(83.307)
	(117.727)	**(116.276)**	**(119.142)**	**(117.457)**
Valor consumido bruto	**(78.681)**	**(1.150.482)**	**(80.096)**	**(1.151.663)**
Depreciaçao e amortização	(57.779)	(49.481)	(57.804)	(49.524)
Valor consumido líquido produzido pela entidade	**(136.460)**	**(1.199.963)**	**(137.900)**	**(1.201.187)**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado financeiro	57.440	419.967	121.139	477.353
Resultado com equivalência patrimonial	41.855	43.308	-	-
Outras transferências recebidas - receitas com imóveis de renda e venda de imobilizado	(29)	64.052	614	65.169
Outros	-	-	(4.176)	(856)
	99.266	**527.327**	**117.577**	**541.666**
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**(37.194)**	**(672.636)**	**(20.323)**	**(659.521)**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	209.267	160.354	214.977	162.561
Impostos, taxas e contribuições	(122.608)	(412.251)	(111.447)	(401.343)
Resultados absorvidos do exercício	(123.853)	(420.739)	(123.853)	(420.739)
Valor adicionado distribuído	**(37.194)**	**(672.636)**	**(20.323)**	**(659.521)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	**(123.853)**	**(420.739)**	**(123.853)**	**(420.739)**
Ajustes ao prejuízo líquido				
Depreciação e amortização	57.779	49.481	57.804	49.524
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	(41.855)	(43.308)	-	-
Perda na alienação de imobilizado, intangível e participações societárias	54	(81.323)	54	(81.323)
Variação cambial líquida de ativos e passivos	(40.123)	(146.566)	(40.123)	(146.566)
Constituição (reversão) de perda por redução ao valor recuperável de investimentos	(24)	15.939	(24)	15.939
Constituição de perda por redução de valor recuperável	10.306	-	10.306	-
Outros ajustes	(1.621)	5.329	805	10.208
Prejuízo ajustado do exercício	**(139.337)**	**(621.187)**	**(95.031)**	**(572.957)**
Atividades operacionais				
Variações nas contas patrimoniais				
Ativos financeiros	592.267	(392.090)	585.757	(376.760)
Títulos e créditos a receber	(63.430)	(351.814)	(61.951)	(353.238)
Créditos tributários e previdenciários	(124.267)	(91.480)	(124.091)	(48.068)
Despesas antecipadas	578	4.371	578	4.366
Ativos de contratos de retrocessão	226.089	567.197	226.089	567.197
Depósitos judiciais e fiscais	70.185	(21.287)	70.185	(21.287)
Passivos de contratos de resseguro e retrocessão	(187.562)	(444.151)	(187.562)	(444.151)
Obrigações a pagar	39.240	27.235	38.977	35.876
Impostos e encargos sociais a recolher	33.790	22.324	33.838	22.269
Provisões trabalhistas	1.118	(950)	1.207	(971)
Provisões para benefícios pós-emprego	1.788	(49.463)	1.788	(49.463)
Imposto de renda e contribuição social	34.847	78.641	34.771	(28.723)
Depósitos de terceiros	(473)	(17.514)	(473)	(17.514)
Outros débitos	(2.330)	(26.028)	(2.330)	(26.028)
Provisão para processos judiciais	(6.756)	6.715	(6.756)	6.715
Empréstimos e financiamentos	121.772	173.303	121.772	173.303
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**597.519**	**(1.136.178)**	**636.768**	**(1.129.434)**
Juros pagos	(112.421)	(93.721)	(112.421)	(93.721)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.538)	(12.130)	(33.538)	(12.130)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**451.560**	**(1.242.029)**	**490.809**	**(1.235.285)**
Atividades de investimento				
Recebimento de dividendos	38.938	36.659	-	-
Aumento de capital em investida	(944)	(11.046)	-	-
Compra e venda de Imobilizado	(23.323)	79.222	(23.323)	79.222
Compra de intangível	(65.038)	(60.943)	(65.038)	(60.943)
Recebimento pela venda de imóveis destinados a venda	-	57.255	-	57.255
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimento	**(50.367)**	**101.147**	**(88.361)**	**75.534**
Atividades de financiamento				
Variações nas contas patrimoniais				
Aumento de capital	-	1.200.000	-	1.200.000
Gasto na emissão de ações	-	(40.335)	-	(40.335)
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(11)	-	(11)
Emissão de debêntures	100.000	-	100.000	-
Pagamento de debêntures	(462.939)	-	(462.939)	-
Gasto na emissão de debêntures	(7.813)	(1.427)	(7.813)	(1.427)
Pagamento de arrendamento mercantil	(3.380)	-	(3.380)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**(374.132)**	**1.158.227**	**(374.132)**	**1.158.227**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**27.061**	**17.345**	**28.316**	**(1.524)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**6.119**	**8.231**	**17.793**	**38.774**
Perdas cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	(25.774)	(19.457)	(25.774)	(19.457)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**7.406**	**6.119**	**20.335**	**17.793**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A., "IRB Re" ou "Companhia", é uma sociedade anônima de capital aberto brasileira, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida República do Chile, número 330, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Brasília e Londres. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Em 1º de setembro de 2011, o IRB Re deu início às suas operações na sucursal Argentina como parte de sua estratégia de expansão na América Latina. Em 2022 a Administração implementou um plano para otimizar o capital alocado na referida sucursal. Os novos negócios são realizados através da Resseguradora Admitida, com a gestão realizada diretamente da sede do IRB Re no Brasil. A Resseguradora Local está em processo de *run-off*, atualmente administrado por profissionais remanescentes da sucursal. Em linha com a estratégia da Companhia, as operações originadas na América Latina se mantêm como fundamentais ao desenvolvimento e diversificação dos negócios do IRB Re.

Ainda como parte da estratégia da Companhia em otimizar o capital, a Administração iniciou o processo de venda da sucursal de Londres. Como parte dessa negociação, em dezembro de 2023, foi assinado um contrato de *Loss Portfolio Transfer* (LPT) para antecipar a transferência da carteira de resseguro até que todos os procedimentos legais da operação estejam devidamente concluídos e aprovados pelas Autoridades Reguladoras do Reino Unido. Após a conclusão integral da operação, todos os saldos de ativos e passivos relacionados a esta sucursal serão devidamente desreconhecidos das demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

1.1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta suficiência nos indicadores regulatórios, e conforme exposto na nota explicativa 24, as ações estruturantes vinculadas aos negócios estão conduzindo a Companhia à obtenção de resultados sustentáveis, portanto, a Administração não tem o conhecimento e não considera nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade dos negócios.

Desta forma, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio de continuidade.

1.2 Informações complementares

1.2.1 Impactos causados pelo novo coronavírus ("COVID-19")

Ainda em decorrência da pandemia global de COVID-19, de acordo com as informações dos avisos de sinistros recebidas das cedentes ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o IRB Re registrou perdas de R$ 51.562 de sinistros relacionados ao novo coronavírus (R$ 228.164 no exercício de 2022), conforme quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Pessoas	33.541	202.645
Patrimonial e Responsabilidades	18.023	18.378
Demais	(2)	7.141
	51.562	**228.164**

Desde o início da pandemia no Brasil, de fevereiro de 2020 até dezembro de 2023, a Companhia contabilizou R$ 688.506 de sinistros retidos relacionados à COVID-19. Esses sinistros são representados substancialmente pelo ramo de Pessoas, nos quais as causas da morte são relacionadas ao vírus da COVID-19 por meio da inspeção dos obituários de morte dos segurados ou de outros documentos que são revisados no processo de regulação dos sinistros.

No grupo de ramos de Pessoas (seguro de vida), a cobertura ao risco de pandemia era excluída na maioria dos contratos firmados com as cedentes no Brasil. Não obstante, considerando a demanda pelo produto de seguro de vida individual com a cobertura ao risco de pandemia desde março de 2020, notadamente pelas Seguradoras nacionais, a Companhia passou a precificar e ofertar esta cobertura a partir das renovações dos contratos. Em alguns negócios internacionais, a cobertura do risco de pandemia estava prevista. As despesas com sinistros avisados retidos por mortes decorrentes de COVID-19 em 2023, em todas as geografias que a Companhia atua representaram R$ 33.541 (R$ 202.645 em 2022).

1.2.2 Desdobramentos da investigação sobre a base acionária

Em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Re determinou a instalação de procedimento de investigação de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Em 26 de junho de 2020, foi concluída a investigação independente, com o suporte de consultores especializados em atividade forensic, sobre a divulgação das informações acerca da base acionária da Companhia. A referida investigação identificou os responsáveis pela disseminação da informação inverídica acerca da base acionária da Companhia, os quais praticaram os referidos atos irregulares, em caráter individual, em absoluto descumprimento aos seus poderes regulares de gestão, na qualidade de Diretores Estatutários da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detectou a existência de irregularidades no pagamento de supostos bônus a ex-Diretores e outros colaboradores do IRB Re por meio de sua subsidiária integral de natureza imobiliária.

A Companhia também verificou que, em fevereiro e março de 2020, foram realizadas operações de recompra de ações da Companhia que ultrapassaram, em 2.850.000 ações, as quantidades autorizadas pelo Conselho de Administração.

Todas as referidas operações foram realizadas à revelia do Conselho de Administração do IRB Re e os responsáveis primários, já identificados por todas as irregularidades apuradas, não integram mais os quadros da Companhia.

A Administração do IRB Re apresentou as conclusões de todas as investigações acima indicadas ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia vem contribuindo com as investigações que estão sendo conduzidas pelas autoridades competentes, fornecendo os devidos esclarecimentos, bem como todas as informações e documentos requisitados. Do mesmo modo, adotou as devidas providências legais a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe foram causados pelas condutas irregulares identificadas e praticadas pelos indivíduos envolvidos, em especial por meio da instauração de procedimento arbitral em face de Ex-Diretores Estatutários da Companhia, o qual foi devidamente aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2020, visando a devida responsabilização dos referidos Ex-Diretores Estatutários da Companhia.

Foi aprovado também o ajuizamento de ação de responsabilidade contra os Ex-Diretores Estatutários da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. (IRB Par). Destaca-se que o Jurídico, a Contabilidade e a área Financeira da Companhia assumiram as respectivas atribuições no âmbito das atividades operacionais realizadas pela referida subsidiária, a qual teve seu processo de incorporação concluído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do IRB Re (incorporador), realizada no dia 30 de setembro de 2022.

Adicionalmente, o *U.S. Department of Justice* (DoJ) e a *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) anunciaram publicamente, em 18 de abril de 2022, o andamento de processos criminal e civil, respectivamente, contra o Ex-Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores ("Ex-CFO") da Companhia, o qual representou a Companhia em reuniões com investidores norte-americanos no primeiro trimestre de 2020, em razão da declaração inverídica sobre a estrutura acionária da Companhia e potenciais investimentos na Companhia por terceiros, o que configuraria fraude ao mercado de capitais, nos termos da legislação norte-americana.

Após tratativas diversas com as referidas autoridades norte-americanas, a Companhia celebrou, em 20 de abril de 2023, com o DoJ um *Non-Prosecution Agreement* ("Acordo DoJ"), bem como um acordo adicional com a SEC ("Acordo SEC"), ambos tendo como objeto principal a informação inverídica de que a *Berkshire Hathaway* integraria a base acionária da Companhia, divulgada pelo Ex-CFO em território americano, entre fevereiro e março de 2020.

Com base nos termos e prazos previstos no Acordo DoJ, a Companhia disponibilizou, em 02 de maio de 2023, o montante de USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) ao DoJ, o qual ficará sob a custódia de um administrador oportunamente selecionado pelo DoJ e será destinado a compensar os acionistas da Companhia que venderam suas ações na data de 04 de março de 2020. Em breve serão definidas pelo DoJ as regras, rito e procedimento para que os referidos acionistas pleiteiem acesso à referida compensação pecuniária.

Já com relação ao Acordo SEC, ressaltamos que o mesmo foi formalmente aprovado, em maio de 2023, pela *U.S. District Court for the Southern District of New York*.

Importante ressaltar que, em função da ampla cooperação e remediação da Companhia neste caso, ambos os referidos Acordos não preveem o pagamento de qualquer multa pecuniária e/ou o desembolso de outros valores com relação aos fatos em exame.

Diante da celebração dos referidos Acordos, a Companhia continuará cooperando com o DoJ e a SEC, bem como aprimorando suas práticas de controles internos, governança e conformidade, além de se submeter ao acompanhamento e reporte periódico ao DoJ por um período de até 3 anos.

No âmbito do referido processo de acompanhamento periódico, informamos que a Companhia vem cumprindo todos os compromissos e prazos pactuados perante as autoridades americanas.

1.3 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Esta é a primeira apresentação das demonstrações contábeis da Companhia aplicando o CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguros e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e alteração das demonstrações dos fluxos de caixa para o método indireto, o que representa uma mudança nas políticas contábeis e, como resultado, a Companhia reapresentou os montantes anteriormente publicados, incluindo os saldos comparativos. As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a natureza e os efeitos das principais mudanças nessas políticas, resultantes da adoção do CPC 50/IFRS 17 e do CPC 48/IFRS 9 estão resumidos nas Nota 1.4 e Nota 25.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 25.

1.3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as suas atividades relevantes.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

1.3.2 Entidades controladas

A partir de 30 de setembro de 2022, a Companhia passou a controlar diretamente as empresas IRB Chile Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Renda Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Uso Empreendimentos Imobiliários SPE S.A e IRB Santos Dumont Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., que concentram os investimentos imobiliários do IRB Re.

A IRB Asset Management presta serviços de administração de carteira de valores mobiliários, por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além de executar outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, nos termos da Instrução nº 558 de 28/03/2015 e alterações posteriores da CVM. Atualmente, a controlada executa a gestão da maioria dos fundos exclusivos da Companhia.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual de participação	Investimento em 31 de dezembro de 2023
IRB Chile Emp. Imobiliários SPE S.A.	2.136	8	2.128	304	100,0%	2.128
IRB Renda Emp. Imobiliários SPE S.A.	12.068	56	12.012	732	100,0%	12.012
IRB Uso Emp. Imobiliários SPE S.A.	388	18	370	(340)	100,0%	370
IRB Santos Dumont Emp. Imobiliários SPE S.A.	15.020	1	15.019	(583)	100,0%	15.019
IRB *Asset Management*	17.352	3.633	13.719	349	100,0%	13.719
Total						**43.248**

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Investimento em 31 de dezembro de 2022
IRB Chile Emp. Imobiliários SPE S.A.	1.913	6	1.907	(513)	100,0%	1.907
IRB Renda Emp. Imobiliários SPE S.A.	11.327	47	11.280	658	100,0%	11.280
IRB Uso Emp. Imobiliários SPE S.A.	497	1	496	(276)	100,0%	496
IRB Santos Dumont Emp. Imobiliários SPE S.A.	15.091	219	14.872	(745)	100,0%	14.872
IRB *Asset Management*	12.927	2.095	10.832	40.738	100,0%	10.832
Total						**39.387**

Adicionalmente a Companhia possui a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

Fundos geridos pela IRB *Asset Management:*

- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto
- IRB Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento em Ações
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa
- IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado
- IRB London Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

Fundos geridos por outras gestoras de investimentos:

- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Parking Partners Fundo de Investimento Imobiliário - FII
- BRZ IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- VINCI IRB Crédito Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- VINLAND Institucional I Fundo de Investimentos em Ações

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento exclusivos indicados acima e suas controladas

1.4 Mudança nas políticas contábeis materiais

Em 1º de janeiro de 2023 a Companhia passou a aplicar o CPC 50/IFRS 17 - "*Insurance Contracts*" e CPC 48/IFRS 9 - "*Financial Instruments*". Essas normas trazem mudanças importantes na mensuração e contabilização de contratos de seguro, resseguro e instrumentos financeiros, e possuem um impacto material nas demonstrações contábeis consolidadas no período de aplicação inicial.

1.4.1. CPC 50/IFRS 17 - Contrato de Seguros

CPC 50/IFRS 17 - *"Insurance Contracts"*: O IASB (*International Accouting Standard Board*), emitiu uma nova norma abrangente para todas as companhias que emitem contratos de seguros e resseguros e elaboram suas demonstrações contábeis de acordo com a IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Esta norma, que substitui a norma CPC 11/IFRS 4, é obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e requer reapresentação dos saldos comparativos. Estas alterações estão presentes nestas demonstrações contábeis.

A partir da data de transição da referida norma em 1º de janeiro de 2022 os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de resseguros são efetuados de acordo com o CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro. O objetivo é assegurar que a entidade fornece informações relevantes que representam esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de resseguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa oriundos de contratos de resseguros.

i. Contrato de Seguros

O CPC 50/IFRS 17 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros e resseguro emitidos. Também requer que estes princípios sejam aplicados a contratos de resseguro e retrocessão

Contrato de seguro é definido, pela norma, como um contrato sob o qual uma parte (o emissor) aceita risco de seguro significativo de outra parte (o segurado) ao concordar em compensar o segurado se um evento futuro incerto especificado (o evento segurado) afetar adversamente o segurado. De acordo com o CPC 50/IFRS 17, os contratos de resseguro são agrupados para fins de mensuração. Os grupos de contratos são determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos emitidos e mantidos. Uma carteira compreende contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto.

A Companhia verificou se seus contratos de resseguro poderiam conter um ou mais componentes que estariam dentro do alcance de outro pronunciamento se fossem contratos separados. Por exemplo, o contrato de resseguro pode incluir componente de investimento ou componente de serviço que não seja contrato de resseguro (ou ambos) e não identificou nenhum componente em seus contratos que deveriam ser contabilizados separados. Em seguida, identificou suas carteiras de contratos de resseguro e retrocessão com base na estrutura interna atual de gestão de negócios, levando em consideração aspectos relevantes como: precificação dos contratos, gestão de reservas e gerenciamento de produtos.

Além do acompanhamento no nível das divisões de negócio, a Companhia também monitora de forma distinta seus resultados de acordo com a geografia de aceitação de risco, classificando-as como segmentos distintos em suas demonstrações contábeis. Estes segmentos são representados por "País" para riscos aceitos no mercado local, e "Exterior" para riscos aceitos no mercado internacional. Este critério foi levado em consideração para formação de suas carteiras de resseguros e retrocessão. À exceção exclusivamente da sucursal de Londres, que formará uma carteira distinta.

A Administração determinou a abertura de suas carteiras para riscos aceitos e cedidos em 19 níveis:

País	Exterior
Rural	Rural
Aeronáuticos	Aeronáuticos
Responsabilidades	Responsabilidades
Riscos financeiros	Riscos financeiros
Vida	Vida
Marítimos	Marítimos
Automóvel	Automóvel
Patrimonial	Patrimonial
Riscos especiais	Riscos especiais
	Sucursal de Londres

Cada carteira de contratos de resseguro é dividida em três níveis de lucratividade esperada:

- Grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- Grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornar oneroso posteriormente; e
- Grupo de contratos remanescentes.

Cada carteira de retrocessão é avaliada da mesma forma que uma carteira de resseguro, exceto quando as referências a contratos onerosos são substituídas por contratos em que se espera um ganho líquido na compra de retrocessão.

A Companhia avaliou suas carteiras e não identificou contratos em que se espera um ganho líquido ou que não tenham possibilidade significativa de ter um ganho líquido no reconhecimento inicial. Sendo assim, as carteiras de retrocessão estão classificadas como grupo de contratos remanescentes.

Um grupo de contratos de resseguro é reconhecido no início de um período de cobertura, isto é, o período durante o qual a Companhia presta serviços em relação a quaisquer prêmios na fronteira do contrato.

Quando o contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo existente de contratos ou, caso o contrato não se qualifique para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros serão adicionados. Grupos de contratos são estabelecidos no reconhecimento inicial e, uma vez que todos os contratos tenham sido adicionados ao grupo, a sua composição não é revisada.

Os contratos são agrupados em safras anuais de acordo com o ano de subscrição (*Underwriting Year*).

ii. Limite do contrato

A mensuração de um grupo de contratos de resseguro e retrocessão inclui todos os fluxos de caixa dentro do limite de cada contrato no grupo.

A obrigação substantiva de prestar cobertura pode estender o limite de um contrato. Nos contratos de resseguros automáticos, por exemplo, as apólices emitidas no período de vigência de um contrato podem ter vigências que se encerram além da cobertura desse contrato de resseguro.

Neste caso, a obrigação de prestar cobertura é estendida até o encerramento de vigência da última apólice coberta, e, portanto, os fluxos de caixa serão projetados considerando este período de cobertura estendida.

Os fluxos de caixa de resseguro estão dentro do limite de contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existiam durante o período de relatório em que a Companhia pode obrigar o titular do contrato a pagar os prêmios ou em que a Companhia tem obrigação substantiva de prestar cobertura de resseguro ao titular do contrato. A obrigação substantiva de prestar cobertura se encerra quando a Companhia:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos específicos do titular do contrato e, como resultado, pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos; e
- Tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de resseguro que contém o contrato e pode definir um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação.

Para os contratos de retrocessão, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substanciais que existem durante o período de reporte no qual a Companhia é obrigada a pagar valores à retrocessionária ou tem um direito substancial para receber serviços da retrocessionária. O direito substantivo de receber serviços termina quando a retrocessionária:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados; e
- Tem o direito substantivo de rescindir a cobertura.

A Companhia verificou os limites da nova norma CPC 50/IFRS 17 e não foram identificadas alterações relevantes quando comparados àqueles já aplicados sob a ótica da CPC 11/IFRS 4.

iii. Modelo de mensuração

A mensuração de um grupo de contratos de resseguro e retrocessão inclui todos os fluxos de caixa dentro do limite de cada contrato no grupo.

O CPC 50/IFRS 17 apresenta certas abordagens para mensuração de grupos de contratos de resseguro emitido e retrocessão:

- Modelo Geral de mensuração - BBA (Modelo padrão): aplicável a todo tipo de contratos de resseguro emitidos ou retrocessão.
- Abordagem de alocação de prêmio - PAA (Modelo simplificado): abordagem opcional para contratos com duração até 12 meses ou cujos resultados não sejam significativamente diferentes aos obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.

A Companhia adota o modelo geral, BBA, para mensuração de todos os seus grupos de contratos de resseguros e de retrocessão.

iv. Mensuração de contratos de acordo com BBA

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um grupo de contratos de resseguro como o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e o ajuste ao risco para o risco não financeiro; e (b) a CSM (margem contratual de seguro).

- Estimativas de fluxos de caixa futuros: projeções de fluxos de caixa, que devem incluir o valor esperado de uma gama de cenários que reflita a gama completa de possíveis resultados para as entradas e saídas dentro do limite do contrato que se referem diretamente ao cumprimento do contrato. Incluem também os fluxos de caixa de aquisições que são resultantes dos custos de comercialização, subscrição e início de grupo de contratos que sejam diretamente atribuíveis à carteira de contratos de resseguro à qual o grupo pertence. Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora, de maneira imparcial, todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo na data de apresentação dos relatórios. Essas informações incluem dados históricos internos e externos sobre sinistros e outras experiências atualizadas, de forma que reflitam a melhor estimativa da Companhia sobre a expectativa de realização de eventos futuros.

continua

irbre.com

continuação

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Os fluxos de caixa para a aquisição de resseguros surgem das atividades de venda, de subscrição e de início de um grupo de contratos que sejam diretamente atribuíveis à carteira de contratos ao qual a Companhia pertence. Outros custos que são ocorridos no cumprimento dos contratos incluem:
• Custos de processamento de sinistros, manutenção e administração.
• Comissões recorrentes a pagar sobre prêmios de parcela a receber dentro dos limites do contrato.
• Impostos e outros custos especificamente cobráveis dos segurados de acordo com as condições dos contratos.
• Custos de sinistros de contratos assumidos.
• Custos de despesas relacionadas a sinistros.
Os fluxos de caixa para a aquisição de resseguros e outros custos que são incorridos no cumprimento dos contratos compreendem tanto os custos diretos quanto a alocação de despesas gerais fixas e variáveis.
Os fluxos de caixa são atribuídos às atividades de aquisição, a outras atividades de execução e a outras atividades utilizando técnicas de custeio baseadas em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis às atividades de aquisição e outras atividades de execução são alocados a grupos de contratos, utilizando métodos que são sistemáticos e racionais, aplicados de maneira consistente a todos os custos que possuem características similares. A Companhia geralmente determina os fluxos de caixa para aquisições de resseguros a grupos de contratos com base nos percentuais definidos em contrato. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
O CPC 50/IFRS 17 requer que a Companhia aloque, como parte dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguro e retrocessão, gastos gerais de produção fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, depreciação de edificações, aluguel, manutenção e serviços de utilidade pública) que sejam diretamente atribuíveis ao cumprimento de contratos e que estejam dentro dos limites de projeção dos fluxos de caixa. Como resultado deste critério de alocação, o total de gastos administrativos que não são diretamente atribuíveis aos contratos é de R$ 31.365 (R$ 11.014 em 2022).
- **Taxas de desconto (Ajuste de valor do dinheiro no tempo):** os fluxos de caixa futuros são ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados. A taxa de desconto utilizada é consistente com os preços de mercado observáveis e reflete as características dos fluxos de caixa e a liquidez do contrato.
O CPC 50/IFRS 17 não prescreve uma única técnica de estimativa para obter as taxas de desconto. No entanto, a norma especifica que uma abordagem '*top-down*' ou '*bottom-up*' pode ser utilizada:
• *Top-down* (fluxos de caixa variam com base no retorno de um item subjacente);
• *Bottom-up* (fluxos de caixa não variam com base no retorno de um item subjacente).
A Companhia definiu a abordagem '*bottom-up*' para ser utilizada no cálculo da taxa de desconto por ser amplamente utilizada no mercado. Nesta abordagem, a curva de rendimento livre de risco líquida é ajustada para refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que fundamentam as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de resseguro. A Companhia definiu que para o cálculo da taxa de desconto serão utilizadas as seguintes taxas livres de risco disponíveis no mercado, de acordo com a moeda do contrato de resseguro:
• Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) Pré-Fixada (metodologia ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) para os contratos de resseguro emitidos em real.
• Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) Cambial (metodologia SUSEP - Superintendência de Seguros Privados) para os contratos de resseguro emitidos em dólar.
• Taxas livres de risco da EIOPA (*European Insurance and Occupational Pensions Authority*) para os contratos de resseguro emitidos em dólar canadense, euro, peso colombiano, peso chileno, peso mexicano, yuan, libra esterlina, rupia indiana, iene japonês, won sul coreano, coroa norueguesa e rublo russo.
• Para os contratos emitidos em peso argentino e sol peruano, devido à indisponibilidade de dados individualizados de curvas de juros futuras, bem como às incertezas da elaboração de curvas livres de risco com metodologia própria que representem de maneira fidedigna a expectativa de juros futura livre de risco para essas moedas, tendo em vista o cenário econômico atual, foi definido pelo IRB a utilização da taxa básica de juros (equivalente à SELIC) de cada moeda na data-base de cálculo.
• Para os contratos de resseguro emitidos nas demais moedas, é utilizada a taxa livre de risco correspondente à moeda estrangeira mais correlata (dentre aquelas descritas anteriormente, com exceção do peso argentino e sol peruano), conforme matriz de correlação entre as moedas.
Adicionalmente, para refletir as diferenças entre as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de resseguro, a Companhia incorpora na curva de rendimento livre de risco, o *spread* observado entre a ETTJ IPCA (metodologia ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais)) e o retorno esperado de debêntures do mercado secundário com *rating* de crédito AAA.
A tabela abaixo demonstra a curva de rendimento utilizada para descontar os fluxos de caixa dos contratos de resseguros nas principais moedas:

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2023					Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2022				
	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos
BRL	10,81%	10,50%	10,79%	11,45%	12,39%	14,01%	13,29%	13,15%	13,05%	13,00%
USD	6,78%	5,85%	5,76%	6,59%	8,05%	6,68%	6,31%	6,36%	6,88%	7,59%
EUR	4,05%	3,13%	3,01%	3,08%	3,10%	3,95%	3,98%	3,90%	3,86%	3,54%
GBP	5,44%	4,37%	4,05%	3,98%	4,13%	5,24%	5,11%	4,84%	4,49%	4,31%

- **Ajuste de risco não financeiro:** ajuste à estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que a entidade requer por suportar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorram de risco não financeiro.
O CPC 50/IFRS 17 não prescreve métodos para determinar o ajuste de risco para o risco não financeiro. Portanto, o julgamento da Administração é necessário para determinar uma técnica adequada de ajuste de risco a ser utilizada.
A Companhia definiu a metodologia do Custo de Capital (*Cost of Capital - CoC*) para cálculo do ajuste de risco pelo risco não financeiro. Este método projeta de forma prospectiva o capital futuro que a Companhia precisa manter no final de cada período de projeção, durante o *run-off* do negócio existente, no qual é aplicada a taxa de retorno esperada sobre este capital que será descontado e somado para obtenção do ajuste de risco.
Os ajustes de risco para o risco não financeiro para contratos de vida e de participação de contratos correspondem aos seguintes níveis de confiança:
A Companhia estima o capital necessário para sustentar a operação frente ao passivo da Companhia e, após aplicar o custo de capital de 15,92%, obtemos o ajuste de risco para o risco não financeiro. O ajuste de risco calculado representa o excesso do valor em risco no 64º percentil para 2023, e 76º percentil em 2022 (nível de confiança), em relação ao valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros.
- **Margem Contratual de Seguro (CSM):** lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços no futuro sob os contratos de resseguro no grupo. A Companhia deve mensurar a margem contratual de resseguro no reconhecimento inicial de grupo de contratos.
No reconhecimento inicial de um grupo lucrativo de contratos de resseguro, a CSM é igual à soma:
• Dos fluxos de caixa de cumprimento, que são, estimativas de fluxos de caixa, ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo e ajuste de risco não financeiro; e
• De quaisquer outros fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data.
Se a soma for uma entrada líquida, a CSM é apropriada no resultado conforme os serviços são prestados no período, de acordo com alocações de unidades de cobertura. A determinação das unidades de cobertura é baseada no cálculo da exposição remanescente, a cada data-base de mensuração, estimada considerando os níveis de abertura de tipo de contrato, base de cessão e limite do contrato, sendo ponderada pelo volume de prêmio.
Se a soma for uma saída líquida, então o grupo é oneroso e um componente de perda é criado para representar o valor da saída líquida de caixa no passivo, e a perda é reconhecida imediatamente no resultado.
O valor contábil de um grupo de contratos de resseguro em cada data-base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros ocorridos. O passivo para a cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão prestados nos termos dos contratos em períodos futuros e (b) qualquer CSM remanescente nessa data. O passivo por sinistros ocorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros ocorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não avisados.
Os fluxos de caixa do cumprimento contratual dos grupos de contratos de resseguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue.
• Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de resseguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso).
• Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de resseguro com impacto no resultado.
• Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro: reconhecidas como receitas ou despesas de financiamentos de seguros.
A Companhia trata a margem contratual e os fluxos de caixa de cumprimento como itens monetários, determinando-os em sua respectiva moeda estrangeira e convertendo-os para a moeda funcional nas datas de transação e reporte. As diferenças entre as taxas de conversão são reconhecidas no resultado do período.
O valor contábil da CSM em cada data-base é o valor contábil no início do período, ajustado por:
• CSM de quaisquer novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício.
• Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício, mensurados às taxas de desconto em fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes determinados no reconhecimento inicial.
• Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se relacionam a serviços futuros, exceto na medida em que:
- Quaisquer aumentos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual excedem o valor contábil da CSM, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no resultado, criando um componente de perda.
- Quaisquer diminuições nos fluxos de caixa do cumprimento contratual sejam alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado.
• Efeito de quaisquer diferenças cambiais sobre a CSM.
• O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.
As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que referem-se a serviços futuros compreendem:
• Ajustes decorrentes de prêmios recebidos no exercício, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa, mensurados às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial.
• Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente, mensuradas às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, exceto aquelas que surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.
• Mudanças no ajuste ao risco para o risco não financeiro que se relacionem a serviços futuros
Em comparação aos conceitos definidos pelo IFRS 4, há mudanças significativas em relação à apuração do resultado, sendo a receita apurada de acordo com a prestação de serviços da Companhia, sendo assim, apropriada de forma diferente do que era praticado na norma anterior.

Contratos de retrocessão
A Companhia adota as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de retrocessão, exceto que o ajuste de risco não financeiro representará o valor do risco a ser transferido da Companhia para as retrocessionárias, e a CSM representará um custo líquido.

v. Sinistros Ocorridos
A Companhia estima o custo final de liquidação dos sinistros ocorridos, mas não pagos, na data do balanço, e outras recuperações esperadas, através da revisão dos sinistros avisados e da provisão de sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. O custo final de liquidação dos sinistros é estimado utilizando técnicas de reserva de sinistros, como os métodos *Chain-ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*. Essas técnicas assumem que a própria experiência de sinistros da Companhia seja indicativa de padrões futuros de desenvolvimento de sinistros e, portanto, do custo final dos sinistros. O custo final da liquidação dos sinistros é estimado separadamente para cada área geográfica e linha de negócio, além da abertura entre sinistros vultosos e não vultosos.
As premissas utilizadas, incluindo índices de sinistralidade e inflação futura de sinistros, são implicitamente derivadas dos dados históricos do desenvolvimento de sinistros em que se baseiam as projeções, embora o julgamento seja aplicado para avaliar o quanto as tendências passadas podem não se aplicar no futuro e o quanto espera-se que surjam tendências futuras.
Estes fluxos de caixa são descontados utilizando curvas de rendimento livres de risco, ajustadas para refletir as características dos fluxos de caixa e a liquidez dos contratos de resseguro, ajustados ainda pela mensuração do ajuste ao risco não financeiro.

vi. Apresentação e Divulgação
De acordo com o CPC 50/IFRS 17, as carteiras de contratos de resseguro e retrocessão, que são ativos e passivos, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Todos os direitos e obrigações decorrentes de uma carteira de contratos estão apresentados em base líquida; portanto, os fluxos de caixa futuros relativos a contratos de resseguro, a receber e a pagar não estão mais apresentados separadamente. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa que surjam antes do reconhecimento do respectivo grupo de contratos também estão apresentados na mesma linha das carteiras de contratos relacionadas.
Conforme o CPC 50/IFRS 17, a Companhia divulga informações detalhadas sobre receitas e conciliações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis identificarem mudanças de fluxos de caixa e valores que são reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.
Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes são desagregados em:
(a) um resultado do serviço de resseguro, incluindo a receita e as despesas dos serviços de resseguros; e
(b) receitas ou despesas financeiras de resseguros.
Os valores dos contratos de retrocessão estão sendo apresentados separadamente.

Receita de resseguros
A Companhia reconhece a receita de resseguros à medida que presta serviços sob grupos de contratos de resseguro. A receita de resseguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens.
• Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura.
• Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais.
• As despesas com sinistros estimados e outras despesas estimadas com a prestação de serviços de resseguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desreconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de resseguro e serviços de resseguro naquela data.
• Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados e valores relacionados a despesas tributárias incorridas.
Além disso, a Companhia aloca uma parcela de prêmios que refere-se à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros a cada período de forma sistemática. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de resseguro.

Despesas com prestação de serviços de resseguros
Despesas de prestação de serviços de resseguro resultantes de contratos de resseguro são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas e compreendem os seguintes itens:
• Sinistros ocorridos e outras despesas de serviços de resseguro
• Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de resseguros: equivalente ao valor da receita de resseguros reconhecida no exercício que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros.
• Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos.
• Ajustes dos passivos para sinistros ocorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.

Despesas líquidas com contratos de retrocessão
As despesas líquidas com contratos de retrocessão compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às retrocessionárias.
A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de retrocessão pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de retrocessão. A alocação de prêmios de retrocessão pagos referentes aos serviços recebidos para cada período representa o total das variações do ativo para a cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera pagar a contraprestação.
Para um grupo de contratos de resseguro que cobre contratos subjacentes onerosos, a Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para a cobertura remanescente para descrever a recuperação de perdas reconhecidas:
• No reconhecimento de contratos subjacentes onerosos, caso o contrato de resseguro que cobre esses contratos seja celebrado antes ou ao mesmo tempo em que esses contratos são reconhecidos.
• Para mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual do grupo de contratos de resseguro relacionados a serviços futuros que resultam da alteração dos fluxos de caixa do cumprimento contratual dos contratos onerosos subjacentes.
O componente de recuperação de sinistros determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões das recuperações de sinistros dos contratos de resseguro e são excluídos da destinação dos prêmios de resseguros pagos. Ele é ajustado para refletir mudanças no componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes, mas não pode exceder a parcela do componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes que a Companhia espera recuperar do contrato de resseguro.

Receitas e despesas financeiras de resseguros
As receitas e despesas financeiras de resseguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de resseguro e retrocessão resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

vii. Transição
A Companhia adotou o CPC 50/IFRS 17 de forma retrospectiva, utilizando-se de modificações permitidas devido a impraticabilidade da aplicação da abordagem retrospectiva completa. A Companhia definiu por aplicar a abordagem retrospectiva modificada para todos os seus grupos de contratos, e possui como objetivo alcançar o resultado mais próximo possível da aplicação retrospectiva completa, utilizando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo.
A aplicação da abordagem retrospectiva completa apresentou-se impraticável na transição, devido ao fato de que obter estimativas para lastrear as projeções históricas para os produtos existentes na data de transição e aplicação iniciais não era possível. Portanto, quando da aplicação da abordagem retrospectiva modificada, a Companhia usou informações razoáveis e suportáveis de seus sistemas informacionais existentes, o que resultou no resultado mais próximo da abordagem retrospectiva completa, sem custos ou esforços excessivos.
O CPC 23/IAS 8 determina que pode ser impraticável ajustar informações de períodos anteriores apresentados para fins de comparação com o período corrente, pois podem não ter sido reunidas informações necessárias em período anterior, de tal forma que seja possível a aplicação retrospectiva de nova política contábil.
Assim, a Companhia adota a abordagem retrospectiva modificada para todos os seus grupos de contratos na transição, e estima os fluxos de caixa futuros na data de reconhecimento inicial ajustados pelos fluxos de caixa que se sabem que ocorreram entre a data de reconhecimento inicial e a data de transição. Estes fluxos incluem fluxos de caixa resultantes de contratos que deixaram de existir antes da data de transição.

Julgamentos na aplicação da abordagem retrospectiva modificada
Quando da aplicação da abordagem retrospectiva modificada a Companhia aplicou julgamento significativo na determinação dos valores de transição sob essas abordagens.

Agregação de Contratos
A agregação dos contratos de resseguro por rentabilidade esperada foi avaliada na data de transição na medida em que não havia informações razoáveis e suportáveis disponíveis para realizar essa avaliação no reconhecimento inicial. Para esta avaliação, a Companhia estimou o fluxo de caixa futuro (FCF) no reconhecimento inicial. Além disso, para agregar contratos de resseguro não onerosos emitidos em grupos de contratos que não tinham possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente ou grupos de contratos remanescentes, a Companhia avaliou a probabilidade, por meio de modelo estatístico, de mudanças nas exposições de resseguros, financeiras e outras no FCF prospectivamente na data de transição. Da mesma forma, para agregar os contratos de resseguro mantidos em uma posição de custo líquido em grupos de contratos para os quais não há possibilidade significativa de ganho líquido subsequente ou grupos de contratos remanescentes, a Companhia avaliou a probabilidade, por meio de modelo estatístico, de mudanças nas exposições de seguros, financeiras e outras em o FCF prospectivamente na data de transição.

Fluxo de caixa futuro
Os fluxos de caixa futuros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos de resseguro foram estimados como os fluxos de caixa futuros na data de transição, ajustados pelos fluxos de caixa efetivos que se sabe que ocorreram entre a data de transição (ou anterior) e a data do reconhecimento inicial. Os fluxos de caixa efetivos, incluem fluxos de caixa de contratos que deixaram de existir antes da data de transição.

Ajuste de risco para riscos não financeiros
O ajuste de risco pelo risco não financeiro foi estimado na data de reconhecimento inicial do grupo de contratos pelo ajuste de risco não financeiro na data de transição ajustado pela liberação de risco esperada antes da data de transição.
Esta liberação foi determinada por referência à liberação de risco para contratos similares que a Companhia emite na data de transição.

Taxa de desconto
Conforme modificação permitida pela IFRS 17 na aplicação da abordagem retrospectiva modificada, a Companhia definiu a estimativa da taxa de desconto com base na média dos três anos imediatamente antes da data de transição, ou seja, o spread é a média da curva de rendimentos observáveis e a curva de rendimento estimada desde 2020.

CSM - Componente de perda
Para calcular a margem contratual de seguro, o IRB estimou os fluxos de caixa futuros na data de reconhecimento inicial de grupo de contratos de resseguro como o valor dos fluxos de caixa futuros na data de transição ajustados pelos fluxos que se sabe que ocorreram entre a data de reconhecimento inicial e a data de transição. Por fluxos de caixa que se sabe que ocorreram, a Companhia entende que são todos os fluxos que transitaram pelo caixa neste período - incluindo prêmios recebidos, comissões pagas e sinistros pagos, por exemplo. A Companhia determinou o montante de margem contratual de seguro relativo à prestação das coberturas de resseguro antes da data de transição comparando as unidades de cobertura remanescentes nessa data com as unidades de cobertura fornecidas de acordo com o grupo de contratos antes da data de transição.
Os efeitos dos grupos de contratos de resseguros e retrocessão contabilizados na data de transição está detalhado na Nota 17 e 22.

1.4.2. Reapresentação dos saldos comparativos
Conforme descrito na Nota 1.3, a Companhia está reapresentando os seus saldos comparativos devido à adoção inicial do CPC 50/IFRS 17. Os impactos da nova norma nas demonstrações contábeis históricas da Companhia são relevantes e, em atendimento ao IAS 8/CPC 23, as cifras comparativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão sendo reapresentadas e reemitidas.
Os saldos ajustados na transição em 1° de janeiro de 2022 estão apresentados abaixo:

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	**3.634.360**
Total de ajustes na transição - IFRS 17	87.995
Imposto de renda e contribuição social - IFRS 17	(35.198)
Total de ajuste na aplicação do IFRS 17	**52.797**
Patrimônio líquido em 1° de janeiro de 2022 (Reapresentado)	**3.687.157**

O resumo dos efeitos da reapresentação do balanço patrimonial findo em 1° de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 e a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentado abaixo:

	Controladora			Consolidado		
Ativo	Saldo em 1° de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 1° de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Saldo em 1° de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 1° de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Circulante	**14.001.807**	**(8.696.644)**	**5.305.163**	**13.990.281**	**(8.696.644)**	**5.293.637**
Caixa e equivalentes de caixa	8.231	-	8.231	38.774	-	38.774
Ativos Financeiros	4.014.753	-	4.014.753	3.966.341	-	3.966.341
Créditos das operações com resseguros e retrocessões	4.105.081	(4.105.081)	-	4.105.081	(4.105.081)	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	5.599.770	(5.599.770)	-	5.599.770	(5.599.770)	-
Ativos de contratos de retrocessão	-	1.101.175	1.101.175	-	1.101.175	1.101.175
Títulos e créditos a receber	21.926	20.864	42.790	27.432	20.864	48.296
Créditos tributários e previdenciários	127.591	-	127.591	128.425	-	128.425
Despesas antecipadas	10.623	-	10.623	10.626	-	10.626
Custos de aquisição diferidos	113.832	(113.832)	-	113.832	(113.832)	-
Não circulante	**8.564.241**	**2.771.134**	**11.335.375**	**8.684.160**	**2.771.134**	**11.455.294**
Ativos financeiros	4.976.260	-	4.976.260	4.976.260	-	4.976.260
Ativos de contratos de retrocessão	-	2.999.375	2.999.375	-	2.999.375	2.999.375
Créditos das operações com resseguros e retrocessões	11.677	(11.677)	-	11.677	(11.677)	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	81.270	(81.270)	-	81.270	(81.270)	-
Títulos e créditos a receber	589.816	(86.230)	503.586	589.816	(86.230)	503.586
Créditos tributários e previdenciários	2.474.149	(35.199)	2.438.950	2.517.225	(35.199)	2.482.026
Depósitos judiciais e fiscais	233.895	-	233.895	233.895	-	233.895
Custos de aquisição diferidos	13.865	(13.865)	-	13.865	(13.865)	-
Participações societárias	28.876	-	28.876	22.124	-	22.124
Imóveis destinados à renda	4.570	-	4.570	88.034	-	88.034
Outros Investimentos	371	-	371	371	-	371
Imobilizado	64.503	-	64.503	64.503	-	64.503
Intangível	84.989	-	84.989	85.120	-	85.120
Total do ativo	**22.566.048**	**(5.925.510)**	**16.640.538**	**22.674.441**	**(5.925.510)**	**16.748.931**

	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	Saldo em 1° de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 1° de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Saldo em 1° de janeiro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 1° de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Circulante	**17.314.052**	**(12.415.131)**	**4.898.921**	**17.351.763**	**(12.415.131)**	**4.936.632**
Obrigações a pagar	19.999	-	19.999	26.605	-	26.605
Impostos e encargos sociais a recolher	28.297	-	28.297	28.522	-	28.522
Provisões trabalhistas	12.665	-	12.665	12.797	-	12.797
Provisões para benefícios pós-emprego	42.409	-	42.409	42.409	-	42.409
Imposto de renda e contribuição social	4.532	-	4.532	35.280	-	35.280
Empréstimos e Financiamentos	10.354	-	10.354	10.354	-	10.354
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	2.051.671	(2.051.671)	-	2.051.671	(2.051.671)	-
Passivo de contrato de Resseguro	-	4.626.676	4.626.676	-	4.626.676	4.626.676
Depósitos de terceiros	107.977	-	107.977	107.977	-	107.977
Provisões técnicas - resseguros	15.036.148	(15.036.148)	-	15.036.148	(15.036.148)	-
Outros débitos	-	46.012	46.012	-	46.012	46.012
Não circulante	**1.617.636**	**6.436.824**	**8.054.460**	**1.688.318**	**6.436.824**	**8.125.142**
Obrigações a pagar	12.191	-	12.191	4.426	-	4.426
Provisões para benefícios pós-emprego	415.469	-	415.469	415.469	-	415.469
Empréstimos e Financiamentos	819.107	-	819.107	819.107	-	819.107
Passivo de contrato de Resseguro	-	6.731.535	6.731.535	-	6.731.535	6.731.535
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	78.447	-	78.447
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	789	(789)	-	789	(789)	-
Provisões técnicas - resseguros	293.922	(293.922)	-	293.922	(293.922)	-
Provisão para processos judiciais	76.158	-	76.158	76.158	-	76.158
Patrimônio líquido	**3.634.360**	**52.797**	**3.687.157**	**3.634.360**	**52.797**	**3.687.157**
Capital social	4.219.524	-	4.219.524	4.219.524	-	4.219.524
Reservas de Capital	1.006	-	1.006	1.006	-	1.006
Ações em tesouraria	(283.760)	-	(283.760)	(283.760)	-	(283.760)
Reservas de lucros	148.666	-	148.666	148.666	-	148.666
Ajustes de avaliação patrimonial	(451.076)	-	(451.076)	(451.076)	-	(451.076)
Prejuízo acumulado	-	52.797	52.797	-	52.797	52.797
Total do passivo e patrimônio líquido	**22.566.048**	**(5.925.510)**	**16.640.538**	**22.674.441**	**(5.925.510)**	**16.748.931**

	Controladora			Consolidado		
Ativo	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Circulante	**13.808.454**	**(9.062.331)**	**4.746.123**	**13.684.101**	**(9.062.331)**	**4.621.770**
Caixa e equivalentes de caixa	6.119	-	6.119	17.793	-	17.793
Ativos Financeiros	4.280.282	-	4.280.282	4.136.600	-	4.136.600
Créditos das operações com resseguros e retrocessões	3.962.281	(3.962.281)	-	3.962.281	(3.962.281)	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	5.367.471	(5.367.471)	-	5.367.471	(5.367.471)	-
Ativos de contratos de retrocessão	-	395.219	395.219	-	395.219	395.219
Títulos e créditos a receber	13.788	(11.020)	2.768	20.936	(11.020)	9.916
Créditos tributários e previdenciários	55.484	-	55.484	55.982	-	55.982
Despesas antecipadas	6.251	-	6.251	6.260	-	6.260
Custos de aquisição diferidos	116.778	(116.778)	-	116.778	(116.778)	-
Não circulante	**9.159.514**	**2.520.966**	**11.680.480**	**9.293.461**	**2.520.966**	**11.814.427**
Ativos financeiros	4.741.843	-	4.741.843	4.828.782	-	4.828.782
Ativos de contratos de retrocessão	-	2.950.094	2.950.094	-	2.950.094	2.950.094
Créditos das operações com resseguros e retrocessões	26.856	(26.856)	-	26.856	(26.856)	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	86.291	(86.291)	-	86.291	(86.291)	-
Títulos e créditos a receber	922.094	(26.673)	895.421	921.877	(26.673)	895.204
Créditos tributários e previdenciários	2.837.917	(174.933)	2.662.984	2.837.917	(174.933)	2.662.984
Depósitos judiciais e fiscais	255.181	-	255.181	255.181	-	255.181
Custos de aquisição diferidos	114.375	(114.375)	-	114.375	(114.375)	-
Participações societárias	39.387	-	39.387	-	-	-
Imóveis destinados à renda	-	-	-	86.587	-	86.587
Outros Investimentos	311	-	311	311	-	311
Imobilizado	29.456	-	29.456	29.456	-	29.456
Intangível	105.803	-	105.803	105.828	-	105.828
Total do ativo	**22.967.968**	**(6.541.365)**	**16.426.603**	**22.977.562**	**(6.541.365)**	**16.436.197**

	Controladora			Consolidado		
Passivo e patrimônio líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Circulante	**17.496.508**	**(12.573.510)**	**4.922.998**	**17.506.102**	**(12.573.510)**	**4.932.592**
Obrigações a pagar	37.139	-	37.139	44.621	-	44.621
Impostos e encargos sociais a recolher	38.487	-	38.487	38.659	-	38.659
Provisões trabalhistas	11.714	-	11.714	11.825	-	11.825
Provisões para benefícios pós-emprego	35.972	-	35.972	35.972	-	35.972
Imposto de renda e contribuição social	29.641	-	29.641	31.470	-	31.470
Empréstimos e Financiamentos	466.898	-	466.898	466.898	-	466.898
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	2.398.874	(2.398.874)	-	2.398.874	(2.398.874)	-
Passivo de contrato de Resseguro	-	4.049.184	4.049.184	-	4.049.184	4.049.184
Passivo de contrato de Retrocessão	-	143.518	143.518	-	143.518	143.518
Depósitos de terceiros	90.463	-	90.463	90.463	-	90.463
Provisões técnicas - resseguros	14.387.320	(14.387.320)	-	14.387.320	(14.387.320)	-
Outros débitos	-	19.982	19.982	-	19.982	19.982
Não circulante	**1.397.949**	**5.764.191**	**7.162.140**	**1.397.949**	**5.764.191**	**7.162.140**
Obrigações a pagar	19.723	-	19.723	19.723	-	19.723
Provisões para benefícios pós-emprego	370.469	-	370.469	370.469	-	370.469
Empréstimos e Financiamentos	440.707	-	440.707	440.707	-	440.707
Passivo de contrato de Resseguro	-	6.194.835	6.194.835	-	6.194.835	6.194.835
Imposto de renda e contribuição social	53.533	-	53.533	53.533	-	53.533
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	789	(789)	-	789	(789)	-
Provisões técnicas - resseguros	429.855	(429.855)	-	429.855	(429.855)	-
Provisão para processos judiciais	82.873	-	82.873	82.873	-	82.873
Patrimônio líquido	**4.073.511**	**267.954**	**4.341.465**	**4.073.511**	**267.954**	**4.341.465**
Capital social	5.379.189	-	5.379.189	5.379.189	-	5.379.189
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	(283.760)	-	(283.760)	(283.760)	-	(283.760)
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(543.818)	5.555	(538.263)	(543.818)	5.555	(538.263)
Prejuízo acumulado	(478.100)	262.399	(215.701)	(478.100)	262.399	(215.701)
Total do passivo e patrimônio líquido	**22.967.968**	**(6.541.365)**	**16.426.603**	**22.977.562**	**(6.541.365)**	**16.436.197**

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/ IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Prêmios emitidos líquidos	7.021.200	(7.021.200)	-	7.021.200	(7.021.200)	-
Variação das provisões técnicas	25.842	(25.842)	-	25.842	(25.842)	-
Prêmios ganhos	**7.047.042**	**(7.047.042)**	**-**	**7.047.042**	**(7.047.042)**	**-**
Sinistros ocorridos	**(6.911.514)**	**6.911.514**	**-**	**(6.911.514)**	**6.911.514**	**-**
Custos de aquisição	**(255.606)**	**255.606**	**-**	**(255.606)**	**255.606**	**-**
Outras receitas e despesas operacionais	**(118.411)**	**118.411**	**-**	**(118.411)**	**118.411**	**-**
Resultado com retrocessão	**(1.200.665)**	**1.200.665**	**-**	**(1.200.665)**	**1.200.665**	**-**
Receitas com resseguros	-	7.039.822	7.039.822	-	7.039.822	7.039.822
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(7.102.411)	(7.102.411)	-	(7.102.411)	(7.102.411)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.291.001)	(1.291.001)	-	(1.291.001)	(1.291.001)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**-**	**(1.353.590)**	**(1.353.590)**	**-**	**(1.353.590)**	**(1.353.590)**
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	-	385.410	385.410	-	385.410	385.410
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	-	(194.227)	(194.227)	-	(194.227)	(194.227)
Resultado financeiro líquido das operações	**-**	**191.183**	**191.183**	**-**	**191.183**	**191.183**
Resultado de investimentos	-	284.530	284.530	-	340.818	340.818
Outros resultados financeiros	557.939	(613.685)	(55.746)	614.461	(669.109)	(54.648)
Resultado financeiro líquido	**557.939**	**(137.972)**	**419.967**	**614.461**	**(137.108)**	**477.353**
Despesas administrativas	(326.017)	319.290	(6.727)	(329.437)	318.423	(11.014)
Despesas com tributos	(87.632)	82.455	(5.177)	(91.800)	82.457	(9.343)
Resultado patrimonial	107.360	-	107.360	65.169	-	65.169
Resultado antes dos impostos	**(1.187.504)**	**349.337**	**(838.167)**	**(1.180.761)**	**349.336**	**(831.425)**
IRPJ e CSLL	557.163	(139.735)	417.428	550.420	(139.734)	410.686
Lucro (prejuízo) do exercício	**(630.341)**	**209.602**	**(420.739)**	**(630.341)**	**209.602**	**(420.739)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)	**(0,26)**	(9,80)	(10,06)	**(0,26)**	(9,80)	(10,06)

1.4.3. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros
O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48/IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2018. O IRB Re cumpriu com os critérios de isenção temporária do CPC 48/IFRS 9 para períodos anteriores a 1° de janeiro de 2023. Consequentemente, a Companhia aplicará o CPC 48/IFRS 9 pela primeira vez em 1° de janeiro de 2023. O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente a um aumento nas perdas por *impairment* reconhecidas em ativos financeiros.
O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
A tabela a seguir resume o impacto líquido de impostos, da transição para o CPC 48/IFRS 9 no saldo inicial de reservas e lucros acumulados (para a descrição do método de transição, vide (iii) abaixo).

	Impacto da adoção do CPC 48/IFRS 9 no saldo de abertura do patrimônio líquido
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022	**4.341.465**
Reserva de ajustes ao valor de mercado de ativos financeiros	**20.191**
Reconhecimento de perdas de crédito esperada conforme o CPC 48/IFRS 9 para ativos financeiros mensurados ao VJORA	24.286
Reclassificação de ativos originalmente mensurados como VJORA para Custo Amortizado	853
Reclassificação de ativos originalmente mensurados a VJR para VJORA	(12.180)
Reclassificação de ativos originalmente mensurados a VJORA para VJR	7.232
Lucros acumulados	**(19.473)**
Reconhecimento de perda de crédito esperada conforme o CPC 48/IFRS 9	(135)
Reconhecimento de perdas de crédito esperada conforme o CPC 48/IFRS 9 para ativos financeiros mensurados ao VJORA	(24.286)
Reclassificação de ativos originalmente mensurados a VJORA para VJR	(7.232)
Reclassificação de ativos originalmente mensurados a VJR para VJORA	12.180
Patrimônio Líquido em 1° de janeiro de 2023 após aplicação inicial do IFRS 9	**4.342.183**

Os detalhes das novas políticas contábeis materiais e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo.

i. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do IRB relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge). A política adotada pelo IRB referente ao CPC 48/IFRS 9 na Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros está descrita na Nota 25.

O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre o valor contábil dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2023 refere-se apenas aos novos requerimentos de *impairment*, conforme descrito.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2023.

	Nota	Classificação original (CPC 38/IAS 39)	Nova classificação (CPC 48/IFRS 9)	Valor contábil original (CPC 38/ IAS 39)	Novo valor contábil (CPC 48/IFRS 9)	Ajuste de adoção da norma por mudança de classificação	Ajustes de perda de crédito esperada
Ativos financeiros							
Títulos públicos	6.1	Mantido para negociação	VJORA	1.738.094	1.738.094	-	-
Fundos de investimentos não exclusivos	6.1	Disponível para venda	VJR	21.403	21.403	-	-
Títulos públicos	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	25.718	25.554	164	-
Debêntures	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	189.521	190.808	(1.287)	(135)
Letras financeiras - falham no SPPI	6.1	Disponível para venda	VJR	13.301	13.301	-	-
Letras financeiras	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	158.777	158.507	264	-
Operações compromissadas	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	17.448	17.448	-	-
Certificado de depósito bancário	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	358.726	358.726	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários	6.1	Disponível para venda	Custo amortizado	55.272	55.272	-	-
Títulos públicos	6.1	VJR	VJORA	2.015	2.015	-	-
Fundos imobiliários não exclusivos	6.1	VJORA	VJR	7.808	7.808	-	-
Time deposits	6.1	VJR	VJORA	559.056	559.056	-	-
Total de ativos financeiros				**3.147.139**	**3.147.992**	**(859)**	**(135)**

a. As Debêntures classificadas como disponível para venda segundo o CPC 38/IAS 39 são mantidas pela tesouraria do IRB Re em uma carteira separada para render juros, mas podem ser vendidas para atender às exigências de liquidez decorrentes do curso normal dos negócios. O IRB Re considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de títulos. As Debêntures e os prazos contratuais destes ativos financeiros dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Esses ativos foram, portanto, classificados como ativos financeiros a VJORA sob o CPC 48/IFRS 9. Na transição para o CPC 48/IFRS 9, uma provisão para *impairment* de R$ 135 mil foi reconhecida como uma redução no saldo inicial de lucros acumulados e um aumento em reserva de valor justo em 1º de janeiro de 2023.

b. Esses títulos patrimoniais representam investimentos que o IRB Re pretende manter a longo prazo para fins estratégicos. Conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9, o IRB Re designou esses investimentos na data da aplicação inicial como mensurados a VJORA. De forma diferente do CPC 38/IAS 39, a reserva de valor justo acumulada relacionada a esses investimentos nunca será reclassificada para o resultado.

c. De acordo com o CPC 38/IAS 39, esses títulos patrimoniais foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48/IFRS 9.

d. O IRB Re possui Cartas de Crédito com instituições financeiras no valor de R$ 77.865 mil em 31 de dezembro de 2023 (R$ 83.956 mil em 1º de janeiro de 2023), que não geram remuneração para o IRB Re. Estas cartas visam servir como garantia para operações de resseguro e retrocessão.

ii. Impairment de Ativos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, debêntures e letras financeiras.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

• Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e

• Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O IRB Re mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

• instrumentos financeiros com emissores soberanos (nacionais e internacionais), que apresentem performance com risco dentro do esperado;

• instrumentos financeiros com emissores Corporate (financeiros e não-financeiros), que apresentem performance com risco dentro do esperado

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o IRB Re considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do IRB Re, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

O IRB Re presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O IRB Re considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

• é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao IRB Re, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

• o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O IRB Re considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O IRB Re considera que este seja Baa3 ou superior pela *Moody's* ou BBB- ou superior pela *S&P* ou *Fitch*.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o IRB Re está exposto ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao IRB Re de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o IRB espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, o IRB Re avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação de *impairment*

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em demonstração do resultado abrangente, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por *impairment* relacionadas a RVR (Redução ao valor recuperável), são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente. Como resultado, o IRB Re reclassificou perdas por *impairment* de R$ 135 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'outras despesas' para 'perda por *impairment* de contas a receber e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais' na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As perdas por *impairment* de outros ativos financeiros são apresentadas em 'despesas financeiras', semelhante à apresentação no CPC 38/IAS 39, e não são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente devido a sua imaterialidade.

Impacto do novo modelo de *impairment*

Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48/IFRS 9, as perdas por *impairment* podem aumentar e se tornar mais voláteis em relação a norma anterior, o CPC 38/IAS 39. O IRB Re determinou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48/IFRS 9 em 1º de janeiro de 2023 resultaram em uma provisão adicional de R$ 135 mil referente às debêntures.

iii. Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente, conforme descrito abaixo:

• O IRB Re optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requerimentos de classificação e mensuração (incluindo *impairment*). As diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2023. Dessa forma, as informações apresentadas para 2022 não refletem os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, mas sim do CPC 38/IAS 39.

• As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial:

a) A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

b) A designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.

c) A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação a VJORA.

Seção B - Riscos

2. Gerenciamento de riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) do IRB Re integra-se ao seu Sistema de Controles Internos (SCI), fundamentada em princípios de análise crítica e melhoria contínua, com o objetivo de identificar, mensurar, tratar e monitorar riscos que podem impactar os objetivos estratégicos da Companhia.

A Companhia mantém uma Diretoria Estatutária de Gestão de Riscos e a Gerência de Conformidade, responsável pela supervisão e monitoramento do gerenciamento de riscos do IRB Re. No mesmo sentido, mantém-se o comprometimento de toda Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Riscos e Solvência e dos demais órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, por fomentar a gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em novembro de 2023, foi confirmada pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, o rating A- em uma escala de classificação de risco de crédito global. A Companhia realizou em 2020 emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações. Na ocasião, agência de classificação de riscos *Standard&Poor's Global Ratings* ("S&P") atribuiu o *rating* "brAAA" para as emissões, nível que foi alterado para "brAA+" em relatório divulgado em dezembro de 2022. Em agosto de 2023, para a 3ª emissão de debêntures da Companhia, foi atribuído *rating* "brAA+" pela S&P, que também reafirmou o *rating* de emissor do IRB Re (brAA+).

2.1 Modelo de três linhas

O IRB Re adota o modelo das três linhas em sua Estrutura de Gestão de Riscos e Sistema de Controles Internos, como forma de conferir maior robustez à sua governança corporativa.

A primeira linha é composta pelas vice-presidências e diretorias executivas, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia.

A segunda linha é composta pela Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, que tem por função apoiar e monitorar continuamente a gestão de riscos desempenhada pela primeira linha.

Por sua vez, a terceira linha, representada pela Auditoria Interna, tem atribuições relacionadas a avaliar de forma independente a efetividade da governança e do gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia opera essas três linhas de forma simultânea e integrada, por meio de canais de comunicação adequados e da colaboração de todos os envolvidos, visando conferir a devida transparência à tomada de decisões baseada em risco.

2.2 Tipologia de risco

As principais categorias de risco, inclusive determinadas pelos órgãos reguladores, são as que seguem: operacionais, subscrição, mercado, crédito e liquidez.

A Companhia entende que estas categorias de fato abrangem as suas principais exposições, não sendo, porém exaustivas, considerando as dinâmicas do contexto e própria dos mercados em que está inserida.

2.2.1 Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Re considera a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão de riscos operacionais é coordenada pela Gerência de Controles Internos que atua, conjuntamente com a área de negócio, na aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais, fornecendo o devido suporte e avaliando a eficiência e a efetividade dos controles existentes.

O IRB Re possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) com definições para atuação em caso de contingência, organizado em planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Recuperação de Desastres e Planos de Continuidade Operacional, fundamentados no *Business Impact Analysis* (BIA), além do Plano de Gestão de Crises e do Plano de Atendimento à Emergência.

A Companhia possui ainda um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) com o objetivo de capturar e registrar a ocorrência de perdas oriundas de riscos materializados.

2.2.2 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém da possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de riscos aceitos ou somente riscos específicos, (também chamados facultativos).

O IRB Re atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira), desenhados basicamente em estrutura não proporcional (excesso de danos e *stop loss*), que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Considerando os limites de retenção, magnitude e necessidade de pulverização de riscos ou ainda aspectos operacionais e comerciais, em vários negócios a retrocessão é utilizada para distribuir riscos a outros resseguradores, recebendo como contrapartida remuneração específica pela originação do negócio.

Uma outra modalidade de retrocessão utilizada pelo IRB são os contratos de LPT. Esses contratos são utilizados em situações em que a Companhia deseja se proteger de desvios nas provisões técnicas ou ceder provisões de sinistros de alguma carteira específica.

Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.2.4.

2.2.2.1 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam o triângulo de desenvolvimento dos sinistros ocorridos da Companhia, abertos por ano de subscrição, sendo que a Companhia adota a comparabilidade de demonstrar o montante de LIC da data-base de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

• Bruto de retrocessão

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2023						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**7.192.976**	**5.867.342**	**6.121.173**	**5.762.045**	**2.722.418**	**1.120.157**	**28.786.111**
No final de cada período	812.020	1.495.187	1.905.040	1.878.454	1.430.387	1.120.157	
Após 1 ano	2.884.896	3.901.929	4.413.945	5.013.355	2.722.418		
Após 2 anos	5.599.380	4.986.532	5.710.675	5.762.045			
Após 3 anos	6.469.613	5.642.972	6.121.173				
Após 4 anos	6.843.407	5.867.342					
Após 5 anos	7.192.976						
Sinistros brutos acumulados pagos	**(6.634.308)**	**(5.204.494)**	**(4.877.786)**	**(4.198.286)**	**(705.066)**	**(59.504)**	**(21.679.444)**
Passivo bruto - Sinistros de 2018 a 2023 (a)	558.668	662.848	1.243.387	1.563.759	2.017.352	1.060.653	7.106.667
Passivo bruto - Sinistros anteriores a 2018 (b)							3.268.137
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos não descontados (c) = (a) + (b)							**10.374.804**
Efeito do desconto - Sinistros de 2018 a 2023 (d)	(33.707)	(41.066)	(76.428)	(105.550)	(147.503)	(75.403)	(479.657)
Efeito do desconto - Sinistros anteriores a 2018 (d)							(305.920)
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos descontados (e) = (c) + (d)							**9.589.227**
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (f)	3.303	5.168	10.969	12.010	16.888	11.030	59.368
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (f)							16.643
Passivo bruto incluído na demonstração financeira (e) + (f)							**9.665.238**

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**4.478.841**	**7.088.228**	**5.930.317**	**6.186.054**	**5.757.603**	**1.448.534**	**30.889.577**
No final de cada período	421.398	875.116	1.599.588	2.052.390	2.096.025	1.448.534	
Após 1 ano	788.853	2.990.436	4.193.761	4.869.342	5.757.603		
Após 2 anos	1.975.472	5.844.922	5.282.185	6.186.054			
Após 3 anos	3.989.396	6.711.761	5.930.317				
Após 4 anos	4.252.132	7.088.228					
Após 5 anos	4.478.841						
Sinistros brutos acumulados pagos	**(4.029.012)**	**(6.250.510)**	**(4.893.124)**	**(4.310.090)**	**(3.122.718)**	**(62.858)**	**(22.668.312)**
Passivo bruto - Sinistros de 2017 a 2022 (a)	449.829	837.718	1.037.193	1.875.964	2.634.885	1.385.676	8.221.265
Passivo bruto - Sinistros anteriores a 2017 (b)							3.575.718
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos não descontados (c) = (a) + (b)							**11.796.983**
Efeito do desconto - Sinistros de 2017 a 2022 (d)	(24.654)	(55.211)	(72.508)	(128.087)	(195.272)	(117.255)	(592.987)
Efeito do desconto - Sinistros anteriores a 2017 (d)							(386.287)
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos descontados (e) = (c) + (d)							**10.817.709**
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2017 a 2022 (f)	2.483	5.319	6.825	15.189	20.243	11.016	61.075
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2017 a 2022 (f)							16.643
Passivo bruto incluído na demonstração financeira (e) + (f)							**10.895.427**

• Líquido de retrocessão

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2023						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados	**5.656.740**	**4.240.575**	**4.661.848**	**5.201.964**	**1.952.066**	**604.030**	**22.317.223**
No final de cada período	946.434	1.270.994	1.284.169	1.531.957	898.219	604.030	
Após 1 ano	2.581.218	2.922.794	3.093.399	4.419.848	1.952.066		
Após 2 anos	4.431.149	3.519.919	4.198.660	5.201.964			
Após 3 anos	5.050.191	3.985.538	4.661.848				
Após 4 anos	5.303.704	4.240.575					
Após 5 anos	5.656.740						
Sinistros líquidos de retrocessão acumulados pagos	**(5.281.042)**	**(3.732.873)**	**(3.857.995)**	**(4.060.927)**	**(670.068)**	**(59.504)**	**(17.662.409)**
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros de 2018 a 2023 (a)	375.698	507.702	803.853	1.141.037	1.281.998	544.526	4.654.814
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros anteriores a 2018 (b)							1.520.033
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos líquidos não descontados (c) = (a) + (b)							**6.174.847**
Efeito do desconto - Sinistros de 2018 a 2023 (d)	(21.242)	(26.885)	(43.166)	(62.681)	(83.548)	(22.573)	(260.095)
Efeito do desconto - Sinistros anteriores a 2018 (d)							(90.319)
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos descontados (e) = (c) + (d)							**5.824.433**
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (f)	2.497	4.164	5.675	8.402	9.319	6.352	36.409
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2018 a 2023 (f)							6.092
Passivo líquido de retrocessão incluído na demonstração financeira (e) + (f)							**5.866.934**

	Controladora e Consolidado						
	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados	**3.358.879**	**5.521.187**	**4.179.556**	**4.527.956**	**4.984.124**	**770.286**	**23.341.988**
No final de cada período	534.067	1.024.892	1.367.406	1.375.766	1.705.924	770.286	
Após 1 ano	782.907	2.684.602	3.127.437	3.421.047	4.984.124		
Após 2 anos	1.675.836	4.650.933	3.724.221	4.527.956			
Após 3 anos	3.054.887	5.265.114	4.179.556				
Após 4 anos	3.211.619	5.521.187					
Após 5 anos	3.358.879						
Sinistros líquidos de retrocessão acumulados pagos	**(3.081.787)**	**(4.897.243)**	**(3.421.504)**	**(3.290.299)**	**(2.985.359)**	**(27.861)**	**(17.704.053)**
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros de 2017 a 2022 (a)	277.092	623.944	758.052	1.237.657	1.998.765	742.425	5.637.935
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros anteriores a 2017 (b)							1.673.966
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos líquidos não descontados (c) = (a) + (b)							**7.311.901**
Efeito do desconto - Sinistros de 2017 a 2022 (d)	(12.699)	(40.781)	(43.265)	(76.244)	(128.533)	(56.689)	(358.211)
Efeito do desconto - Sinistros anteriores a 2017 (d)							(181.176)
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos descontados (e) = (c) + (d)							**6.772.514**
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2017 a 2022 (f)	1.505	3.969	5.274	9.322	14.604	6.893	41.567
Ajuste de risco descontado - Sinistros de 2017 a 2022 (f)							7.469
Passivo líquido de retrocessão incluído na demonstração financeira (e) + (f)							**6.821.550**

2.2.2.2 Análise de sensibilidade

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e no patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram mudanças isoladas e razoavelmente possíveis nas premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas pelo processo de subscrição de riscos e que sejam consideradas relevantes na demonstração contábil.

Sinistralidade - é o principal indicador dos contratos de resseguro e equivale à relação entre as despesas e receitas recebidas pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento nos sinistros.

Se ocorrer um aumento de 5,0% e 10,0% na sinistralidade, percentuais considerados razoáveis em função da oscilação histórica da sinistralidade da Companhia, os possíveis impactos no resultado após os efeitos tributários e no patrimônio líquido após os efeitos tributários, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
	Bruto de retrocessão	
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 10% nas despesas de resseguros	(425.063)	(329.334)
Aumento de 5% nas despesas de resseguros	(262.283)	(114.916)
Diminuição de 5% nas despesas de resseguros	339.289	43.633
Diminuição de 10% nas despesas de resseguros	696.329	69.515

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	
	Bruto de retrocessão	
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 10% nas despesas de resseguros	(326.654)	(109.868)
Aumento de 5% nas despesas de resseguros	(170.597)	(47.664)
Diminuição de 5% nas despesas de resseguros	204.552	13.710
Diminuição de 10% nas despesas de resseguros	416.857	19.647

A Companhia estima que, do total do ajuste no resultado do período pelo aumento de 5% na premissa de despesas de resseguros, R$ 54.567 (R$ 2.919 em 2022) seria de contratos lucrativos que se tornariam onerosos. No caso de um aumento de 10% nesta premissa, a Companhia estima que este efeito no resultado seria de R$ 208.638 (R$ 20.377 em 2022). A mesma análise foi realizada para o total do ajuste à CSM do período, e considerando um aumento de 5% na premissa de despesas de seguros, R$ 22.346 (R$ 7.131 em 2022) foi ocasionado pelos contratos lucrativos que se tornaram onerosos. No caso de um aumento de 10% nesta premissa, a Companhia estima que este efeito no resultado seria de R$ 62.443 (R$ 69.824 em 2022).

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Re, não há exposição material ao aumento do índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência.

2.2.3 Risco de mercado

São os riscos oriundos das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, que podem causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB Re são: taxas de juros reais e nominais e taxas de câmbio.

Para essas variáveis, a gestão de risco envolve diferentes unidades organizacionais, contemplando diretrizes e estratégias, assim como técnicas VaR (*Value at Risk*) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

Em relação a moedas estrangeiras, a Companhia possui como principal exposição o dólar americano, além de outras em menor grau, tais como: novo sol peruano, euro, peso chileno, peso mexicano, yuan chinês, peso argentino, libra esterlina, dólar canadense e won sul-coreano.

2.2.3.1 Análise de Value at Risk

Na Companhia, existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Além disso, a carteira de investimentos é monitorada diariamente, visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

O *Value at Risk* (VaR) é um dos métodos utilizados na gestão de risco de mercado. A mensuração do risco através deste método estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. Esta métrica é difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio e, como limitação, não mensura o montante desta perda acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 95,0%, janela de observação de 24 meses e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Companhia estimado para 31 de dezembro de 2023, foi de aproximadamente R$ 7.820, o que representa uma perda máxima estimada de 0,1% do total da carteira de ativos.

2.2.3.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia opera em moedas estrangeiras, sendo a principal exposição ao dólar americano, além disso, há exposição em menor grau a outras moedas, conforme mencionado na nota 2.2.3.

Para a análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio e taxas de desconto, foram considerados os seguintes cenários:

Taxas de câmbio

• Cenário base: taxa de câmbio P-TAX para cada moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022;

• Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento da taxa de câmbio em 5% relação ao cenário base.

O impacto da variação da taxa de câmbio no total de ativos e passivos detidos ou a liquidar em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é demonstrado nas tabelas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	204.115	(204.115)
Ativos de retrocessão	58.841	(58.841)

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	161.192	(161.192)
Ativos de retrocessão	68.524	(68.524)

Taxas de desconto

• Uso de taxas de desconto correntes para mensuração dos grupos de contratos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Conforme nota 1.4.1, item iv)

• Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento de 2 bps na taxa de desconto para grupos de contratos com o Real Brasileiro como moeda predominante, e 15bps para grupos de contrato em moedas estrangeiras

O impacto da taxa de desconto no total de ativos e passivos detidos ou a liquidar em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é demonstrado nas tabelas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	(111.041)	115.155
Ativos de retrocessão	(139.643)	(34.368)

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	(101.258)	103.891
Ativos de retrocessão	(50.084)	51.960

Contratos futuros de moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo e passivo para as moedas estrangeiras com maior representatividade no portfólio de negócios da Companhia.

2.2.3.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, pois possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade das variações nas principais taxas de juros que afetam aplicações pré-fixadas e indexadas ao IPCA, foram considerados os cenários descritos abaixo:

• Cenário base: taxa de juros vigente em 31 de dezembro 2023 e 2022;

• Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento da taxa de juros das aplicações pré-fixas e indexadas ao IPCA em 25% e 50% em relação ao cenário base.

As tabelas abaixo apresentam o impacto imediato da variação da taxa de juros na carteira de aplicações pré-fixadas e indexadas ao IPCA, que correspondem a 16,5% do saldo da carteira total no montante de R$ 8.346.976 em 31 de dezembro de 2023 (14,9% e R$ 8.753.319 em 31 de dezembro de 2022):

	31 de dezembro de 2023				
Grupo	Base	Base - 25%	Base - 50%	Base + 25%	Base + 50%
Carteiras pré-fixadas e indexadas ao IPCA (*)	1.375.604	1.351.257	1.326.826	1.399.951	1.424.382
Impacto no resultado antes dos impostos		(24.347)	(48.778)	24.347	48.778
Impacto no patrimônio líquido (%)		(0,3)	(0,7)	0,3	0,7
Impacto sobre o lucro líquido (%)		11,8	23,6	(11,8)	(23,6)

	31 de dezembro de 2022				
Grupo	Base	Base - 25%	Base - 50%	Base + 25%	Base + 50%
Carteiras pré-fixadas e indexadas ao IPCA (*)	1.300.873	1.424.865	1.549.221	1.176.881	1.052.525
Impacto no resultado antes dos impostos		123.992	248.348	(123.992)	(248.348)
Impacto no patrimônio líquido (%)		1,7	3,4	(1,7)	(3,4)
Impacto sobre o lucro líquido (%)		(17,7)	(35,4)	17,7	35,4

(*) Saldo das aplicações pré-fixadas e indexadas ao IPCA, vide nota 6.1.

Análise consolidada por *stress tests* econômicos

O *stress test* consiste em mensurar o efeito das variações de preços e taxas observadas no mercado financeiro em momentos de stress significativos sobre o valor dos ativos e passivos da Companhia. Para isso, observa-se o valor dos principais preços e taxas em um momento anterior e posterior à crise e aplica-se estas variações sobre os ativos e passivos da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2023. O cálculo do efeito global também considera as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. As variáveis que mais afetam o resultado do *stress test* para a companhia são as taxas de juros reais e nominais e taxas de câmbio.

Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o *Fall* 2008 (2008), correspondente à falência do *Lehman Brothers* seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pelo *Federal Reserve Bank* (FED) e pela estatização da *Fannie Mae* e da *Freddie Mac* a fim de estabilizar o mercado hipotecário americano, que geraria uma perda estimada de 14,8% no patrimônio líquido em relação ao risco de mercado.

Os *stress test* econômicos mundiais analisados são: *Mexican Crisis* (1995), *Asian Crisis* (1997), *Russian Devaluation* (1998), *Tech Wreck* (2000), *Sept* 11th (2001), *Fall* 2008 (2008).

2.2.4 Risco de crédito

O IRB Re considera que a principal origem do seu risco de crédito está nas transações de retrocessão. Desse modo, a Companhia adota a política de operar transações de retrocessão com sociedades que mantenham ratings iguais ou superiores, em escala internacional, a A- (*S&P, Fitch* e *AM Best*) ou A3 (*Moody's*).

As exceções a essa política são revisadas e aprovadas por colegiado dedicado (Comitê de *Security*). São estabelecidos limites de retrocessão (individual e agregado) para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com periodicidade mínima anual. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos contratos de retrocessão por escala de *rating*.

***Rating* de contratos de retrocessão**

	31 de dezembro de 2023					
	% de ativos de retrocessão					
Faixa de *rating* (*)	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	5,8	0,2	-	0,3	6,3
AA ou equivalente	-	21,4	20,1	-	6,3	47,8
A ou equivalente	-	18,5	18,2	-	3,9	40,6
BBB ou equivalente	-	-	0,7	-	0,3	1,0
Sem *rating*	0,2	-	-	1,4	2,7	4,3
	0,2	45,7	39,2	1,4	13,5	100,0

	31 de dezembro de 2022					
	% de ativos de retrocessão					
Faixa de *rating* (*)	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	6,5	0,2	-	0,2	6,9
AA ou equivalente	-	27,9	11,5	-	5,0	44,4
A ou equivalente	-	19,7	21,1	-	2,9	43,7
BBB ou equivalente	-	1,3	-	-	0,1	1,4
Sem *rating*	0,2	-	-	1,1	2,3	3,6
	0,2	55,4	32,8	1,1	10,5	100,0

(*) Os *ratings* são medidos pelas agências: *S&P - Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best e Fitch.*

Retrocessionário Local: ressegurador sediado no País, constituído sob a forma de sociedade anônima.

Retrocessionário Admitido: ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país de acordo com as normas da SUSEP.

Retrocessionário Eventual: ressegurador estrangeiro sem escritório de representação no Brasil, de acordo com as regras da SUSEP.

São utilizadas técnicas para controlar e mitigar o risco de crédito, tais como: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

irbre.com

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

continuação

Exposição ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia.

				31 de dezembro de 2023
		Controladora		Consolidado
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	7.406	7.406	20.335	20.335
Custo amortizado				
Privados	450.619	450.619	459.005	459.005
Públicos	95.051	95.051	95.051	95.051
Exterior	-	-	-	-
Ao valor justo por meio do resultado				
Privados	171.503	171.503	110.146	110.146
Públicos	-	-	-	-
Exterior	91.406	91.406	91.406	91.406
Ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Privados	-	-	-	-
Públicos	4.176.821	4.176.821	4.179.559	4.179.559
Exterior	3.370.167	3.370.167	3.370.168	3.370.168
Total de ativos financeiros	**8.362.973**	**8.362.973**	**8.325.670**	**8.325.670**

				31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
		Controladora		Consolidado
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	6.119	6.119	17.793	17.793
Ao valor justo por meio do resultado				
Privados	896.447	896.447	826.814	826.814
Públicos	1.347.514	1.347.514	1.357.615	1.357.615
Exterior	668.344	668.344	668.344	668.344
Disponíveis para venda				
Privados	451.999	451.999	448.096	448.096
Públicos	3.339.975	3.339.975	3.346.667	3.346.667
Exterior	2.317.846	2.317.846	2.317.846	2.317.846
Total de ativos financeiros	**9.028.244**	**9.028.244**	**8.983.175**	**8.983.175**

No gerenciamento do risco de crédito relativo aos ativos financeiros, os limites são estabelecidos através da política de investimentos da Companhia. Estes limites são refletidos em mandatos de Investimento, especialmente quando trata-se de investimentos em quotas de fundos de créditos privados. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área de Riscos.

Resumidamente, os limites para exposição de crédito, não restringem alocações em títulos públicos federais. Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou quotas de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos, de acordo com a política de investimentos da Companhia.

Como decorrência dessa análise, é elaborado um "*score*" ("*rating*" interno). Com base no "*score*" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira.

2.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da Companhia, ainda que solvente, indispor de recursos para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras.

Como principal estratégia de gestão, busca-se alocar os ativos em fundos de elevada liquidez, de forma a fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa esperados dos ativos e passivos relacionados com contratos de resseguros, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

				31 de dezembro de 2023
		Controladora		Consolidado
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de caixa esperado de 0 a 12 meses	4.764.629	4.052.064	4.777.559	4.052.064
Fluxo de caixa esperado de 13 a 24 meses	2.617.083	3.683.488	2.617.083	3.683.488
Fluxo de caixa esperado de 25 a 36 meses	2.074.407	160.827	2.074.407	160.827
Fluxo de caixa esperado de 37 a 48 meses	73.101	63.615	73.101	63.615
Fluxo de caixa esperado de 49 a 60 meses	441.955	12.947	441.955	12.947
Fluxo de caixa esperado acima de 61 meses	376.239	84.788	288.304	84.788
	10.347.414	8.057.729	10.272.408	8.057.729

				31 de dezembro de 2022
		Controladora		Consolidado
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de caixa esperado de 0 a 12 meses	5.806.186	4.049.184	5.817.860	4.049.184
Fluxo de caixa esperado de 13 a 24 meses	1.706.719	4.143.713	1.706.719	4.143.713
Fluxo de caixa esperado de 25 a 36 meses	1.153.696	151.709	1.153.696	151.709
Fluxo de caixa esperado de 37 a 48 meses	558.140	31.369	558.140	31.369
Fluxo de caixa esperado de 49 a 60 meses	570.098	13.739	570.098	13.739
Fluxo de caixa esperado acima de 61 meses	642.747	75.193	642.747	75.193
	10.437.586	8.464.907	10.449.260	8.464.907

(*) O fluxo de caixa esperado dos ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos financeiros, ativos do contrato de retrocessão (desconsiderando ajustes de risco) e caixa e equivalentes de caixa.

(**) O fluxo de caixa esperado dos passivos é composto pelo passivo do contrato de resseguro (desconsiderando ajustes de risco) e foi alocado ao longo do tempo utilizando métricas e premissas de projeção, levando em consideração sua respectiva relevância na projeção do dinheiro ao longo do tempo.

A nota demonstra excesso do saldo acumulado de ativos nos curto e longo prazos frente aos passivos nos curto e longo prazos.

Atualmente a Companhia possui 82,45% da sua carteira em depósitos bancários, LFTs, NTN-Bs, títulos soberanos nacionais, *US Treasuries* e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 5,70% e 8,97% dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento e depósitos bancários com prazos de resgate de até 60 e 120 dias respectivamente. A participação da carteira composta por fundo de investimentos e demais ativos com prazo de resgate acima de 120 dias é de apenas 2,88%.

2.3 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.4 Mensurações ao valor justo reconhecidas

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de insumos, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (com base no preço).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferência entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia de valor justo:

		Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nível	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de empresas nacionais	Nível 1	23.102	23.102
Conta corrente remunerada	Nível 2	77.865	77.865
Debêntures Inepar	Nível 3	5.000	5.000
Debêntures % CDI	Nível 1	2.172	2.172
Derivativos	Nível 2	-	215
Fundos de índices de mercado	Nível 1	21.533	21.533
Fundos de Investimentos em direitos creditórios	Nível 1	25.138	25.138
Fundos Imobiliários - Exclusivos	Nível 2	61.715	916
Letras Financeiras % CDI	Nível 2	8.093	15.246
Letras Financeiras CDI+	Nível 2	16.599	1.353
Outros	Nível 2	(1.419)	-
Quotas de fundos de investimentos - Não Exclusivos - Exterior	Nível 2	13.541	13.541
Quotas de Fundos de investimentos - Não Exclusivos	Nível 1	9.570	15.471
Total		**262.909**	**201.552**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Certificate of Deposit	Nivel 2	420.142	420.142
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits	Nivel 2	352.080	352.080
Letras financeiras do tesouro	Nivel 1	2.198.157	2.198.157
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Nivel 1	1.323.142	1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	Nivel 1	52.462	52.462
Operações compromissadas	Nivel 2	605.798	605.798
Outros	Nivel 2	(2.738)	-
Reinsurance trust account (**)	Nivel 1	1.121.461	1.121.462
Títulos da Dívida Soberana - Global 25 e 26 (*)	Nivel 1	1.476.484	1.476.484
Total		**7.546.988**	**7.549.727**
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Certificados de recebíveis imobiliários	Nivel 2	-	
Debêntures % CDI	Nivel 1	19.268	19.268
Debêntures CDI +	Nivel 1	215.483	194.280
Debêntures IPCA	Nivel 1	2.729	23.931
Derivativos	Nivel 2	-	-
Fundos de Investimentos em direitos creditórios	Nivel 1	-	-
Letras Financeiras % CDI	Nivel 2	-	8.093
Letras Financeiras CDI+	Nivel 2	213.433	213.433
Letras financeiras do tesouro	Nivel 1	43.409	43.409
Operações compromissadas	Nivel 2	51.642	51.642
Outros	Nivel 2	(294)	-
Total		**545.670**	**554.056**
Total		**8.355.567**	**8.305.335**

		Controladora	Consolidado
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Nível	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Passivos financeiros custo amortizado			
Debêntures	Não aplicável	547.838	547.838
Total		**547.838**	**547.838**

(*) Títulos brasileiros negociados no exterior

(**) Ativos depositados no exterior e redutores da necessidade de cobertura, conforme Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 24.2)

		Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nível	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	959.437	959.437
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Nível 1	39.453	39.453
Operações compromissadas	Nível 2	348.624	358.725
Quotas de fundos de investimentos - Não Exclusivos	Nível 2	25.332	25.332
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits	Nível 2	559.056	559.056
Derivativos	Nível 2	-	749
Debêntures Inepar	Nível 3	12.179	12.179
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	Nível 1	739.204	739.204
Ações de empresas nacionais	Nível 1	65.264	54.772
Fundos de índices de mercado	Nível 1	14.067	14.067
Fundos Imobiliários - Exclusivos	Nível 2	64.060	804
Quotas de Fundos - Não Exclusivos	Nível 2	-	5.039
Conta corrente remunerada	Nível 2	83.956	83.956
Outros	Nível 2	1.673	-
Total		**2.912.305**	**2.852.773**
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	1.814.374	1.814.374
Notas do Tesouro Nacional - Série B	Nível 1	1.209.180	1.211.165
Notas do Tesouro Nacional - Série F	Nível 1	50.255	50.255
Certificados de depósitos bancários	Nível 2	55.272	55.272
Quotas de Fundos - Não Exclusivos	Nível 2	7.807	7.807
Debêntures % CDI	Nível 1	20.703	135.641
Debêntures CDI +	Nível 1	80.592	20.703
Debêntures IPCA	Nível 1	12.152	33.177
Letras Financeiras % CDI	Nível 2	151.377	158.777
Letras Financeiras CDI+	Nível 2	13.301	13.301
Operações compromissadas	Nível 2	266.166	270.873
Certificados de recebíveis imobiliários	Nível 2	-	2.015
Fundos de Investimentos em direitos creditórios	Nível 1	113.502	21.403
Outros	Nível 2	(2.707)	-
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26 (*)	Nivel 1	1.011.259	1.011.259
Reinsurance trust account (**)	Nivel 1	1.306.587	1.306.587
Total		**6.109.820**	**6.112.609**
Total		**9.022.125**	**8.965.382**

		Controladora	Consolidado
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Nível	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2022
Passivos financeiros custo amortizado			
Debêntures	Não aplicável	916.111	916.111
Total		**916.111**	**916.111**

(*) Títulos brasileiros negociados no exterior

(**) Ativos depositados no exterior e redutores da necessidade de cobertura, conforme Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 24.2)

Os valores de caixa e equivalente de caixa, saldos dos contratos de resseguros e de retrocessões e obrigações a pagar não estão incluídos na tabela acima por ter seu valor contábil próximo ao valor justo devido aos vencimentos desses instrumentos financeiros de curto prazo.

Seção C - Informações por segmento

3. Informações de operações por segmento

As informações de operações por segmento da Companhia são elaboradas com base em informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocadas em bases razoáveis.

A Companhia está sujeita aos regulamentos aplicáveis às empresas de capital aberto e às empresas supervisionadas pela Susep.

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Resolução CVM nº42/2021 tornou obrigatória para as empresas de capital aberto brasileiras a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 50/IFRS 17 em suas demonstrações contábeis. No entanto, a Susep ainda não referendou o CPC 50/IFRS 17 para suas entidades reguladas e, por esta razão, a Companhia prepara outras demonstrações contábeis, segundo as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pela SUSEP, isso inclui o cumprimento dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, quando referendados por este regulador.

Diante do exposto, a Diretoria Estatutária na figura de principal gestor de operações, permanece alocando recursos e avaliando o desempenho dos segmentos operacionais da entidade com base nas informações financeiras elaboradas conforme o CPC 11/ IFRS 4, garantindo assim, que a operação esteja adequada a todos os requisitos prudenciais estabelecidos pela SUSEP.

Para garantir a representação fidedigna do saldo total exibido na demonstração de resultados em conformidade com o CPC 50/IFRS 17, apresentada na demonstração do resultado do exercício, considerou-se de forma separada e evidente o impacto decorrente da adoção da nova norma.

Os segmentos de negócio da Companhia demonstrados a seguir são:

a) País: Representa os riscos de seguros aceitos no Brasil;

b) Exterior: Representa os riscos de seguros aceitos no exterior;

c) Outros: São alocados os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira, despesa administrativa, despesa com tributos, resultado patrimonial e impostos e contribuições. O acompanhamento desses itens é realizado pela Administração da Companhia em sua totalidade, não considerando a abertura por segmento em seus relatórios financeiros internos.

Em 31 de dezembro de 2023, um único cliente respondeu por um percentual equivalente a 11,31% (9,62% no mesmo período de 2022) da receita da Companhia.

A tabela abaixo demonstra os valores consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

			Consolidado			Consolidado
			2023			2022
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	6.521.088	(6.521.088)	-	7.892.009	(7.892.009)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.583.060)	2.583.060	-	(2.923.901)	2.923.901	-
Prêmios retidos	3.938.028	(3.938.028)	-	4.968.108	(4.968.108)	-
Variações das provisões técnicas	213.196	(213.196)	-	129.536	(129.536)	-
Prêmios ganhos	4.151.224	(4.151.224)	-	5.097.644	(5.097.644)	-
Sinistros retidos	(2.906.825)	2.906.825	-	(5.314.892)	5.314.892	-
Custo de aquisição	(1.047.206)	1.047.206	-	(1.102.800)	1.102.800	-
Outras despesas operacionais	(42.145)	42.145	-	(129.375)	129.375	-
Receitas com resseguros	-	5.794.710	5.794.710	-	7.039.822	7.039.822
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(4.371.421)	(4.371.421)	-	(7.102.411)	(7.102.411)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.748.977)	(1.748.977)	-	(1.291.001)	(1.291.001)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**155.048**	**(480.736)**	**(325.688)**	**(1.449.423)**	**95.833**	**(1.353.590)**
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	-	(285.463)	(285.463)	-	385.410	385.410
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	-	50.286	50.286	-	(194.227)	(194.227)
Resultado financeiro líquido das operações	**-**	**(235.177)**	**(235.177)**	**-**	**191.183**	**191.183**
Despesas administrativas	(353.990)	322.625	(31.365)	(329.655)	318.641	(11.014)
Despesas com tributos	(155.994)	133.616	(22.378)	(87.907)	78.564	(9.343)
Resultado financeiro	507.781	(151.465)	356.316	624.948	(338.778)	286.170
Resultado patrimonial	40.892	(40.278)	614	65.169	-	65.169
Resultado antes dos impostos	**193.737**	**(451.415)**	**(257.678)**	**(1.176.868)**	**345.443**	**(831.425)**
Impostos, contribuições e participações nos lucros	(79.508)	213.333	133.825	546.527	(135.841)	410.686
Lucro (prejuízo) do exercício	**114.229**	**(238.082)**	**(123.853)**	**(630.341)**	**209.602**	**(420.739)**

As tabelas abaixo demonstram os valores por segmento em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

			Consolidado			Consolidado
			2023			2022
			País			País
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	4.980.459	(4.980.459)	-	5.377.488	(5.377.488)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.255.711)	2.255.711	-	(2.083.880)	2.083.880	-
Prêmios retidos	2.724.748	(2.724.748)	-	3.293.608	(3.293.608)	-
Variações das provisões técnicas	(71.341)	71.341	-	(122.700)	122.700	-
Prêmios ganhos	2.653.407	(2.653.407)	-	3.170.908	(3.170.908)	-
Sinistros retidos	(1.586.553)	1.586.553	-	(3.315.085)	3.315.085	-
Custo de aquisição	(689.826)	689.826	-	(649.697)	649.697	-
Outras despesas operacionais	(24.239)	24.239	-	(99.140)	99.140	-
Receitas com resseguros	-	4.502.418	4.502.418	-	4.767.321	4.767.321
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(2.690.993)	(2.690.993)	-	(4.649.424)	(4.649.424)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.633.275)	(1.633.275)	-	(942.294)	(942.294)
Resultado da prestação de serviços de resseguro (Resultado de underwriting)	**352.789**	**(174.639)**	**178.150**	**(893.014)**	**68.617**	**(824.397)**

			Consolidado			Consolidado
			2023			2022
			Exterior			Exterior
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos(CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	1.540.629	(1.540.629)	-	2.514.521	(2.514.521)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(327.349)	327.349	-	(840.021)	840.021	-
Prêmios retidos	1.213.280	(1.213.280)	-	1.674.500	(1.674.500)	-
Variações das provisões técnicas	284.537	(284.537)		252.236	(252.236)	
Prêmios ganhos	1.497.817	(1.497.817)	-	1.926.736	(1.926.736)	-
Sinistros retidos	(1.320.272)	1.320.272	-	(1.999.807)	1.999.807	-
Custo de aquisição	(357.380)	357.380	-	(453.103)	453.103	-
Outras despesas operacionais	(17.906)	17.906	-	(30.235)	30.235	-
Receitas com resseguros	-	1.292.292	1.292.292	-	2.272.501	2.272.501
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(1.680.428)	(1.680.428)	-	(2.452.987)	(2.452.987)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(115.702)	(115.702)	-	(348.707)	(348.707)
Resultado da prestação de serviços de resseguro (Resultado de underwriting)	**(197.741)**	**(306.097)**	**(503.838)**	**(556.409)**	**27.216**	**(529.193)**

Os impactos observados no resultado operacional são decorrentes principalmente: (i) da mudança no critério de apuração da receita de resseguro, que passa a ser medida pela entrega da operação de resseguro ao invés de uma apropriação pela passagem de tempo de cobertura; (ii) a despesa de resseguro passa a registrar os valores de sinistros ocorridos considerando o valor do dinheiro no tempo, as perdas com contratos onerosos e uma alocação de parte das despesas administrativas e de tributos que sejam atribuíveis aos contratos de resseguro e retrocessão.

Os impactos observados no resultado financeiro são decorrentes principalmente da utilização de desconto financeiro e mudanças subsequentes nas taxas de desconto para mensuração dos ativos e passivos de resseguro, sendo a prática contábil anterior de mensuração feita em base não descontada.

Seção D - Estrutura do grupo

4. Investimentos

4.1 Movimentação dos investimentos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Posição inicial	**39.387**	**28.876**
Resultado de controladas		
IRB *Asset Management*	41.825	40.738
IRB Chile	221	-
IRB Renda	732	-
IRB Uso	(340)	-
IRB Santos Dumont	(583)	-
Participação societária de controladas		
IRB Chile	-	1.907
IRB Renda	-	11.280
IRB Uso	214	497
IRB Santos Dumont	730	14.872
Dividendos		
IRB *Asset Management*	(38.938)	(36.659)
Variação cambial de investimento no exterior	-	(6.245)
Impairment B3i	-	(15.879)
Participações Societárias	**43.248**	**39.387**

A B3i (investida) entrou em operação no segundo semestre de 2019 com uma plataforma de Integração e troca de transações baseado na tecnologia *blockchain*, ofertando serviços para Seguradoras e Resseguradoras com Base na Europa. Os acionistas da entidade incluem um grupo seleto de Resseguradoras, incluindo grandes e importantes players globais.

Neste início de atividades a B3i obteve a adesão de clientes, porém com um volume transacional e financeiro abaixo do necessário para suprir os custos operacionais.

Durante o ano de 2020 importantes potenciais clientes da B3i cancelaram os seus pedidos e a investida passou a consumir as reservas financeiras para honrar com seus compromissos. Ao final de 2020 a B3i precisou contrair um empréstimo financeiro para manter a liquidez necessária para cobrir custos operacionais.

Durante o ano de 2021 não houve aumento de clientes nem de receitas, e com a manutenção dos custos, o empréstimo obtido supriu a operação até meados de fevereiro de 2022.

Em maio de 2022 a B3i solicitou um empréstimo financeiro para os acionistas majoritários para iniciar um processo de liquidação ordinária da empresa, porém mesmo com este empréstimo a empresa não conseguiu equacionar o processo de liquidação e em julho deu entrada no pedido de falência.

Com base nas informações recebidas da investida, a Companhia realizou, no 2º trimestre de 2022, o *impairment* do valor integral contabilizado na rubrica de Investimentos, no montante de R$ 15.879.

Até 31 de dezembro de 2023 o processo de liquidação da empresa ainda não havia sido concluído.

4.2 Participações societárias

A partir de 30 de setembro de 2022, em razão da incorporação da controlada direta IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., a Companhia passou a controlar diretamente as empresas IRB Chile Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Renda Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Uso Empreendimentos Imobiliários SPE S.A e IRB Santos Dumont Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., todas com função de gerir parte dos investimentos imobiliários do IRB Re.

A IRB *Asset Management* presta serviços de administração de carteira de valores mobiliários, por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além de executar outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, nos termos da Instrução nº 558 de 28/03/2015 e alterações posteriores da CVM. Atualmente, a controlada executa a gestão da maioria dos fundos exclusivos da Companhia.

A participação societária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

				Percentual
Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias
IRB *Asset Management*	Brasil	Gestão de ativos financeiros	Controlada	100,0%
IRB Santos Dumont	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%
IRB Chile	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%
IRB Uso	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%
IRB Renda	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%
B3i	Suíça	Tecnologia	Outros investimentos	7,35%

Seção E - Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	526	314	13.455	11.988
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	6.880	5.805	6.880	5.805
Total	**7.406**	**6.119**	**20.335**	**17.793**

6. Ativos financeiros

6.1 Composição dos ativos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na Nota explicativa 1.4.2.

Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48/IFRS 9, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

A diferença do valor apresentado nas notas explicativas de 2023 refere-se a perda esperada registrada no período no valor de R$ 12.423.

								Controladora
								31 de dezembro de 2023
		VJR		VJORA	Custo amortizado			
	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debêntures	5.000	5.000	-	-	-	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa								
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	19.268	19.246	1,077534	21.440
Debêntures CDI +	-	-	-	-	215.483	206.366	CDI+1,96% a.a.	215.483
Debêntures IPCA +	-	-	-	-	2.729	2.729	IPCA+6,96%	2.729
Fundos de investimentos	25.138	25.138	-	-	-			25.138
Letras Financeiras % CDI	8.093	8.093	-	-	-		111,93% a.a.	8.093
Letras Financeiras CDI+	16.593	16.599	-	-	213.433	213.901	CDI+1,40% a.a.	230.032
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	43.409	43.488	SELIC	2.241.566
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	-			1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	-			52.462
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	51.642	51.642	SELIC	651.353
Outros (*)	(1.355)	(1.355)	(2.738)	(2.738)	(294)	(294)		(4.387)
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável								
Fundos de índices de mercado	21.533	21.533	-	-	-	-	SELIC	21.533
Operações compromissadas	-	-	6.087	6.087	-	-		6.087
Outros	(64)	(64)	-	-	-	-		(64)
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	61.715	61.715	-	-	-	-		61.715
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	9.570	9.570	-	-	-	-		9.570
Ações de companhias abertas	23.102	23.102	-	-	-	-	-	23.102
	171.497	**171.503**	**4.329.979**	**4.176.821**	**545.670**	**537.078**	**-**	**4.893.994**
Aplicações financeiras no Exterior								
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Títulos da Dívida Soberana - Global 25 e 26	-	-	1.545.784	1.476.484			4,01%	1.476.484
Outras Aplicações financeiras								
Apliações financeiras restritas - Carta de crédito remunerada (ii)	77.865	77.865	-	-	-	-		77.865
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.143.087	1.121.461	-	-	1,82%	1.121.461
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Depósito a prazo fixo no exterior - *Times Deposits* (i)	-	-	352.080	352.080	-	-	2,62%	352.080
Certificate of Deposit	-	-	420.142	420.142	-	-	6,83%	420.142
Quotas de Fundos Não Exclusivos								
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	13.541	13.541	-	-	-	-	-	13.541
	91.406	**91.406**	**3.461.093**	**3.370.167**	**-**	**-**	**-**	**3.461.573**
Total	**262.903**	**262.909**	**7.791.072**	**7.546.988**	**545.670**	**537.078**	**-**	**8.355.567**
%		3,15%		90,3%		6,5%		100,0%
Circulante		262.909		2.266.264		69.461		2.598.633
Não circulante				5.280.723		476.210		5.756.934

(*) Refere-se a valores a receber e a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 2 até 80 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e euro.

(ii) Carta de crédito remunerada.

(iii) Ativos depositados no exterior e que são utilizados na cobertura de garantia das provisões técnicas (vide nota 24.2), conforme Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2024, 2025, 2026 e 2027.

INÊS249

IRB(Re) irbre.com

continuação

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Controladora – 31 de dezembro de 2022	Valor justo por meio do resultado – Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado – Valor Justo	Disponível para venda – Custo amortizado	Disponível para venda – Valor Justo	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	12.179	12.179	-	-	-	12.179
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro	949.693	947.980	1.815.651	1.814.374	SELIC	2.762.354
Operações compromissadas	330.069	330.069	266.166	266.166	SELIC	596.235
Notas do Tesouro Nacional - Série B	49.313	39.453	1.441.668	1.209.180	IPCA+2,85%	1.248.633
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	56.276	50.255	5,73% a.a.	50.255
Debêntures % CDI	-	-	20.793	20.703	106,84%	20.703
Debêntures CDI +	-	-	81.572	80.592	DI+ 2,20%	80.592
Debêntures IPCA +	-	-	12.370	12.152	IPCA+6,80%	12.152
Letras Financeiras % CDI	-	-	151.107	151.377	110,69% a.a.	151.377
Letras Financeiras CDI+	-	-	13.307	13.301	CDI + 1,37% a.a.	13.301
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	739.799	739.204	-	-	2,63% a.a.	739.204
Certificados de depósitos bancários	-	-	55.272	55.272	102% do CDI a.a.	55.272
Fundos de Renda Fixa	-	-	113.502	113.502	-	113.502
Outros (*)	1.670	1.670	(2.707)	(2.707)	-	(1.037)
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Letras Financeiras do Tesouro	11.469	11.457	-	-	SELIC	11.457
Operações compromissadas	18.555	18.555	-	-	SELIC	18.555
Fundos de ações	65.264	65.264	-	-	-	65.264
Fundos de índices de mercado	14.067	14.067	-	-	-	14.067
Outros	3	3	-	-	-	3
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	64.060	64.060	-	-	-	64.060
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	-	-	15.033	7.807	-	7.807
	2.256.141	**2.243.961**	**4.040.010**	**3.791.974**	-	**6.035.935**
Aplicações financeiras no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	1.090.386	1.011.259	4,541% a.a	1.011.259
Outras aplicações financeiras						
Aplicações financeiras restritas - Carta de crédito remunerada (ii)	83.956	83.956	-	-	-	83.956
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.369.832	1.306.587	0,346% a.a	1.306.587
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Depósito a prazo fixo no exterior - *Times Deposits* (i)	559.056	559.056	-	-	2,756% a.a	559.056
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	25.332	25.332	-	-	-	25.332
	668.344	**668.344**	**2.460.218**	**2.317.846**	-	**2.986.190**
Total	**2.924.485**	**2.912.305**	**6.500.228**	**6.109.820**	-	**9.022.125**
%		32,3%		67,7%		100,0%
Circulante		2.912.305		1.367.977		4.280.282
Não circulante		-		4.741.843		4.741.843

(*) Refere-se a valores a receber e a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.
(i) Representam ativos financeiros em time deposits cujos prazos de vencimento oscilam entre 4 até 180 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e Euro.
(ii) Carta de crédito remunerada.
(iii) Ativos depositados no exterior e que são utilizados na cobertura de garantia das provisões técnicas, conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 24.2).

Consolidado – 31 de dezembro de 2023	VJR – Custo amortizado	VJR – Valor Justo	VJORA – Custo amortizado	VJORA – Valor Justo	Custo amortizado – Custo amortizado	Custo amortizado – Valor Justo	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debêntures	5.000	5.000	-	-	-	-		5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.195.299	2.198.157	43.409	43.489	SELIC	2.241.566
Operações compromissadas	-	-	599.711	599.711	51.642	51.642	SELIC	651.353
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	1.477.234	1.323.142	-		IPCA+2,87%	1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	54.386	52.462	-		5,73% a.a.	52.462
Debêntures CDI +	-	-	-	-	194.280	184.690	CDI+1,96% a.a.	194.280
Debêntures % CDI	2.172	2.172	-	-	19.268	19.246	107,75%	21.440
Debêntures IPCA +	-	-	-	-	23.931	24.405	IPCA+6,96%	23.931
Letras Financeiras % CDI	15.240	15.246	-	-	8.093	8.093	111,93% a.a.	23.339
Letras Financeiras CDI+	1.353	1.353	-	-	213.433	213.901	CDI+1,40% a.a.	214.786
Fundos de Renda Fixa	25.138	25.138	-	-	-	-		25.138
Derivativos	215	215	-	-	-	-		215
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável								
Operações compromissadas	-	-	6.087	6.087	-	-		6.087
Fundos de índices de mercado	21.533	21.533	-	-	-	-		21.533
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	916	916	-	-				916
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	15.471	15.471	-	-				15.471
Ações de companhias abertas								
INEP3	23.102	23.102	-	-	-	-	-	23.102
	110.140	**110.146**	**4.332.717**	**4.179.559**	**554.056**	**545.466**	**-**	**4.843.761**
Ativos financeiros no Exterior								
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Títulos da Dívida Soberana - Global 25 e 26	-	-	1.545.784	1.476.484	-	-	4,01%	1.476.484
Outros Ativos financeiros								
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada (ii)	77.865	77.865	-	-	-	-		77.865
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.143.087	1.121.462	-	-	1,82%	1.121.462
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	-	-	352.080	352.080	-	-	2,62%	352.080
Certificate of Deposit	-	-	420.142	420.142	-	-	6,83%	420.142
Quotas de Fundos Não Exclusivos								
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	13.541	13.541	-	-	-	-	-	13.541
	91.406	**91.406**	**3.461.093**	**3.370.168**	**-**	**-**	**-**	**3.461.574**
Total	**201.546**	**201.552**	**7.793.810**	**7.549.727**	**554.056**	**545.466**	**-**	**8.305.335**
%		2,4%		90,9%		6,6%		100%
Circulante		201.552		2.269.004		77.335		2.547.891
Não circulante				5.280.723		476.721		5.745.021

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 9 até 91 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.
(ii) Carta de crédito remunerada.
(iii) Ativos depositados no exterior e que são utilizados na cobertura de garantia das provisões técnicas (vide nota 24.2), conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023 e 2026.

Consolidado – 31 de dezembro de 2022	Valor justo por meio do resultado – Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado – Valor Justo	Disponível para venda – Custo amortizado	Disponível para venda – Valor Justo	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	12.179	12.179	-	-		12.179
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa						
Letras Financeiras do Tesouro	949.693	947.980	1.815.651	1.814.374	SELIC	2.762.354
Operações compromissadas	330.069	330.069	270.873	270.873	SELIC	600.942
Notas do Tesouro Nacional - Série B	49.313	39.453	1.443.654	1.211.165	IPCA+2,85% a.a.	1.250.618
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	56.276	50.255	5,73% a.a.	50.255
Debêntures % CDI	-	-	136.622	135.641	106,84%	135.641
Debêntures CDI +	-	-	20.793	20.703	DI+2,20%	20.703
Debêntures IPCA	-	-	33.394	33.177	-	33.177
Letras Financeiras % CDI	-	-	158.507	158.777	110,69% a.a	158.777
Letras Financeiras CDI+	-	-	13.307	13.301	CDI+1,37% a.a	13.301
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	739.799	739.204	-	-	2,63% a.a.	739.204
Certificados de depósitos bancários	-	-	55.272	55.272	102% do CDI a.a	55.272
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	2.015	2.015	-	2.015
Fundos de Investiementos em direitos creditórios	-	-	21.403	21.403	-	21.403
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável						
Letras Financeiras do Tesouro	11.469	11.457	-	-	-	11.457
Operações compromissadas	28.656	28.656	-	-	SELIC	28.656
Ações de empresas nacionais	54.772	54.772	-	-	-	54.772
Fundos de índices de mercado	14.067	14.067	-	-	-	14.067
Derivativos - Mercados futuros	749	749	-	-	-	749
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	804	804	-	-		804
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	5.039	5.039	15.033	7.807	-	12.846
	2.196.609	**2.184.429**	**4.042.800**	**3.794.763**	**-**	**5.979.192**
Ativos financeiros no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	-	1.090.386	1.011.259	4,541% a.a	1.011.259
Outros Ativos financeiros						
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada (ii)	83.956	83.956	-	-		83.956
Reinsurance trust account (iii)	-	-	1.369.832	1.306.587	0,346% a.a	1.306.587
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Depósito a prazo fixo no exterior - *Times Deposits* (i)	559.056	559.056	-	-	2,756% a.a	559.056
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Quotas de Fundos Não Exclusivos						
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	25.332	25.332	-	-	-	25.332
	668.344	**668.344**	**2.460.218**	**2.317.846**	**-**	**2.986.190**
Total	**2.864.953**	**2.852.773**	**6.503.018**	**6.112.609**	**-**	**8.965.382**
%		31,8%		68,2%		100,0%
Circulante		2.852.773		1.283.827		4.136.600
Não circulante	-	-	-	4.828.782		4.828.782

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 4 até 180 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e Euro.
(ii) Carta de crédito remunerada.
(iii) Ativos depositados no exterior e que são utilizados na cobertura de garantia das provisões técnicas, conforme Circular Susep nº 648/2021, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 (vide nota 24.2).

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

Controladora – 31 de dezembro de 2023	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	-	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Debêntures % CDI	-	-	-	2.172	2.172
Fundos de investimentos	25.138	-	-	-	25.138
Letras Financeiras % CDI			7.581	512	8.093
Letras Financeiras CDI+	-	6.811	-	9.788	16.599
Outros	(1.355)	-	-	-	(1.355)
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Fundos de indíces de mercado	21.533	-	-	-	21.533
Outros	(64)	-	-	-	(64)
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	61.715				61.715
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	9.570	-	-	-	9.570
Ações de companhias Abertas		-	-	-	-
INEP3	23.102	-	-	-	23.102
Ativos financeiros no Exterior					
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	77.865	-	-	-	77.865
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	13.541	-	-	-	13.541
	236.045	**6.811**	**7.581**	**12.472**	**262.909**
VJORA					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	28.539	2.169.617	2.198.156
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.323.142	1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	52.462	52.462
Operações compromissadas	-	599.711	-	-	599.711
Outros	(2.739)	-	-	-	(2.739)
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Operações compromissadas	-	6.087	-	-	6.087
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 25 e 26	-	-	-	1.476.484	1.476.484
Reinsurance trust account	1.334	410.148	450.962	259.018	1.121.462
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits	-	352.080	-	-	352.080
Certificate of deposit	-	420.142	-	-	420.142
	(1.405)	**1.788.168**	**479.501**	**5.280.723**	**7.546.987**
Custo Amortizado					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Debêntures % CDI	-	-	-	19.268	19.268
Debêntures CDI +	-	3.719	7.278	204.486	215.483
Debêntures IPCA +	-	-	-	2.729	2.729
Letras Financeiras CDI+	-	992	6.123	206.318	213.433
Letras Financeiras do Tesouro	-	51.642	-	43.409	95.051
Outros	(293)	-	-	-	(293)
	(293)	**56.353**	**13.401**	**476.210**	**545.671**
Total	**234.347**	**1.851.332**	**500.483**	**5.769.405**	**8.355.567**

Controladora – 31 de dezembro de 2022	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	12.179	-	-	-	12.179
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Operações compromissadas	-	330.069	-	-	330.069
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	39.453	39.453
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	947.980	947.980
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	-	739.204	-	-	739.204
Outros	1.670	-	-	-	1.670
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	11.457	11.457
Operações compromissadas	-	18.555	-	-	18.555
Fundos de ações	65.264	-	-	-	65.264
Fundos de indíces de mercado	14.067	-	-	-	14.067
Outros	3	-	-	-	3
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	64.060	-	-	-	64.060
Aplicações financeiras no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - *Times Deposits*	-	559.056	-	-	559.056
Outras aplicações financeiras					
Aplicações financeiras restritas - Carta de crédito remunerada	83.956	-	-	-	83.956
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	25.332	-	-	-	25.332
	266.531	**1.646.884**	**-**	**998.890**	**2.912.305**
Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.814.374	1.814.374
Operações compromissadas	-	266.166	-	-	266.166
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.209.180	1.209.180
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	50.255	50.255
Debêntures % CDI	-	1.564	-	19.139	20.703
Debêntures CDI +	-	204	-	80.388	80.592
Debêntures IPCA +	-	-	-	12.152	12.152
Letras Financeiras % CDI	-	-	-	151.377	151.377
Letras Financeiras CDI+	-	-	-	13.301	13.301
Fundos de renda fixa	113.502	-	-	-	113.502
Certificados de depósitos bancários	-	55.272	-	-	55.272
Outros	(2.707)	-	-	-	(2.707)
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	7.807	-	-	-	7.807
Aplicações financeiras no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	428.162	-	583.097	1.011.259
Reinsurance trust account	1.746	-	496.261	808.580	1.306.587
Títulos de Renda Fixa - Privados					
	120.348	**751.368**	**496.261**	**4.741.843**	**6.109.820**
Total					**9.022.125**

Consolidado – 31 de dezembro de 2023	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	5.000	-	-	-	5.000
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Debêntures % CDI	-	-	-	2.172	2.172
Derivativos	215	-	-	-	215
Fundos de Renda Fixa	25.138	-	-	-	25.138
Letras Financeiras % CDI	-	6.811	-	8.435	15.246
Letras Financeiras CDI+				1.353	1.353
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos - Renda Variável					
Fundos de indíces de mercado	21.533	-	-	-	21.533
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos	916	-	-	-	916
Quotas de Fundos Investimentos - Não Exclusivos	15.471	-	-	-	15.471
Ações de companhias abertas					
INEP3	23.102	-	-	-	23.102
Ativos financeiros no Exterior					
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada (ii)	77.865	-	-	-	77.865
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	13.541	-	-	-	13.541
	182.781	**6.811**	**-**	**11.960**	**201.552**
VJORA					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	28.540	2.169.617	2.198.157
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.323.142	1.323.142
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	52.462	52.462
Operações compromissadas	-	599.711	-	-	599.711
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos - Renda Variável					
Operações compromissadas	-	6.087	-	-	6.087
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos					-
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 25 e 26	-	-	-	1.476.484	1.476.484
Reinsurance trust account (iii)	1.334	410.148	450.962	259.018	1.121.462
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	-	352.080	-	-	352.080
Certificate of Deposit	-	420.142	-	-	420.142
	1.334	**1.788.168**	**479.502**	**5.280.723**	**7.549.727**
Custo Amortizado					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Debêntures % CDI	-	-	-	19.268	19.268
Debêntures CDI +	-	3.719	7.278	183.283	194.280
Debêntures IPCA +	-	-	-	23.931	23.931
Letras Financeiras % CDI	-	-	7.581	512	8.093
Letras Financeiras CDI+	-	992	6.123	206.318	213.433
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	43.409	43.409
Operações compromissadas	-	51.642	-	-	51.642
	-	**56.353**	**20.982**	**476.721**	**554.056**
Total	**184.115**	**1.851.332**	**500.484**	**5.769.404**	**8.305.335**

Consolidado – 31 de dezembro de 2022	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	12.179	-	-	-	12.179
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	947.980	947.980
Operações compromissadas	-	330.069	-	-	330.069
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	39.453	39.453
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Soberana - Global 23	-	739.204	-	-	739.204
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos - Renda Variável					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	11.457	11.457
Operações compromissadas	-	18.555	10.101	-	28.656
Fundos de ações	54.772	-	-	-	54.772
Fundos de indíces de mercado	14.067	-	-	-	14.067
Derivativos - Mercados futuros	749	-	-	-	749
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	5.039	-	-	-	5.039
Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	804	-	-	-	804
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - *Times Deposits*	-	559.056	-	-	559.056
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	83.956	-	-	-	83.956
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	25.332	-	-	-	25.332
	196.898	**1.646.884**	**10.101**	**998.890**	**2.852.773**
Disponível para venda					
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.814.374	1.814.374
Operações compromissadas	-	270.873	-	-	270.873
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	-	1.211.165	1.211.165
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	50.255	50.255
Debêntures % CDI	-	1.564	536	133.541	135.641
Debentures CDI +	-	203	-	20.500	20.703
Debentures IPCA	-	-	-	33.177	33.177
Letras Financeiras % CDI		-	-	158.777	158.777
Letras Financeiras CDI+	-	-	-	13.301	13.301
Certificados de depósitos bancários	-	55.272	-	-	55.272
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	2.015	2.015
Fundos de Investiementos em direitos creditórios	21.403	-	-	-	21.403
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	7.807	-	-	-	7.807
Ativos financeiros no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 23 e 26	-	428.162	-	583.097	1.011.259
Reinsurance trust account	1.746	-	496.261	808.580	1.306.587
Títulos de Renda Fixa - Privados					
	30.956	**756.074**	**496.797**	**4.828.782**	**6.112.609**
Total					**8.965.382**

7. Títulos e créditos a receber

	Controladora – 31 de dezembro de 2023	Controladora – 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado – 31 de dezembro de 2023	Consolidado – 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Circulante				
Adiantamento a fornecedores	976	561	976	561
Adiantamento a funcionários	852	932	852	932
Créditos a receber de Fundos exclusivos	-	-	-	1.767
Valores a receber de clientes	39	-	4.821	5.255
Valores provenientes da carteira de investimentos imobiliários	-	-	30	-
Outros	1.390	1.275	2.028	1.401
Total circulante	**3.257**	**2.768**	**8.707**	**9.916**
Não circulante				
PIS/PASEP e multa de mora a recuperar (i)	445.107	433.007	445.107	433.007
Valores a receber Previrb	169.271	100.639	169.271	100.639
Reembolso decorrente de operações de resseguro (ii)	343.988	361.558	343.988	361.558
Outros	-	217	-	-
Total não circulante	**958.366**	**895.421**	**958.366**	**895.204**
	961.623	**898.189**	**967.073**	**905.120**

(i) O referido valor corresponde aos créditos de PIS/PASEP e multa de mora, os quais serão recebidos pela Companhia por meio da expedição dos respectivos precatórios, nos termos descritos nas notas explicativas 20.3.4 e 20.3.5.
(ii) Trata-se de reembolso de valores decorrente de ação judicial envolvendo questão ressecuritária, na qual a Companhia teve êxito no mérito, estando o processo em fase de execução. Estima-se que o recebimento se concretize após o ano de 2025.

8. Créditos tributários e previdenciários e ativo fiscal diferido

8.1 Créditos tributários e previdenciários e ativo fiscal diferido

Controladora	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Circulante		
Imposto sucursal Argentina/Imposto de renda retido na fonte	490	10.818
Impostos a compensar/recuperar (i)	36.028	44.666
	36.518	**55.484**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	169.294	156.893
Ativo fiscal diferido	**2.569.820**	**2.506.091**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (iii)	2.306.768	2.349.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Impactos IFRS 9	2.365	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Impactos IFRS 17	(26.273)	(174.933)
PIS e COFINS diferidos (iv)	289.042	331.501
Outros	(2.082)	-
	2.739.114	**2.662.984**
	2.775.632	**2.718.468**

Consolidado	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Circulante		
Imposto sucursal Argentina/Imposto de renda retido na fonte	812	11.316
Impostos a compensar/recuperar (i)	36.029	44.666
	36.841	**55.982**
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	169.294	156.893
Ativo fiscal diferido	**2.569.820**	**2.506.091**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (iii)	2.306.768	2.349.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Impactos IFRS 9	2.365	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Impactos IFRS 17	(26.273)	(174.933)
PIS e COFINS diferidos (iv)	289.042	331.501
Outros	(2.082)	-
	2.739.114	**2.662.984**
	2.775.955	**2.718.966**

(i) Principalmente créditos de períodos anteriores decorrentes de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R$ 35.693.
(ii) Refere-se, principalmente, à:

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

- Créditos de PIS R$ 81.998 (R$ 76.507 em 2022), oriundos da ação de alargamento de base, cujo trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. A Companhia está momentaneamente impossibilitada de utilizar os créditos em virtude do disposto no art. 74, §3, inc. VI e §12 inc. I, ambos da Lei nº 9.430/1996. Neste sentido, muito embora o Processo Administrativo nº 16682-722.248/2015-28 - onde se discute o aproveitamento do crédito, obtido por meio da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101 - ainda se encontra em trâmite na esfera administrativa, por conta da mencionada Lei a RFB veda a utilização desses créditos, sob pena das declarações serem consideradas não declaradas (nota 20.3.3).
- Refere-se aos valores de IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários atualizados até dezembro de 2023 no montante de R$ 49.866 em (R$ 45.681 em 31 de dezembro de 2022).
- Créditos de períodos anteriores no valor de R$ 22.381 (R$ 20.226 em 31 de dezembro de 2022) após processo de incorporação da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. realizada no dia 30 de setembro de 2022.

(iii) A Companhia estima realizar os respectivos créditos diferidos nos períodos futuros com base nos estudos e projeções de lucros tributáveis futuros. Tais projeções incluem estimativas operacionais, taxa de câmbio, volume de operações futuras, dentre outras que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Essas estimativas e os estudos e projeções de lucros estão baseadas em resultados apresentados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas pela SUSEP. Os resultados reais podem diferir dessas projeções e estimativas, o que pode resultar em ajuste no valor contábil dos ativos fiscais diferidos e na demonstração do resultado no futuro. Do valor total apresentado acima de R$ 2.306.766 (R$ 2.349.523 em 31 de dezembro de 2022), R$ 2.218.514 (R$ 2.233.895 em 31 de dezembro de 2022) referem-se a prejuízos fiscais e bases negativas e R$ 88.252 (R$ 115.628 em 31 de dezembro de 2022) referem-se a diferenças temporárias.

(iv) Refere-se a créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições, os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.1.1 Créditos tributários diferidos

(a) Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Benefício pós emprego	398.507	398.507	406.439	406.439
Ações Judiciais - Transitadas em Julgado	(65.067)	(65.067)	(65.067)	(65.067)
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	18.502	18.502	17.282	17.282
Provisão para participação nos lucros	37.395	37.395	-	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	244.084	244.084	390.408	390.408
Provisão para contingências trabalhistas	53.445	53.445	54.783	54.786
Ajuste a valor de mercado - investimento	21.230	21.230	21.230	21.230
Atualização de depósitos judiciais fiscais/Trabalhistas	(271.197)	(271.197)	(262.458)	(262.458)
Prejuízo fiscal e base negativa	5.532.108	5.569.917	5.571.566	5.606.687
PIS e COFINS diferidos	(289.042)	(289.042)	(331.501)	(331.501)
Efeitos (CPC 48/IFRS 9)	22.323	22.323	-	-
Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	(15.454)	(15.454)	(390.184)	(390.184)
Provisão Contingência Cível	4.171	4.171	10.807	10.807
Arrendamentos	1.965	1.965	-	-
Base de cálculo	**5.692.970**	**5.730.779**	**5.423.305**	**5.458.429**
Alíquota nominal vigente	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Créditos tributários diferidos	**1.423.243**	**859.617**	**1.355.826**	**818.764**

O ativo fiscal diferido, decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que a entidade possua expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permita a realização do ativo fiscal diferido.

A Companhia revisa a cada data-base, por ocasião da publicação das demonstrações contábeis, o respectivo estudo, seguindo as políticas estabelecidas pela Administração e aprovadas pelos órgãos de Governança.

A revisão do estudo técnico de viabilidade da Companhia, que resultou em projeções de lucro tributável futuro, considerou todas as medidas contempladas no planejamento estratégico.

O planejamento estratégico da Companhia para os próximos anos contempla medidas que reforçam a disciplina financeira e a eficiência operacional de suas atividades, dentre elas, a revisão das estratégias de subscrição, precificação, venda de ativos não operacionais e controle de despesas administrativas.

Adicionalmente, a Companhia entende que as causas identificáveis dos prejuízos contábeis ocorridos nos anos de 2020 e 2021, em sua grande parte foram decorrentes da necessidade de ajustes necessários nas reservas técnicas de contratos subscritos pela antiga gestão, antes de junho de 2020, contratos estes firmados de forma temerária e expansionista que se mostrou detratora dos resultados e são eventos improváveis de ocorrer novamente e não devem ser considerados nas projeções de resultados futuros, uma vez que tais contratos foram descontinuados ou totalmente reformulados pela nova Administração, e seus efeitos reduzidos ao longo dos anos. O prejuízo ocorrido no exercício de 2022, basicamente composto pelas perdas na carteira de negócios Rural, decorrente dos efeitos climáticos atípicos e nunca vistos nos últimos 75 anos, bem como do grupo de Vida em função da pandemia de Covid-19, em nada se correlaciona com os prejuízos apresentados nos anos precedentes, o que reforça o entendimento da baixa probabilidade de ocorrência futura.

Desta forma, após a reavaliação do estudo técnico, fundamentado nas premissas operacionais de seu planejamento estratégico, nos dados históricos e nos cenários econômicos futuros, a Companhia concluiu pela capacidade de geração de lucro tributável futuro suficiente para a compensação do crédito tributário diferido reconhecido no valor de R$ 2.306.766 em 31 de dezembro de 2023.

O estudo foi aprovado pela Diretoria Estatutária e pelo Conselho de Administração da Companhia em janeiro de 2024.

(b) Estimativa de realização dos créditos tributários diferidos

Considerando a não indicação de horizonte temporal nos normativos contábeis para avaliação da capacidade de realização dos créditos tributários e a não prescrição dos mesmos pela Receita Federal do Brasil, a Companhia com base em estudo técnico e projeções, estima a realização dos créditos tributários diferidos conforme tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%
2024	62.944	3%
2025	86.197	4%
2026	101.017	4%
2027	129.409	6%
2028	160.344	7%
2029 a 2030	440.375	19%
2031 a 2032	660.669	29%
2033 a 2034	641.905	28%
Total	**2.282.860**	**100%**

9. Imóveis destinados à renda

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2023			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2022	16.302	7.090	67.953	91.345
Atualização ao valor justo	-	-	3.121	3.121
Alienação	-	-	(7.879)	(7.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**16.302**	**7.090**	**63.195**	**86.587**
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	16.302	7.090	63.195	86.587
Atualização ao valor justo	-	-	(2.425)	(2.425)
Transferência	(15.003)	-	-	(15.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.299**	**7.090**	**60.770**	**69.159**

De acordo com última avaliação feita por empresas especializadas o montante referente ao valor justo dos imóveis destinados a renda é R$91.466.

10. Imobilizado

	Controladora e Consolidado							
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso	Total
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	66.772	38.364	3.007	8.412	3.472	89	6.994	127.110
Adições	-	1.760	186	-	5.832	-	17.165	24.943
Baixa	(67.409)	(12.431)	(1.337)	(7.814)	(3.203)	(19)	(366)	(92.579)
Transferências	637	-	-	-	(637)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**27.693**	**1.856**	**598**	**5.464**	**70**	**23.793**	**59.474**
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(20.415)	(33.901)	(2.168)	(4.150)	(38)	(79)	(1.856)	(62.607)
Depreciação	(1.472)	(2.090)	(629)	(497)	(268)	(26)	(1.475)	(6.457)
Baixas	21.887	11.686	1.156	4.282	-	35	-	39.046
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**(24.305)**	**(1.641)**	**(365)**	**(306)**	**(70)**	**(3.331)**	**(30.018)**
Saldos contábeis, líquidos	**-**	**3.388**	**215**	**233**	**5.158**	**-**	**20.462**	**29.456**
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	**27.693**	**1.856**	**598**	**5.464**	**70**	**23.793**	**59.474**
Adições	-	887	469	3.120	22.555	667	5.418	33.116
Baixa	-	(1.550)	(81)	(3.110)	(1.028)	(690)	-	(6.459)
Transferências	-	4.165	-	590	(4.755)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**31.195**	**2.244**	**1.198**	**22.236**	**47**	**29.211**	**86.131**
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(24.305)	(1.641)	(365)	(306)	(70)	(3.331)	(30.018)
Depreciação	-	(1.841)	(463)	(2.531)	(1.604)	(667)	(2.987)	(10.093)
Baixas	-	1.457	145	2.510	1.001	690	-	5.803
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(24.689)**	**(1.959)**	**(386)**	**(909)**	**(47)**	**(6.318)**	**(34.308)**
Saldos contábeis, líquidos	**-**	**6.506**	**285**	**812**	**21.327**	**-**	**22.893**	**51.823**

11. Intangível

	Controladora		
	Custos de desenvolvimento e aquisição de licenças de softwares	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	295.009	20.917	315.926
Adições	33.688	30.345	64.033
Transferências	11.713	(11.713)	-
Baixa	(1.233)	(320)	(1.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**339.177**	**39.229**	**378.406**
Amortização acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(230.937)	-	(230.937)
Amortização	(42.840)	-	(42.840)
Baixas	1.174	-	1.174
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(272.603)**	**-**	**(272.603)**
Saldo contábil, líquido	**66.574**	**39.229**	**105.803**
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	339.177	39.229	378.406
Adições	44.120	21.336	65.456
Transferências	8.740	(8.740)	-
Baixa	(390)	-	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**391.647**	**51.825**	**443.472**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(272.603)	-	(272.603)
Amortização	(52.294)	-	(52.294)
Baixas	390	-	390
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(324.507)**	**-**	**(324.507)**
Saldo contábil, líquido	**67.140**	**51.825**	**118.965**

	Consolidado		
	Custos de desenvolvimento e aquisição de licenças de softwares	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	295.134	21.051	316.185
Adições	33.688	30.211	63.899
Transferências	11.713	(11.713)	-
Baixa	(1.162)	(320)	(1.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**339.373**	**39.229**	**378.602**
Amortização acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(231.065)	-	(231.065)
Amortização	(42.883)	-	(42.883)
Baixas	1.174	-	1.174
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(272.774)**	**-**	**(272.774)**
Saldo contábil, líquido	**66.599**	**39.229**	**105.828**
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	339.373	39.229	378.602
Adições	44.120	21.336	65.456
Transferências	8.740	(8.740)	-
Baixa	(390)	-	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**391.843**	**51.825**	**443.668**
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(272.774)	-	(272.774)
Amortização	(52.319)	-	(52.319)
Baixas	390	-	390
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(324.703)**	**-**	**(324.703)**
Saldo contábil, líquido	**67.140**	**51.825**	**118.965**

12. Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fornecedores	14.943	26.813	20.716	34.295
Passivo de arrendamento	24.900	21.664	24.900	21.664
Juros sobre capital próprio/Dividendos	863	862	863	862
Processos trabalhistas	7.476	2.471	7.476	2.471
Gratificações - Diretoria	9.763	5.052	10.940	5.052
Participações nos lucros	37.395	-	37.662	-
Outros	762	-	762	-
Total	**96.102**	**56.862**	**103.319**	**64.344**
Circulante	**73.053**	**37.139**	**80.270**	**44.621**
Não circulante	**23.049**	**19.723**	**23.049**	**19.723**

13. Depósitos de terceiros

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente estão registrados nesta rubrica. Os valores creditados de prêmio e de recuperação de sinistros são recebidos deduzidos de comissões e eventualmente adiantamento de sinistros.

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

	Controladora e consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Até 30 dias	47.263	46.844
Entre 31 e 60 dias	11.137	7.112
Entre 61 e 120 dias	13.199	26.262
Entre 121 e 180 dias	6.316	4.850
Mais de 180 dias	12.075	5.395
	89.990	**90.463**

14. Empréstimos e financiamentos

A Companhia realizou sua 1ª e 2ª emissão de debêntures nos dias 15 de outubro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente. Os recursos captados por meio das Emissões foram utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para contribuir com o reenquadramento da Companhia aos critérios definidos pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), para os fins previstos na Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações e na Resolução CMN nº 4.993/2022 e alterações posteriores, bem como para fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Em 09 de junho de 2023 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures empregando os recursos obtidos para reforçar a sua estrutura de liquidez.

Em 16 de outubro de 2023 a Companhia pagou integralmente a 1ª série da 1ª emissão das debêntures no montante de R$ 487.300 considerando principal mais juros.

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia são representados por estas emissões e suas principais características estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Debêntures - Primeira emissão	**185.038**	**640.601**
Principal	147.000	597.439
Juros e encargos	38.857	45.706
Custo a amortizar	(819)	(2.544)
Debêntures - Segunda emissão	**280.179**	**267.004**
Principal	229.193	229.193
Juros e encargos	52.671	40.063
Custo a amortizar	(1.685)	(2.252)
Debêntures - Terceira emissão	**80.987**	**-**
Principal	87.500	-
Juros e encargos	682	-
Custo a amortizar	(7.195)	-
Total	**546.204**	**907.605**
Circulante	**3.738**	**466.898**
Não circulante	**542.466**	**440.707**

14.1 Características das emissões:

	Controladora e Consolidado		
	1ª Emissão 2ª série	2ª Emissão série única	3ª Emissão série única
Código	IRBR21	IRBR12	IRBR13
Conversibilidade	Debêntures simples não conversíveis em ações	Debêntures simples não conversíveis em ações	Debêntures simples não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	147.000	229.193	100.000
Valor nominal (Em Reais)	1.000	1.000	1.000
Data de emissão	15/10/20	15/12/20	09/06/23
Vencimento final	15/10/26	15/12/26	09/06/27
Atualização monetária	IPCA	IPCA	Sem atualização
Remuneração	IPCA + 6,6579% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a.	100% Taxa DI + 4,00% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral	Semestral
Data das amortizações	2025 e 2026	2025 e 2026	2023, 2024, 2025, 2026 e 2027
Repactuação	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Resgate antecipado	A partir de 15/10/2022	A partir de 15/12/2022	A partir de 09/12/2023
Oferta facultativa de resgate antecipado	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo

14.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado				
	1ª Emissão 1ª série	1ª Emissão 2ª série	2ª Emissão série única	3ª Emissão série única	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	454.458	147.930	227.073	-	829.461
Pagamento juros	(64.912)	(11.287)	(17.522)	-	(93.721)
Despesas de juros	73.371	39.434	56.796	-	169.601
Amortização custo da transação	1.296	311	657	-	2.264
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**464.213**	**176.388**	**267.004**	**-**	**907.605**
Captação	-	-	-	100.000	100.000
Custo da transação	-	-	-	(8.322)	(8.322)
Amortização principal	(450.439)	-	-	(12.500)	(462.939)
Pagamento juros	(74.286)	(11.747)	(18.204)	(8.184)	(112.421)
Despesas de juros	59.079	20.105	30.812	8.866	118.862
Amortização custo da transação	1.433	292	567	1.127	3.419
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**185.038**	**280.179**	**80.987**	**546.204**

14.3 Valor justo - debêntures:

A tabela a seguir apresenta o valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2023:

	Série	Valor justo	Taxa
Primeira emissão	2ª série	181.627	IPCA + 6,6579% a.a.
Segunda emissão	Série única	278.065	IPCA + 6,6579% a.a.
Terceira emissão	1ª série	88.146	100% Taxa DI + 4,00% a.a.

Para o cálculo do valor justo, foram utilizadas as relações entre os preços unitários atualizados na Curva e os respectivos preços de negociação unitários, observados a partir do histórico de negociações dos instrumentos financeiros em mercado secundário até a data base do cálculo.

14.4 Covenants:

As debêntures da Companhia preveem o cumprimento de uma série de obrigações ("*covenants*").

Dentre os principais *covenants* destacamos:

i) manutenção de indicadores de endividamento (Dívida Bruta/Patrimônio) líquido igual ou inferior a 0,35. Sendo, dívida bruta o volume total dos empréstimos e financiamentos calculados pela Companhia.

ii) não rebaixamento da classificação de risco (*rating*) atribuído pela Agência de Classificação de Risco em nota de *rating* inferior a brAA+.

iii) cumprimento (incluindo, mas não se limitando a, insuficiências), das normas pelo CNSP, pela SUSEP e/ou pelo CMN com relação à capital mínimo, provisões técnicas, liquidez, solvência e ativos garantidores. No caso de eventuais descumprimentos regulatórios, estes devem ser sanados no prazo estabelecido pela SUSEP, que determina o envio do Plano de Regularização de Solvência (PRS) e do Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em até 45 dias e 30 dias, respectivamente, a partir da data de comunicação da SUSEP.

A Companhia encerrou o exercício de 2023 cumprindo com todos os *covenants* previstos nas respectivas escrituras de emissão.

15. Provisão para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
IRPJ a pagar	31.713	-	32.867	1.198
CSLL a pagar	12.869	-	13.289	437
PIS/COFINS a pagar	6.581	4.727	6.759	4.921
Parcelamento IRPJ e CSLL (*)	57.984	78.447	57.983	78.447
Total	**109.147**	**83.174**	**110.898**	**85.003**
Circulante	**71.629**	**29.641**	**73.380**	**31.470**
Não Circulante	**37.518**	**53.533**	**37.518**	**53.533**

(*) Refere-se ao parcelamento de IRPJ e CSLL (ano calendário 2020) da controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias, a qual teve seu processo de incorporação concluído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do IRB Re (incorporador), realizada no dia 30 de setembro de 2022.

16. Ativo e passivo de contrato de resseguro e retrocessão

Resseguro

	Controladora e Consolidado							
	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Passivos por cobertura remanescente (LRC)				Passivos por cobertura remanescente (LRC)			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total
Rural	(199.240)	93.277	986.439	880.476	(43.944)	74.501	1.241.370	1.271.927
Aeronáuticos	(18.673)	1.582	791.157	774.066	(69.511)	2.519	1.018.883	951.891
Responsabilidades	73.928	(3.834)	872.841	942.935	60.388	(1.889)	804.697	863.196
Riscos financeiros	3.943	13	1.120.838	1.124.794	14.379	175	972.080	986.634
Vida	(195.664)	87.594	860.907	752.837	(630.193)	80.011	1.140.886	590.704
Marítimo	(71.142)	330	742.091	671.279	(68.889)	80	801.367	732.558
Automóvel	482	799	220.301	221.582	2.867	1.114	187.572	191.553
Patrimonial	287.007	3.998	3.537.327	3.828.332	68.780	17.577	4.218.631	4.304.988
Riscos especiais	71.636	9.659	445.207	526.502	(166.952)	4.743	412.880	250.671
Sucursal de Londres	-	-	88.118	88.118	-	-	99.897	99.897
Total	**(47.723)**	**193.418**	**9.665.226**	**9.810.921**	**(833.075)**	**178.831**	**10.898.263**	**10.244.019**

Retrocessão

	Controladora e Consolidado							
	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Passivos por cobertura remanescente (LRC)				Passivos por cobertura remanescente (LRC)			
	Excluindo componente de perda	Componente de recuperação de perda	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total	Excluindo componente de perda	Componente de recuperação de perda	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total
Rural	(22.822)	6.673	91.423	75.274	(11.309)	7.400	159.871	155.962
Aeronáuticos	(158.481)	392	486.559	328.470	(226.464)	836	681.884	456.256
Responsabilidades	46.050	(1.983)	392.101	436.168	41.858	(900)	382.432	423.390
Riscos financeiros	(15.115)	3	533.298	518.186	(17.264)	54	437.525	420.315
Vida	(5.697)	3.590	93.977	91.870	(15.050)	3.955	57.350	46.255
Marítimo	(18.250)	83	340.840	322.673	(16.295)	31	380.847	364.583
Automóvel	(1.795)	36	9.259	7.500	(3.778)	106	10.760	7.088
Patrimonial	(299.535)	1.451	1.525.595	1.227.511	(268.955)	8.118	1.705.241	1.444.404
Riscos especiais	(231.095)	5.868	237.136	11.909	(380.299)	3.036	260.805	(116.458)
Sucursal de Londres	(146.735)	-	87.935	(58.800)	-	-	-	-
Total	**(853.475)**	**16.113**	**3.798.123**	**2.960.761**	**(897.556)**	**22.636**	**4.076.715**	**3.201.795**

A Companhia apresenta abaixo a reconciliação dos saldos de abertura e fechamento do ativo e do passivo por cobertura remanescente (LRC) e do ativo e do passivo por sinistros ocorridos (LIC), que excluem quaisquer ativos de fluxo de caixa de aquisição de resseguros e outros fluxos de caixa de pré-reconhecimento.

16.1 Movimentação dos saldos de contratos de resseguro

	Controladora e Consolidado							
	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Passivos por cobertura remanescente (LRC)				Passivos por cobertura remanescente (LRC)			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total
Saldo de abertura dos passivos	(833.075)	178.831	10.898.263	10.244.019	(379.142)	50.085	11.687.268	11.358.211
Saldo líquido de abertura	**(833.075)**	**178.831**	**10.898.263**	**10.244.019**	**(379.142)**	**50.085**	**11.687.268**	**11.358.211**
Receita de resseguro	**(5.794.710)**	**-**	**-**	**(5.794.710)**	**(7.039.822)**	**-**	**-**	**(7.039.822)**
Despesas de resseguro	**209.185**	**33.179**	**4.129.057**	**4.371.421**	**102.687**	**137.337**	**6.862.387**	**7.102.411**
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	-	-	2.169.431	2.169.431	-		3.593.284	3.593.284
Ajustes no passivo por sinistros incorridos	-	-	1.959.626	1.959.626	-	-	3.269.103	3.269.103
Baixas (reversões) em contratos onerosos	-	33.179	-	33.179	-	137.337	-	137.337
Amortização de fluxos de caixa de aquisições de resseguro	209.185	-	-	209.185	102.687	-	-	102.687
Resultado de resseguro	**(5.585.525)**	**33.179**	**4.129.057**	**(1.423.289)**	**(6.937.135)**	**137.337**	**6.862.387**	**62.589**
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos	(1.034)	(15.497)	667.619	651.088	5.741	(5.671)	141.041	141.111
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	23.447	(3.095)	(385.977)	(365.625)	28.202	(2.920)	(551.803)	(526.521)
Total de variações na demonstração do resultado	**(5.563.112)**	**14.587**	**4.410.699**	**(1.137.826)**	**(6.903.192)**	**128.746**	**6.451.625**	**(322.821)**
Fluxos de caixa								
Prêmios recebidos	6.604.130	-	-	6.604.130	6.824.171	-	-	6.824.171
Sinistros pagos e outras despesas diretamente atribuíveis pagas	-	-	(5.643.736)	(5.643.736)	-	-	(7.240.630)	(7.240.630)
Fluxos de caixa para aquisições de resseguro	(255.666)	-	-	(255.666)	(374.912)	-	-	(374.912)
Total dos fluxos de caixa	**6.348.464**	**-**	**(5.643.736)**	**704.728**	**6.449.259**	**-**	**(7.240.630)**	**(791.371)**
Saldo bruto de fechamento	(47.723)	193.418	9.665.226	9.810.921	(833.075)	178.831	10.898.263	10.244.019
Saldo líquido de fechamento	**(47.723)**	**193.418**	**9.665.226**	**9.810.921**	**(833.075)**	**178.831**	**10.898.263**	**10.244.019**

16.2 Movimentação dos saldos de contratos de retrocessão

	Controladora e Consolidado							
	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Ativos por cobertura remanescente (LRC)				Ativos por cobertura remanescente (LRC)			
	Excluindo componente de perda	Componente de recuperação de perda	Ativos para sinistros ocorridos (LIC)	Total	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Ativos para sinistros ocorridos (LIC)	Total
Saldo de abertura dos ativos	(503.727)	20.832	3.828.208	3.345.313	(332.286)	11.091	4.421.745	4.100.550
Saldo de abertura dos passivos	(393.829)	1.804	248.507	(143.518)	-	-	-	-
Saldo líquido de abertura	**(897.556)**	**22.636**	**4.076.715**	**3.201.795**	**(332.286)**	**11.091**	**4.421.745**	**4.100.550**
Alocação de prêmios de retrocessão pagos	**(2.679.183)**	**-**	**-**	**(2.679.183)**	**(2.774.337)**	**-**	**-**	**(2.774.337)**
Valores a recuperar junto à retrocessionárias	**-**	**(6.358)**	**936.564**	**930.206**	**-**	**12.115**	**1.471.221**	**1.483.336**
Recuperação de sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	-	-	936.564	936.564	-	-	1.471.221	1.471.221
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	(6.358)	-	(6.358)	-	12.115	-	12.115
Despesas líquidas dos contratos de retrocessão	**(2.679.183)**	**(6.358)**	**936.564**	**(1.748.977)**	**(2.774.337)**	**12.115**	**1.471.221**	**(1.291.001)**
Resultado financeiro líquido dos contratos de retrocessão	25.681	-	159.635	185.316	(22.114)	-	15.928	(6.186)
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	19.495	(165)	(154.360)	(135.030)	(18.542)	(570)	(168.929)	(188.041)
Total de variações na demonstração do resultado	**(2.634.007)**	**(6.523)**	**941.839**	**(1.698.691)**	**(2.814.993)**	**11.545**	**1.318.220**	**(1.485.228)**
Fluxos de caixa								
Prêmios pagos	2.678.088	-	-	2.678.088	2.249.723	-	-	2.249.723
Valores recebidos	-	-	(1.220.431)	(1.220.431)	-	-	(1.663.250)	(1.663.250)
Total dos fluxos de caixa	**2.678.088**	**-**	**(1.220.431)**	**1.457.657**	**2.249.723**	**-**	**(1.663.250)**	**586.473**
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	(619.445)	12.419	3.591.220	2.984.194	(503.727)	20.832	3.828.208	3.345.313
Saldo de fechamento dos passivos	(234.030)	3.694	206.903	(23.433)	(393.829)	1.804	248.507	(143.518)
Saldo líquido de fechamento	**(853.475)**	**16.113**	**3.798.123**	**2.960.761**	**(897.556)**	**22.636**	**4.076.715**	**3.201.795**

INÊS249

IRB(Re) irbre.com

continuação

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

17. Componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros e retrocessão

Resseguro

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de serviço (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de serviço (CSM)	Total
Rural	842.332	15.958	22.186	880.476	1.030.040	32.514	209.373	1.271.927
Aeronáuticos	771.416	1.806	845	774.067	946.917	1.915	3.059	951.891
Responsabilidades	852.668	3.877	86.390	942.935	747.766	4.182	111.248	863.196
Riscos financeiros	973.959	2.644	148.191	1.124.794	804.676	2.953	179.006	986.635
Vida	454.215	11.536	287.084	752.835	379.325	13.776	197.603	590.704
Marítimo	586.598	10.356	74.326	671.280	636.148	12.343	84.066	732.557
Automóvel	205.303	1.090	15.189	221.582	164.505	1.171	25.878	191.554
Patrimonial	3.224.706	25.217	578.409	3.828.332	3.810.652	31.238	463.097	4.304.987
Riscos especiais	58.151	17.645	450.706	526.502	(155.029)	15.097	390.603	250.671
Sucursal de Londres	88.118	-	-	88.118	99.897	-	-	99.897
Total	**8.057.466**	**90.129**	**1.663.326**	**9.810.921**	**8.464.897**	**115.189**	**1.663.933**	**10.244.019**

Retrocessão

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de serviço (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de serviço (CSM)	Total
Rural	30.626	1.371	43.639	75.636	51.367	1.831	102.761	155.959
Aeronáuticos	321.494	596	6.381	328.471	440.398	1	15.858	456.257
Responsabilidades	380.582	2.712	52.874	436.168	297.773	2.638	122.980	423.391
Riscos financeiros	495.809	415	21.962	518.186	400.189	612	19.512	420.313
Vida	41.529	1.637	48.702	91.868	506	902	44.847	46.255
Marítimo	275.804	4.603	42.267	322.674	304.680	4.833	55.071	364.584
Automóvel	7.429	16	55	7.500	3.324	50	3.715	7.089
Patrimonial	970.845	11.181	245.122	1.227.148	1.161.941	11.415	271.048	1.444.404
Riscos especiais	(327.927)	12.901	326.936	11.910	(443.987)	11.527	316.003	(116.457)
Sucursal de Londres	(58.800)	-	-	(58.800)	-	-	-	-
Total	**2.137.391**	**35.432**	**787.938**	**2.960.761**	**2.216.191**	**33.809**	**951.795**	**3.201.795**

A Companhia apresenta abaixo os valores dos componentes de mensuração dos saldos de contratos de resseguro, composto pelo valor presente de fluxo de caixa, ajuste de risco e margem contratual de seguro (CSM).

17.1 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura dos passivos	8.464.897	115.189	1.663.933	10.244.019	9.207.333	139.764	2.011.114	11.358.211
Saldo líquido de abertura	**8.464.897**	**115.189**	**1.663.933**	**10.244.019**	**9.207.333**	**139.764**	**2.011.114**	**11.358.211**
Variação relacionada à cobertura de resseguro corrente	**(416.579)**	**(25.319)**	**(2.967.174)**	**(3.409.072)**	**(518.237)**	**(62.597)**	**(3.052.572)**	**(3.633.406)**
CSM reconhecida para serviços prestados	-	-	(2.967.174)	(2.967.174)	-	-	(3.052.572)	(3.052.572)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(25.319)	-	(25.319)	-	(62.597)	-	(62.597)
Ajustes pela experiência	(416.579)	-	-	(416.579)	(518.237)	-	-	(518.237)
Variação relacionada à cobertura de resseguro futura	**(2.835.038)**	**8.191**	**2.860.026**	**33.179**	**(2.325.844)**	**48.083**	**2.712.840**	**435.079**
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(1.326.211)	(11.136)	1.337.347	-	(1.135.689)	(22.966)	1.158.655	-
Variação das estimativas que resultam em perdas (reversões) em contratos onerosos	(27.979)	(2.871)	-	(30.850)	353.701	18.651	9.670	382.022
Contratos reconhecidos inicialmente no período (nota 18)	(1.480.848)	22.198	1.522.679	64.029	(1.543.856)	52.398	1.544.515	53.057
Variação relacionada à cobertura de resseguro passada	**1.965.775**	**(13.171)**	**-**	**1.952.604**	**3.269.106**	**(8.190)**	**-**	**3.260.916**
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos	1.965.775	(13.171)	-	1.952.604	3.269.106	(8.190)	-	3.260.916
Resultado de resseguro	**(1.285.842)**	**(30.299)**	**(107.148)**	**(1.423.289)**	**425.025**	**(22.704)**	**(339.732)**	**62.589**
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos	481.353	8.710	161.025	651.088	11.570	5.946	123.595	141.111
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	(307.670)	(3.471)	(54.484)	(365.625)	(387.660)	(7.817)	(131.044)	(526.521)
Total de variações na demonstração do resultado	**(1.112.159)**	**(25.060)**	**(607)**	**(1.137.826)**	**48.935**	**(24.575)**	**(347.181)**	**(322.821)**
Fluxos de caixa	**704.728**	**-**	**-**	**704.728**	**(791.371)**	**-**	**-**	**(791.371)**
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de fechamento dos passivos	8.057.466	90.129	1.663.326	9.810.921	8.464.897	115.189	1.663.933	10.244.019
Saldo líquido de fechamento	**8.057.466**	**90.129**	**1.663.326**	**9.810.921**	**8.464.897**	**115.189**	**1.663.933**	**10.244.019**

17.1.1 Abertura por contrato

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023 – Grupos de contratos na data de transição				31 de dezembro de 2022 – Grupos de contratos na data de transição			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura dos passivos	8.378.598	76.836	588.882	9.044.316	9.207.333	139.764	2.011.114	**11.358.211**
Saldo líquido de abertura	**8.378.598**	**76.836**	**588.882**	**9.044.316**	**9.207.333**	**139.764**	**2.011.114**	**11.358.211**
Variação relacionada à cobertura de resseguro corrente	**10.234**	**(8.966)**	**(817.355)**	**(816.087)**	**(551.522)**	**(48.457)**	**(2.318.462)**	**(2.918.441)**
CSM reconhecida para serviços prestados	-	-	(817.355)	(817.355)	-	-	(2.318.462)	(2.318.462)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(8.966)	-	(8.966)	-	(48.457)	-	(48.457)
Ajustes pela experiência	10.234	-	-	10.234	(551.522)	-	-	(551.522)
Variação relacionada à cobertura de resseguro futura	**(638.473)**	**(1.064)**	**640.105**	**568**	**(515.586)**	**(1.483)**	**929.085**	**412.016**
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(639.997)	(108)	640.105	-	(887.441)	(37.991)	925.432	-
Variação das estimativas que resultam em baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos	1.524	(956)	-	568	371.855	36.508	3.653	412.016
Variação relacionada à cobertura de resseguro passada	**1.128.801**	**(17.304)**	**-**	**1.111.497**	**3.269.106**	**(9.638)**	**-**	**3.259.468**
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos	1.128.801	(17.304)	-	1.111.497	3.269.106	(9.638)	-	3.259.468
Resultado de resseguro	**500.562**	**(27.334)**	**(177.250)**	**295.978**	**2.201.998**	**(59.578)**	**(1.389.377)**	**753.043**
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos	422.461	4.248	35.743	462.452	91.923	3.478	74.494	169.895
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	(271.410)	(2.400)	(16.581)	(290.391)	(415.764)	(6.828)	(107.349)	(529.941)
Total de variações na demonstração do resultado	**651.613**	**(25.486)**	**(158.088)**	**468.039**	**1.878.157**	**(62.928)**	**(1.422.232)**	**392.997**
Fluxos de caixa	**(2.734.314)**	**-**	**-**	**(2.734.314)**	**(2.706.892)**	**-**	**-**	**(2.706.892)**
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de fechamento dos passivos	6.295.897	51.350	430.794	6.778.041	8.378.598	76.836	588.882	9.044.316
Saldo líquido de fechamento	**6.295.897**	**51.350**	**430.794**	**6.778.041**	**8.378.598**	**76.836**	**588.882**	**9.044.316**

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023 – Demais grupos de contratos				31 de dezembro de 2022 – Demais grupos de contratos			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura dos passivos	86.299	38.353	1.075.051	1.199.703	-	-	-	-
Saldo líquido de abertura	**86.299**	**38.353**	**1.075.051**	**1.199.703**	**-**	**-**	**-**	**-**
Variação relacionada à cobertura de resseguro corrente	**(426.813)**	**(16.353)**	**(2.149.819)**	**(2.592.985)**	**33.285**	**(14.140)**	**(734.110)**	**(714.965)**
CSM reconhecida para serviços prestados	-	-	(2.149.819)	(2.149.819)	-	-	(734.110)	(734.110)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(16.353)	-	(16.353)	-	(14.140)	-	(14.140)
Ajustes pela experiência	(426.813)	-	-	(426.813)	33.285	-	-	33.285
Variação relacionada à cobertura de resseguro futura	**(2.196.565)**	**9.255**	**2.219.921**	**32.611**	**(1.810.258)**	**49.566**	**1.783.755**	**23.063**
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(686.214)	(11.028)	697.242	-	(248.248)	15.025	233.223	-
Variação das estimativas que resultam em baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos	(29.503)	(1.915)	-	(31.418)	(18.154)	(17.857)	6.017	(29.994)
Contratos reconhecidos inicialmente no período (nota 18)	(1.480.848)	22.198	1.522.679	64.029	(1.543.856)	52.398	1.544.515	53.057
Variação relacionada à cobertura de resseguro passada	**836.974**	**4.133**	**-**	**841.107**	**-**	**1.448**	**-**	**1.448**
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos	836.974	4.133	-	841.107	-	1.448	-	1.448
Resultado de resseguro	**(1.786.404)**	**(2.965)**	**70.102**	**(1.719.267)**	**(1.776.973)**	**36.874**	**1.049.645**	**(690.454)**
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos	58.892	4.462	125.282	188.636	(80.353)	2.468	49.101	(28.784)
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	(36.260)	(1.071)	(37.903)	(75.234)	28.104	(989)	(23.695)	3.420
Total de variações na demonstração do resultado	**(1.763.772)**	**426**	**157.481**	**(1.605.865)**	**(1.829.222)**	**38.353**	**1.075.051**	**(715.818)**
Fluxos de caixa	**3.439.042**	**-**	**-**	**3.439.042**	**1.915.521**	**-**	**-**	**1.915.521**
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de fechamento dos passivos	1.761.569	38.779	1.232.532	3.032.880	86.299	38.353	1.075.051	1.199.703
Saldo líquido de fechamento	**1.761.569**	**38.779**	**1.232.532**	**3.032.880**	**86.299**	**38.353**	**1.075.051**	**1.199.703**

17.2 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de retrocessão

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2022			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	2.694.472	23.125	627.716	3.345.313	2.830.452	46.616	1.223.482	4.100.550
Saldo de abertura dos passivos	(478.281)	10.684	324.079	(143.518)	-	-	-	-
Saldo líquido de abertura	**2.216.191**	**33.809**	**951.795**	**3.201.795**	**2.830.452**	**46.616**	**1.223.482**	**4.100.550**
Variação relacionada à cobertura corrente	**394.935**	**241**	**(1.776.796)**	**(1.381.620)**	**871.404**	**(10.302)**	**(1.536.249)**	**(675.147)**
CSM reconhecida pelos serviços recebidos	-	-	(1.757.593)	(1.757.593)	-	-	(1.519.666)	(1.519.666)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	241	-	241	-	(10.302)	-	(10.302)
Ajustes pela experiência	393.871	-	-	393.871	871.404	-	-	871.404
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	(19.203)	(19.203)	-	-	(16.583)	(16.583)
Mudança nas estimativas que não ajustam a CSM	1.064	-	-	1.064	-	-	-	-
Variação relacionada à cobertura futura	**(1.591.108)**	**2.551**	**1.601.242**	**12.685**	**(1.261.572)**	**7.398**	**1.282.873**	**28.699**
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(536.051)	203	535.848	-	62.507	(3.102)	(59.405)	-
Variação das estimativas relacionadas a perdas e a reversões de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	12.685	12.685	-	-	28.699	28.699
Contratos reconhecidos inicialmente no período (nota 18)	(1.055.057)	2.348	1.052.709	-	(1.324.079)	10.500	1.313.579	-
Variação relacionada à cobertura passada	**(378.401)**	**(1.641)**	**-**	**(380.042)**	**(635.166)**	**(9.387)**	**-**	**(644.553)**
Ajustes ao ativo por sinistros incorridos	(378.401)	(1.641)	-	(380.042)	(635.166)	(9.387)	-	(644.553)
Efeito da variação no risco de não desempenho das resseguradoras	**(1.574.574)**	**1.151**	**(175.554)**	**(1.748.977)**	**(1.025.334)**	**(12.291)**	**(253.376)**	**(1.291.001)**
Resultado financeiro líquido com retrocessão	141.374	2.141	41.801	185.316	(54.397)	1.408	46.803	(6.186)
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	(103.257)	(1.669)	(30.104)	(135.030)	(121.003)	(1.924)	(65.114)	(188.041)
Total de variações na demonstração do resultado	**(1.536.457)**	**1.623**	**(163.857)**	**(1.698.691)**	**(1.200.734)**	**(12.807)**	**(271.687)**	**(1.485.228)**
Fluxos de caixa	**1.457.657**	**-**	**-**	**1.457.657**	**586.473**	**-**	**-**	**586.473**
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	2.495.146	24.339	464.709	2.984.194	2.694.472	23.125	627.716	3.345.313
Saldo de fechamento dos passivos	(357.755)	11.093	323.229	(23.433)	(478.281)	10.684	324.079	(143.518)
Saldo líquido de fechamento	**2.137.391**	**35.432**	**787.938**	**2.960.761**	**2.216.191**	**33.809**	**951.795**	**3.201.795**

17.2.1 Abertura por contrato

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023 – Grupos de contratos na data de transição				31 de dezembro de 2022 – Grupos de contratos na data de transição			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	2.736.028	18.172	89.784	2.843.984	2.830.452	46.616	1.223.482	4.100.550
Saldo de abertura dos passivos	165.627	9.755	22.458	197.840	-	-	-	-
Saldo líquido de abertura	**2.901.655**	**27.927**	**112.242**	**3.041.824**	**2.830.452**	**46.616**	**1.223.482**	**4.100.550**
Variação relacionada à cobertura corrente	**275.882**	**(2.714)**	**(215.506)**	**57.662**	**1.165.140**	**(7.794)**	**(870.077)**	**287.269**
CSM reconhecida pelos serviços recebidos	-	-	(196.821)	(196.821)	-	-	(853.494)	(853.494)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(2.714)	-	(2.714)	-	(7.794)	-	(7.794)
Ajustes pela experiência	274.818	-	-	274.818	1.165.140	-	-	1.165.140
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	(18.685)	(18.685)	-	-	(16.583)	(16.583)
Mudança nas estimativas que não ajustam a CSM	1.064	-	-	1.064	-	-	-	-
Variação relacionada à cobertura futura	**(133.660)**	**(37)**	**145.664**	**11.967**	**228.632**	**(348)**	**(199.585)**	**28.699**
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(133.660)	(37)	133.697	-	228.632	(348)	(228.284)	-
Variação das estimativas relacionadas a baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	11.967	11.967	-	-	28.699	28.699
Variação relacionada à cobertura passada	**72.636**	**(3.932)**	**-**	**68.704**	**(759.632)**	**(9.785)**	**-**	**(769.417)**
Ajustes ao ativo por sinistros ocorridos	72.636	(3.932)	-	68.704	(759.632)	(9.785)	-	(769.417)
Efeito da variação no risco de não desempenho das resseguradoras	**214.858**	**(6.683)**	**(69.842)**	**138.333**	**634.140**	**(17.927)**	**(1.069.662)**	**(453.449)**
Resultado financeiro líquido com retrocessão	158.558	1.393	6.827	166.778	1.922	1.150	27.944	31.016
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	(109.307)	(993)	(2.189)	(112.489)	(115.278)	(1.912)	(69.522)	(186.712)
Total de variações na demonstração do resultado	**264.109**	**(6.283)**	**(65.204)**	**192.622**	**520.784**	**(18.689)**	**(1.111.240)**	**(609.145)**
Fluxos de caixa	**(617.638)**	**-**	**-**	**(617.638)**	**(449.581)**	**-**	**-**	**(449.581)**
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	2.469.891	13.291	32.996	2.516.178	2.736.028	18.172	89.784	2.843.984
Saldo de fechamento dos passivos	78.235	8.353	14.042	100.630	165.627	9.755	22.458	197.840
Saldo líquido de fechamento	**2.548.126**	**21.644**	**47.038**	**2.616.808**	**2.901.655**	**27.927**	**112.242**	**3.041.824**

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023 – Demais grupos de contratos				31 de dezembro de 2022 – Demais grupos de contratos			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	(41.556)	4.953	537.932	501.329	-	-	-	-
Saldo de abertura dos passivos	(643.908)	929	301.621	(341.358)	-	-	-	-
Saldo líquido de abertura	**(685.464)**	**5.882**	**839.553**	**159.971**	**-**	**-**	**-**	**-**
Variação relacionada à cobertura corrente	**119.053**	**2.955**	**(1.561.290)**	**(1.439.282)**	**(293.736)**	**(2.508)**	**(666.172)**	**(962.416)**
CSM reconhecida pelos serviços recebidos	-	-	(1.560.772)	(1.560.772)	-	-	(666.172)	(666.172)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	2.955	-	2.955	-	(2.508)	-	(2.508)
Ajustes pela experiência	119.053	-	-	119.053	(293.736)	-	-	(293.736)
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	(518)	(518)	-	-	-	-
Variação relacionada à cobertura futura	**(1.457.448)**	**2.588**	**1.455.578**	**718**	**(1.490.204)**	**7.746**	**1.482.458**	**-**
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(402.391)	240	402.151	-	(166.125)	(2.754)	168.879	-
Variação das estimativas relacionadas a baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	718	718	-	-	-	-
Contratos reconhecidos inicialmente no período (nota 18)	(1.055.057)	2.348	1.052.709	-	(1.324.079)	10.500	1.313.579	-
Variação relacionada à cobertura passada	**(451.037)**	**2.291**	**-**	**(448.746)**	**124.466**	**398**	**-**	**124.864**
Ajustes ao ativo por sinistros ocorridos	(451.037)	2.291	-	(448.746)	124.466	398	-	124.864
Efeito da variação no risco de não desempenho das resseguradoras	**(1.789.432)**	**7.834**	**(105.712)**	**(1.887.310)**	**(1.659.474)**	**5.636**	**816.286**	**(837.552)**
Resultado financeiro líquido com retrocessão	(17.184)	748	34.974	18.538	(56.319)	258	18.859	(37.202)
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	6.050	(676)	(27.915)	(22.541)	(5.725)	(12)	4.408	(1.329)
Total de variações na demonstração do resultado	**(1.800.566)**	**7.906**	**(98.653)**	**(1.891.313)**	**(1.721.518)**	**5.882**	**839.553**	**(876.083)**
Fluxos de caixa	**2.075.295**	**-**	**-**	**2.075.295**	**1.036.054**	**-**	**-**	**1.036.054**
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	25.255	11.048	431.713	468.016	(41.556)	4.953	537.932	501.329
Saldo de fechamento dos passivos	(435.990)	2.740	309.187	(124.063)	(643.908)	929	301.621	(341.358)
Saldo líquido de fechamento	**(410.735)**	**13.788**	**740.900**	**343.953**	**(685.464)**	**5.882**	**839.553**	**159.971**

17.3 Expectativa de reconhecimento da CSM no tempo

31 de dezembro de 2023 – Controladora e Consolidado

	Contratos de resseguro emitidos – País	Exterior	Total	Contratos de retrocessão – País	Exterior	Total
Até 2 anos	1.245.620	348.239	**1.593.859**	700.858	63.290	**764.148**
De 2 a 5 anos	50.312	8.186	**58.498**	16.183	-	**16.183**
De 5 a 10 anos	10.637	20	**10.657**	7.607	-	**7.607**
Acima de 10 anos	312	-	**312**	-	-	**-**
Total	1.306.881	356.445	**1.663.326**	724.648	63.290	**787.938**

31 de dezembro de 2022 – Controladora e Consolidado

	Contratos de resseguro emitidos – País	Exterior	Total	Contratos de retrocessão – País	Exterior	Total
Até 2 anos	1.165.942	445.621	**1.611.563**	847.421	99.079	**946.500**
De 2 a 5 anos	34.121	16.961	**51.082**	5.272	-	**5.272**
De 5 a 10 anos	909	2	**911**	23	-	**23**
Acima de 10 anos	377	-	**377**	-	-	**-**
Total	1.201.349	462.584	**1.663.933**	852.716	99.079	**951.795**

18 .Efeitos no balanço patrimonial de contratos inicialmente reconhecidos no período

18.1 Contratos de resseguro

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023 – Contratos rentáveis emitidos	Contratos onerosos emitidos	Total	31 de dezembro de 2022 – Contratos rentáveis emitidos	Contratos onerosos emitidos	Total
Fluxos de caixa para aquisição de resseguro	157.876	92	157.968	176.884	12.358	189.242
Estimativas do valor presente das saídas (entradas) de caixa	(1.701.851)	63.036	(1.638.815)	(1.749.741)	16.643	(1.733.098)
Ajuste de risco para o risco não financeiro	21.296	901	22.197	28.342	24.056	52.398
Margem contratual de seguro (CSM)	1.522.679	-	1.522.679	1.544.515	-	1.544.515
Perdas reconhecidas no reconhecimento inicial	**-**	**64.029**	**64.029**	**-**	**53.057**	**53.057**

18.2 Contratos de retrocessão

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2023 – Contratos iniciados sem componente de recuperação de perda	Total	31 de dezembro de 2022 – Contratos iniciados sem componente de recuperação de perda	Total
Estimativas do valor presente das entrada (saídas) de caixa	(1.055.056)	(1.055.056)	(1.324.079)	(1.324.079)
Ajuste de risco para o risco não financeiro	2.347	2.347	10.500	10.500
Margem contratual de seguro (CSM)	1.052.709	1.052.709	1.313.579	1.313.579
Rendas reconhecidas no reconhecimento inicial	**-**	**-**	**-**	**-**

19. Partes relacionadas

Considerando que a Companhia é uma *Corporation*, com controle pulverizado, foram definidas como partes relacionadas: suas controladas, a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB e o pessoal chave da administração.

As principais transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

		Controladora – 31 de dezembro de 2023 – A receber	A pagar	Controladora – 31 de dezembro de 2022 – A receber	A pagar	Consolidado – 31 de dezembro de 2023 – A receber	A pagar	Consolidado – 31 de dezembro de 2022 – A receber	A pagar
Planos de pensão	(a)	169.271	122.620	100.639	134.274	169.271	122.620	100.639	134.274
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(b)	-	46.247	-	77.333	-	46.247	-	77.333
Valor a receber de controlada	(c)	39	-	217	-	-	-	-	-

		Controladora – 31 de dezembro de 2023 – Resultado	Controladora – 31 de dezembro de 2022 – Resultado	Consolidado – 31 de dezembro de 2023 – Resultado	Consolidado – 31 de dezembro de 2022 – Resultado
Planos de pensão	(a)				
Despesa		(12.616)	(11.532)	(12.616)	(11.532)
Receita		46.240	34.883	46.240	34.883
Outros resultados abrangentes		30.535	4.352	30.535	4.352
		64.159	**27.703**	**64.159**	**27.703**
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(b)	**1.164**	**7.813**	**1.164**	**7.813**
Valor recebido de controlada	(c)	**278**	**-**	**-**	**-**

(a) Referem-se a valores a receber e a pagar com a PREVIRB, referente aos planos de benefício pós emprego, nos quais a Companhia é patrocinadora.

(b) Referem-se a valores a pagar a debenturistas que são parte relacionadas da Companhia. Em dezembro de 2023 e 2022, representado pela PREVIRB.

(c) Em 2023, os valores correspondem ao compartilhamento de despesas com a controlada IRB Asset Management. Em 2022, recursos a restituir da controlada IRB Santos Dumont (incorporados da IRB Investimentos).

19.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitês da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é a seguinte:

Controladroa e Consolidado

	Contas a pagar – 31 de dezembro de 2023	Contas a pagar – 31 de dezembro de 2022	Resultado – 31 de dezembro de 2023	Resultado – 31 de dezembro de 2022
Benefícios de curto prazo a administradores	9.763	5.052	44.198	35.869
Benefício pós-emprego	-	-	2.543	1.192
	9.763	**5.052**	**46.741**	**37.061**

20. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

Controladora e Consolidado – 31 de dezembro de 2023

	Depósitos judiciais e fiscais	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscais	**44.329**	**-**	**18.060**
ILL	18.060	-	18.060
Contribuição social	9.144	-	-
Imposto de renda	15.569	-	-
ISS	1.556	-	-
Previdenciárias	**65.212**	**-**	**442**
INSS	63.990	-	-
FGTS	1.222	-	442
Trabalhistas e cíveis	**75.456**	**57.479**	**-**
Ações trabalhistas	25.710	53.445	-
Ações cíveis	49.746	4.034	-
	184.997	**57.479**	**18.502**

Controladora e Consolidado – 31 de dezembro de 2022

	Depósitos judiciais e fiscais	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscais	**123.416**	**-**	**16.873**
ILL	16.873	-	16.873
Contribuição social	8.392	-	-
Imposto de renda	14.290	-	-
Finsocial	82.421	-	-
ISS	1.440	-	-
Previdenciárias	**61.693**	**-**	**409**
INSS	60.494	-	-
FGTS	1.199	-	409
Trabalhistas e cíveis	**70.072**	**65.460**	**-**
Ações trabalhistas	21.542	54.783	-
Ações cíveis	48.530	10.677	-
	255.181	**65.460**	**17.282**

20.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionamento:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2023			
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo contábil	Obrigações fiscais saldo contábil
Fiscal				
Provável	1	18.060	-	18.060
Possível	10	336.005	-	-
Remota	1	-	-	-
	12	**354.064**	**-**	**18.060**
Previdenciário				
Provável	2	442	-	442
Possível	12	71.700	-	-
	14	**72.142**	**-**	**442**
Trabalhista e cível				
Provável	46	57.479	57.479	-
Possível	153	194.562	-	-
Remota	9	271.611	-	-
	208	**523.653**	**57.479**	**18.502**

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2022			
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo contábil	Obrigações fiscais saldo contábil
Fiscal				
Provável	1	16.873	-	16.873
Possível	9	331.690	-	-
Remota	1	-	-	-
	11	**348.563**	**-**	**16.873**
Previdenciário				
Provável	2	409	-	409
Possível	13	64.367	-	-
	15	**64.776**	**-**	**409**
Trabalhista e cível				
Provável	42	65.460	65.460	-
Possível	149	216.054	-	-
Remota	11	259.450	-	-
	202	**540.964**	**65.460**	**17.282**

O valor de R$ 407.705 (R$ 396.057 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a soma dos valores em risco nas ações fiscais/previdenciárias com estimativa de perda classificada como possível. Apenas os processos com estimativa de perda provável são passíveis de provisionamento, portanto as obrigações com riscos de perdas classificadas como possível e remotas não são provisionadas, visto que a probabilidade de condenação da Companhia, nestes casos, não é iminente.
Para as causas de risco possível, a referida norma requer que as potenciais perdas sejam divulgadas em notas explicativas. Para as contingências trabalhistas são consideradas as expectativas de desembolso em função de acordos.

20.2 Movimentação das obrigações legais e contenciosos

	Controladora e Consolidado				
	31 de dezembro de 2022	Adições	Atualizações monetárias	Reversão/Pagamento	31 de dezembro de 2023
Fiscais	**17.282**	**-**	**1.220**	**-**	**18.502**
FGTS	409	-	33	-	442
ILL	16.873	-	1.187	-	18.060
Trabalhistas e cíveis	**65.460**	**12.065**	**10.766**	**(30.812)**	**57.479**
Ações trabalhistas (20.4)	54.783	3.821	10.176	(15.335)	53.445
Cíveis	10.677	8.244	590	(15.477)	4.034
Saldo final do período	**82.742**	**12.065**	**11.986**	**(30.812)**	**75.981**

	Controladora e Consolidado				
	31 de dezembro de 2021	Adições	Atualizações monetárias	Reversão/Pagamento	31 de dezembro de 2022
Fiscais	**16.122**	**-**	**1.160**	**-**	**17.282**
FGTS	380	-	29	-	409
ILL	15.742	-	1.131	-	16.873
Trabalhistas e cíveis	**60.036**	**14.360**	**11.273**	**(20.209)**	**65.460**
Ações trabalhistas (20.4)	60.033	3.275	11.241	(19.766)	54.783
Cíveis	3	11.085	32	(443)	10.677
Saldo final do período	**76.158**	**14.360**	**12.433**	**(20.209)**	**82.742**

20.3 Ações fiscais

20.3.1 INSS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.
A Companhia recorreu administrativamente, e sem sucesso impetrou, em 1999, Mandado de Segurança ("MS"), no qual o montante questionado e atualizado é de R$ 67.488 relativos aos autos lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras. Os valores questionados encontram-se integralmente depositados judicialmente no montante atualizado de R$ 63.990.
Não obstante o julgamento do RE nº 599.309 (Leading Case), no sentido da constitucionalidade da contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários instituída para as instituições financeiras e assemelhadas, entendemos que tal decisão não se aplica ao caso específico da Companhia. A Companhia defende como tese principal o fato de que o IRB Re, no período de janeiro/1993 a setembro/1998, não era equiparável às empresas de seguros privados, uma vez que, naquele período a Companhia era um Instituto, com personalidade jurídica própria e tendo, como funções principais, regular e fiscalizar o mercado de resseguro brasileiro, não estando, portanto, sujeito às regras da SUSEP.
Sendo assim, tendo em vista não ter sido apreciado, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e nem pelas instâncias inferiores, a referida tese específica da Companhia nos autos do Mandado de Segurança nº 0023782-04.1999.4.02.5101, o IRB Re ajuizou Ação Rescisória nº 0002271-86.2020.4.02.0000 em novembro de 2020.
Ressalta-se, por fim, que a Companhia apresentou pedido liminar nos autos da referida ação rescisória, visando a suspensão do processo de conversão do depósito judicial em renda para a União Federal nos autos do Mandado de Segurança original. Neste sentido, a Companhia, por meio do escritório externo responsável, vem envidando todos os esforços no sentido de obter, o quanto antes, o julgamento do referido pedido liminar.
A Companhia, juntamente com o escritório externo responsável, classifica como possível a estimativa de perda da referida ação rescisória, visando (i) o julgamento do referido pedido liminar acerca do depósito judicial já realizado, bem como (ii) a análise da tese específica do IRB Re de não ser equiparável às empresas de seguros privados no referido período de janeiro/1993 a setembro/1998.

20.3.2 - FINSOCIAL

Trata-se de Ação Declaratória cumulada com anulatória ajuizada em julho de 2016, pelo IRB Re, em face da decisão administrativa que denegou a restituição, pleiteada pela Companhia, de créditos fiscais de FINSOCIAL, no valor histórico de R$ 55.000, tendo como base a autorização contida no artigo 169 do Código Tributário Nacional - CTN.
Com o encerramento da discussão acerca dos créditos fiscais de FINSOCIAL na via administrativa, de forma desfavorável à Companhia, o débito de IRPJ, relativo ao 2º trimestre de 2002, objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, o qual seria quitado por meio de compensação com os créditos objeto do pedido de restituição, teve sua exigibilidade reativada.
Diante deste cenário, para que seja reconhecido o crédito pleiteado pelo IRB Re e, por conseguinte, quitado o débito objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, foi ajuizada a referida medida judicial em face da decisão administrativa que denegou a restituição pleiteada pela Companhia. Vale ressaltar que para suspender a exigibilidade da cobrança em referência, foi integralmente depositado o valor do referido débito, o qual atualizado, perfaz o valor de R$ 87.751 em dezembro de 2023.
Em 10 de abril de 2023, houve julgamento do processo em referência com prolação de sentença favorável aos interesses da Companhia.
Em 14 de maio de 2023, a União Federal interpôs recurso de apelação visando reformar a sentença proferida.
Após contrarrazões apresentadas pelo IRB Re, foi realizado, em 14 de setembro de 2023, novo pedido de substituição do depósito judicial por seguro garantia. Em 27 de setembro de 2023 foi proferida a decisão favorável ao IRB Re, deferindo a substituição do valor integral do referido depósito judicial pela apólice do seguro garantia, retornando os referidos recursos ao caixa da Companhia.
O Jurídico da Companhia e o escritório externo que patrocina a referida ação estimam como possíveis as chances de perda no âmbito da referida medida judicial. Isto porque, diferentemente do que restou decidido na esfera administrativa, o Plenário do STF julgou, sob o regime da repercussão geral, o RE nº 566.621, para definir o entendimento de que nas restituições pleiteadas anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que é o caso do pedido em questão, deve ser aplicado o prazo decadencial dos 10 anos (Tese dos 5 + 5).

20.3.3 – Processo Administrativo Fiscal – Créditos de PIS e COFINS (Alargamento de Base)

Trata-se de Declaração de Compensação ("DCOMP") de crédito original de R$ 437.783 (COFINS) e de R$ 77.876 (PIS), sendo R$ 81.998 (R$ 76.507 em 31 de dezembro de 2022) ainda a compensar, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 29.10.2013 nos autos da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101, a qual possuía como objetivo a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigasse o recolhimento de Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), na forma prevista no art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98 (Alargamento da Base de Cálculo).
Em junho de 2019, foi publicado acórdão que decidiu pela diligência para apuração de documentação acerca do referido pedido de crédito. Em setembro de 2020, o processo foi remetido ao setor de Triagem da Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC).
Atualmente, entendemos que são possíveis as chances de êxito quanto à procedência do referido crédito, tendo em vista a decisão judicial favorável à Companhia já transitada em julgado.

20.3.4 Ação Anulatória nº 0002281-76.2008.4.02.5101 – Créditos Fiscais de PIS/PASEP:

Trata-se de Ação Anulatória da decisão administrativa definitiva proferida nos autos do PAF nº 10768.011679/2001-33, ajuizada em 22 de fevereiro de 2008, na parte em que denegou o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de Contribuição ao PIS, com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, no período de outubro/1991 a dezembro/1995, com o consequente reconhecimento do direito de crédito do IRB Re em decorrência dos recolhimentos indevidamente efetuados.
Foi publicado em 04 de setembro de 2020, o acórdão, por meio do qual a 2ª Turma do STJ, por unanimidade, deu provimento ao agravo interno do IRB Re, para conhecer e prover o seu recurso especial, visando afastar a prescrição dos 10 anos anteriores ao protocolo do pedido administrativo, garantindo a restituição à Companhia dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/PASEP por todo período acima referendado.
Ocorre que o referido acórdão transitou em julgado, em 29 de outubro de 2020, e após os autos terem retornado à origem, foi disponibilizada decisão certificando o trânsito em julgado e determinando que o IRB Re se manifestasse a respeito da execução do julgado.
Em 30 de outubro de 2020, os autos foram remetidos ao STF em grau de recurso, sendo autuados sob o nº ARE 1297479. Considerando que houve equívoco na remessa dos autos ao STF, foi determinada a baixa à origem. Em 13 de janeiro de 2021, os autos recebidos na 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em 09 de abril de 2021, foi apresentada execução do julgado pelo IRB Re, pleiteando o valor de aproximadamente R$ 326.392.
Em 13 de agosto de 2021, a União Federal apresentou Impugnação, indicando o valor do indébito de R$ 215.788 que entende por devido, atualizado até março/2021. Em relação à quantia de R$ 92.894, correspondente à diferença entre o valor reconhecido como incontroverso e o montante requerido pelo IRB Re, a União Federal alegou excesso de execução, sem, entretanto, apresentar quaisquer cálculos que embasassem a sua manifestação.
Já em 14 de novembro de 2021, em que pese manifestações anteriores, a União Federal juntou cálculos confirmando a impugnação parcial da execução de julgado apresentada pelo IRB Re apenas no que tange à parte do montante do indébito tributário, reconhecendo expressamente como devido à Companhia o valor de R$ 261.034, também atualizado até março/2021.
Em 24 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão verificando "que se operou a preclusão com relação a eventual impedimento da restituição do PIS/PASEP recolhido neste período, pois não foi suscitado no momento oportuno".
Em 01 de abril de 2022, o Contador Judicial apresentou novos cálculos, desta vez reconhecendo como devido ao IRB Re o valor de R$ 266.433, atualizado até março de 2021.
Em 06 de outubro de 2022, a Contadoria Judicial apresentou nova manifestação, retificando os seus cálculos anteriores para indicar um novo valor incontroverso no montante de R$ 278.482, atualizado para março/2021.
Em 13 de outubro de 2022, a 4ª Turma Especializada do TRF2 decidiu, por unanimidade, dar provimento ao Agravo de Instrumento nº 5017147-24.2021.4.02.0000, deferindo o direito da Companhia à expedição do precatório com relação ao valor incontroverso dos referidos créditos fiscais.
Em dezembro de 2022, foi proferida decisão reconhecendo a concordância das partes e determinando o prosseguimento das providências para expedição do precatório, em favor da Companhia, no valor incontroverso de aproximadamente R$ 261.000 (atualizado para março/2021), o qual foi expedido em 17 de janeiro de 2023.
Em 23 de fevereiro de 2023, a Companhia apresentou pedido de expedição de novo precatório em detrimento do saldo remanescente do valor incontroverso, no montante aproximado de R$ 20.000. Deste pedido, a União Federal foi intimada a se manifestar tanto sobre esta solicitação, bem como acerca da manifestação da Companhia sobre os novos cálculos apresentados pela Contadoria.
Assim, a Fazenda se manifestou, em 30 de maio de 2023, requerendo o bloqueio do precatório já expedido, o indeferimento do pedido da expedição de novo precatório do saldo remanescente e, por fim, a concessão de dilação de prazo para que possa realizar diligências administrativas a fim de confirmar o valor dos recolhimentos indevidamente efetuados.
Destarte, foi proferida decisão indeferindo o bloqueio requerido pela União Federal e a intimando a acostar nos autos a documentação que alegou necessária para a confirmação do recolhimento dos DARFs. Além disso, foi deferida ainda a realização de perícia contábil, tendo, para tanto, intimado as partes a apresentarem quesitos e assistente técnico.
Em 07 de julho de 2023, foi apresentada petição com quesitos e indicação de assistente técnico pela Companhia.
Diante do acima exposto, o Jurídico da Companhia e os consultores externos avaliam como praticamente certo as chances de êxito do IRB Re em relação ao reconhecimento do seu direito ao recebimento do valor integral dos créditos fiscais de PIS apresentados pela Companhia na fase de execução, os quais, atualizados até dezembro de 2023, somam o montante de R$ 326.392 (R$ 65.067 de valor principal e R$ 261.326 de atualização). Com base no andamento da ação judicial descrita acima e, considerando que o recebimento dos referidos créditos fiscais pela Companhia será realizado por meio da expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

20.3.5 Ação Declaratória nº 0031383-94.2018.4.02.5101 - Multa de Mora:

Trata-se de ação declaratória objetivando a recuperação de valores indevidamente recolhidos a título de multa de mora sobre pagamentos de débitos de IRPJ, IRRF, CSLL, Contribuição ao PIS e COFINS, relativos ao período compreendido de setembro de 1994 a junho de 2001, cujos pagamentos ocorreram de julho de 1997 a maio de 2002, em razão da caracterização da denúncia espontânea, prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional - CTN, e, por consequência, a anulação da decisão administrativa definitiva nos autos do Processo Administrativo nº 10768.014957/2002-95, a qual negou ao IRB Re à restituição em questão. Em sede sentencial, foi proferida decisão em favor da Companhia, da qual a União Federal interpôs recurso de apelação, tendo em vista que o entendimento já se encontra pacificado nos Tribunais Superiores. Em 01 de fevereiro de 2022, foi certificada a ciência com renúncia expressa de prazo pelo ente federativo, não tendo ocorrido interposição de qualquer recurso, de modo que os autos foram encaminhados ao Tribunal competente para apreciação apenas da remessa necessária. Em 22 de março de 2023, foi negado provimento à remessa necessária, para manter a sentença favorável ao IRB Re.
Na sequência, a União Federal opôs embargos de declaração, em 04 de abril de 2023, apenas no que se refere à condenação em honorários, o que foi devidamente contrarrazoado pela Companhia, porém, foram acolhidos. Atualmente aguarda-se a decisão sobre os Embargos de Declaração opostos pela Companhia, bem como quanto ao pedido da Companhia pelo trânsito parcial da ação.
A Companhia e os consultores externos avaliam como, praticamente certo, o direito do IRB Re em relação ao reconhecimento do crédito fiscal no montante de R$ 118.714 (R$ 31.425 de valor principal e R$ 87.290 de atualização), atualizado até dezembro de 2023. Com base no andamento da ação judicial descrita acima e considerando que a Companhia pleiteará o recebimento dos referidos créditos por meio de expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

20.3.6 – Mandado de Segurança nº 5031965-50.2022.4.03.6100 – PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras dos Ativos Garantidores:

Trata-se de Mandado de Segurança (MS) impetrado pelo IRB Re em face da União, em 08 de dezembro de 2022, para que seja assegurado o direito líquido e certo da Companhia de não ser compelida a recolher as contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes dos ativos garantidores, bem como das variações ou oscilações cambiais relacionadas às operações de seguro, cosseguro, resseguro e retrocessão, bem como de ter reconhecido o direito à pleitear a restituição e/ou compensação dos valores indevidamente recolhidos no quinquênio anterior à impetração e no transcorrer do referido MS, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996.
Em 18 de abril de 2023, a Companhia interpôs o Agravo de Instrumento nº 5010269-85.2023.4.03.0000 em face da decisão que indeferiu o pedido liminar. Em 08 de maio de 2023, foram apresentadas contrarrazões pela União. Atualmente, aguarda-se análise do pedido do IRB Re de atribuição de efeito suspensivo e/ou antecipação da tutela recursal.
Em 15 de setembro de 2023, foi publicado o julgamento do Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de RE 400479 AgR-ED/RJ (AXA Seguros Brasil S.A. x União Federal), concluindo pela não-incidência de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras de ativos garantidores, considerando que não integra o conceito de faturamento as receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras de reservas técnicas. Em 10 de outubro de 2023, o Acórdão transitou em julgado. Diante da referida decisão favorável proferida pelo STF, a Companhia reforçará o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos nos anos anteriores à impetração do referido MS.
Com base no exposto, o Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos que patrocinam o referido MS, estimam a probabilidade de perda classificada como "possível".

20.4 Ações Trabalhistas/Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial, pagamento de complementação de aposentadoria, pagamento de horas extras com reflexos em outras verbas trabalhistas, e de pedido de reconhecimento de nulidade da dispensa e consequentemente reintegração do empregado à Companhia. Há também reclamações trabalhistas movidas por prestadores de serviços, pretendendo a responsabilidade subsidiária do IRB Re pelo adimplemento de verbas trabalhistas ou o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia, em razão da condição deste na qualidade de tomador do serviço.
Cumpre ressaltar, adicionalmente, que a Companhia é parte em cinco procedimentos arbitrais e seis ações cíveis movidas por acionistas minoritários, visando à responsabilização da Companhia e ao consequente ressarcimento pelos alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia, após os eventos ocorridos no primeiro trimestre de 2020.
Ressalta-se que os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação nas atuais fases em que se encontram.
O Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos, estimam o valor atualizado dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, classificados como perda provável, em R$ 57.479. As causas trabalhistas e cíveis, classificadas como perdas possíveis, totalizam R$ 194.562, sendo R$ 35.692 cíveis e R$ 158.870 trabalhistas.

20.4.1 Ação Civil Pública SINTRES

Trata-se de duas ações civis públicas, propostas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC, contra a Companhia, sob o fundamento de que foram promovidas, no Plano de Saúde da Companhia, supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados do IRB (Re). Pretendem, na primeira ação, o restabelecimento do Plano de Saúde anterior, na modalidade de autogestão, com a manutenção de todos os benefícios previstos anteriormente, além de danos morais individuais e coletivos. Na segunda ação, pretendem os autores que seja restabelecido o modo de custeio anterior, o reembolso dos valores pagos em patamares superiores aos previstos antes da alteração praticada em junho de 2016, além de danos morais individuais e coletivos.
Atualmente, aguarda-se o julgamento dos agravos de instrumento nos recursos de revista interpostos pela Companhia nos Processos nº 0010694-57.2014.5.01.0075 e nº 0100808-56.2018.5.01.0025.
O Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos, estima que o valor em risco na primeira ação é de R$ 34.839 e na segunda R$ 554, sendo a probabilidade de perda de ambas as ações classificada como "possível".

20.4.2 Ação Civil Pública - IBRACI

Em função da notícia veiculada na mídia em 13 de outubro de 2022, informando acerca da existência de uma Ação Civil Pública ("ACP") movida pelo Instituto Brasileiro de Cidadania – IBRACI, em curso na 6ª Vara Empresarial do Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 17 de outubro de 2022, por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3, esclarecendo que, até aquela data, não tinha recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, tendo tido conhecimento apenas pela imprensa.
Não obstante não ter recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, a Companhia, em 31 de janeiro de 2023, optou, de forma voluntária, ingressar nos autos da ACP, através do protocolo de sua defesa. A referida ACP tem como objeto irregularidades quanto à informação ao mercado sobre a composição da base acionária da Companhia e à apresentação de demonstrações contábeis incorretas, com alegação de que teria induzido acionistas e investidores ao erro.
A Companhia está sendo representada por escritório externo especializado, contratado para defesa de seus interesses, o qual avaliou a probabilidade de perda da referida ação como possível, tendo em vista que a tese defendida pelo IBRACI é semelhante àquela discutida em outros processos judiciais e procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia, já divulgados em seu Formulário de Referência.
Em 20 de julho de 2023, foi proferida decisão determinando que o IBRACI apresentasse termo de autorização individual de seus associados sob pena de extinção do processo.
Na sequência, o IBRACI opôs embargos de declaração, demandando a alteração da decisão anterior para que seja reconhecida a natureza ampla da referida ACP. Atualmente, aguarda-se decisão do Juízo quanto ao recurso do IBRACI.
O Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos, classificam a probabilidade de perda como "possível".

20.4.3 Ação Civil Pública - IPGE

Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo – IPGE, contra: (i) o IRB Re; (ii) a PwC; (iii) as instituições financeiras com poder de controle à época dos eventos narrados; (iv) ex-administradores; (v) ex-membros do Conselho de Administração de 2019; e (vi) ex-membros do Conselho Fiscal que atuavam na Companhia entre os anos de 2018 e 2020. A ação foi autuada sob o nº 0811417-06.2023.8.19.0001 e distribuída à 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O objeto da ação consiste em suposta fraude e práticas ilícitas cometidas a investidores. O Instituto formulou diversos pedidos, dentre eles o de reparação por dano moral, material e a concessão, quando da prolação da sentença, de tutela de urgência para indisponibilizar bens e direitos dos Requeridos no valor dos pedidos deduzidos na inicial.
Atualmente, o processo aguarda a citação de todos os réus para início do prazo para apresentação das respectivas contestações.

20.5 Representações Criminais

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia informou ao mercado que apresentou representações criminais ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, estando uma delas relacionada às irregularidades encontradas nas demonstrações contábeis da Companhia, divulgadas em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, as quais resultaram no refazimento das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020.
Adicionalmente à referida representação criminal relacionada às manipulações contábeis, existem outras duas representações criminais em curso, as quais foram apresentadas com base em toda a documentação apurada nas investigações internas, conduzidas pela Companhia com o suporte de empresas de consultoria independentes, referentes (i) à base acionária da Companhia, bem como (ii) às irregularidades na distribuição de bônus a Ex-Diretores Estatutários e Colaboradores da Companhia e de sua Subsidiária Imobiliária, além de irregularidades também no programa de recompra de ações do IRB Re, aprovado em 19 de fevereiro de 2020 pelo seu Conselho de Administração.
Com base nas três representações criminais acima mencionadas, a Polícia Federal instaurou três inquéritos administrativos específicos para apurar os fatos ocorridos, os quais estão sendo acompanhadas pelo Jurídico da Companhia e por escritório externo especializado na área criminal.
Em outubro de 2023, com base em um dos referidos Inquéritos Administrativos da Polícia Federal, tornou-se pública a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal em face dos Srs. Fernando Passos e Carlos Augusto Velloso, ex-administradores do IRB Re à época, pela prática do crime de manipulação de mercado, sob a alegação de que os acusados teriam divulgado informação falsa sobre o aumento de posição da Berkshire Hathaway no IRB Re, com o intuito de valorizar o preço das ações da Companhia.

20.6 Inquéritos Administrativos perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Apresentamos o status atual dos dois Inquéritos Administrativos perante a CVM, os quais apresentam os seguintes objetos descritos abaixo:
(i) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003611/2020-91: Inquérito administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas a operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Re, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2020. O inquérito teve origem no Processo Administrativo nº 19957.002942/2020-11, que foi instaurado para avaliar operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Re, em decorrência: (i) da queda observada na cotação das ações de emissão da Companhia após a divulgação da Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra"); (ii) de suposto conflito de interesse, inclusive publicamente admitido pela Squadra, vez que mantinha investimentos short nas ações de emissão da Companhia; (iii) dos eventos subsequentes que reforçaram a queda da cotação das ações de emissão da Companhia, culminando na renúncia do Presidente e do Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia em 4 de março de 2020. Em 25 de novembro de 2021, a CVM concluiu o referido Inquérito e instaurou o Processo Administrativo Sancionador nº 19957.993611/2020-91, no qual foram acusados os seguintes Ex-Diretores Estatutários do IRB(Re): (i) o Ex-Diretor Presidente ("Ex-CEO") por falha no dever de diligência ao divulgar informação falsa ao mercado, sem tomar os devidos cuidados para verificar a veracidade da informação, bem como (ii) o Ex-Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores ("Ex-CFO") pela prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários. Em seguida, os acusados apresentaram suas defesas e, atualmente, foram intimados para se manifestarem sobre as provas documentais juntadas ao Inquérito; e
(ii) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003612/2020-35: Inquérito Administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas à divulgação de informações por parte da Companhia e de seus administradores. O referido Inquérito teve origem nos Processos CVM nº 19957.011072/2019-20, nº 19957.001517/2020-05 e nº 19957.000767/2020-10 instaurados para apurar as suspeitas levantadas pela empresa Squadra Investimentos - Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra") acerca da conformidade das demonstrações contábeis da Companhia às normas contábeis e regulatórias vigentes.
Em 02 de junho de 2023, concluiu-se pela responsabilidade dos Ex-Diretores Estatutários (Ex-CEO e Ex-CFO) do IRB(Re) em razão de infrações à Lei das S.A. e às instruções normativas da CVM, no que tange especificamente aos seguintes temas: (a) disseminação seletiva de informações a investidores e jornalistas antes de sua divulgação ampla ao mercado; (b) irregularidades no programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado em 19 de fevereiro de 2020; e (c) pagamento e recebimento de bônus irregulares. Em novembro de 2023, os acusados apresentaram suas defesas. Em relação especificamente às fraudes nas demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social de 2019, o referido Inquérito Administrativo permanece em fase instrutória e não de acusação.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital

Em 01 de setembro de 2022, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R$ 1.200.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 1.200.000.000 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os gastos com emissão de ações, líquido de impostos, totalizaram R$ 33.283 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações do IRB Re, na proporção de 30 ações convertidas em 1 ação.
Sendo assim, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 81.838.243 ações (81.867.358 ações em 31 de dezembro de 2022). O saldo de ações em 31 de dezembro de 2022 antes do grupamento era de 2.456.020.731 ações.
A SUSEP, por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.485 de 20 de junho de 2023, aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 1.200.000, elevando-o para R$ 5.453.080.
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Quantidade de ações	81.838.243	81.867.358
Capital social	5.453.080	5.453.080
Custos de emissão de ações	(73.891)	(73.891)
Total	**5.379.189**	**5.379.189**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação acionária do IRB Re está composta da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	
Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	13.038.513	15,9%
Itaú Seguros S.A.	9.514.040	11,6%
BlackRock Inc.	4.125.710	5,0%
Outros (*)	55.159.980	67,5%
	81.838.243	**100,0%**

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	
Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	13.039.905	15,9%
Itaú Seguros S.A.	9.514.041	11,6%
BlackRock Inc.	4.125.710	5,0%
Outros (*)	55.187.702	67,5%
	81.867.358	**100,0%**

(*) Participações acionárias inferiores a 5%.

21.2 Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações do IRB Re, na proporção de 30 ações convertidas em 1 ação.
Sendo assim, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui 420.125 (12.603.800 em 31 de dezembro de 2022 antes do grupamento) ações em tesouraria, que representam um total de R$ 283.760 (R$ 283.760 em 31 de dezembro de 2022).

21.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo no início do exercício	**(538.263)**	**(451.076)**
Reconhecimento de perdas de crédito esperada conforme o CPC 48/IFRS 9 para ativos financeiros mensurados ao VJORA.	24.286	-
Perdas originadas de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA (adoção inicial)	(4.095)	-
Ajustes de conversão de câmbio de operação no exterior (i)	(60.868)	(6.708)
Perdas originadas de avaliação a valor justo de ativos financeiros no exercício	-	(137.310)
Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do exercicio dos ativos financeiros	-	(5.590)
Ganhos originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA	193.971	-
Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do exercício das aplicações financeiras - VJORA	(43.549)	-
Perdas Esperadas de Créditos para instrumentos financeiros mensurados a VJORA	(1.982)	-
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	18.595	1.976
Imposto de renda e contribuição social	(67.102)	60.445
Saldo no final do exercício	**(479.007)**	**(538.263)**

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

21.4 Prejuízo por ação - básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam prejuízo do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.
O prejuízo por ação básico e diluído é computado com a divisão do prejuízo do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período. O cálculo do prejuízo por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Numerador		
Prejuízo do exercício	(123.853)	(420.739)
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	81.838.243	41.842.884
Prejuízo por ação básico e diluído (em reais)	**(1,51)**	**(10,06)**

22. Detalhamento das contas de resultado

22.1 Resultado da prestação de serviços de resseguros

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	1.978.890	607.121	2.586.011
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	24.611	7.841	32.452
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	2.352.207	614.967	2.967.174
- Outros	(54)	(57)	(111)
- Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	146.768	62.416	209.184
Total de receitas com resseguros	**4.502.422**	**1.292.288**	**5.794.710**
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(1.269.773)	(899.659)	(2.169.432)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	(1.175.673)	(783.953)	(1.959.626)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos	(43.519)	10.340	(33.179)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(146.768)	(62.416)	(209.184)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	**(2.635.733)**	**(1.735.688)**	**(4.371.421)**
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(815.758)	(105.321)	(921.079)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(1.275)	(127)	(1.402)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(1.438.796)	(318.788)	(1.757.584)
- Recuperação de sinistros ocorridos	701.551	235.000	936.551
- Outros	(1.281)	(4.182)	(5.463)
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	**(1.555.559)**	**(193.418)**	**(1.748.977)**
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**311.130**	**(636.818)**	**(325.688)**

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	2.483.916	1.344.069	3.827.985
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	32.370	24.373	56.743
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	2.192.349	860.224	3.052.573
- Outros	(10)	(153)	(163)
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	58.590	44.094	102.684
Total de receitas com resseguros	**4.767.215**	**2.272.607**	**7.039.822**
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(2.280.592)	(1.312.692)	(3.593.284)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	(2.128.142)	(1.140.964)	(3.269.106)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos	(54.175)	(83.162)	(137.337)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(58.590)	(44.094)	(102.684)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	**(4.521.499)**	**(2.580.912)**	**(7.102.411)**
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(734.041)	(509.744)	(1.243.785)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(7.831)	(3.507)	(11.338)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(1.230.747)	(288.918)	(1.519.665)
- Recuperação de sinistros ocorridos	1.023.459	447.763	1.471.222
- Outros	6.868	5.697	12.565
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	**(942.292)**	**(348.709)**	**(1.291.001)**
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**(696.576)**	**(657.014)**	**(1.353.590)**

22.1.1 Abertura por contrato

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	Grupos de contratos na data de transição		
	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	124.960	(108.974)	15.986
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	1.951	1.621	3.572
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	509.543	307.813	817.356
- Outros	(54)	(57)	(111)
- Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	105.881	28.895	134.776
Total de receitas com resseguros	**742.281**	**229.298**	**971.579**
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(15.906)	(10.314)	(26.220)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	(640.887)	(465.584)	(1.106.471)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos	(9.478)	9.390	(88)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(105.881)	(28.895)	(134.776)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	**(772.152)**	**(495.403)**	**(1.267.555)**
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(103.041)	1.981	(101.060)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(450)	-	(450)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(51.155)	(145.668)	(196.823)
- Recuperação de sinistros ocorridos	8.287	113.974	122.261
- Outros	(1.585)	(4.299)	(5.884)
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	**(147.944)**	**(34.012)**	**(181.956)**
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**(177.815)**	**(300.117)**	**(477.932)**

irbre.com

continuação

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2023		
	Demais grupos de contratos		
	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	1.853.930	716.095	2.570.025
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	22.660	6.220	28.880
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	1.842.664	307.154	2.149.818
- Outros	-	-	-
- Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	40.887	33.521	74.408
Total de receitas com resseguros	**3.760.141**	**1.062.990**	**4.823.131**
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(1.253.867)	(889.345)	(2.143.212)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	(534.786)	(318.369)	(853.155)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos	(34.041)	950	(33.091)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(40.887)	(33.521)	(74.408)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	**(1.863.581)**	**(1.240.285)**	**(3.103.866)**
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(712.717)	(107.302)	(820.019)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(825)	(127)	(952)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(1.387.641)	(173.120)	(1.560.761)
- Recuperação de sinistros ocorridos	693.264	121.026	814.290
- Outros	304	117	421
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	**(1.407.615)**	**(159.406)**	**(1.567.021)**
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**488.945**	**(336.701)**	**152.244**

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Grupos de contratos na data de transição		
	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	1.508.328	811.743	2.320.071
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	21.931	17.579	39.510
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	1.574.089	744.374	2.318.463
- Outros	(10)	(153)	(163)
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	41.602	28.310	69.912
Total de receitas com resseguros	**3.145.940**	**1.601.853**	**4.747.793**
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(1.347.019)	(670.182)	(2.017.201)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	(2.128.142)	(1.140.964)	(3.269.106)
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos	(45.219)	(60.957)	(106.176)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(41.602)	(28.310)	(69.912)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	**(3.561.982)**	**(1.900.413)**	**(5.462.395)**
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(439.083)	(5.599)	(444.682)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(4.925)	(82)	(5.007)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(694.055)	(159.438)	(853.493)
- Recuperação de sinistros ocorridos	725.277	111.892	837.169
- Outros	6.868	5.697	12.565
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	**(405.918)**	**(47.530)**	**(453.448)**
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**(821.960)**	**(346.090)**	**(1.168.050)**

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2022		
	Demais grupos de contratos		
	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	975.588	532.326	1.507.914
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	10.439	6.794	17.233
- CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	618.260	115.850	734.110
- Outros	-	-	-
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	16.988	15.784	32.772
Total de receitas com resseguros	**1.621.275**	**670.754**	**2.292.029**
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(933.573)	(642.510)	(1.576.083)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	-	-	-
Reversão de perdas (perdas) em contratos onerosos	(8.956)	(22.205)	(31.161)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(16.988)	(15.784)	(32.772)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	**(959.517)**	**(680.499)**	**(1.640.016)**
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente			
- Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(294.958)	(504.145)	(799.103)
- Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(2.906)	(3.425)	(6.331)
- CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(536.692)	(129.480)	(666.172)
- Recuperação de sinistros ocorridos	298.182	335.871	634.053
- Outros	-	-	-
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	**(536.374)**	**(301.179)**	**(837.553)**
Resultado da prestação de serviços de resseguro	**125.384**	**(310.924)**	**(185.540)**

22.2 Receitas e despesas financeiras dos investimentos e outros resultados financeiros

	Controladora	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos		
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	63.556	-
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	475.123	363.723
	538.679	**363.723**
Variação líquida no Valor Justo dos ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	43.305	138.886
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	150.422	(142.900)
	193.727	**(4.014)**
Ganhos líquidos no desreconhecimentos de ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	(44.373)	-
	(44.373)	**-**
Variações cambiais		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	(41.513)	(122.966)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	(184.053)	(95.113)
	(225.566)	**(218.079)**
Perdas com redução ao valor recuperável dos ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	(12.287)	-
Perdas Esperadas de Créditos para instrumentos financeiros mensurados a VJORA	1.982	-
	(10.305)	**-**
Outros resultados financeiros reconhecidos no resultado do exercício	**(9.123)**	**(55.746)**
Resultado financeiro		
Reconhecido no resultado do exercício	301.740	284.530
Reconhecido no resultado abrangente do exercício	148.440	(142.900)
	450.180	**141.630**

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos		
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	67.609	-
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	531.966	394.064
	599.575	**394.064**
Variação líquida no Valor Justo dos ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	43.280	164.833
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	150.422	(142.900)
	193.702	**21.933**
Ganhos líquidos no desreconhecimentos de ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	(44.373)	-
	(44.373)	**-**
Variações cambiais		
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	(41.513)	(122.966)
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado Abrangente	(184.053)	(95.113)
	(225.566)	**(218.079)**
Perdas com redução ao valor recuperável dos ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	(12.287)	-
Perdas Esperadas de Créditos para instrumentos financeiros mensurados a VJORA	1.982	-
	(10.305)	**-**
Outros resultados financeiros reconhecidos no resultado do exercício	**(6.295)**	**(54.648)**
Resultado financeiro		
Reconhecido no resultado do exercício	362.611	340.818
Reconhecido no resultado abrangente do exercício	148.440	(142.900)
	511.051	**197.918**

22.3 Receitas e despesas financeiras de resseguros e retrocessão

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguro						
Efeito das variações das taxas de descontos	(521.884)	(129.204)	(651.088)	(169.221)	28.110	(141.111)
Variações cambiais líquidas	168.347	197.278	365.625	118.158	408.363	526.521
Total do resultado financeiro líquido dos contratos de resseguro	**(353.537)**	**68.074**	**(285.463)**	**(51.063)**	**436.473**	**385.410**
Resultado financeiro líquido dos contratos de retrocessão						
Efeito das variações das taxas de descontos	165.379	19.937	185.316	3.447	(9.633)	(6.186)
Variações cambiais líquidas	(95.882)	(39.148)	(135.030)	(158.053)	(29.988)	(188.041)
Total da receita financeira líquida dos contratos de retrocessão	**69.497**	**(19.211)**	**50.286**	**(154.606)**	**(39.621)**	**(194.227)**
Valores reconhecidos no resultado	**(284.040)**	**48.863**	**(235.177)**	**(205.669)**	**396.852**	**191.183**

22.4 Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receitas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	-	84.271	695	85.388
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Asset Management	41.825	40.738	-	-
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Chile, IRB Uso, IRB Renda e IRB Santos Dumont	30	2.570	-	-
Reversão (constituição) de provisão de Incentivos Fiscais	24	(60)	-	(60)
Impairment B3i	-	(15.879)	-	(15.879)
Outras despesas patrimoniais	(53)	(4.280)	(81)	(4.280)
	41.826	**107.360**	**614**	**65.169**

22.5 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/ CSLL	132.073	132.073	(1.187.503)	(1.187.503)
Efeitos (CPC 48/IFRS 9)	(25.152)	(25.152)	-	-
Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	(371.650)	(371.650)	349.336	349.336
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/ CSLL ajustado	**(264.729)**	**(264.729)**	**(838.167)**	**(838.167)**
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	66.182	39.709	209.542	125.725
Adições e exclusões permanentes	21.548	13.437	50.123	32.038
Incentivos fiscais	1.166	(123)	(58)	(35)
Participações societária/Sucursais	22.034	13.220	11.204	6.722
Benefício pós emprego	-	-	7.366	4.420
Outros ajustes	(240)	(158)	(368)	(221)
Despesas com Administração (ii)	(2.239)	-	(3.275)	-
Atualização Selic de Créditos Fiscais do PIS/PASEP (i)	2.040	1.224	11.122	6.673
Atualização Selic de Créditos Fiscais do IRPJ e da CSLL (i)	4.849	2.910	25.142	15.085
Arrendamentos	289	174	-	-
Desvalorização de debêntures (exterior)	-	-	(1.010)	(606)
Acordos Extrajudiciais	(6.351)	(3.810)	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	**87.730**	**53.146**	**259.665**	**157.763**
Correntes	(21.624)	(12.870)	-	-
Diferidos	109.354	66.016	259.665	157.763
Alíquota Efetiva	-66,4%	-40,2%	21,9%	13,3%

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/ CSLL	139.124	139.124	(1.180.761)	(1.180.761)
Efeitos (CPC 48/IFRS 9)	(25.152)	(25.152)	-	-
Efeitos (CPC 50/IFRS 17)	(371.650)	(371.650)	349.336	349.336
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/ CSLL ajustado	**(257.678)**	**(257.678)**	**(831.425)**	**(831.425)**
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	53.889	35.283	197.029	121.221
Adições e exclusões permanentes	28.670	15.982	57.700	34.736
Incentivos fiscais	1.165	(123)	(58)	(35)
Participações societária/sucursais	22.034	13.220	11.204	6.722
Provisão para perda (benefício pós emprego - plano pré 68)	-	-	7.366	4.420
Outros ajustes	6.883	2.387	7.209	2.476
Despesas com Administração (ii)	-	-	(3.275)	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (i)	(2.239)	-	-	-
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários (i)	2.040	1.224	36.264	21.759
Arrendamento - IFRS 16	4.849	2.910	-	-
Desvalorização de debêntures (exterior)	289	174	(1.010)	(606)
Acordos extrajudicias	(6.351)	(3.810)	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	**82.559**	**51.265**	**254.729**	**155.957**
Correntes	(26.795)	(14.750)	(4.935)	(1.807)
Diferidos	109.354	66.015	259.664	157.764
Alíquota Efetiva	-59,3%	-36,8%	21,6%	13,2%

(i) O Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 de setembro de 2021, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização da Selic, incidentes sobre os indébitos tributários.

Neste contexto, em 13 de outubro de 2021, foi proferida decisão judicial, no mandado de segurança em que a Companhia discute a referida matéria, no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão dos juros de mora (Selic) recebidos no levantamento de créditos decorrentes de indébito tributário, mediante restituição ou compensação, na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Sendo assim, lastreada nas decisões judiciais em referência, a Companhia reconheceu nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 uma receita de IRPJ e CSLL em relação aos indébitos tributários no montante de R$11.023 (R$ 58.022 em 31/12/2022), conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo esse valor registrado em créditos tributários e previdenciários, apresentados no ativo não circulante.

(ii) Valores referentes a despesa de prêmios e incentivos destinados a diretoria. Conforme IN RFB nº 1700 de 14 de março de 2017 estes valores são indedutíveis na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Adições	Baixas	2023	Resultado	Resultados abrangentes
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	162.576	-	(3.173)	159.403	(3.173)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.853	3.614	-	22.467	3.614	-
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	6.913	488	-	7.401	488	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	156.163	-	(51.964)	104.199	-	(51.964)
Provisão para contingências trabalhistas	21.918	-	(534)	21.384	(534)	-
Provisão para Participação nos Lucros	-	14.958	-	14.958	14.958	-
Ajuste a valor de mercado - investimento	8.493	-	-	8.493	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	2.233.899	-	(15.380)	2.218.519	(15.380)	-
Arrendamentos	-	783	-	783	785	-
Provisão Contingência Cível	4.322	-	(2.655)	1.667	(2.655)	-
Total ativo fiscal diferido	**2.613.137**	**19.843**	**(73.706)**	**2.559.274**	**(1.897)**	**(51.964)**
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(104.988)	(3.496)	-	(108.484)	(3.496)	-
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-	-	-	-	7.438	(7.438)
PIS e COFINS diferidos	(132.600)	-	16.984	(115.616)	16.984	-
PIS (precatórios)	(26.026)	-	-	(26.026)	-	-
IRPJ/CSLL - IFRS 9	-	(287)	2.651	2.364	10.060	(7.409)
IRPJ/CSLL - IFRS 17	(174.933)	-	148.660	(26.273)	148.660	
Ajuste ao valor de realização	-	(2.379)	-	(2.379)	(2.379)	-
Total passivo fiscal diferido	**(438.547)**	**(6.162)**	**168.295**	**(276.414)**	**177.267**	**(14.847)**
Total líquido controladora e consolidado	**2.174.590**	**13.681**	**94.589**	**2.282.860**	**175.370**	**(66.811)**

	Controladora e Consolidado					
	1º de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Resultado	Resultados abrangentes
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	183.152	-	(20.576)	162.576	(20.576)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.236	-	(5.383)	18.853	(5.383)	-
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	6.449	464	-	6.913	464	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	94.928	61.235	-	156.163	-	61.235
Provisão para contingências trabalhistas	24.018	-	(2.100)	21.918	(2.100)	-
Ajuste a valor de mercado - investimento	2.141	6.352	-	8.493	6.352	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.653.167	580.732	-	2.233.899	580.732	-
Outros	-	4.322	-	4.322	4.322	-
Total ativo fiscal diferido	**1.988.091**	**653.105**	**(28.059)**	**2.613.137**	**563.811**	**61.235**
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(88.996)	(15.992)	-	(104.988)	(15.992)	-
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(11.784)	-	11.784	-	12.575	(790)
PIS e COFINS diferidos	(134.457)	-	1.857	(132.600)	1.857	-
IRPJ/CSLL - IFRS 17	(35.199)	(139.734)	-	(174.933)	(139.734)	-
PIS (precatórios)	(20.940)	(5.086)	-	(26.026)	(5.086)	-
Total passivo fiscal diferido	**(291.376)**	**(160.812)**	**13.641**	**(438.547)**	**(146.380)**	**(790)**
Total líquido controladora	**1.696.715**	**492.293**	**(14.418)**	**2.174.590**	**417.431**	**60.445**
Total líquido consolidado	**1.696.715**	**492.293**	**(14.418)**	**2.174.590**	**417.431**	**60.445**

23. Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica.

Os planos oferecidos são os de benefício definido – Plano A (fechado) e o de contribuição variável – Plano B (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

Adicionalmente, a Companhia oferece os benefícios descritos na Nota 23.2 para os empregados que se qualificam, sendo eles:

a. Custeio integral dos benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte – Pré-68.

b. Plano de saúde contributário para funcionários ativos e aposentados.

c. Auxílio funeral.

d. Seguro de vida.

Os planos A e B são administrados pela Fundação e os demais, mencionados no parágrafo anterior, são administrados pela Companhia.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
Hipóteses econômicas	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Taxa real de desconto (*)	5,25%	6,00%	5,25%	6,00%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	10,41%	11,31%	10,41%	11,31%
Projeção de crescimento real de salário	Plano A: Não adotada Plano B: 3%	Plano A: Não adotada Plano B: 2,5%	(**)Plano Médico: 0% Demais Planos: Não se aplica	(**)Plano Médico: 0% Demais Planos: Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada Plano B: 7%	Plano A: Não adotada Plano B: 7%	Plano Médico: 7% Demais Planos: Não se aplica	Plano Médico: 7% Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência: Plano Pré-68	Não se aplica	Não se aplica	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de sobrevivência: Demais Planos	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10%/ PLANO B: AT-2000 M&F (suav. 10%) (D10)	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10%/ PLANO B: AT-2000 M&F (suav. 10%) (D10)	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválido	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos dos títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e os prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

(**) Utiliza como dado de cálculo do passivo do plano a contribuição baseada em percentual do salário dos participantes, contudo, a massa que detém essa característica é composta somente de participantes aposentados.

23.1 Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B, plano de contribuição variável, cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida no período contributivo e benefício definido no período de concessão do benefício.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

O benefício de Renda Mensal Vitalícia está estruturado segundo Plano de Contribuição Variável.

Os benefícios de Renda de Aposentadoria por Invalidez, de Pecúlio por Morte, de Auxílio-Funeral, de Renda Temporária de Auxílio-Doença e de Pensão por Morte estão estruturados segundo Plano de Benefício Definido e cobertura por Seguro, e suas movimentações são apresentadas nos quadros a seguir.

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R$ 1.619 (R$ 1.359 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais dos benefícios de risco do Plano B no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	93.922	84.256
Custo dos serviços correntes	100	111
Custo dos juros	10.245	8.140
Perda atuarial	30.001	10.928
Benefícios pagos	(12.431)	(9.512)
Valor presente das obrigações atuariais	**121.837**	**93.922**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor justo inicial dos ativos do plano	124.798	111.142
Retorno ocorrido nos investimentos	12.988	11.567
Contribuições do empregador	1.095	1.171
Contribuições dos participantes do plano	2.320	2.467
Benefícios pagos	(12.431)	(9.512)
Retorno sobre os ativos	16.657	7.963
Valor justo final dos ativos do plano	**145.427**	**124.798**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(121.837)	(93.922)
Valor justo dos ativos do plano	145.427	124.798
Situação financeira	**23.590**	**30.876**
Efeito do teto de ativos	(23.590)	(30.876)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**-**	**-**

23.2 Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68), onde os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria; e outros benefícios pós-emprego para os empregados que se qualificam (Plano de saúde contributário para funcionários ativos e aposentados, Auxílio Funeral e Seguro de Vida).

Plano A

A Companhia não pagou contribuições durante os exercícios de 2023 e 2022.

O referido plano apurou um superávit técnico de R$ 818.762 (R$ 869.503 em 31 de dezembro de 2022) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis, como ativo, o montante de R$ 169.271 (R$ 100.639 em 31 de dezembro de 2022) referente a reserva especial, benefício econômico disponível para a entidade que deve ser reconhecido para reduzir ou compensar contribuições futuras da patrocinadora.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A nos exercícios é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.277.994	1.278.916
Custo dos juros	136.967	120.366
(Ganho)/Perda atuarial	240.986	10.594
Benefícios pagos	(138.269)	(131.882)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.517.678**	**1.277.994**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor justo inicial dos ativos do plano	2.147.498	2.205.833
Retorno ocorrido nos investimentos	270.170	236.460
Contribuições dos participantes do plano	-	13
Benefícios pagos	(138.269)	(131.882)
Retorno sobre os ativos	64.852	(162.926)
Valor justo final dos ativos do plano	**2.344.251**	**2.147.498**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.517.678)	(1.277.994)
Valor justo dos ativos do plano	2.344.251	2.147.498
Situação financeira	**826.573**	**869.504**
Efeito do teto de ativos	(657.302)	(768.865)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**169.271**	**100.639**

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB registrados na Fundação:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Disponível	148	49
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	602.410	417.280
Créditos privados e depósitos	99.126	171.113
Ações	108.233	103.621
Fundos de investimentos	1.591.797	1.663.412
Investimentos imobiliários	84.760	80.040
Operações com participantes	7.502	7.105
Valores a pagar/Receber	2.042	-
Depósitos judiciais/Recursais	20.901	20.901
Recursos a receber - Precatórios	43.303	41.391
	2.560.222	**2.504.910**
Exigível operacional de investimentos		
Investimentos imobiliários	-	(37)
Operações com participantes	(112)	-
Outras exigibilidades	(22)	(30)
	(134)	**(67)**
Exigível contingencial de investimentos	**(25.066)**	**(25.066)**
Recursos garantidores	**2.535.022**	**2.479.777**

Plano Pré-68

Entende-se por Pré-68 o contingente de empregados do IRB Re, e seus beneficiários, conforme as situações a seguir descritas:

a) Para fins de Complementação e Suplementação de Aposentadoria, aqueles admitidos até 31/12/1968;

b) Para fins de Melhoria de Complementação de Aposentadoria, aqueles admitidos até 31/12/1968 e que tenham adquirido direito à aposentadoria até 28/02/1975;

c) Para fins de Melhoria de Pensão por Morte, aqueles beneficiários de empregados falecidos até 28/02/1975;

d) Para fins de Pecúlio por Morte, aqueles beneficiários de empregados admitidos até 31/12/1968.

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

continuação

Cabe destacar que estes benefícios são oriundos do universo jurídico regimental da Companhia, anterior a Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, que instituiu o regime da previdência complementar e, portanto, o Regulamento do Plano Previdencial A considera este contingente específico de antigos participantes, cujos benefícios são custeados integralmente pela Companhia.
Neste sentido, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada para destacar, de forma mais clara, os montantes sob responsabilidade da Companhia.
A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 148 integrantes, em 31 de dezembro de 2023 (164 em 31 de dezembro de 2022), sendo 141 aposentados com idade média de 87,77 anos (87,14 anos em 31 de dezembro de 2022) e 7 pensionistas com idade média de 87,99 anos (86,5 anos em 31 de dezembro de 2022).
O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R$ 19.628 (R$ 18.487 em 31 de dezembro de 2022).
Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R$ 116.329 (R$ 110.942 em 31 de dezembro de 2022), em linha com as práticas contábeis aplicadas para a Companhia.
Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Re e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R$ 122.620 (R$ 134.274 em 31 de dezembro de 2022).
O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefício definido	(116.329)	(110.942)
Situação financeira	**(116.329)**	**(110.942)**
Restrição do déficit contratado	(6.291)	(23.332)
Valor líquido de passivo de benefício definido	**(122.620)**	**(134.274)**

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	110.942	113.361
Custo dos juros	11.521	10.361
(Ganho)/Perda atuarial	13.494	5.707
Benefícios pagos	(19.628)	(18.487)
Valor presente das obrigações atuariais	**116.329**	**110.942**

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador	19.628	18.487
Benefícios pagos	(19.628)	(18.487)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

Assistência médica e odontológica
A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	270.512	319.604
Custo dos serviços correntes	432	457
Custo dos juros	28.514	29.165
Ganho atuarial	7.208	(48.185)
Benefícios pagos	(32.895)	(30.529)
Valor presente das obrigações atuariais	**273.771**	**270.512**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador	29.197	27.213
Contribuições dos participantes do plano	3.698	3.316
Benefícios pagos	(32.895)	(30.529)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(273.771)	(270.512)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(273.771)**	**(270.512)**

Auxílio funeral
A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.311	1.606
Custo dos juros	142	154
Ganho atuarial	305	(427)
Benefícios pagos	(14)	(22)
Valor presente das obrigações atuariais	**1.744**	**1.311**

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador	14	22
Benefícios pagos	(14)	(22)
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.744)	(1.311)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(1.744)**	**(1.311)**

Seguro de vida em grupo
A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	168	1.150
Custo dos juros	18	108
Ganho atuarial	(172)	(1.097)
Benefícios pagos	183	7
Valor presente das obrigações atuariais	**197**	**168**

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuições do empregador	(183)	(7)
Benefícios pagos	183	7
Valor justo final dos ativos do plano	**-**	**-**

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(197)	(168)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	**(197)**	**(168)**

23.3 Obrigação total do IRB Re
A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Re entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	19.125	18.299
Assistência médica e odontológica (ii)	15.733	17.376
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados (ii)	175	176
Seguro de vida em grupo (iii)	26	24
Auxílio funeral (iv)	117	97
	35.176	**35.972**
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	103.495	115.975
Assistência médica e odontológica (ii)	258.038	253.136
Seguro de vida em grupo (iii)	171	144
Auxílio funeral (iv)	1.627	1.214
	363.331	**370.469**
	398.507	**406.441**

(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria
A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.
(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica
Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário-mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de setembro de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para àqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Re arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para àqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).
(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida
Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Re arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Re arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.
(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral
Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.384,38 para funeral simples, R$ 1.630,36 para cremação e R$ 2.739,07 para funeral com cremação.
23.4 Consolidação dos efeitos – Benefício pós emprego
Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.
Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes foram os seguintes:
Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Controladora e Consolidado							
	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Custo do serviço	-	-	(432)	(457)	-	-	(432)	(457)
Custo dos juros	(11.521)	(10.361)	(28.674)	(29.427)	-	-	(40.195)	(39.788)
Contribuições pagas	-	-	(1.095)	(1.171)	-	-	(1.095)	(1.171)
Asset ceiling	46.240	34.883	-	-	-	-	46.240	34.883
Outras movimentações	-	-	-	-	(1)	4	(1)	4
Total valores reconhecidos	**34.719**	**24.522**	**(30.201)**	**(31.055)**	**(1)**	**4**	**4.517**	**(6.529)**

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes:

	Controladora e Consolidado					
	Benefício definido		Outros benefícios		Total	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
(Ganhos)/perdas atuariais	(189.628)	(179.226)	(7.341)	49.709	(196.969)	(129.517)
Efeito do teto dos ativos	198.526	132.846	-	-	198.526	132.846
Outras movimentações	17.038	(1.353)	-	-	17.038	(1.353)
Total valores reconhecidos	**25.936**	**(47.733)**	**(7.341)**	**49.709**	**18.595**	**1.976**

23.5 Análise de sensibilidade
A análise da Administração relacionada às premissas financeiras e atuariais críticas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego e outros empregados é a seguinte:
Sensibilidade na taxa de desconto

		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
		-0,50%	-0,25%	+0,25%	+0,50%
PLANO A	**Taxa real**	4,75%	5,00%	5,50%	5,75%
	Taxa nominal (*)	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
	Obrigação de benefício definido	1.579.017	1.547.808	1.488.581	1.460.467
	Impacto com o cenário principal	61.337	30.129	(29.098)	(57.212)
PLANO B	**Taxa real**	4,75%	5,00%	5,50%	5,75%
	Taxa nominal (*)	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
	Obrigação de benefício definido	128.488	124.681	117.638	114.377
	Impacto com o cenário principal	6.650	2.843	(4.200)	(7.462)
PRE 68	**Taxa real**	4,75%	5,00%	5,50%	5,75%
	Taxa nominal (*)	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
	Obrigação de benefício definido	119.239	117.766	114.923	113.550
	Impacto com o cenário principal	2.911	1.438	(1.405)	(2.778)
Plano de Saúde	**Taxa real**	4,75%	5,00%	5,50%	5,75%
	Taxa nominal (*)	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
	Obrigação de benefício definido	287.789	280.441	266.621	260.119
	Impacto com o cenário principal	14.017	6.668	(7.152)	(13.653)
Auxílio Funeral	**Taxa real**	4,75%	5,00%	5,50%	5,75%
	Taxa nominal (*)	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
	Obrigação de benefício definido	1.836	1.789	1.700	1.659
	Impacto com o cenário principal	92	45	(43)	(85)
Seguro de Vida	**Taxa real**	4,75%	5,00%	5,50%	5,75%
	Taxa nominal (*)	9,88%	10,15%	10,67%	10,93%
	Obrigação de benefício definido	201	198	192	189
	Impacto com o cenário principal	6	3	(3)	(6)

(*) Considera inflação.
Sensibilidade na tábua de mortalidade

		Cenário I	Cenário II
PLANO A	**Taxa nominal (*)**	10,41%	10,41%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.473.463	1.586.567
	Impacto com o cenário principal	(44.216)	68.888
PLANO B	**Taxa nominal (*)**	10,41%	10,41%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	120.883	122.531
	Impacto com o cenário principal	(955)	693
PRE 68	**Taxa nominal (*)**	10,41%	10,41%
	Tábua	AT-49	BR-EMS 2015

		Cenário I	Cenário II
	Obrigação de benefício definido	111.588	122.748
	Impacto com o cenário principal	(4.740)	6.420
Plano de Saúde	**Taxa nominal (**)**	10,41%	10,41%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	264.805	295.124
	Impacto com o cenário principal	(8.967)	21.351
Auxílio Funeral	**Taxa nominal (*)**	10,41%	10,41%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.796	1.663
	Impacto com o cenário principal	52	(81)
Seguro de Vida	**Taxa nominal (*)**	10,41%	10,41%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	189	206
	Impacto com o cenário principal	(6)	11

(*) Considera inflação.
(**) Considera composição de inflação e inflação médica.

24. Índices regulatórios

24.1 Cobertura do Capital Mínimo Requerido
A Companhia é requerida pela SUSEP, para fins de monitoramento de solvência regulatória, a manter um excesso de seu Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital Mínimo Requerido (CMR), ambos calculados de forma regulatória. O não cumprimento desse requisito resultaria em intervenção por supervisão da SUSEP e ações de remediação projetadas para restaurar o nível mínimo de suficiência regulatória.
A Resolução CNSP nº432/2021 e suas alterações, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da suficiência regulatória.
Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:
I Capital Mínimo Requerido (CMR): montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.
II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.
III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.
IV Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil, conforme o caso, ajustado por adições, exclusões e limites, para apurar, na visão regulatória, os recursos disponíveis às supervisionadas para executarem suas atividades diante de oscilações e situações adversas, devendo ser líquido de ativos com nível de subjetividade de valoração ou que já garantam atividades financeiras similares, e de outros ativos cuja natureza seja considerada inapropriada, na ótica do regulador, para resguardar sua capacidade de absorção de perdas. Para ajustes de qualidade de cobertura do CMR são considerados 3 níveis de PLA.
A tabela abaixo demonstra a suficiência de patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Capital de risco baseado em risco de subscrição (i)	675.312	1.105.262
Capital de risco baseado em risco de crédito	576.484	589.292
Capital de risco baseado em risco operacional	53.606	60.750
Capital de risco baseado em risco de mercado	85.848	60.816
Benefício da diversificação de riscos	(224.635)	(246.921)
Capital de risco total	**1.166.615**	**1.569.199**
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (ii)	1.166.615	1.569.199
Patrimônio líquido ajustado (iii)	1.700.548	1.587.324
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	**533.933**	**18.125**

(i) A queda do capital de risco de subscrição se deve, principalmente, a redução do volume de sinistros retidos na média móvel dos últimos 12 meses, conforme metodologia estabelecida na Resolução CNSP nº 432/2021.
(ii) O maior entre o capital de risco total e o capital base.
(iii) Patrimônio utilizado para fins de apuração da suficiência de cobertura do CMR.
A tabela abaixo demonstra o cálculo do patrimônio líquido ajustado, em 31 de dezembro de 2023

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**4.216.205**	**4.073.511**
Deduções		
Despesas antecipadas	(5.673)	(6.251)
Participações societárias	(43.248)	(39.387)
Créditos tributários – prejuízo fiscal	(2.218.515)	(2.233.895)
Intangíveis	(118.965)	(105.803)
Créditos tributários (iv)	(202.301)	(211.749)
Outras deduções	(50)	(50)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(137.906)	(117.915)
Ajustes econômicos	272.716	292.924
Ajustes do excesso de PLA de nível 3 (v)	(61.715)	(64.061)
Patrimônio líquido ajustado	**1.700.548**	**1.587.324**

(iv) O valor referente ao crédito tributário de diferenças temporais deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 8.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).
(v) Valor referente ao ajuste de cobertura do CMR estabelecido conforme nova Resolução CNSP nº432 e demonstrado abaixo.
A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos no cálculo dos níveis de PLA:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**4.216.205**	**4.073.511**
Deduções		
Despesas antecipadas	(5.673)	(6.251)
Participações societárias	(43.248)	(39.387)
Créditos tributários – prejuízo fiscal	(2.218.515)	(2.233.895)
Intangíveis	(118.965)	(105.803)
Créditos tributários total	(377.293)	(447.129)
Outras deduções	(50)	(50)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(137.906)	(117.915)
Imóveis e fundos imobiliários	(61.715)	(64.061)
PLA nível 1	**1.252.840**	**1.059.020**
Ajustes econômicos	272.716	292.924
PLA nível 2	**272.716**	**292.924**
Créditos tributários sobre diferenças temporárias limitados a 15% do CMR	174.992	235.380
Imóveis e fundos imobiliários	61.715	64.061
PLA nível 3	**236.707**	**299.441**
Ajustes de qualidade de cobertura do CMR		
a) PLA de nível 1 - no mínimo 50% do CMR	**-**	**-**
b) PLA de nível 3 - no máximo 15% do CMR	**(61.715)**	**(64.061)**
c) Soma do PLA de nível 2 e 3 - no máximo 50% do CMR	**-**	**-**
Patrimônio líquido ajustado	**1.700.548**	**1.587.324**

O PLA deve ser calculado pela soma do PLA de nível 1, do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3, respeitados os limites impostos pelos ajustes de qualidade de cobertura do CMR.
Como apresentado acima a Companhia apurou suficiência de PLA em relação ao CMR, cumprindo as disposições regulatórias.
Durante o exercício, a Companhia empreendeu diversas medidas visando fortalecer a sua estrutura de capital e elevar a suficiência de patrimônio líquido ajustado frente ao capital mínimo requerido, tais como: (i) operações estruturadas redutoras da necessidade de cobertura ou transferência de carteiras em *run-off*; (ii) vendas de imóveis não utilizados para fins operacionais; (iii) redução de capital ocioso em subsidiária; (iv) implementação de um programa destinado à redução das despesas administrativas, entre outras iniciativas. Outro pilar importante se refere às melhorias de resultados técnicos apresentados em razão das diversas medidas adotadas ao longo dos últimos períodos na subscrição.
A Administração mantém uma vigilância constante sobre a estrutura de capital da Companhia, buscando identificar e corrigir quaisquer desequilíbrios ou vulnerabilidades que possam surgir. Essa abordagem preventiva permite que medidas sejam adotadas de forma antecipada para mitigar riscos e garantir a estabilidade deste importante indicador regulatório.
24.2 Garantia das provisões técnicas
A Companhia é requerida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução CMN no 4.993 e alterações posteriores, a manter ativos garantidores aptos segundo a legislação e suficientes para cobrir a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do balanço, deduzidas de ativos redutores, ambos calculados de forma regulatória.
Abaixo, é demonstrada a suficiência de garantia das provisões técnicas na data de 31 de dezembro de 2023:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Provisões técnicas de resseguros	**13.074.490**	**14.817.175**
(-) Ativos de retrocessão	4.124.631	4.530.457
(-) Direitos creditórios	1.213.024	1.829.639
(-) Ativos depositados no exterior redutores (*)	1.107.834	1.266.946
Montante a ser garantido	**6.629.001**	**7.190.133**
Ativos disponíveis para garantia:		
Quotas de fundos de investimentos	4.795.585	5.951.889
Ações de empresas nacionais	23.102	-
Depósito à prazo fixo no exterior - *Times Deposits*	352.080	559.056
Certificate of Deposit	420.142	-
Títulos da Dívida Soberana	1.476.484	1.011.259
Total de ativos	**7.067.393**	**7.522.204**
Suficiência de garantia	**438.392**	**332.071**

(*) A regulamentação da SUSEP possibilita que certos ativos depositados no exterior por resseguradoras sejam contabilizados no Brasil como redutores da necessidade de cobertura de provisões técnicas. Por esse motivo, o montante de R$ 1.107.834 foi utilizado como redutor da necessidade de cobertura das provisões técnicas limitando-se ao próprio valor da provisão técnica.

Seção F – Políticas contábeis

25. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.
A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis.
As políticas contábeis relativas a implementação do CPC 50 /IFRS 17 estão descritas na nota 1.4.1.
25.1 Conversão em moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.
(b) Transações e saldos
Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Ganhos e Perdas Cambiais".
No caso de variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.
Todas as variações cambiais reconhecidas na demonstração de resultado são contabilizadas na rubrica de Resultado Financeiro.
(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente
Os resultados e a posição financeira da entidade, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:
(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".
25.2 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.
25.3 Ativos financeiros
Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o IRB Re pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Esta escolha é feita investimento a investimento.
Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o IRB Re pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).
Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.
As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.
Ativos financeiros mensurados a VJR
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (veja (ii) abaixo). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA
Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA
Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
25.4 Segregação circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.
Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais, os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
25.5 Ativos intangíveis
(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, que variam entre 1 até 5 anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

continua

INÊS249

IRB(Re) irbre.com

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

continuação

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

25.6 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.) - %	Anos
Móveis e utensílios	10,0	10
Equipamentos de informática	20,0	5
Veículos	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

25.7 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (UGC).

25.8 Provisões

(a) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas avaliações do departamento jurídico da Companhia, sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

As provisões judiciais de natureza cível operacional foram ajustadas para refletir a nova metodologia atualizada de mensuração da Provisão para Sinistros Judiciais (PSL) da Companhia. A nova metodologia adotada considera o percentual de risco de perda esperado pela Companhia em cada ação incluída na PSL Judicial, além da já conhecida classificação da probabilidade de perda (provável, possível e remota), a qual é determinada através de uma avaliação individualizada das características de cada sinistro judicial. As referidas análises são conduzidas pelos advogados externos responsáveis por cada um dos processos constantes na PSL Judicial, e posteriormente ratificadas pela Diretoria Jurídica da Companhia.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível relacionadas aos contratos de resseguro estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

25.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda e 15% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, porém os impactos não são relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. Este lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado da Companhia, uma vez que possui ajustes na composição da base de cálculo dos mesmos, ou seja, exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, desde que a Companhia possua expectativa de lucros futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Caso futuramente a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros não seja suficiente para que os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais sejam utilizados, os mesmos serão desreconhecidos em conformidade com a norma específica, bem como, com as práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

A Companhia elabora estudo técnico que contempla a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade da empresa e um conjunto de premissas e estimativas. O estudo técnico é revisado a cada data-base de publicação das demonstrações contábeis seguindo o planejamento estratégico da Companhia, e aprovado pelos órgãos de governança competentes, como a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração.

25.10 Benefícios a empregados

Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefício de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Outras obrigações de curto prazo: Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

Participação no Lucros: A Companhia mantém acordos sindicais, incluindo o Acordo do Programa do Participação nos Lucros (PPLR), em consonância com os requisitos previstos na Lei no 10.101/00 e na Lei nº 12.832/13, bem como nos demais normativos legais pertinentes. O respectivo acordo tem por objetivo estabelecer as regras e condicionantes gerais relacionadas à implantação do PPLR de forma que os participantes sejam reconhecidos pela contribuição a partir do atingimento mínimo das metas corporativas, individuais e setoriais estabelecidas para o exercício. Todas as regras e condicionantes do programa são revistas anualmente pela Diretoria de Pessoas e submetidas à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A determinação do montante a ser provisionado considera o lucro antes do imposto de renda, ajustado de acordo com as diretrizes do plano, e o registro contábil é efetuado diretamente no resultado do período. O PPLR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2023.

Benefício pós-emprego: A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Re incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

(a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do período.

(b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

25.11 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

25.12 Dividendos

Conforme o Estatuto Social do IRB Re, o cálculo da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é realizado sobre o resultado do exercício após a dedução para atender aos prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e à reserva legal. Tal montante é registrado como passivo na rubrica obrigações a pagar, visto que representa uma obrigação legal estipulada no Estatuto Social da Companhia.

No entanto, se a Administração da Companhia optar por propor dividendos adicionais após o encerramento do exercício contábil ao qual as demonstrações contábeis se referem, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, essa parcela proposta pela Administração é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

25.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Re baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Receita de resseguros

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que presta serviços sob grupos de contratos de resseguro. A receita de seguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens.

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas.
- Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais.
- As despesas com sinistros estimados e outras despesas estimadas com a prestação de serviços de resseguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desreconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de resseguro e serviços de resseguro naquela data.
- Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados e valores relacionados a despesas tributárias incorridas.

Além disso, a Companhia aloca uma parcela de prêmios que refere-se à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros a cada período de forma sistemática. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de resseguro.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

25.14 Receitas e despesas financeiras de resseguros

As receitas e despesas financeiras de resseguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de resseguro e retrocessão resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

26. Estimativas e premissas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros e ativos de retrocessão

Para a constituição dos passivos de resseguros e ativos de retrocessão da Companhia, são aplicadas as estimativas contábeis mais críticas em termos de preparação das demonstrações contábeis, em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas para a estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.2.2.2.

Com base nas informações e experiência da Companhia, são definidas metodologias e premissas utilizadas na mensuração dos passivos de resseguro e ativos de retrocessão, a fim de se obter as melhores estimativas do ativo e passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes desviem o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Companhia tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico, para determinação do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco entre provável, possível e remoto. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" para determinar a perda de crédito esperada. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o IRB RE considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do IRB RE, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

(d) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa estão divulgadas na nota 23.5, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

(e) Créditos tributários

Com relação à constituição dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e bases negativas, deve-se reconhecer o ativo fiscal diferido com relação à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses ativos. A avaliação dessa situação requer a utilização de julgamento significativo da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia elabora estudo técnico que avalia a geração futura de resultados. Este estudo técnico é revisado periodicamente, seguindo o planejamento estratégico da Companhia, e aprovado pelos órgãos de governança competentes, com a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração.

Seção G – Outras informações que a Companhia entenda relevantes

27. Conciliação com as demonstrações financeiras padronizadas (DFP) disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Enet)

A Companhia demonstra abaixo a conciliação entre as demonstrações financeiras padronizadas disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Enet) e os quadros de balanço patrimonial e demonstrações do resultado divulgados pelo IRB Re.

Balanço Patrimonial - Ativo

ENet	Ativo	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
	Circulante		**3.317.870**	**4.746.123**	**3.300.842**	**4.621.770**
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	5	7.406	6.119	20.335	17.793
1.01.02	Ativos financeiros	6.1	2.598.633	4.280.282	2.547.891	4.136.600
1.01.04.01	Títulos e créditos a receber	7	3.257	2.768	8.707	9.916
1.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários	8	36.518	55.484	36.841	55.982
1.01.07	Despesas antecipadas		5.673	6.251	5.682	6.260
1.01.03.02	Ativos de contratos de retrocessão	16.2	666.383	395.219	666.383	395.219
1.01.05	Outros valores e bens		-	-	15.003	-
	Não circulante		**12.159.170**	**11.680.480**	**12.185.590**	**11.814.427**
1.02.01.01 1.02.01.02 1.02.01.03	Ativos financeiros	6.1	5.744.511	4.741.843	5.745.021	4.828.782
1.02.01.10.1	Ativos de contratos de retrocessão	16.2	2.317.811	2.950.094	2.317.811	2.950.094
1.02.01.04.01	Títulos e créditos a receber	7	958.366	895.421	958.366	895.204
1.02.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários	8	2.739.114	2.662.984	2.739.114	2.662.984
1.02.01.04.03	Depósitos judiciais e fiscais	20	184.997	255.181	184.997	255.181
1.02.02.01	Participações societárias	4.1	43.248	39.387	-	-
1.02.02.02.01	Imóveis destinados à renda	9	-	-	69.158	86.587
1.02.02.02.02	Outros Investimentos		335	311	335	311
1.02.03	Imobilizado	10	51.823	29.456	51.823	29.456
1.02.04	Intangível	11	118.965	105.803	118.965	105.828
	Total do ativo		**15.477.040**	**16.426.603**	**15.486.432**	**16.436.197**

Balanço Patrimonial - Passivo

ENet	Passivo	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
	Circulante		**4.418.306**	**4.922.998**	**4.427.698**	**4.932.592**
2.01.01.01	Obrigações a pagar	12	73.053	37.139	80.270	44.621
2.01.01.02	Impostos e encargos sociais a recolher		38.733	38.487	38.956	38.659
2.01.01.03	Provisões trabalhistas		12.833	11.714	13.033	11.825
2.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	23.3	35.176	35.972	35.176	35.972
2.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social	15	71.629	29.641	73.380	31.470
2.01.01.06	Empréstimos e Financiamentos	14	3.738	466.898	3.739	466.898
2.01.02.02	Passivo de contrato de Resseguro	16.1	4.052.064	4.049.184	4.052.064	4.049.184
2.01.02.04	Passivo de contrato de Retrocessão	16.2	23.433	143.518	23.433	143.518
2.01.03	Depósitos de terceiros	13	89.990	90.463	89.990	90.463
2.01.05	Outros débitos		17.657	19.982	17.657	19.982
	Não circulante		**6.801.339**	**7.162.140**	**6.801.339**	**7.162.140**
2.02.01.01.01	Obrigações a pagar	12	23.049	19.723	23.049	19.723
2.02.01.01.02	Provisões para benefícios pós-emprego	23.3	363.331	370.469	363.331	370.469
2.02.01.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14	542.466	440.707	542.466	440.707
2.02.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social	15	37.518	53.533	37.518	53.533
2.02.01.02.02	Passivo de contrato de Resseguro	16.1	5.758.857	6.194.835	5.758.857	6.194.835
2.02.01.01.05	Provisão para processos judiciais	19	76.118	82.873	76.118	82.873
	Patrimônio líquido		**4.257.395**	**4.341.465**	**4.257.395**	**4.341.465**
2.03.01	Capital social	21.1	5.379.189	5.379.189	5.379.189	5.379.189
2.03.02.01	Reservas de Capital		-	-	-	-
2.03.02.02	Ações em tesouraria	21.2	(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)
2.03.04.01	Reservas de lucros		-	-	-	-
2.03.06	Ajustes de avaliação patrimonial	21.3	(479.007)	(538.263)	(479.007)	(538.263)
2.03.05	Prejuízo acumulado		(359.027)	(215.701)	(359.027)	(215.701)
	Total do passivo e patrimônio líquido		**15.477.040**	**16.426.603**	**15.486.432**	**16.436.197**

Demonstrações de Resultados

ENet	Demonstração do resultado	Nota explicativa	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
3.01.02	Receitas com resseguros	22.1	5.794.710	7.039.822	5.794.710	7.039.822
3.02.02	Despesas com prestação de serviços de resseguro	22.1	(4.371.421)	(7.102.411)	(4.371.421)	(7.102.411)
3.02.02	Despesas líquidas com contratos de retrocessão	22.1	(1.748.977)	(1.291.001)	(1.748.977)	(1.291.001)
	Resultado da prestação de serviços de resseguro		**(325.688)**	**(1.353.590)**	**(325.688)**	**(1.353.590)**
	Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	22.3	(285.463)	385.410	(285.463)	385.410
	Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	22.3	50.286	(194.227)	50.286	(194.227)
	Resultado financeiro líquido das operações		**(235.177)**	**191.183**	**(235.177)**	**191.183**
	Resultado de investimentos	22.2	301.740	284.530	362.611	340.818
	Outros resultados financeiros	22.2	(9.123)	(55.746)	(6.295)	(54.648)
3.08	**Resultado financeiro líquido**		**57.440**	**419.967**	**121.139**	**477.353**
3.04.08	Despesas administrativas		(20.039)	(6.727)	(31.365)	(11.014)
3.04.05	Despesas com tributos		(18.268)	(5.177)	(22.378)	(9.343)
3.05	Resultado patrimonial		41.826	107.360	614	65.169
	Resultado antes dos impostos		**(264.729)**	**(838.167)**	**(257.678)**	**(831.425)**
3.10						
3.13	IRPJ e CSLL	22.5	140.876	417.428	133.825	410.686
3.99						
	Prejuízo do exercício		**(123.853)**	**(420.739)**	**(123.853)**	**(420.739)**
	Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	21.4	**(1,51)**	**(10,06)**	**(1,51)**	**(10,06)**

A Diretoria

Thays Vargas Ferreira
Contadora
CRC 117013/O-9

Carlos Eduardo Silva Teixeira
Atuário
MIBA 729

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), as quais não são integralmente aderentes às normas contábeis adotadas pela SUSEP ("SUSEP GAAP"). Com base nos exames efetuados, no Relatório dos Auditores Independentes, no Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, e nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Leonardo de Paiva Rocha
Presidente

Daniel Carlos Dominguez Massola
Conselheiro

Rogério de Oliveira Ceron
Conselheiro

Resumo do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário Referente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de Dezembro de 2023

Ao Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.

O Comitê de Auditoria Estatutário foi constituído no IRB Brasil Resseguros S.A. ("IRB Re" ou "Companhia") em 2008. Em consonância com a Resolução CVM nº 23/2021 e com a Resolução CNSP nº 432/2021, é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade de avaliar e se manifestar sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; a efetividade do sistema de controles internos e da Auditoria Interna; a atuação do Auditor Externo; as exposições de riscos da Companhia, em associação com o Comitê de Riscos, e a adequação das transações com partes relacionadas. O Regimento Interno do Comitê, aprovado pelo Conselho de Administração, encontra-se disponível no endereço eletrônico https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0d797649-90df-4c56-aa01-6ee9c8a13d75/2ee8408e-217d-6256-81ad-88a8fcf5b137?origin=1.

O Comitê é formado, atualmente, por quatro membros independentes: Henrique Luz (Coordenador e Conselheiro de Administração), Jerônimo Antunes, José Octávio Vianello de Mello e Louise Barsi.

A Administração é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, definir, testar e manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Auditoria Externa realiza auditoria independente das demonstrações financeiras. Avalia, também, no contexto dos seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos para fins das demonstrações financeiras e o respectivo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, o Comitê realizou um total de 16 (dezesseis) reuniões – sendo 12 (doze) ordinárias e 4 (quatro) extraordinárias, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Direção do "IRB Re", ao Diretor de Controles Internos, Riscos e Conformidade e aos auditores interno e externo.

As atividades desenvolvidas em 2023, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. O Comitê de Auditoria abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações financeiras, aos sistemas de controles internos, processos contábeis, processos fisco-tributários, gestão de riscos (com acompanhamento dos trabalhos do Comitê de Riscos) e os temas relativos a transações com partes relacionadas.

Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos e, através da Auditoria Interna, verificou que as possíveis melhorias identificadas foram atendidas.

Esta é a primeira apresentação das demonstrações financeiras da Companhia aplicando o CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguros e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. O que representa uma mudança nas políticas contábeis, como resultado; a Companhia reapresentou os montantes anteriormente publicados, incluindo os saldos comparativos.

A aplicação das normas CPC 50/IFRS 17 – "Insurance Contracts" e CPC 48/IFRS 9 – "Financial Instruments" é obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e trazem mudanças importantes na mensuração e contabilização de contratos de seguro, resseguro e instrumentos financeiros, e possuem impactos materiais nas demonstrações contábeis consolidadas no período de aplicação inicial. Conforme orientação da CVM, a Companhia reapresentou as informações trimestrais (ITRs) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a natureza e os efeitos das principais mudanças nessas políticas, resultantes da adoção do CPC 50/IFRS 17 e do CPC 48/IFRS 9 estão resumidos nas Nota 1.4 e Nota 25.

As demonstrações financeiras do IRB Re, incluídas as notas explicativas, foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes LTDA ("KPMG"), culminando com a emissão de relatório em 28 de março de 2024. Essas demonstrações financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas em atendimento às normas legais e regulamentares de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Foram executadas avaliações quantitativas e qualitativas de assuntos relevantes do exercício como: i) a capacidade de continuidade operacional da Companhia (nota explicativa nº. 1); ii) a cobertura do capital mínimo requerido pelo órgão regulador (nota explicativa nº. 24); iii) a necessidade de provisionamento para ações em esferas legal e judicial (nota explicativa nº. 25.8); iv) a capacidade da Companhia em realizar os créditos tributários existentes em 31 de dezembro de 2023 (nota explicativa nº. 8); v) a emissão da 3ª série de debêntures em junho de 2023 e a liquidação integral da 1ª série das debêntures em outubro de 2023 (nota explicativa nº. 14); e vi) a celebração de acordo com *U.S. Department of Justice* (DoJ), em abril de 2023 bem como um acordo adicional com a *U.S. Security Exchange Commission* (SEC), ambos tendo como objeto principal a informação inverídica sobre a base acionária da Companhia (nota explicativa nº 1.2.2).

A Administração iniciou o processo de venda da sucursal de Londres. Em dezembro de 2023, foi assinado um contrato de *Loss Portfolio Transfer* (LPT) para antecipar a transferência da carteira de resseguro até que todos os procedimentos legais da operação estejam devidamente concluídos e aprovados pelas Autoridades Reguladoras do Reino Unido (nota explicativa nº. 1.1). Os correspondentes saldos contábeis dessa sucursal estão registrados e apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia possui sucursal na Argentina e recentemente, a Administração implementou um plano para otimizar o capital alocado na referida sucursal. Os novos negócios são realizados através da Resseguradora Admitida, com a gestão realizada diretamente da sede do IRB Re no Brasil. A Resseguradora Local está em processo de *run-off*, atualmente administrado por profissionais remanescentes da sucursal (nota explicativa nº 1.1). Os correspondentes saldos contábeis dessa sucursal estão registrados e apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Comitê de Auditoria considera que:

a) Os controles internos das Companhias evoluíram em 2023 e se mostraram adequados ao porte e à complexidade dos negócios e são objeto de permanente atenção por parte da Administração;

b) A Auditoria Interna, com orçamento e estrutura própria, desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade;

c) Os trabalhos e as informações fornecidas pelo Auditor Externo foram adequados e apoiaram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

d) Os processos internos de gestão de riscos evoluíram em relação ao período anterior; e

e) Apoiado na opinião e nos trabalhos desenvolvidos, nas conclusões das auditorias interna e externa, nas divulgações em notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício, as transações com partes relacionadas foram adequadamente realizadas e divulgadas.

Diante do acima exposto, o Comitê - como decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos trabalhos da Auditoria Interna e do exame das demonstrações financeiras pelos auditores independentes - recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 para submissão posterior à Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

Henrique Luz - Coordenador
Jerônimo Antunes - Membro
Jose Octávio Vianello de Mello - Membro
Louise Barsi - Membro

Declaração dos Diretores Estatutários do IRB-Brasil Resseguros S.A. sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Re" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Re, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Marcos Pessôa de Queiroz Falcão - Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Hugo Daniel Castillo Irigoyen - Vice-Presidente de Resseguros
Rodrigo de Souza Lobo Botti - Vice-Presidente Financeiro
Thais Ricarte Peters - Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade
Bernardo Netto Arruda - Diretor Jurídico
Daniel Volpe - Diretor Técnico de Subscrição

Declaração dos Diretores Estatutários do IRB-Brasil Resseguros S.A. sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Re" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 27, parágrafo 1º, inciso V da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. acerca da revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Re, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Marcos Pessôa de Queiroz Falcão - Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Hugo Daniel Castillo Irigoyen - Vice-Presidente de Resseguros
Rodrigo de Souza Lobo Botti - Vice-Presidente Financeiro
Thais Ricarte Peters - Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade
Bernardo Netto Arruda - Diretor Jurídico
Daniel Volpe - Diretor Técnico de Subscrição

IRB(Re) irbre.com

continuação

Demonstrações contábeis

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas do
IRB-Brasil Resseguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do IRB-Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos e passivos de contratos de resseguro e de retrocessão

Veja as notas explicativas de nº 1.4.1, 16, 17, 18, 23.1, 23.2, 23.3 e 25.4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém ativos e passivos relacionados aos contratos de resseguros e retrocessão, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, mensurados de acordo com o CPC 50 / IFRS 17. Na mensuração destes ativos e passivos, a Resseguradora utiliza-se de bases de dados de suas operações, além de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação dos modelos de mensuração e nas premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguros que incluem, entre outros: expectativa de emissões de contratos de resseguro proporcionais, expectativa de sinistralidade futura e de ocorrência e pagamento de sinistros, além de taxas de descontos e prêmio de iliquidez.

Consideramos a mensuração dos ativos e passivos relacionados aos contratos de resseguros e retrocessão como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos dados, valores envolvidos, o grau de julgamento envolvido na determinação dos modelos de mensuração e premissas relevantes relacionadas, e ao impacto que eventual alteração desses modelos de mensuração e premissas utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados dos contratos proporcionais;

(ii) teste da efetividade operacional sobre a aprovação e controle de alterações da funcionalidade dos modelos de mensuração utilizada para computar os fluxos de caixa relacionados aos ativos e passivos de contratos de resseguro e retrocessão;

(ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram:

- na avaliação dos modelos de mensuração utilizados na projeção dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguros, além das premissas, relacionadas à expectativa de sinistralidade futura e de ocorrência e de pagamento de sinistros, utilizados nos referidos ativos e passivos;
- no estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa, com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia, para estimativa do desenvolvimento dos fluxos de caixa futuro de sinistros incorridos, relativos a parcela não avisada ou não suficientemente avisada;
- no cálculo independente da parcela dos fluxos de caixa futuro de sinistros incorridos citados no item anterior, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, incluindo a utilização de premissas independentes e com base em técnicas atuariais geralmente aceitas;

(iii) envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram na avaliação das premissas, relacionadas as taxas de desconto e prêmio de iliquidez, utilizadas no desconto ao valor presente dos referidos ativos e passivos;

(iv) conferência da precisão matemática dos percentuais de performance dos prêmios estimados incluídos no estudo de contratos proporcionais e comparação destes com aqueles constantes nas políticas da Companhia;

(v) conferência em base de testes, da precisão matemática de certos aspectos dos modelos de mensuração do ativo e do passivo de contratos de resseguro e retrocessão para cobertura remanescente, por meio da utilização de técnicas de auditoria auxiliadas por computador;

(vi) testes de precisão e integridade das bases de dados de contratos emitidos, sinistros incorridos e sinistros pagos, utilizadas para mensuração do ativo e passivo de contratos de resseguro e retrocessão;

(vii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas na mensuração do ativo e passivo de contratos de resseguro e retrocessão, tais como: valores, agrupamento de contratos, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de retrocessão, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(viii) avaliação se as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos ativos e passivos de contratos de resseguro e de retrocessão, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Veja as notas explicativas de nº 9, 22.6 e 25.10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém ativos relacionados a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Estes ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme fundamentado em estudo técnico.

A elaboração deste estudo envolve julgamento da Companhia na definição de premissas econômicas e de crescimento de negócios, oriundas dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Companhia e aprovados pelos órgãos de governança da Companhia.

Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação das referidas premissas econômicas e de crescimento dos negócios para prováveis lucros tributáveis futuros, e devido ao impacto que eventual alteração destas premissas poderia ter nos valores dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Companhia e do estudo técnico de realização dos créditos tributários; e

(ii) envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas, que nos auxiliaram:

- na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários; e
- na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários.

(iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Retificação dos valores correspondentes (CPC50 / IFRS17)

Chamamos atenção à nota explicativa nº 1.3 – Bases de preparação às demonstrações finaneceiras individuais e consolidadas, em decorrência da adoção inicial do CPC 50 - Contratos de Seguros e da IFRS 17 – *Insurance Contracts*, onde os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

INÊS249

Consumidor
Entenda o que fazer quando o plano de saúde cancela o contrato de modo unilateral
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Impactos positivos do novo Marco de Garantias
E2

TJPE
Montadora é condenada por vício oculto
valor.globo.com/legislacao

TJSP
Prefeitura deve indenizar vítima de bullying em escola
valor.globo.com/legislacao

Fiscal Recentes sentenças, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Porto Velho, beneficiam a varejista Gazin e o Grupo 3corações, fabricante de cafés

Justiça determina exclusão do PIS/Cofins do cálculo do ICMS

Marcela Villar
De São Paulo

Três decisões da Justiça de Rondônia garantiram a contribuintes o direito de exclusão do PIS e da Cofins da base de cálculo do ICMS — uma das discussões que surgiram com o julgamento da "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Duas delas são recentes sentenças que beneficiam a varejista paranaense Gazin e o Grupo 3corações, fabricante de cafés.

Nas sentenças, a juíza Inês Moreira da Costa, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Porto Velho, entendeu que os tributos federais não fazem parte da operação e não representam faturamento ou acréscimo ao patrimônio das empresas. Ela se baseou tanto no julgamento do STF que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins — a "tese do século" — quanto em um precedente da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Rondônia (processo nº 7014414-23.2022.822.0001).

Segundo tributaristas, são poucas as decisões favoráveis aos contribuintes. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por exemplo, a jurisprudência é contrária às empresas. Por conta das divergências, a controvérsia foi afetada em recurso repetitivo pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no fim do ano passado (Tema nº 1223). Como não há questões constitucionais envolvidas por ora, o STJ deve dar a última palavra.

Até então, se posicionaram dois ministros do STJ, em outro caso. O ministro Benedito Gonçalves foi contra os contribuintes, enquanto a ministra Regina Helena Costa foi a favor, permitindo a exclusão do PIS e da Cofins na base do ICMS. "É necessário que lei diga quais parcelas compõem a base de cálculo. Se a lei não disser, nós não podemos presumir diante da ausência de lei", afirma a ministra, ao proferir o voto, em agosto de 2023. O início do julgamento foi anulado e o processo foi suspenso para aguardar a decisão no repetitivo (REsp 1961685).

> "Não existe previsão legal para a incidência de tributo sobre tributo"
> *Fábio Rigo Bello*

Nas sentenças da Justiça de Rondônia, a juíza Inês Moreira da Costa entendeu que não há previsão legal na Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir) — que trata do ICMS — para inserir os tributos federais na base de cálculo do imposto estadual (processos nº 7073389-04.2023.8.22.0001 e nº 7066717-77.2023.8.22.0001).

"A base de cálculo do tributo estadual incide sobre o valor de circulação de mercadoria ou serviço, ou seja, calcula-se o ICMS sobre a transferência jurídica da mercadoria ou serviço, acrescida de juros, seguros, fretes e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição, de modo que não há previsão legal para se incluir os tributos federais, em especial o PIS e a Cofins, na base de cálculo do referido tributo", diz a juíza.

Para a magistrada, deve ser acatada a tese dos contribuintes de que se o STF decidiu que o ICMS deve ser excluído do cálculo das contribuições sociais, "a operação inversa também deve ser verdadeira". Para o Estado de Rondônia, no entanto, é "inviável estender ao ICMS a interpretação aplicada à base de cálculo do PIS e da Cofins no julgamento do Tema 69 do STF, porque se tratam de tributos distintos e com base de cálculo própria".

Segundo a tributarista Adriana Stamato, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe, como deriva da "tese do século", a discussão tem menos impacto financeiro para as empresas. Porém, acrescenta, se somada a exclusão para todos os contribuintes, para os Estados é significativo. "Ganha outra dimensão, tanto é que foi para recurso repetitivo."

No escritório, ela tem orientado clientes a entrar com mandado de segurança para discutir a tese e serem abarcados com o benefício, caso o STJ restrinja os efeitos por meio de modulação no recurso repetitivo. "É uma discussão sobre o conceito de fato gerador e o fundamento dos contribuintes é que o ICMS não faz parte do valor da mercadoria", afirma Adriana.

DIVULGAÇÃO
Adriana Stamato: impacto financeiro para os Estados é significativo se todos os contribuintes obtiverem o mesmo direito

Fábio Rigo Bello, sócio-gestor do Tahech Advogados, que defende a Gazin, diz que a varejista precisou entrar com ação judicial em cada um dos Estados onde atua. Até então, a Justiça de Rondônia foi a primeira e única a proferir sentença a favor. "Foi precursor", afirma.

Na visão dele, a decisão da juíza está alinhada com o que decidiu o STF no Tema 69. "É uma decisão muito bem fundamentada e que corrige essa distorção. As empresas brasileiras vêm sendo muito oneradas por conta da incidência de tributo sobre tributo. Não existe previsão legal para isso", diz o advogado.

Para Leandro Vieira, sócio do Madrona Filho Advogados, a tese não é tão forte para as empresas, o que tem feito ele desaconselhar clientes a entrar com ações. "É uma matéria mais fraca para os contribuintes. A maioria das decisões é desfavorável", afirma. Ele entende que não é necessária previsão legal expressa para permitir a tributação. "A Lei Kandir diz que o valor da operação é a base de cálculo, e isso inclui o preço global da operação, ou seja, tudo que foi suportado de custo pelo vendedor."

O tributarista Carlos Gama, sócio do Freitas, Silva e Panchaud Advogados Associados, porém, acredita que as empresas devem ganhar a tese. "Não passam de meia dúzia de decisões favoráveis para os contribuintes. Mas acreditamos que, no fim das contas, o STJ vai julgar de forma favorável, porque a base de cálculo do ICMS é o valor da operação, então isso excluiria PIS e Cofins."

O Grupo 3corações, em nota, diz que a decisão é importante e deve servir de precedente para outros tribunais estaduais, "pois demonstra que, na linha do decidido pelo STF no julgamento do RE 574.706/PR (Tema 69), embora não haja garantia constitucional contra a sobreposição de tributos, é necessário existir expressa autorização legal, na esteira do entendimento exposto no voto da ministra Regina Helena Costa [STJ]".

De acordo com o advogado do grupo no caso, Thyago Bezerra, há ações em outros Estados, mas ele não recorda de nenhuma outra sentença favorável. Ele acrescenta que não há avaliação sobre o impacto financeiro, "pois ainda não estamos aproveitando a decisão" — ou seja, a varejista ainda está fazendo o recolhimento dos impostos.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria Geral do Estado de Rondônia informou que "não se manifesta sobre processos judiciais em trâmite, somente nos autos".

Destaque

Sonegação fiscal
A 5ª Vara Federal de Novo Hamburgo (RS) condenou um ex-administrador de uma empresa de equipamentos industriais de São Leopoldo (RS) pela sonegação de R$ 500 mil. A sentença foi dada em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF). No processo, o órgão narra que o acusado, na condição de administrador e gestor financeiro da empresa, foi responsável pela supressão de R$ 404.096,84 de contribuições previdenciárias e mais R$ 99.101,14 de contribuições sociais para outras entidades e fundos. Ele teria prestado informações falsas às autoridades fazendárias. A defesa sustentou que o réu é inocente, requerendo a sua absolvição. Narrou que não houve dolo por parte dele, que procurou a Receita Federal e buscou o financiamento dos débitos antes da execução, mas não obteve sucesso. Argumentou que a prestação de informações incorretas ocorreu em decorrência de uma confusão do contador, da falta de conhecimento e de condições de pagamento. Para o magistrado, a sonegação de tributos ficou demonstrada através de documentos contidos nos autos, que comprovaram que a empresa efetuava pagamentos como se estivesse em regime de tributação diferente do qual pertencia, prestando informações inverídicas aos órgãos fazendários (com informações do TRF-4).

Supremo mantém cobrança do Difal do ICMS

Beatriz Olivon
De Brasília

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a possibilidade da incidência do diferencial de alíquotas (Difal) do ICMS na compra de bens destinados ao ativo imobilizado e uso e consumo por contribuinte do imposto. Os ministros, por maioria, não aceitaram o argumento de que faltaria lei complementar para a cobrança — diferentemente do que ocorreu no julgamento do STF, de 2023, que envolvia não contribuinte do ICMS. Para eles, nesse caso, haveria previsão legal.

A decisão reverte entendimento da 2ª Turma, após mudança na composição do colegiado. A ação discute a cobrança do Difal do ICMS pelo Estado de São Paulo nas aquisições interestaduais realizadas por empresas do Grupo Neoenergia — consumidores finais e contribuintes do imposto.

O recurso (RE 1471408) foi apresentado pelas empresas contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Para os desembargadores, o entendimento do STF sobre o Difal aplica-se apenas a consumidores finais não contribuintes de ICMS, que compram para uso e consumo sem desempenhar atividade comercial subsequente.

Na 2ª Turma, o entendimento foi mantido por três votos a dois. Prevaleceu o voto do ministro Dias Toffoli. Ele afirma que, no julgamento anterior sobre o Difal, considerou que a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 87, de 2015, em operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em outro Estado, cabe ao Estado de origem o imposto correspondente à alíquota interestadual e ao de destino o imposto correspondente ao diferencial de alíquotas, ficando o remetente do bem ou do serviço responsável pelo recolhimento desse diferencial.

Por causa dessa modificação, o STF entendeu que seria imprescindível a edição de nova lei complementar com regras gerais, já que a existente, a Lei Kandir, não trataria dessa questão. Mas, segundo Toffoli, a EC nº 87 não modificou a disciplina relativa ao ICMS para casos de operações interestaduais com consumidor final contribuinte do imposto.

"Tal como já era previsto no texto original da Constituição Federal, ficou mantida, após essa emenda constitucional, a regra de que cabe ao Estado de origem a alíquota interestadual, e ao Estado de destino o diferencial de alíquotas na hipótese de operações interestaduais com consumidor final contribuinte do imposto", afirma ele em seu voto.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

> "A EC nº 87 não modificou as regras para contribuintes do imposto"
> *Dias Toffoli*

O voto foi acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes e Nunes Marques. Os ministros André Mendonça e Edson Fachin ficaram vencidos. Em julgamento realizado em abril de 2023, no entanto, havia prevalecido o voto de Mendonça (RE 1385852).

Para o ministro, não é suficiente o fundamento de que a própria Constituição basta para autorizar que legislações estaduais prevejam a cobrança do ICMS-Difal, sem a intermediação de uma lei complementar federal de alcance nacional.

"Não fui capaz de vislumbrar razões fáticas ou jurídicas que diferenciassem a hipótese do consumidor final contribuinte de ICMS dos demais casos já resolvidos pelo Plenário deste Supremo Tribunal Federal", afirmou Mendonça no voto. O ministro foi acompanhado pelos ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, que integrava a turma até se aposentar - antes da chegada de Dias Toffoli.

O advogado Leonardo Aguirra, sócio no escritório Andrade Maia, destaca que esse caso é diferente daquele julgado pelo STF em 2023. Aquele precedente, explica, tratava de operações de venda de mercadorias para pessoas que não são contribuintes do ICMS.

O caso, agora analisado, acrescenta o advogado, trata das operações de compra por contribuinte de ICMS de bens de uso e consumo e ativo imobilizado. "A expectativa era que a 2ª Turma reconhecesse a ausência de base legal na Lei Kandir para a cobrança, mas não foi o que aconteceu."

Para Daniel Tessari, do escritório Kincaid Mendes Vianna Advogados, o entendimento adotado agora pela 2ª Turma se alinha ao Fisco e, pelos precedentes citados no voto de Toffoli, pode ser um indicativo de um desfecho desfavorável para a matéria caso, futuramente, a questão seja submetida à repercussão geral — julgamento com efeitos vinculantes para as demais instâncias.

"Extrai-se uma linha de entendimento no STF de que não seria qualquer omissão legislativa que teria o condão de tornar inconstitucional ou ilegal a exigência de um tributo", afirma o advogado.

Procuradas, Neoenergia e a Procuradoria do Estado de São Paulo informaram que ainda não foram intimados da decisão. A empresa, acrescenta, que seu modelo tributário tem "bases sólidas na boa governança fiscal, que exige uma tributação responsável, transparência e compromisso com a sociedade em geral".

Impactos positivos do novo Marco de Garantias

Opinião Jurídica

Marco Deluiggi e Carlos Ximenes

Com menos alarde do que merecia, foi publicada, em 31 de outubro de 2023, a Lei nº 14.711, que ficou conhecida como o "Novo Marco de Garantias". Projeto de iniciativa do Poder Executivo, seu objetivo, declarado em seu artigo 1º, foi o aprimoramento das regras relativas ao tratamento do crédito e das garantias e às medidas extrajudiciais para recuperação de crédito.

Passados alguns meses de sua vigência, e depois dos sustos enfrentados no início de 2023, os mercados — jurídico e financeiro — começam a sentir os impactos positivos dessas alterações, dentre as quais merecem destaque aquelas promovidas pela Lei nº 9.514/1997, mais precisamente no tocante à alienação fiduciária de bens imóveis.

Explica-se: a regulação da alienação fiduciária de coisa imóvel, trazida pela Lei nº 9.514/1997, foi inicialmente estruturada para financiamentos imobiliários. Contudo, esse instituto acabou sendo abraçado pelo mercado para operações que vão muito além disso. Complexos financiamentos empresariais tendo como garantia imóveis de valores multimilionários e financiamentos do agronegócio garantidos por grandes fazendas são alguns exemplos.

A alienação fiduciária, vale lembrar, é o negócio jurídico por meio do qual o fiduciante (aquele que dá o bem imóvel em garantia) contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade resolúvel de coisa imóvel. Isto é, para garantir uma obrigação financeira, a propriedade do bem é transferida ao credor, propriedade esta que volta a ser plenamente do fiduciante quando adimplida a obrigação — por isso, resolúvel.

É a modalidade de garantia que se tornou a mais comum e adequada ao credor para financiamentos destinados à aquisição de imóveis, por apresentar vantagem significativa em relação à hipoteca: permite ao banco financiador, em caso de inadimplemento, excutir a garantia extrajudicialmente, por meio do procedimento previsto nos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/1997.

A vantagem de tal procedimento é ser inteiramente feito em cartório, o que, geralmente, é muito mais célere do que uma ação judicial. Como funciona: provocado pelo fiduciário, o oficial do cartório onde o imóvel está registrado intima o fiduciante a purgar a mora (pagar o valor devido). Caso o fiduciante não pague o quanto devido, o credor terá o direito de consolidar a propriedade em seu nome e levar o imóvel a leilão extrajudicial.

Contudo, como mencionado, nesses quase 25 anos de vigência, essa regulação nem sempre se mostrou adequada para operações mais complexas.

Nesse sentido, por exemplo, o disposto nos antigos parágrafos 2º e 5º do artigo 27 previa que, se o valor do imóvel se mostrasse inferior ao da dívida, o devedor ficava exonerado de pagar a diferença. Essas disposições eram pautadas em compreensível aspecto social — impedir que o financiado perdesse o imóvel residencial e ainda fosse cobrado pela diferença —, mas não se amoldavam às situações de financiamentos mais complexos.

Na prática, nesses casos em que havia risco de o valor do imóvel ser inferior ao da dívida, recomendava-se ao credor optar pela cobrança judicial da dívida, renunciando ao procedimento mais célere.

Para essa situação, o novo Marco de Garantias, em boa hora e atendendo a um apelo dos mercados jurídico e financeiro, separou o joio do trigo: instituiu o artigo 26-A, para regular os "procedimentos de cobrança, purgação de mora, consolidação da propriedade fiduciária e leilão decorrentes de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor".

Nos termos do parágrafo 4º do artigo 27, se no segundo leilão não houver lance que atenda ao referencial mínimo para arrematação, a dívida será considerada extinta, com recíproca quitação.

Contudo, para financiamentos não destinados à aquisição de imóvel residencial, os outrora tão criticados parágrafos 2º e 5º do artigo 27 passaram a prever expressamente a possibilidade de cobrança do saldo da dívida.

Outra alteração importante foi a introdução do artigo 27-A, que trata da vinculação de mais de um imóvel garantindo um determinado débito. Na sistemática anterior, havia receio de o leilão do primeiro imóvel gerar a quitação de toda a dívida. A recomendação, nesses casos, era a realização de um "leilão em bloco", mas que se mostrava difícil do ponto de vista prático e acabava por reduzir liquidez dos imóveis.

Na nova sistemática, permitiu-se expressamente ao credor promover a excussão em ato simultâneo, por meio de consolidação da propriedade e leilão de todos os imóveis em conjunto, ou em atos sucessivos, por meio de consolidação e leilão de cada imóvel em sequência, à medida do necessário para satisfação integral de seu crédito.

Essas novidades vieram somar às regras trazidas pela Lei nº 11.101/2005, conhecida como a Lei de Recuperação Judicial e Falência, que, em seu artigo 49, parágrafo 3º, exclui da recuperação judicial os créditos garantidos por alienação fiduciária.

As alterações introduzidas pelo novo Marco de Garantias, portanto, trouxeram melhores ferramentas ao credor titular de garantia fiduciária sobre imóveis. Esse aperfeiçoamento traz mais segurança jurídica aos credores, gerando assim um aumento na oferta de crédito para operações estruturadas. A lei vem em boa hora. O mercado agradece.

Marco Deluiggi e Carlos Ximenes são sócios na área de litígio do escritório Castro Barros Advogados.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2024/SEMA/MT
LOTES REMANESCENTES DO P.E 005/2024/SEMA/MT.
SEMA-PRO-2023/18065 - SIAG Nº 0018065/2023

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, neste ato representada por sua Pregoeira Oficial, no uso de suas atribuições, torna público o Edital, que visa a "**AQUISIÇÃO DE REAGENTES LÍQUIDOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO LABORATÓRIO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO**".

LANÇAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS: dia 16 de abril de 2024, até às 08h45min do dia 26 de abril de 2024, como referência o horário de Cuiabá-MT.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 26 de abril de 2024, tendo como referência o horário de Cuiabá-MT.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: o edital está disponível na internet, no seguinte endereço: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**. No caso de dúvidas, os interessados poderão entrar em contato pelos telefones: (065) 3613-7308, 3613-3718 (SUPORTE SIAG) ou por meio do endereço eletrônico: **licitacao1@sema.mt.gov.br**.

Cuiabá – MT, 15 de abril de 2024.
BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.
CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 – NIRE 35.300.413.962

Ata de Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2024

Data, Hora e Local: 22/03/2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Santos Dumont, Km 66, Prédio Administrativo. **Presença:** Regularmente convocados, compareceram à reunião todos os membros do Conselho de Administração. Como convidados, estiveram presentes o Diretor Presidente, Sr. Gustavo Müssnich, o Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Fabio Tosta Gadelha Souza, os membros do Conselho Fiscal e os representantes da auditoria externa, Grant Thornton. **Mesa:** Sr. João Villar Garcia, Presidente e Paula Paulozzi Villar, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade:** 1. Os Conselheiros aprovaram as demonstrações financeiras referentes ao ano-exercício de 2023, bem como o Relatório da Administração da Companhia. 2. Os Conselheiros aprovaram o encaminhamento, para a Assembleia Geral, das demonstrações financeiras do ano-exercício de 2023. 3. O Conselho aprovou a Remuneração Global dos Administradores para o período 2024 – 2025 e determinou o encaminhamento do tema para apreciação da Assembleia Geral da Companhia. 4. O Conselho analisou as demonstrações financeiras da subsidiária integral Viracopos Estacionamento S.A. ("VESA") e determinou que o voto, a ser apresentado pela Companhia no âmbito de Assembleia Geral Ordinária da VESA, seja pela aprovação, sem ressalvas. 5. Os Conselheiros resolveram eleger os executivos abaixo para mandato unificado que se inicia nessa ocasião e terminará na RCA de aprovação de contas de 2026: • **Sr. Gustavo Müssnich**, RG de nº 1004139811 (SSP-RS), CPF/MF nº 439.250.650-91, para o Cargo de **Diretor Presidente**; • Sr. **Fábio Tosta Gadelha Souza**, RG nº 11660521-3 IFP/RJ, CPF/MF nº 091.856.337-20, para o cargo de **Diretor Administrativo Financeiro**; • Sr. **Marco Antônio Beme**, RG nº 7070250 SSP/PR, CPF/MF nº 024.796.959-13, ao cargo de **Diretor de Operações**; • Sra. **Maria Siau Feie Fan**, RG nº 9318538 SSP/SP, CPF/MF nº 014.321.518-35, para o cargo de **Diretora Comercial**. 5.1. Os Diretores ora eleitos tomam posse dos seus respectivos cargos nesta data para o cumprimento do mandato unificado que encerrar-se-á em 30/04/2026; mediante assinatura dos respectivos termos de posse com declaração de desimpedimento. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou por se encontrarem sob o efeitos de pena que vede o acesso a cargos públicos. 5.2. A Diretoria Executiva da Companhia fica composta da seguinte forma:

Cargo	Diretor
Diretor Presidente	Gustavo Müssnich
Diretor Administrativo Financeiro	Fabio Tosta Gadelha Souza
Diretor de Operações	Marco Beme
Diretora Comercial	Maria Siau Feie Fan

6. Os membros do Conselho de Administração aprovaram a formalização de Termo Aditivo Contratual com o Advogado especializado contratado para atuar perante o TCU. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi lavrada esta ata que foi por todos os presentes aprovada. (**Mesa:** João Villar Garcia – Presidente; Paula Paulozzi Villar – Secretária. **Conselheiros presentes:** João Villar Garcia, Carlo Alberto Bottarelli, Luciano Barbosa Theodoro, Luiz Fernando Wolff de Carvalho, Roberto Duarte Gusmão e Rogério Amado Barzellay). Campinas, 22/03/2024. (ass.) Paula Paulozzi Villar, OAB/SP 201.610 – Secretária. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 139.958/24-1 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

AVISO DE REABERTURA

Pregão Eletrônico nº 90012/2024 - UASG 200100

LEONARDO SANTOS DA COSTA

Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

ENAUTA ENERGIA S.A.

vedado o substabelecimento. Representante Credenciado Principal: Nome: Clarissa de Barros Thomson. Endereço: Av. Almirante Barroso, 52, 1101 e 1301 (parte), Centro/RJ. Telefone: (21) 3509-5822 ou (21) 3509-5800 e Email: enauta-anp@enauta.com.br **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião de Diretoria, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada por todos os Diretores, bem como pelo Presidente e pela Secretária. RJ, 04/04/24. **Mesa: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa** - Presidente; **Sr. Fabricio Zaluski** - Secretário. **Diretores: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa** - Diretor Presidente; **Sr. Pedro R. Galvão de Medeiros** - Diretor Financeiro; **Sr. Carlos Ferraz Mastrangelo** - Diretor de Operações. JUCERJA em 11/04/24 sob o nº 6176831. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 397ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0001807) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 397ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 397ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 397ª Série da 1ª Emissão – (IF 21K0001807), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 12 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 85ª, 86ª E 87ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 11L0018734/ 11L0018734/ 11L0018829) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 28 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 85ª, 86ª e 87ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 85ª, 86ª e 87ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de outubro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **28 de maio de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 85ª, 86ª e 87ª Séries da 1ª Emissão – (IF 11L0018734/ 11L0018734/ 11L0018829), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 12 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 339ª E 340ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21E0611276/21E0611378) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 339ª e 340ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 339ª e 340ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de maio de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de maio de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **29 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 339ª Série da 1ª Emissão - (IF 21E0611276/21E0611378), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 12 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Ourinvest Investimentos - Holding Financeira S.A.

Acionistas Presentes: Bruce Thomas Philips, Charles Assine; Daniel O. Assine; David Assine, George Meisel, Ralph Ezra Bigio e Rodolfo Schwarz. **David Assine -** Presidente, **Daniel O. Assine -** Secretário. JUCESP nº 130.773/24-4 em 01.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 50ª EMISSÃO (IF 22G1136254/ 22G1136327/ 22G1136492) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de novembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão – (IF 22G1136254/ 22G1136327/ 22G1136492), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 12 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP convocados para comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que serão realizadas no dia 23 de abril de 2024, às 11 horas, na sede social da companhia, localizada na Rua Águeda Gonçalves, nº 240, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

I - EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Item 01 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Item 02 - Deliberar sobre a Destinação do Lucro do Exercício de 2023;

Item 03 - Deliberar sobre a distribuição de dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio.

Item 04 - Deliberar sobre o aumento do Capital Social, mediante incorporação do saldo de Lucros Retidos.

Item 05 - Eleger os membros para o Conselho Fiscal.

Item 06 - Eleger os membros para o Conselho de Administração.

II - EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Item 01 - Deliberar sobre a Política Remuneratória dos Administradores (para o período de abril/2024 a março/2025).

Item 02 - Alteração do Estatuto Social (*caput* do art. 3º, art. 10º, inciso XXVIII do art. 14, *caput* do art.25, título do Capítulo IX, caput do art.29 e do caput do art.31 e exclusão do art. 30 com renumeração dos seguintes).

Item 03 - Outros assuntos de interesse da Sociedade.

COMUNICADO AOS ACIONISTAS

(em atendimento ao §3º do art.289 da Lei Federal nº 6.404/1976)

Comunicar aos acionistas quanto à alteração de jornal de grande circulação onde as publicações ordenadas por Lei passarão a ser publicadas, qual seja: Gazeta de São Paulo.

JOÃO GERMANO BÖTTCHER FILHO

Presidente do Conselho de Administração

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Gestão e Governo Digital

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 211ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21K1027203) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 211ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 211ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 11:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 211ª Série da 4ª Emissão – (IF 21K1027203), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

VELOCE LOGÍSTICA S.A. - CNPJ/MF nº 10.299.567/0001-64 - NIRE 35.300.360.711

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024

Data, Hora, Local: 27.02.2024, às 9h, na sede social, na Avenida Luiz Merenda, nº 215, Diadema/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa:** Takeshi Mitsui, Presidente; e Yusuke Shionoya, Secretário. **Deliberações Aprovadas: (i)** a destituição dos Srs.: **Takeshi Mitsui**, japonês, casado, administrador, passaporte japonês nº TT1755374, residente em Tóquio, Japão, do cargo de Presidente do Conselho de Administração; e **Naoya Kubo,** japonês, casado, do comércio, passaporte japonês nº TK6370303, residente em Tóquio, Japão, do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração **(ii)** a eleição dos Srs.: **Daisuke Hori**, japonês, casado, administrador, passaporte japonês nº TS0954872, residente em Tóquio, Japão, para Presidente do Conselho de Administração; e **Genta Murai**, japonês, casado, administrador, passaporte japonês nº TS3425699, residente em Tóquio, Japão, para Vice-Presidente do Conselho de Administração. O Presidente e o Vice-Presidente, ora eleitos, serão empossados em seus cargos nos termos da lei e do Estatuto Social, mediante assinatura do respectivo termo de posse e declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer o referido cargo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, e não receberão qualquer remuneração pelo exercício do cargo, com prazo de mandato unificado até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/03/2023. Fica ratificada a composição do Conselho de Administração, sendo: **Presidente - Daisuke Hori; Vice-Presidente - Genta Murai; e Conselheiros - Shigeo Yanai e Yusuke Shionoya**. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 27.02.2024. **Acionistas:** Mitsui & Co., Ltd. (p.p. Shigeo Yanai) e Mitsui & Co. (Brasil) S.A. (p.p. Shigeo Yanai). JUCESP nº 142.608/24-5 em 09.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 227ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20F0734290) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 28 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 227ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 227ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de junho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **28 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 227ª Série da 1ª Emissão – (IF 20F0734290), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documen

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 238ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0907914) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 28 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 166ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20K0115319) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 28 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

INÊS249

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ
CNPJ nº 11.513.961/0001-16
AVISO DE LICITAÇÃO
COLETA DE PREÇOS Nº 002/2024

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Agência das Bacias PCJ torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, por meio de seleção de propostas na modalidade de Coleta de Preços do tipo técnica e preço, a contratação de empresa de engenharia para execução de estudos hidrogeológicos para avaliação de áreas de restrição e controle nas bacias PCJ: áreas urbanas de Americana e Nova Odessa (SP), subordinando-se às disposições da Resolução ANA nº 122/2019. Os envelopes com a documentação e as propostas deverão ser entregues na sede da Agência das Bacias PCJ, localizada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, sala 604, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP, até às 09h00 do dia 17 de maio de 2024. O início da abertura dos envelopes será às 09h30 do dia 17 de maio de 2024 na Sala 803, situada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP. O Ato convocatório completo encontra-se à disposição na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ, na Rua Alfredo Guedes, 1949, Edifício Rácz Center, sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, no site www.agencia.baciaspcj.org.br e no site www.comitespcj.org.br. **Eduardo Massuh Cury** - Presidente da Comissão de Licitações. **Sergio Razera** - Diretor-Presidente.

SHOPPING CENTER IBIRAPUERA S/A

CNPJ/MF nº 58.579.467/0001-18 - NIRE nº 35300118502

Edital de Convocação

Ficam convidados os Acionistas do **Shopping Center Ibirapuera S/A** (Companhia) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, **sob forma exclusivamente digital**, a ser realizada no dia 26 (vinte e seis) de abril de 2024, às 10:00 horas (dez horas), para deliberar sobre as matérias dispostas no art. 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Informações Gerais:** O voto do acionista será proferido mediante envio de Boletim de Voto a Distância. Os acionistas que tiverem interesse em participar e votar na AGO deverão, impreterivelmente, até o dia 25 de abril de 2024, encaminhar e-mail para assembleiasa@ibirapuera.com.br e em resposta à Companhia fornecerá as demais instruções, bem como o link da plataforma digital a ser utilizada e o modelo de Boletim de Voto.

São Paulo, 10 de abril de 2024
Salim Haddad Netto
Presidente do Conselho de Administração

Integral Participações S.A.

CNPJ/MF nº 02.927.225/0001-13

Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Acionistas da Integral Participações S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 26 de abril de 2024, às 19:00 horas em primeira chamada e 19:30 horas em segunda chamada, na sala de eventos do Salto Plaza Hotel S.A. na Avenida Getúlio Vargas 444, Jardim Elizabeth em Salto/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Matérias Ordinárias: a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2023; **b)** Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2023; **c)** Fixação de Verba para remuneração dos órgãos da Administração; Comunicamos que se encontram a disposição dos Acionistas, na sede social, e publicado no site www.saintegral.com.br os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31/12/2023. Salto (SP), 12 de abril de 2024. **Conselho de Administração:** *Mansueto Henrique Lunardi* – Presidente, *Mauro Martins de Campos* – Vice-Presidente. (13, 15 e 16/04/2024)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 143ª E 144ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 20G0926826/ 20G0926827) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 143ª e 144ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 143ª e 144ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **08 de maio de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 143ª e 144ª Séries da 4ª Emissão – (IF 20G0926826/20G0926827), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 239ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19L0907949) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 239ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 239ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **07 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **29 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 239ª Série da 1ª Emissão – (IF 19L0907949), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 12 de abril de 2024. **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 316ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0457416) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **07 de maio de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de maio de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 316ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0457416), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 205ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21K0002026) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 205ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 205ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **15 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de junho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 205ª Série da 4ª Emissão – IF 21K0002026), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 15 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 104ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 22A0181986) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 104ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 104ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **15 de maio de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de junho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 104ª Série da 4ª Emissão – (IF 22A0181986), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 335ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0543780) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 29 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 335ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 335ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de maio de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **29 de maio de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 335ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0543780), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 12 de abril de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 338ª E 345ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0099843/ 21F0136519) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de maio de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 338ª e 345ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21F0099843/21F0136519), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 163ª, 164ª E 165ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 20L0522230/20L0522964/ 20L0523180) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 163ª, 164ª e 165ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 163ª, 164ª e 165ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **09 de maio de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 163ª, 164ª e 165ª Séries da 4ª Emissão – (IF 20L0522230/20L0522964/20L0523180), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 478ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0945873) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **08 de maio de 2024, às 14:15 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de maio de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificado no título do e-mail a operação (CRI 478ª Série da 1ª Emissão – (IF 22B0945873), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhado do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 15 de abril de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 240 LOTES - DIA: 17/04/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 17/04/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 3C6UR5FL4LG156510 - 9BGCA80X0FB179515 - 9BGCA80X0DB322527 - 9BGEB48A0LG232322 - 9882261APPKF13142 - 93YHJD205PJ223448 - 9BD341A4XLY639525 - 9BFZH55L4M8086751 - 9BWCA05W47P093765 - 9BGJB69X0DB183723 - 9BD196272E2194454 - 9BWDA05UXCT053064 - 9BGR20890NG100750 - 9BFZK53A1BB280408REM - 9BGRY08909G129290 - 9C6RH1150N0010010 - 9C2MC4410NR008177 - 9C2KC2500R110449 - 9C6KG0380H0007510 - 9C2KC2210LR009054 - 9C2MC4430MR004380 - 8AGBN69S0KR101360 - 94DBCAN17GB110942 - 9BD17309PB4338637 - 9BGJR7520HB149581 - 3VWHE61K69M153982 - 9BGRZ08909G131209 - 93YF62000PJ444164 - 94BL0262MMR048271 - 94BB0902MMR048270 - 9UWSHX76ALN026472 - 9BWAB45U3GT069961 - 9BHBH51DAEP055460 - 9BFZB55H8E8867951 - 9BD195A4ZM0900620 - KMHFC41DBBA543035 - JMYLYV98W8JA02739 - 9362NKFWXCB005191 - 9BFZE55H8C8689169 - 9BWAB05Z5A4148487 - 9BD195152D0458696 - 9BWAA05W1DP009727 - 9BFZH55LXG8345649 - 9BD196271F2228256 - 9BWCB05X43P072362 - 9BD196271D2069914 - 9BFZK53A8BB224388 - 9BD17106G85051192 - 9BWAA05U2EP068768 - 9C2KC2200PR602600 - 9C2KC2200PR086723 - 9BGEB48H0MG171393 - 9BWCA05X65T024931 - 9BGXF75004C157414 - 9BWAA05U4BT085008 - 9BGXH68808C174138 - 9BFZK53A1CB366888 - 9BGRJ6940AG247838 - 9BWDA05U6AT066455 - 9362AKFW988067772 - 9BD17164LD5824241 - 9BWAA05U8CP061644 - 9BGCA80X0DB254534 - 9BD195A62F0643193 - 93YHSR2LAFJ666815 - 9BWAG4128FT514201 - 9BD17164LD5866652 - 9BFZF55A9D8414976REM - 93YBSR1TH9J183624 - 9BWAA45Z4D4144817 - 93YBSR2TH8J048647 - 9BWPB45Z6C4074534 - 93HES16502Z108763 - 9BWKB05Z98409351 - 9BD196271E2198774 - 9BWZZZ377T105845 - 3FADP4BK2BM122951 - 9BWAA05W69T022293 - 9BGRZ08908G143068 - 9BD195162C0208825 - 93YBSR86KDJ463611 - 9BWAB45U3EP128884 - 3VWDJ2164DM091349 - 9BFZE16F378768695 - 9BFZF55A2C8246399 - 9BGTU48W05B229685 - 8A1BB8215DL372230 - KMHJM81BP8U900195 - 9BWAA05WXEP046941 - 8AFCZZFFC2J256292 - 9362MKFWXBB066089 - WVWLT83C7BP045688 - 9BD15822786017834REM - 9BWCA05W58T167977 - 8BCLDRFJ2G5238839 - 9BWKA05Z2B4053614 - 9BD158027B4976055 - 9BWAA05U7DP038745 - 9C2ND1110ER027617 - 9C2KC2200MR017831 - 9BGAB69W07B175837 - 9BWHB09N58P046136 - 9BD17206G73267850 - 9BGXM68809B140160 - 9BFZB55H1D8822056 - 9BWKA05Z374080447 - 9BFZK53A29B118514 - 9BWAB05U9BT169371 - 9BHBG51CADP093367 - 9BWAA05U7DT096989 - 9BFZF16P168467783 - 8BCLDRFJWBG531921 - 9BWDB45U9FT077655 - 935FCKFYVCB543915 - 9BWAB45Z2F4063038 - 9BFPGZPPA8B861941REM - 9BWBH6BF1M4071170 - 9BD341ACYNY791988 - 9BWAA05U0CT195801 - 9BHBG51CAHP766071 - 9BGSN19908B187338 - 9BD19241X33010480 - 9BFZK53A29B074787REM - 8AD3CN6B48G058205 - 8AFUZZFHCAJ312290 - 9BGSA19E05B252675 - 93YRBB006KJ703743 - 9BWAA01J784029482 - 9BGSA19909B144646 - 9C2MD4100PR112264 - 9C2JF8500KR105472 - 9C2KC2210KR040061 - 99HJT2050NS002403 - 93YLSR1RH9J111371 - 3GNCL13VX9S617596 - 8AFPZZFHA9J457230 - 9BHBG51CAHP127564 - 9BD171222H7612553 - 9BRBD48E6B2519137 - 9BD195173C0256347 - KNAPB817BG7829361 - 9BWAA05W1EP047976 - 93HFA6560AZ104422 - 9BWKB45U8FP004227 - 9BGAB69W08B248583 - 9BFZH55L2J8014507 - 9BD17122ZG7605688 - 9BGKL48U0JB112464 - 9BD11058CB1537696 - 9UK64ED15T0208094 - 3FAHPOCG0AR217773 - 988611122GK070795 - 96PERHA12GF501288 - 9C6RG3810J0010579 - 9C6DG2550J0002195 - 9BD17164LE5887803 - 3FAHP08Z19R119762 - 9BD196271E2204518 - 9BFZF12C338062085 - 9BD19515ZG0739595 - 9BWAB45Z5D4008290 - 9BD341A4XJY507928 - 9BD13531SF2279877 - 9BWAG45U5KT126249 - 8AC907843ME196249 - 9BGAB69W08B201722 - 9362EN6A98B067553 - 9BFZK53AXDB458762REM - 8A1BB8215FL758381 - 9BD19510ZF0666097 - 3GNFLME79AS544836 - 9BD195102D0457434 - LJ12FKR1XC4291548 - 935CHN6A87B509901 - LXYJCNL02G0233617 - 9C2JC4830MR104679 - 9C2JC4830NR003190 - 9BRBB42E3A5115711 - 9BGSU19F0DB264944 - 9BD195A4ZM0900311 - WAUBYAF30L1049297 - 3KPFN414BKE232565 - 9BD17241ZA3531976 - 9321KTP74PD619930 - 9C2KC2200PR215309 - 9C2NC6100PR017955 - 9C2KC2200PR116296 - 9C2KC2210PR049814 - 9321YLK75ND028508 - WBAFE8109AL300819 - 8AD2MKFWXBG061972 - 9BWAA05Z6C4014982 - 9BD195A4ZM0917408 - 9BWCA05W67P011177 - 935FCKFVYCB505853 - 3VWSY49M07M609818 - 9BGXM68809B222500 - 9BWAH58Z2KP567641 - 93YBSR7UHCJ941528 - 9BWDB45U9FT062377 - WBAHS71080P893229 - 9BHPA81BBRP100957 - JTMDD4EV1D5006383 - 9C2ND1120LR001382 - 9BGXM75N0AC142285REM - MMBGUKS10MH002514 - 9362MKFWXEB046244 - KNALN414BC5076403 - 94DFFUK13KB104048 - 3FAHP0JA8AR162035 - 9BHBG51DAEP162170 - 9BWDB05U7BT015304 - 9BGRG48F0CG110731 - 9BD341A5XLY643997 - 9BGJB7520KB119399 - KNABX514ACT256099 - 9BGSU19F0BB217131 - 9BFZE12P668743870 - KMHD351GBEU091527 - 9BRBDWHE2F0236912 - JF1SJ5LC5GG207683 - 9BRK19BT6E2022610 - 93YRBB004JJ191348 - 8AGSA19908R155466 - 9BGJC69X0FB166554 - 8BCLDRFJVBG542406 - 9BD2651DHM9203259 - 8AJEZ39G6B2532968 - 8AFAR23L3KJ127312 - 8AJYZ59G083026497 - 93ZC35B01F8465147 - 935035GVYLB517929 - 9BRBY3BE8L4004797 - 94DFCAP15N8140663 - 936CMNFNVLB518295.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

COTAÇÃO ELETRÔNICA **Nº 01/DRE-IQ/2024** - Processo SEI **Nº 6016.2024/0012895-3**

OBJETO: **Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de copeiragem (com fornecimento de utensílios e material de limpeza para preservação e conservação dos ambientes)** - TIPO: **MENOR PREÇO** - Data/hora da sessão pública: **25/04/2024, às 08 horas** - Local: https://www.gov.br/compras - Download do edital: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar .

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA ENERGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - SindiEnergia
CNPJ/MF nº 60.524.212/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as associadas deste Sindicato com sede à Rua Amália de Noronha 151 – cj. 703 – Pinheiros – São Paulo – SP, a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada de maneira híbrida, conforme autorizado pelo Artigo 4º-A da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no **dia 30 de abril de 2024, às 10:30 horas**, em primeira convocação com a participação da maioria das associadas, e, às **11:00 horas**, em segunda convocação, com qualquer número de participantes, a fim de examinar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Análise e deliberação a respeito das demonstrações financeiras, balanço patrimonial e demais peças do exercício de 2023, com pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e da auditoria externa independente; b) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 16 de abril de 2024.
Alexei Macorin Vivan
1º Vice-Presidente do Conselho de Administração

Holding XS1 S.A.

CNPJ/MF nº 38.122.269/0001-13 - NIRE/SP 35.3.0059364-2

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 08/02/2024

Em 08/02/2024, às 18h, na sede social, com a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Benjamin Bernard Henri Sacksteder; Secretária: Raquel Quaresma de Lima. **Deliberações Unânimes:** Os acionistas tomaram conhecimento da renúncia do cargo de membro do Conselho de Administração pelo Sr. **Stéphane Marie Christian Abel Dedeyan**, conforme Carta recepcionada na Cia. em 05.02.2024. Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a eleição do membro do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Sra. **Marie-Aude Thépaut**, francesa, em união estável, portador do passaporte nº 18AP32503, residente e domiciliado na Cidade de Versalhes, França, com endereço comercial na 4, Promenade Cœur de Ville, Issy-les-Moulineaux 92130, França, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, atualmente vago, pelo mandato unificado com os demais membros até 30 de dezembro de 2024, permitida a reeleição. O membro do Conselho de Administração ora eleito toma posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse em livro próprio e declara sob as penas da lei e nos termos do Artigo 147 da Lei das S.A., não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; bem como cumprir todos os demais requisitos dispostos no Artigo 147 da Lei das S.A. **5.3.** Após as alterações acima, consolidasse a composição do Conselho de Administração:

Composição Atual	Indicação
Maximiliano Alejandro Villanueva	CNP Assurances
Véronique Denise Andrée Weill	CNP Assurances
Thomas Behar	CNP Assurances
Marie-Aude Thépaut	CNP Assurances
Gustavo Sampaio Valverde	CNP Assurances
Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado	CNP Assurances
Adriana Nascimento Moreira da Silva	Caixa Seguridade
Marcelo Ângelo de Paula Bomfim	Caixa Seguridade
Carlos Antônio Vieira Fernandes	Caixa Seguridade
Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos	Caixa Seguridade
Wellington César Lima e Silva	Caixa Seguridade

Aprovar, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 31 de março de 2024, de acordo com o artigo 132, inciso III, da Lei das Sociedades Anônimas, a eleição do membro do Conselho Fiscal, nos seguintes termos, como membro efetivo: o Sr. **Jorge Pedro de Lima Filho**, RG nº 2.058.033- SSP/PE, CPF/MF nº 354.072.474-53, em substituição a Sra. **Alenir de Oliveira Romanello**, com mandato até 31 de março de 2024, permitida a reeleição. As Acionistas agradecem a Sra. **Alenir de Oliveira Romanello** pelos serviços prestados durante seu mandato. O membro do Conselho Fiscal ora eleito toma posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse em livro próprio e declara sob as penas da lei e nos termos do Artigo 147 da Lei das S.A., não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; bem como cumprir todos os demais requisitos dispostos no Artigo 147 da Lei das S.A. O Conselho Fiscal permanece com três cargos vagos de membro suplente e um cargo de membro efetivo vagos até posterior deliberação. Após as alterações acima, consolidasse a composição do Conselho Fiscal:

Composição Atual	Função	Indicação
Sérgio Ruffoni Guedes	Membro Efetivo	CNP Assurances
Vago	Membro Suplente	CNP Assurances
Humberto Cavalcante Lacerda	Membro Efetivo	CNP Assurances
Vago	Membro Suplente	CNP Assurances
Iraneth Rodrigues Monteiro	Membro Efetivo	Caixa Seguridade
Luiz Felipe Figueiredo de Andrade	Membro Suplente	Caixa Seguridade
Jorge Pedro de Lima Filho	Membro Efetivo	Caixa Seguridade
Matheus de Mendonça Marques	Membro Suplente	Caixa Seguridade
Vago	Membro Efetivo	Independente
Vago	Membro Suplente	Independente

Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas neste ato. Nada mais. São Paulo, 08/02/2024. **Mesa: Benjamin Bernard Henri Sacksteder -** Presidente da Mesa; **Raquel Quaresma de Lima -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 125.826/24-2 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LWART PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 51.518.702/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de reais - R$)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	131.719	259.865	429.653	467.664
Aplicações financeiras	-	-	6.504	9.705
Contas a receber de clientes	26	26	214.389	206.542
Contas a receber com partes relacionadas	162	288	-	-
Estoques	-	-	171.493	136.301
Tributos a recuperar	2.044	3.206	11.606	9.203
Contas a receber pela venda de controlada	11.305	1.923	11.305	1.923
IR e CS diferidos	1.426	-	1.426	-
Ativo disponível para venda	-	2.941	-	3.325
Outros valores a receber	64	10.603	19.031	35.907
Total do ativo circulante	146.746	278.852	865.407	870.570
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	-	12.917	11.335
Tributos a recuperar	-	-	14.543	14.837
IR e CS diferidos	-	-	17.032	-
Contas a receber pela venda de controlada	-	4.610	-	4.633
Investimentos	764.835	555.505	-	-
Ativos de direito de uso	-	-	955	1.591
Imobilizado	906	426	442.713	371.599
Intangível	820	805	276.947	53.786
Outros valores a receber	23	23	2.579	1.123
Total do ativo não circulante	766.584	561.369	767.686	458.904
Total do ativo	913.330	840.221	1.633.093	1.329.474

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	138.020	49.561
Fornecedores	309	94	46.277	39.856
Partes relacionadas	292	-	-	-
Pagável a ex-sócio	12.896	42.642	12.896	42.642
Aquisição de controlada	-	-	-	5.688
Obrigações sociais	1.880	2.184	40.925	34.405
Obrigações fiscais	75	187	4.678	6.776
Parcelamentos tributários	-	-	1.312	-
Passivo de arrendamento	-	-	667	613
IR e CS	-	192	638	29.973
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	20.105	11.436
Passivo disponível para venda	-	-	-	1.090
Outras contas a pagar	26	2	10.836	9.990
Total do passivo circulante	15.478	45.301	276.354	232.030
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	335.517	274.868
Pagável a ex-sócio	71.176	78.493	71.176	78.493
Aquisição de controlada	-	-	92.973	1.925
Dividendos a pagar	34.767	34.767	34.767	34.767
Partes relacionadas	-	983	-	-
Parcelamentos tributários	-	-	3.032	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.940	9.596
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	517	495	4.650	5.990
IR e CS diferidos	-	1.602	16.796	12.174
Passivo de arrendamento	-	-	386	1.051
Outras contas a pagar	-	-	110	-
Total do passivo não circulante	106.460	116.340	565.347	418.864
Patrimônio líquido				
Capital social	255.477	255.477	255.477	255.477
Reserva conforme estatuto social	37.434	31.461	37.434	31.461
Reserva de lucros não realizado	318.030	-	318.030	-
Reservas de lucro	180.451	391.642	180.451	391.642
Total do patrimônio líquido	791.392	678.580	791.392	678.580
Total do passivo e patrimônio líquido	913.330	840.221	1.633.093	1.329.474

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	119.466	216.958	119.466	216.958
Total do resultado abrangente do exercício das operações continuadas	111.604	215.604	110.883	216.401
Total do resultado abrangente do exercício das operações descontinuadas	7.862	1.354	8.583	557
Total do resultado abrangente do exercício	119.466	216.958	119.466	216.958

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros não realizado	Reserva legal	Reserva de lucro disponível para distribuição	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022	255.477	-	20.613	189.534	-	465.624
Lucro liquido do exercício	-	-	-	-	216.958	216.958
Reserva legal	-	-	10.848	-	(10.848)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(4.002)	(4.002)
Transferência para reserva de lucro disponível para distribuição	-	-	-	202.108	(202.108)	-
Em 31 de dezembro de 2022	255.477	-	31.461	391.642	-	678.580
Lucro liquido do exercício	-	-	-	-	119.466	119.466
Reserva legal	-	-	5.973	-	(5.973)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(6.654)	(6.654)
Transferência para reserva de lucro disponível para distribuição	-	-	-	106.839	(106.839)	-
Constituição de reserva de lucro não realizado	-	318.030	-	(318.030)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	255.477	318.030	37.434	180.451	-	791.392

Demonstração do resultado

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de contratos com clientes	-	-	1.208.011	1.157.019
Custo dos produtos vendidos	-	-	(888.519)	(735.612)
Lucro bruto	-	-	319.492	421.407
Com vendas	-	-	(57.509)	(32.814)
Gerais e administrativas	(14.257)	(8.994)	(125.140)	(74.599)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	7.499	(7.660)	12.719	(8.094)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	107.110	213.785	-	1.716
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	100.352	197.131	149.562	307.616
Receitas financeiras	24.009	32.925	63.926	62.823
Despesas financeiras	(6.723)	(9.484)	(68.162)	(60.447)
Variação cambial	-	(1)	7.895	21.593
Lucro antes do IR e da CS	117.638	220.571	153.221	331.585
IR e CS correntes	(6.015)	(5.260)	(53.127)	(116.532)
IR e CS diferidos	(19)	293	10.789	1.348
Lucro líquido das operações continuadas	111.604	215.604	110.883	216.401
Lucro líquido básico e diluído por ação das operações continuadas (R$)	0,47	0,84		
Operações descontinuadas				
Lucro líquido das operações descontinuadas	7.862	1.354	8.583	557
Lucro líquido básico e diluído por ação das operações descontinuadas (R$)	0,00	0,01		
Lucro líquido do exercício	119.466	216.958	119.466	216.958
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$)	0,47	0,85		

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido de operações continuadas e descontinuadas	119.466	216.958	119.466	216.958
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido originado das atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(107.110)	(213.785)	-	1.716
IR e CS corrente	6.015	5.260	53.127	116.532
IR e CS diferido	19	(293)	(10.789)	(1.348)
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	-	-	3.783	7
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	22	48	-	1.675
Ganho na baixa de ativo imobilizado e bens destinados à venda	-	-	(7.401)	(1.857)
Resultado com transferência de ativo destinado pra venda	-	(1.694)	-	-
Depreciação e amortização	263	134	32.106	24.857
Baixa de ágio por impairment	-	7.584	-	7.584
Baixa de prejuízo fiscal por incorporação	-	-	-	(217)
Demais juros e variações monetárias	5.522	7.823	1.942	8.154
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	-	-	38.722	2.470
Juros provisionados sobre arrendamento	-	-	125	171
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	-	(1.335)
Constituição de provisão para baixa de estoque	-	-	997	234
Ajuste a valor presente (AVP)	-	-	(3.687)	3.140
Provisão para parada geral	-	-	506	-
Ganho na venda de operação descontinuada, líquido de impostos	(16.824)	(10.175)	(16.824)	(10.067)
Variação do valor justo com instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.904	20.191
Provisão com comissões - VitalForce	-	-	3.200	-
	7.373	11.860	220.177	388.865
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	(26)	96.714	(64.147)
Partes relacionadas	126	280	-	-
Estoques	-	-	(12.523)	5.737
Tributos a recuperar	1.473	(2.385)	2.882	(17.013)
Outros valores a receber	5.767	6.887	24.520	(2.238)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	507	(492)	2.605	15.872
Obrigações fiscais	448	432	282	6.093
Obrigações sociais	(283)	901	4.525	7.712
Variações das provisões	-	-	(691)	(736)
Outras contas a pagar	25	(42)	(23.126)	5.493
Parcelamentos tributários	-	-	(616)	-
Caixa gerado nas operações	15.436	17.415	314.749	345.637
IR e CS sobre o lucro liquido pagos	(10.460)	(8.724)	(88.282)	(131.580)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(47.602)	(15.684)
Juros pagos sobre arrendamento	-	-	(125)	(170)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.976	8.691	178.740	198.203
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(759)	(108)	(86.582)	(145.935)
Alienação de operações descontinuadas, líquido de caixa alienado junto com a operação	20.119	10.000	20.119	10.000
Venda de imobilizado e bens destinados à venda	-	-	9.264	1.905
Aplicação financeira	-	-	(7.561)	(9.777)
Caixa oriundo de aquisição	-	-	2.450	-
Lucros e dividendos recebidos	30.000	201.000	-	-
Aporte de capital em controlada	(132.220)	-	-	(34.859)
Aquisição de controlada	-	-	(122.205)	-
Aumento de capital	-	-	-	(9.500)
Caixa originado das atividades de investimentos	(82.860)	210.892	(184.515)	(188.166)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Pagável a ex-sócio	(42.625)	(42.754)	(42.625)	(42.754)
Distribuição de lucros	(6.654)	(4.002)	(6.654)	(4.002)
Partes relacionadas	(983)	-	-	-
Amortização de financiamentos	-	-	(145.561)	(13.179)
Captação de financiamentos	-	-	163.215	233.272
Arrendamentos	-	-	(611)	(565)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(50.262)	(46.756)	(32.236)	172.772
(Redução) aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(128.146)	172.827	(38.011)	182.810
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	259.865	87.038	467.664	284.854
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	131.719	259.865	429.653	467.664
(Redução) aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(128.146)	172.827	(38.011)	182.810

Contexto Operacional

A Lwart Participações e Empreendimentos S.A. é uma "holding" não operacional, localizada no município de Lençóis Paulista/SP, tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. Principais controladas e suas operações: Lwart Soluções Ambientais, líder nacional no rerrefino de óleo lubrificante, com 18 unidades de armazenamento, mais de 700 veículos e uma capacidade anual de processamento de mais de 240 mil m³ de óleo lubrificante usado, atendendo mais de 80 mil clientes em cerca de 4.000 municípios. Além disso, trata resíduos sólidos comerciais e industriais, com um compromisso sustentável de quase 50 anos. Lwart Agro Industrial Ltda., está focada na revenda, indústria, comércio e produção agropecuária.

Diretoria — Thiago Luiz Trecenti - Diretor; Carlos Renato Trecenti - Diretor Presidente

Controller — Ronise C. Neubern Zago — CRC 1SP217063/O-5

As demonstrações financeiras completas incluindo notas explicativas e relatório da auditoria independente encontram-se na sede da Companhia.

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ nº 61.529.343/0001-32 – NIRE 35.300.053.800

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária - Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, a serem realizadas cumulativamente no dia 29.4.2024, às 11h30, de modo exclusivamente digital, a fim de: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** • Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para aumentar o número máximo de integrantes da Diretoria, elevando de 5 (cinco) para 6 (seis) membros, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 13 do Estatuto Social. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2. Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício de 2023; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração; e 4. Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores.

Participação nas Assembleias: Credenciamento: Os acionistas interessados em participar das Assembleias, que serão realizadas de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, deverão solicitar seu credenciamento até às 8h do dia 29.4.2024 (data das Assembleias), transmitindo, concomitantemente, os documentos abaixo indicados para o *e-mail* secretariagovernanca@bradesco.com.br. **Documentos Necessários:** Documento de identidade (com foto) e/ou os documentos societários (no caso de acionistas pessoas jurídicas). Os acionistas poderão, ainda, ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista ou administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus Estatutos/Contratos Sociais. **Confirmação do Credenciamento e Recebimento do *Link*:** Os acionistas receberão um acesso intransferível para sua participação virtual nas Assembleias até às 11h do dia 29.4.2024 (data das Assembleias). A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia e que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Este Edital de Convocação, as Propostas do Conselho de Administração, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade e no Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, Vila Yara, Osasco, SP - CEP 06029-900. Cidade de Deus, Osasco, SP, 15 de abril de 2024. *Luiz Carlos Trabuco Cappi* - Presidente do Conselho de Administração.

LWART SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A

CNPJ nº 46.201.083/0001-88

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - (Em milhares de reais - R$)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	236.501	207.681
Aplicações financeiras	6.504	9.705
Contas a receber de clientes	166.499	206.516
Partes relacionadas	477	5
Estoques	150.931	136.301
Tributos a recuperar	8.936	5.984
Outros valores a receber	17.523	25.304
Total do ativo circulante	587.371	591.496
Não circulante		
Aplicações financeiras	12.917	11.335
Tributos a recuperar	12.926	14.837
Outros valores a receber	1.239	1.059
Ativos de direito de uso	955	1.591
Imobilizado	402.622	370.712
Intangível	74.226	52.981
Total do ativo não circulante	504.885	452.515
Total do ativo	1.092.256	1.044.011

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	94.619	49.561
Fornecedores	35.105	39.762
Partes relacionadas	156	999
Aquisição de controlada	-	5.688
Obrigações sociais	35.667	32.221
Obrigações fiscais	4.201	6.589
Passivo de arrendamento	667	613
Imposto de renda e contribuição social	638	29.781
Instrumentos financeiros derivativos	19.996	11.436
Outras contas a pagar	5.086	9.988
Total do passivo circulante	196.135	186.638
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	223.887	274.868
Aquisição de controlada	2.346	1.925
Instrumentos financeiros derivativos	5.940	9.596
Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas	3.871	4.305
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.708	10.572
Passivo de arrendamento	386	1.051
Total do passivo não circulante	253.138	302.317
Patrimônio líquido		
Capital social	287.885	287.885
Reserva conforme estatuto social	37.068	31.172
Reserva de incentivos fiscais	318.030	-
Reserva de lucros	-	235.999
Total do patrimônio líquido	642.983	555.056
Total do passivo e patrimônio líquido	1.092.256	1.044.011

Demonstração do resultado abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	117.927	215.202
Resultado abrangente do exercício	117.927	215.202

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucro disponível para distribuição	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022	284.000	-	20.412	231.286	-	535.698
Lucro liquido do exercício	-	-	-	-	215.202	215.202
Incorporação total	3.885	-	-	271	-	4.156
Complemento de reserva conforme estatuto social	-	-	10.760	-	(10.760)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(200.000)	-	(200.000)
Transferência para reserva de lucro disponível para distribuição	-	-	-	204.442	(204.442)	-
Em 31 de dezembro de 2022	287.885	-	31.172	235.999	-	555.056
Lucro liquido do exercício	-	-	-	-	117.927	117.927
Complemento de reserva conforme estatuto social	-	-	5.896	-	(5.896)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Transferência para reserva de lucro disponível para distribuição	-	-	-	82.031	(82.031)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	318.030	-	(318.030)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	287.885	318.030	37.068	-	-	642.983

Demonstração do resultado

	2023	2022
Receita de contratos com clientes	1.153.942	1.170.470
Custo dos produtos vendidos	(862.548)	(749.781)
Lucro bruto	291.394	420.689
Despesas operacionais		
Com vendas	(31.775)	(32.735)
Gerais e administrativas	(96.631)	(65.664)
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência	-	1.716
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	5.786	(352)
Resultado antes do resultado financeiro	168.774	323.654
Receitas financeiras	37.820	29.883
Despesas financeiras	(43.280)	(30.423)
Variação cambial	7.860	1.057
Lucro antes do IR e da contribuição social	171.174	324.171
Imposto de renda e contribuição social correntes	(47.112)	(111.163)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.135)	2.194
Lucro líquido do exercício	117.927	215.202
Lucro líquido por ação (em reais)	0,41	0,75

Contexto Operacional

A Lwart Soluções Ambientais, localizada no município de Lençóis Paulista/SP, é líder nacional no rerrefino de óleo lubrificante, com 18 unidades de armazenamento, mais de 700 veículos e uma capacidade anual de processamento de mais de 240 mil m³ de óleo lubrificante usado, atendendo mais de 80 mil clientes em cerca de 4.000 municípios. Além disso, trata resíduos sólidos comerciais e industriais, com um compromisso sustentável de quase 50 anos.

Diretoria
Thiago Luiz Trecenti - Diretor - Presidente
Flavio Vidigal de Capua - Diretor Financeiro

Controller
Ronise C. Neubern Zago
CRC 1SP217063/O-5

As demonstrações financeiras completas incluindo notas explicativas e relatório da auditoria independente encontram-se na sede da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	117.927	215.202
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido:		
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.716
Imposto de renda e contribuição social corrente	47.112	111.163
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.135	(2.194)
(Reversão) constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	(29)	7
Constituição da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	961	850
Perda na baixa de ativo imobilizado e bens destinados à venda	(7.627)	(1.857)
Depreciação e amortização	30.246	21.719
Juros provisionados sobre emprestimos e financiamentos	23.459	2.470
Juros provisionados sobre arrendamentos	125	171
Demais juros e variações monetárias	(3.580)	331
Rendimento de aplicações financeiras	-	(1.335)
(Reversão) constituição de provisão para baixa de estoque	(325)	234
Ajuste a valor presente	(3.687)	3.140
Variação do valor justo com instrumentos financeiros derivativos	4.904	20.191
Provisão para parada geral	506	-
Outros valores a receber	8	-
Caixa gerado nas operações	216.135	371.808
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	40.046	(64.509)
Partes relacionados	(472)	(5)
Estoques	(13.477)	5.813
Tributos a recuperar	1.139	(14.276)
Outros valores a receber	17.125	(7.143)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(3.118)	15.825
Partes relacionadas	(843)	19
Obrigações fiscais	(113)	5.700
Obrigações sociais	3.455	6.900
Reversão de provisões	(746)	(736)
Outras contas a pagar	(6.054)	8.531
Caixa gerado nas operações	253.077	327.927
IR e CS sobre o lucro liquido pagos	(77.636)	(122.539)
Juros pagos sobre emprestimos e financiamentos	(35.125)	(15.684)
Juros pagos sobre arrendamento	(125)	(170)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	140.191	189.534
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(82.377)	(144.552)
Recebimento pela venda de imobilizado	9.264	1.904
Aumento de capital	-	(9.500)
Aplicação financeira	(8.123)	(9.777)
Caixa recebido em decorrência de incorporação	-	94
Aquisição de empresa	(5.267)	(34.859)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(86.503)	(196.689)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	(30.000)	(200.000)
Amortização de financiamentos	(44.257)	(13.179)
Captação de financiamentos	50.000	233.272
Arrendamentos	(611)	(565)
Caixa (aplicado nas) gerados pelas atividades de financiamentos	(24.868)	19.528
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	28.820	12.372
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	207.681	195.309
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	236.501	207.681
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	28.820	12.372

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES DAS DATAS DOS LEILÕES ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 29/ABRIL/2024, ÀS 11:00h – 2º PÚBLICO LEILÃO: 30/ABRIL/2024 ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, Matrícula JUCESP n.º 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MARIA FERNANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 11.206.048/0001-77, VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 05 de fevereiro de 2019, na cidade de Barueri/SP, o móvel: **APARTAMENTO Nº 04, DO PAVIMENTO TERREO, DO BLOCO B, DO EMPREENDIMENTO VIVENDAS DE MARIA FERNANDA**, Rua Maria Fernanda, nº 512, Chácaras Maria Inês, Santana de Parnaíba/SP, com as seguintes áreas: privativa 69,320m2, comum total 44,327m2, (coberta de 11,027m2 + descoberta de 33,300m2, incluindo a área correspondente a 01 vaga de garagem) perfazendo a área total de 113,647m2, fração ideal 0,009493 ou 0,9493% e área total edificada 80,347m2. Matrícula imobiliária nº 237 do Cartório de Registro de Imóveis de Santana de Parnaíba. IC: 24364.22.15.1059.02.004. Consolidação da propriedade em 20/03/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 471.376,00. 2º LEILÃO: R$ 738.588,47.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os fiduciantes, **Thiago Oliveira da Silva, CPF: 012.711.491-25 e Luciana Ferreira da Silva Oliveira, CPF: 007.318.145-50,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários dos imóveis. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

VERDE E MEIO AMBIENTE

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA - ED 010/SVMA - CADES/2024

O **Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo**, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** com o objetivo de discutir questões relacionadas ao **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA),** nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001 de 23 de janeiro de 1986 e RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237 de 22 dezembro de 1997 e ou a que vier a substituí-las, passível de deferimento pelo CADES, referente ao Empreendimento **"Obras da Nova Marginal Pinheiros Oeste"** localizado entre a Ponte Jair Ribeiro da Silva até a Avenida Guido Caloi - São Paulo, tratado no Processo Administrativo **SEI nº 6027.2024/0003413-4,** sendo certo que a Audiência Pública ocorrerá de forma presencial, oportunidade em que será o mesmo apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.

Local: CEU Cidade Dutra - Auditório - Av. Interlagos, 7350 - Interlagos - São Paulo - Data: 08/05/2024 às 18:00 h - O exemplar do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) está disponível para consulta no site da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente através do link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/eia/eia_rima_nova_marginal_prinheiros_oesta.pdf desde a divulgação deste Edital, referente a esta Audiência Pública até o seu encerramento, nos termos do artigo 12 da Resolução nº 177/CADES/2015, de 19 de dezembro de 2015. Para fins de registro dos participantes está disponível o Formulário de Inscrição para participação na referida Audiência Pública, através do link: https://forms.office.com/r/Tfw4tnvbYc - Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 5187-0361 ou pelo e-mail cades@prefeitura.sp.gov.br .

Eucatex S/A - Indústria e Comércio

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 56.643.018/0001-66 - NIRE Nº 35.300.028.015

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada no Dia 19 de Março de 2024

Data, Hora e Local: Em 19 de março de 2024, às 10:00 horas, de forma de forma semipresencial e com sistema eletrônico de participação a distância, através da plataforma Zoom. Reunião realizada na sede social da Companhia, na Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 1830 - Torre II - 11º andar - Sala 1 - São Paulo/SP. **Convocação e Quórum:** Convocação realizada através de correio eletrônico com prazo mínimo de envio de dois dias úteis, nos termos do Parágrafo 3º do Estatuto Social. A reunião começou às 10:00hs com a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que às 11:52 o conselheiro Miguel João Jorge Filho se ausentou, tendo a reunião terminada às 13:20hs. Presentes ainda, Flavio Maluf - Diretor Presidente - Sérgio Henrique Ribeiro - Diretor de Controladoria, Genildo de Brito - Diretor Jurídico, e ainda, a Auditoria Externa Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda, representada por Wagner dos Santos Júnior. **Instalação e Mesa:** O Presidente do Conselho de Administração Sr. Otávio Maluf, convidou o Dr. Genildo de Brito como Secretário. Ata lavrada nos termos dos §1º e §2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76, com os documentos arquivados na sede da Companhia. **Ordem do Dia: Item (1)** Apresentação e plano de trabalho da auditoria externa Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, para o exercício de 2024. **Item (2**) - Exame, discussão e aprovação do relatório de administração, demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023**. Item (3) da Ordem do Dia:** Exame e aprovação do estudo técnico das projeções de resultado para realização do ativo fiscal diferido e créditos tributários (impostos a recuperar), ágio e teste de impairment. **Item (4) da Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e dividendos a ser pago na forma de juros sobre o capital próprio. **Item (5) da Ordem do Dia:** Convocar **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para o dia 25/04/2024**, para deliberar as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária**: **a)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **b)** Deliberar a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 dezembro de 2023 e dividendos a ser pago na forma de juros sobre o capital próprio; e, **c)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: a) Deliberar a proposta de aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 560.811.444,08, mediante a capitalização da totalidade da Reserva de Subvenção para Investimento e da Reserva para Expansão de Investimento, sem emissão de novas ações. **Item (6) da Ordem do Dia:** Apresentação dos relatórios sobre os dois últimos acidentes ocorridos na unidade fabril madeira. **Item (7) da Ordem do Dia:** Análise da composição do Free Float e evolução dos preços das ações da Companhia, referente o período de fevereiro/23 a fevereiro/24. **Item (8) da Ordem do Dia:** Outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações: Item 1 da Ordem do Dia:** O Sr. Wagner dos Santos Júnior representante da auditoria Externa Ernst Young Auditores Independentes S/S Ltda, fez a apresentação da empresa e do plano de trabalho para o exercício de 2024. Os membros do conselho de administração, aprovaram a participação da auditoria externa EY em cada trimestre, em seção privativa com os conselheiros. **Item (2) da Ordem do Dia:** Após amplo debate, os conselheiros aprovam, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhado do Parecer elaborado pela Mazars Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31/12/23, que foram objeto de recomendação para aprovação pela Diretoria e pelo Comitê de Auditoria. **Item (3) da Ordem do Dia:** Por unanimidade dos presentes, os conselheiros aprovam o Estudo Técnico das projeções de resultado para realização do Ativo Fiscal Diferido e créditos tributários (impostos a recuperar), nos termos da Instrução CVM nº 371, de 27/06/2002, cuja cópia constitui parte integrante desta ata, a qual será arquivada na sede da Companhia. **Item (4) da Ordem do Dia:** Por unanimidade dos presentes, os membros do conselho de administração recomendam a aprovação para deliberação pela assembleia geral ordinária da destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e dividendos a ser pago na forma de juros sobre o capital próprio. **Item (5) da Ordem do Dia:** Os membros do Conselho de Administração autorizam a convocação de **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2024**, para deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31/12/2023; **(b)** Proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e dividendos a ser pago na forma de juros sobre o capital próprio; e, **(c)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Deliberar a proposta de aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 560.811.444,08, mediante a capitalização da totalidade da Reserva de Subvenção para Investimento e da Reserva para Expansão de Investimento, sem emissão de novas ações. **Item (6) da Ordem do Dia:** O Diretor Presidente Flavio Maluf, prestou os devidos esclarecimentos para os membros do conselho de administração sobre os acidentes ocorridos em 2023 na unidade fabril madeira. **Item (7) da Ordem do Dia:** O Diretor de Controladoria Sérgio Ribeiro, apresentou para os conselheiros a composição do Free Float e evolução dos preços das ações da Companhia, referente o período de fevereiro/23 a fevereiro/24. A conselheira Sandra Guerra, solicitou para a diretoria a apresentação em todas as reuniões do conselho da posição acionária com a participação dos principais acionistas. **Item (8):** Dentre outros assuntos, o Diretor Vice-Presidente Executivo, José Antônio Goulart de Carvalho informou aos membros do Conselho de Administração sobre a operação para aquisição da empresa **Manasa Madeireira Nacional S/A**, tendo os conselheiros opinado favoravelmente pelo prosseguimento na negociação. A conselheira Sandra Guerra, solicitou para a diretoria executiva apresentar uma proposta de caixa mínimo para a Companhia. A diretoria apresentará em todas as reuniões do conselho de administração o andamento do planejamento estratégico elaborado pela Cambridge. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a qual lida, aprovada e assinada por todos os presentes. (a.a) **Otávio Maluf** - Presidente da Mesa. **Genildo de Brito** Secretário da Mesa. José Antônio Goulart de Carvalho; Fabio Torres Maluf; Simone Carrera Maluf; Carlos Márcio Ferreira; Sandra Maria Guerra de Azevedo; e, Miguel João Jorge Filho. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. São Paulo, 19 de março de 2024. **Otávio Maluf** - Presidente da Mesa. **Genildo de Brito** - Secretário da Mesa. Registro na Jucesp 05.04.24 - sob o número 139.880/24-0 - Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE PRORROGAÇÃO E ADENDO AO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024/SETASC
PROCESSO Nº 1009808/2023

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que o pregão em epígrafe, que tem como objeto a **aquisição de 141 veículos utilitários tipo pick-up**, teve a sua sessão de abertura prorrogada para a data de 03/05/2024 às 09h00min.
Propostas poderão ser enviadas até as 08h45min da data do dia da sessão.
Também foi disponibilizado, no sistema, o primeiro adendo com alterações ao Edital.
TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702
SITE DA REALIZAÇÂO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 15 de abril de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0010930/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que o pregão em epígrafe, que tem como objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, sendo fornecimento de alimentação preparada tipo buffet (almoço e jantar), coffee break, kit lanche e outros, nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande/MT**, teve a sua sessão de abertura prorrogada para a data de 30/04/2024 às 09h00min.
Novas propostas e alteração das eventualmente enviadas poderão ser realizadas até as 08h45min da data do dia da sessão
TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702
SITE DA REALIZAÇÂO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 15 de abril de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

Holding XS1 S.A.

CNPJ/ME 38.122.269/0001-13 - NIRE 35.3.0059364-2

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14/11/2023

No dia 14/11/2023, por meio de votação eletrônica. **Convocação:** O aviso de convocação foi enviado no dia **14/11/2023. Presença:** Manifestaram-se os Conselheiros Srs. Gustavo Sampaio Valverde, Stéphane Dedeyan, Véronique Denise Andrée Weill, Sonia de Demandolx-Dedons, Thomas Behar, Maximiliano Alejandro Villanueva, Eduardo Costa Oliveira, Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, Wellington Cesar Lima e Silva, Adriana Nascimento Moreira S. Salgueiro e Marcelo Ângelo de Paula Bomfim, verificado, portanto, o quórum de aprovação necessário para as deliberações propostas. **Mesa:** Sr. Thomas Behar, como Presidente e Sra. Raquel Quaresma de Lima, secretária designada. **Deliberações Unânimes: (i) Eleição de membro do Comitê de Nomeação e Remuneração:** Eleger, a partir de 14/11/2023, com prazo de mandato unificado aos demais membros até 22/12/2024, o **Sr. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos,** RG nº 2.042.559 - SSP/DF, CPF/MF nº 917.361.291-04, para exercer o cargo de membro do Comitê de Nomeação e Remuneração, atualmente vago, permitida a reeleição. O conselheiro, Sr. Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, se absteve de votar devido a conflito de interesses. O membro do Comitê de Nomeação e Remuneração ora eleito toma posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse em livro próprio e declara sob as penas da lei e nos termos do Artigo 147 da Lei das S.A., não estar impedido por lei especial. Em face de todo o exposto, a composição do Comitê de Nomeação e Remuneração passa a ser a seguinte: **Membros:** Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado (Presidente) - CNP Assurances; Benjamin Sacksteder - CNP Assurances; Thadeu Lucas Accoroni Theodoro - Caixa Seguridade; Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos - Caixa Seguridade. **(ii) Aprovação das Políticas Corporativas:** O Conselho de Administração da Companhia decidiu, por unanimidade, aprovar as propostas das Políticas Corporativas de: **a)** Risco de Terceirização versão 01; **b)** Risco Operacional e Controles Internos versão 02; **c)** Política de Prevenção e Combate à Fraude versão 02; **d)** Política de Auditoria Interna; e **e)** Regulamento de Auditoria Interna, ambos em sua segunda versão. As referidas Políticas e Regulamento entram em vigor na data de sua aprovação e, rubricadas pela secretária, ficam arquivadas na sede da Companhia. **(iii) Estudo Retrofit:** O Conselho de Administração decidiu aprovar o Estudo Retrofit que envolve a mudança do escritório atualmente estabelecida no Edifício Plaza Centenário localizado na Av. Nações Unidas, 12995 para o Edifício Riverview localizado na Av. Chucri Zaidan, 246. O Conselheiro Sr. Marcelo Ângelo de Paula Bomfim solicitou que a Diretoria Executiva apresente o cronograma dos próximos passos para a mudança de endereço da sede e a nova pesquisa GPTW, para avaliação de satisfação dos colaboradores. **(iv) Aprovação da Convocação de AGE:** O Conselho de Administração da Companhia decidiu aprovar sem quaisquer restrições, a convocação da AGE que terá como ordem do dia deliberar sobre **(i)** a eleição de membro efetivo do Conselho Fiscal. Nada mais. São Paulo, 14/11/2023. **Mesa: Thomas Behar -** Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; **Raquel Quaresma de Lima -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 65.852/24-2 em 16/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO EXTRAJUDICIAL

1º PÚBLICO LEILÃO: 30/ABRIL/2024, ÀS 10:00h - 2º PÚBLICO LEILÃO: 30/ABRIL/2024, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Comitente, **MARIA FERNANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 11.206.048/0001-77, VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, em consonância com o art. 63, paragrafo 1º ao 5º da Lei Federal nº 4.591/64 e incisos VI e VII do art. 1º da Lei Federal nº 4.864/65 e demais disposições aplicáveis à matéria, os direitos decorrente do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra e Outras Avenças, datado de 30 de julho de 2020, na cidade de São Paulo/SP, relativo à FIT e parte construída correspondente a **VAGA Nº 98, LOCALIZADA NO TÉRREO**, **DO EMPREENDIMENTO VIVENDAS DE MARIA FERNANDA,** situado na Rua Maria Fernanda, nº 512, Chácaras Maria Inês, Santana de Parnaíba/SP, com as seguintes áreas: privativa 9,680m2, comum 0,474m2, (coberta de 0,040m2 + descoberta de 0,434m2), perfazendo a área total de 10,154m2, fração ideal 0,000174 ou 0,0174% e área total edificada 0,040m2. Matrícula imobiliária nº 176.819 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. IC: 243642215105903098. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 15.635,23. 2º LEILÃO: R$ 11.850,36.** Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante. Existem débitos de IPTU e taxas condominiais. O arrematante pagará: o lanço a vista; 5% de comissão do leiloeiro; débitos IPTU/condomínio/agua/luz; custas cartoriais; impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura; as despesas a partir da arrematação e sub-rogará nos direitos e obrigações dos títulos originários. Hipotecas serão baixadas em até 180 dias do pagamento da arrematação. A venda será feita em caráter *ad corpus,* imóvel entregue no estado em que se encontra. **A COMITENTE TERÁ PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO BEM.** Os interessados deverão tomar ciência do Edital e regras disponíveis no portal eletrônico: www.silveiraleiloes.com.br, e se responsabilizam pela análise jurídica e situação do imóvel, não podendo alegar desconhecimento. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

Educação Alcielle Santos chama atenção para "o grave 'gap' no número de professores" F8

Regulamentação Nova fase da reforma tributária deve colocar setores em disputa F4

Energia limpa Análise discute por que transição verde brasileira tem que ser uma jabuticaba F6

Internacional Guerras, baixa expansão global e eleição nos Estados Unidos preocupam F7

Especial
Rumos 2024

NELSON PROVAZI

Cenário Dissipar dúvidas sobre direção do governo e reduzir custo do capital são essenciais para aumentar confiança

Os desafios para a retomada dos investimentos

Alex Ribeiro
De São Paulo

Com surpresas positivas no crescimento econômico, na queda da inflação, nas contas externas e na execução orçamentária mais imediata, o presidente Lula avança no segundo ano de seu terceiro mandato com o desafio de derrubar os juros de longo prazo e dissipar dúvidas sobre a direção da política econômica para convencer o setor privado a retomar os investimentos.

Confiança e custo de capital baixo são fundamentais para ampliar os investimentos na transição energética e na economia sustentável, áreas em que o Brasil tem vantagens comparativas, de acordo com a visão predominante nos debates do evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor**, no hotel Rosewood, em São Paulo.

"Estamos num cenário de crescimento robusto, de inflação controlada, que nos permite, olhando para o ambiente externo e respeitada a autonomia do Banco Central, esperar que a trajetória do juro siga caindo até o fim do ano", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, no evento. "Não estamos deixando de dar mostras de que vamos perseguir uma recomposição fiscal a todo custo."

> "O cenário nos permite esperar que a trajetória do juro siga caindo"
> *Dario Durigan*

Segundo ele, o governo trabalha com uma agenda dupla de desenvolvimento: consolidação fiscal e ecológica. "Para que o país cresça com desenvolvimento social e ambiental, precisamos das duas agendas."

Em paralelo, segue o desafio de, em período eleitoral, avançar com a agenda de reformas econômicas no Executivo e no Congresso, para garantir que os ganhos de produtividade de 2023, que foram muito concentrados no setor agrícola, espalhem-se para outros setores.

"O Brasil não vai conseguir crescer de forma sustentável sem atacar o problema da produtividade", disse Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda. Ele citou iniciativas aprovadas no Congresso para reduzir o spread bancário, como o marco de garantias, e editadas pelo governo para melhorar a educação e a produtividade do trabalho, como o programa Pé-de-Meia, que faz uma poupança para os jovens não abandonarem o ensino médio.

Nos últimos meses, o mercado financeiro aumentou de 1,2% para 1,9% a projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024, mas a economia chega ao limite, também de 1,9%, que os analistas acreditam que possa crescer sem gerar desequilíbrios, tecnicamente conhecido como PIB potencial.

A chefe de pesquisa econômica para a America Latina do J.P. Morgan, Cassiana Fernandes, estima essa taxa em 1,5%, apesar das reformas econômicas aprovadas desde o governo Temer. "Para ter crescimento sustentável acima de 2% com a mudança demográfica que a gente teve, preciso esperar mais dados" que comprovem que a tendência realmente mudou, disse.

No curto prazo, a situação tem surpreendido favoravelmente, com queda da inflação a 3,93% no período de 12 meses até março. O retorno aos níveis inferiores a 4% ocorre, desta vez, sem os truques de cortes de impostos sobre energia feitos pelo governo Bolsonaro na pandemia, que deram alívio apenas temporário. Resta, porém, o desafio de levá-la à meta de 3%, num ambiente de expectativas de inflação desancoradas e de muitas dúvidas se o novo chefe do Banco Central que Lula deve indicar terá a mesma perseverança para persegui-la.

O saldo da balança comercial mudou de patamar e caminha para um superávit de R$ 80 bilhões em 2024, graças ao bom desempenho da agricultura e aos crescentes recordes na produção e na exportações de petróleo. A volatilidade da cotação do dólar está nos seus menores níveis em muitos anos, mas pode ser afetada pelo atraso no início dos cortes de juros nos Estados Unidos pelo Federal Reserve (Fed).

Puxada pela atividade econômica mais forte, a arrecadação de impostos segue surpreendendo neste início de ano. Não foi necessário o gigantesco contingenciamento de gastos que muitos analistas temiam para março, que poderia desencadear uma crise caso fosse barrado pelo presidente Lula. O problema não foi resolvido: a trajetória prevista de superávits primários dos próximos anos está sob risco permanente de mudança, e os especialistas ainda não veem um horizonte para a queda da dívida bruta do governo geral.

A combinação de riscos externos, fiscais e monetários colocam forte pressão na curva de juros futuros, com as taxas reais de longo prazo próximas a 6% ao ano. Junto com as incertezas criadas pelo ambiente internacional e pelo próprio governo, com ataques ao Banco Central e interferência em empresas públicas e privadas, esse cenário vem retardando investimentos na economia, que caíram 3% em 2023 e devem se expandir em 1,5% neste ano, segundo previsões do boletim Focus.

"Se tivermos condições de reduzir o custo de financiamento, abre-se espaço para o setor privado", disse a economista-chefe do Banco Santander e ex-secretária-executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi. "Temos que abrir espaço e dar os incentivos corretos para a iniciativa privada." Vescovi também estima o PIB potencial em 1,5%, mas diz que a reforma tributária poderá puxar esse número para cerca de 1,8%.

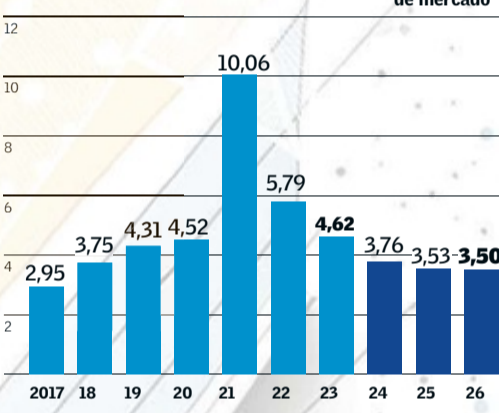
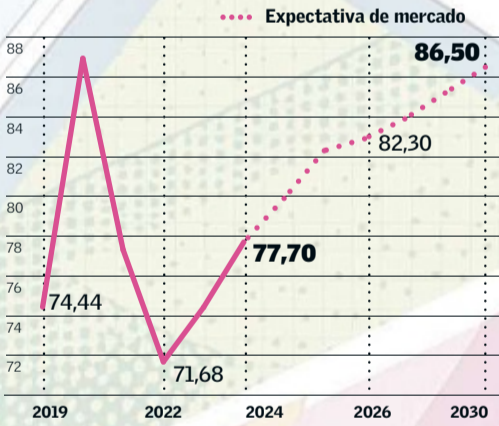
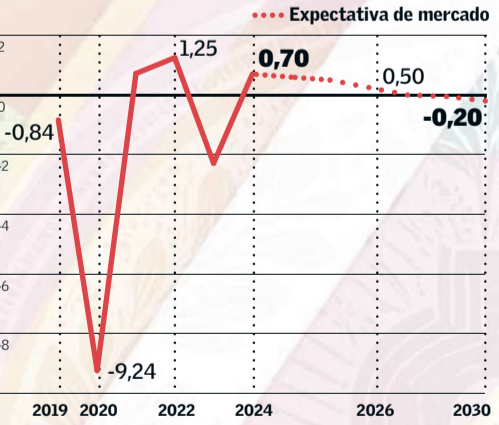
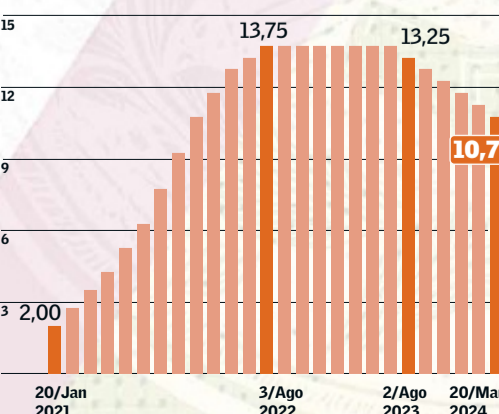
O diretor de Programa da Secretária Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Daniel Loria, adiantou a intenção de enviar dois textos complementares para regulamentar a emenda constitucional aprovada no ano passado. "Estamos empenhados numa construção coletiva da regulamentação para que chegue ao Congresso um projeto único, alinhado."

O relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse que a reforma sobre consumo "é uma prioridade nacional" para o Congresso este ano. "A tramitação tanto na Câmara quanto no Senado terá um complicador que são as eleições municipais", reconheceu.

A ex-secretária da Fazenda de Goiás, Cristiane Schmidt, disse que a reforma tributária é a "grande reforma", mas que o Brasil precisa também de uma reforma administrativa e, talvez, uma nova reforma previdenciária. "Se queremos, como sociedade, diminuir a desigualdade, precisamos de fato fazer o ajuste fiscal, porque sem dinheiro no caixa ninguém faz nada."

Um dos pontos que vem preocupando o setor privado é a repetição de iniciativas que já deram errado no passado, como a reedição da velha política industrial e uso das estatais para fazer investimentos com taxa de retorno duvidosa que interessam mais ao governo que às empresas.

O secretário de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo, disse que acompanhamento constante será fundamental, incluindo investimentos públicos. "É preciso garantir que as políticas públicas sejam avaliadas e corrigidas em um curto período", defendeu. "Não dá para esperar tempo demais para fazer a correção de rota."

Rumos 2024 foi uma realização do **Valor**, com patrocínio master da Suzano e apoios do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Conjuntura Secretário-executivo do Ministério da Fazenda frisa necessidade de garantir avanço social

‘Nossa responsabilidade fiscal não é vazia’

Ligia Guimarães
Para o Valor, de São Paulo

Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, a agenda fiscal com a qual o governo está comprometido é fundamental para garantir avanços sociais. “Nossa responsabilidade fiscal não é vazia, é inspirada pela responsabilidade social”, afirmou Durigan, que substituiu o ministro da Fazenda Fernando Haddad na abertura do evento Rumos 2024, realizado pelo **Valor** no Hotel Rosewood, em São Paulo.

Durante o evento, o número dois da Fazenda destacou o comprometimento da equipe econômica para assegurar que o governo consiga cumprir a meta fiscal de déficit zero prevista no Orçamento de 2024, que requer gastar apenas o que será arrecadado no ano, sem aumentar a dívida pública.

“O melhor instrumento para melhorar a vida das pessoas é garantir que tenhamos uma âncora fiscal, um compromisso fiscal bem colocado”, afirmou Durigan.

Advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em direito e pesquisa jurídica pela Universidade de Brasília (UNB), Durigan afirmou que a pasta chefiada por Haddad está dedicada também a resolver problemas históricos do Brasil.

“O país tem muita desigualdade social e de infraestrutura”, afirmou, pontuando que a Fazenda pretende atacar tais questões com uma agenda dupla, que une desenvolvimento social com responsabilidade ambiental. “Enxergamos oportunidades ambientais, em especial. Há um espaço de ansiedade pelas oportunidades que o Brasil tem”, afirmou o secretário.

Em dezembro, Haddad lançou na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), o Plano de Transformação Ecológica, apresentado como uma proposta para estimular investimentos que melhorem o meio ambiente e reduzam as desigualdades.

O secretário ressaltou ser essencial ao país “dar vazão ao desenvolvimento e possibilitar que possamos explorar a nossa matriz limpa”. Durigan comparou a capacidade de pesquisa e inovação das universidades brasileiras às da Coreia do Sul. “Não temos o resultado convertido em soluções tecnológicas que um país como a Coreia tem, mas nós temos instalada uma capacidade de gerar conhecimento e precisamos dar tração para isso”.

Durigan destacou ainda que revisar despesas e melhorar o gasto público também é importante para a equipe econômica, e que a meta é avançar nesse foco depois de um ano em que o governo aprovou uma série de medidas pró-arrecadação. “Nas receitas havia muita injustiça, muita discrepância e muita lacuna no Orçamento da União”, já que o teto de gastos, regra dos governos anteriores, criava limites para as despesas, mas não restringia benefícios fiscais questionáveis.

ANA PAULA PAIVA / VALOR

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Realizado na capital paulista, o evento Rumos 2024 discutiu, entre outros temas, os desafios do crescimento econômico

“O governo tem buscado recompor a base fiscal atacando o que há de mais grave nesses benefícios fiscais, lacunas que me parecem injustificadas e ineficientes do ponto de vista econômico”, afirmou, ao citar medidas aprovadas como a tributação de fundos exclusivos e de “offshores”; a medida provisória 1.185, sobre benefícios fiscais de ICMS, e o projeto de lei da retomada do voto de confiança do Carf.

“No começo foi politicamente difícil apresentar e votar tais medidas no Congresso. Hoje há um reconhecimento amplo, tanto do Congresso quanto de parte da opinião pública e do governo de que foram medidas acertadas.”

Segundo Durigan, o ano de 2023 teve os primeiros resultados fiscais positivos do governo, mas a reforma tributária é que vai garantir a consolidação fiscal no longo prazo. “Este ano é definitivo, importante para darmos a ancoragem fiscal tanto pelo lado das receitas quanto despesa. Buscar redução de despesas é importante para a equipe econômica, e temos que fazer isso olhando para o conjunto do Estado”.

> “O governo tem buscado atacar o que há de mais grave em benefícios fiscais, lacunas injustificadas”
> *Dario Durigan*

No início do mês, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, declarou que “já está se exaurindo o aumento do orçamento brasileiro pela ótica da receita, ou seja, por meio de medidas para aumentar a arrecadação”.

Questionado sobre o foco em reduzir despesas, Durigan lembrou ainda que o Congresso aprovou medidas que não constavam do Orçamento de 2024 e pediu uma “sensibilização” dos parlamentares para endereçar esses temas, que respingam diretamente sobre a meta de zerar o déficit primário este ano.

O secretário defendeu a dedicação e o comprometimento incessante do governo em cumprir suas metas. “Eu diria que do lado fiscal, o que não estamos deixando de mostrar e de fazer é que estamos perseguindo uma recomposição fiscal a todo custo. Temos trabalhado incessantemente”, disse, acrescentando que o governo tem optado por enfrentar um debate difícil de rever benefícios tributários. “Um debate difícil que muitas vezes poderia ser simplificado aumentando uma alíquota, ou com a criação de um novo tributo”, disse.

Rumos 2024 foi uma realização do **Valor**, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos(Febraban).

Foco na inclusão e no crescimento sustentável

De São Paulo

As agendas da justiça social e do crescimento sustentável podem parecem antagônicas, mas não são, conforme avaliação do secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sergio Firpo. Para ele, conseguir um crescimento de longo prazo no país envolverá aproveitar melhor os talentos desperdiçados para aumentar a produtividade, assim como crescer de maneira ambientalmente sustentável.

“Há grandes objetivos, para além puramente do crescimento econômico: justiça social e garantir a preservação dos recursos, para que o crescimento seja ambientalmente sustentável”, afirmou o secretário, ao participar de painel sobre os desafios do crescimento no evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor**, em São Paulo, do qual também participaram a economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, e Cristiane Schmidt, ex-secretária de Economia de Goiás.

“Tais agendas podem parecer antagônicas, mas na verdade podem ser integradas porque a justiça social fecharia hiatos de acesso muito grandes, em ocupação, em educação de qualidade. É como se a gente estivesse desperdiçando recursos, insumos produtivos que não estão sendo utilizados”, afirmou Firpo. “Os custos de crescer sem respeitar o meio ambiente estão cada vez maiores”, disse o secretário.

Outra prioridade na visão do secretário é melhorar a qualidade do gasto público, foco de seu trabalho. O objetivo, diz, é identificar oportunidades para abrir espaço fiscal com racionalidade, aproveitando melhor o dinheiro aplicado. Firpo pontuou, inclusive, que avaliar políticas públicas é bem diferente de revisões de gastos e os chamados “pente-fino” que já ocorreram em programas no passado, em outros governos, e foram alvo de críticas por causa de demora e filas entre a população mais vulnerável.

“Avaliação é um instrumento para incidir no ciclo orçamentário, e isso é uma novidade: usar evidência para poder anualmente mexer no Orçamento”, afirmou. Em meio ao esforço da equipe econômica para cumprir a meta de déficit zero proposto para 2024 pelo Ministério da Fazenda, o secretário disse que reduzir gastos a partir da retirada de direitos da camada mais pobre da população está fora da pauta do governo federal.

“Nós de fato não queremos reduzir gasto tirando direitos e benefícios de quem precisa, dos mais pobres. Isso está totalmente fora da pauta”, afirmou após a participação no evento. “Não vamos fazer contenção de despesas obrigatórias aumentando filas”.

Questionado sobre o relatório do Tesouro que aponta que flexibilizar os pisos de saúde e educação pode liberar até R$ 131 bilhões para outros gastos de custeio e investimentos até 2033, Firpo afirmou considerar a discussão interessante, porque liberaria espaço fiscal para outras despesas também relevantes.

> **US$ 4,3 mil** é o investimento por ano aluno no país

Em 2024, os mínimos constitucionais voltaram a ser vinculados à arrecadação: enquanto o piso da saúde equivale a 15% da receita corrente líquida, da educação representa 18% da receita líquida de impostos. Alguns especialistas ponderam que a desvinculação pode resultar em perda de recursos para saúde e educação, áreas onde há déficits históricos.

O arcabouço fiscal do governo federal prevê um limite para as despesas, que não podem crescer mais do que 70% da alta da receita. Já as despesas em saúde e educação podem crescer atreladas à receita, e há o risco de que cresçam demais e “comam espaço” fiscal para outras ações do governo.

“Temos uma série de programas sociais importantes. Educação e saúde são fundamentais, é claro, não estou tirando o mérito disso. Mas o desafio é equilibrar essas despesas de modo a não punir outras que são também relevantes, porque não há vinculação de tudo” disse Firpo.

Sobre ganhos de produtividade a partir da avaliação de políticas, Firpo citou o exemplo do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), sugerido pelo grupo de trabalho que desde o ano passado se dedica a melhorar os processos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Uma das medidas criadas pelo grupo muda a lógica das perícias do INSS, diz Firpo, tornando possível que o requerente do benefício envie atestado legítimo e consiga o benefício sem perícia, liberando peritos, agilizando atendimentos e gerando economia para o governo. “Houve essa mudança cultural de dar o benefício da dúvida a quem pede”, afirmou. “Queremos abrir espaço fiscal para políticas que aumentem nossa capacidade de crescer”.

A economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, disse que é papel do governo melhorar a educação, tema que foi muito negligenciado no Brasil, segundo ela, e é fundamental para um ambiente de negócios mais atrativo.

“Foi negligenciado por acreditarmos que tudo era formação de capital, tudo era baseado no investimento. E que investimento por si só é uma panaceia, justificando qualquer política pública”, disse Vescovi, pontuando que o ensino de qualidade traria inovação e mão de obra qualificada para as empresas que querem investir no Brasil.

Para a ex-secretária do Tesouro, tais gargalos precisam ser resolvidos pelo governo, não só com recursos. “A educação não é pegar um orçamento de um ente e destinar dinheiro para a educação, ou criar vinculação. Educação não é despesa, é a relação entre professor e aluno”, afirmou. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que em 2020, o governo brasileiro investiu US$ 4,306 mil por aluno em instituições públicas de ensino, abaixo da média da OCDE, de US$ 11,560 mil.

O desafio do crescimento

Rogerio Vieira/Valor

> “Educação foi tema negligenciado, mas é fundamental para ambiente de negócios”
> *Ana Paula Vescovi*

Rogerio Vieira/Valor

> “Não queremos reduzir gasto tirando direitos e benefícios dos mais pobres”
> *Sergio Firpo*

Rogerio Vieira/Valor

> “Se queremos diminuir a desigualdade, precisamos fazer ajuste fiscal”
> *Cristiane Schmidt*

Cristiane Schmidt, ex-secretária de Economia de Goiás e especialista em finanças públicas, enfatizou que não existe responsabilidade social sem responsabilidade fiscal. “Se nós queremos como sociedade diminuir a desigualdade, precisamos de fato fazer ajuste fiscal, porque sem dinheiro no caixa ninguém faz nada”, afirmou a consultora.

Schmidt disse que o acerto das contas públicas será salutar não só para o curto prazo, mas para um futuro com juros menores. A ex-secretária cobrou mais esforços no básico, como educação, saneamento, creches e segurança pública. “Falta esquecer essa dicotomia política e olhar a técnica, porque estamos olhando o Brasil, os 200 milhões de brasileiros. A renda média do Brasil é de R$ 3 mil, as pessoas se esquecem disso”. *(LG)*

Suzano avança em soluções sustentáveis em larga escala

Empresa é destaque no desenvolvimento de substitutos do petróleo e inovações, como um fio têxtil de celulose que consome menos água, além de energia renovável

© FOTOS: DIVULGAÇÃO

Fernando Bertolucci, diretor executivo de Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação da Suzano, debateu sobre os caminhos para aumentar a produtividade

A crise climática exige medidas emergenciais por parte de todos, e cabe às grandes companhias contribuir sobretudo com soluções sustentáveis em larga escala. A afirmação é de Fernando Bertolucci, diretor executivo de Sustentabilidade, Pesquisa e Inovação da Suzano, que participou do seminário Rumos 2024, realizado pelo **Valor**, em São Paulo, no último dia 8. No evento, Bertolucci falou sobre as iniciativas e os avanços da Suzano no campo da inovação a serviço da sustentabilidade, que a empresa chama de "inovabilidade".

"Precisamos ter soluções escaláveis que atinjam bilhões de pessoas e milhões de hectares em termos de conservação ambiental", disse Bertolucci. "Não serão soluções de nicho que vão resolver a crise do clima." As contribuições da Suzano nesse sentido incluem a remoção de 40 milhões de toneladas de CO_2 da atmosfera, a substituição de dez milhões de toneladas de derivados de petróleo por produtos de base renovável e a conexão de meio milhão de hectares de fragmentos de mata nativa (o que equivale a quatro vezes a cidade do Rio de Janeiro) por meio de corredores ecológicos (veja boxe).

Maior fabricante de celulose do mundo e uma das maiores produtoras de papel da América Latina, com soluções que atendem mais de dois bilhões de pessoas, a Suzano tem um longo histórico de inovações para fornecimento de soluções renováveis para o mundo. Um exemplo foi o pioneirismo na clonagem de eucaliptos para plantio em escala, a partir da década de 1970, uma tecnologia que rendeu à companhia o Prêmio Marcus Wallenberg, considerado o Prêmio Nobel da Silvicultura, em 1984. Hoje, grande parte dos plantios comerciais de eucalipto no mundo é clonada.

Graças à clonagem e ao melhoramento genético, a produtividade das florestas de eucalipto no Brasil cresceu de 20m³ para 38m³ de madeira por hectare desde então. O número é o dobro do registrado em países com condições climáticas semelhantes às brasileiras.

Além da celulose, uma matéria-prima renovável e com características para ser reciclável e biodegradável em determinadas condições, o eucalipto é rico em lignina, outra substância com aplicações sustentáveis em escala, como a geração de energia renovável. Em suas fábricas, a Suzano produz energia a partir dessa fonte, que é usada para alimentar suas próprias operações e tem o excedente vendido ao Sistema Interligado Nacional. "Nossas fábricas no Brasil são autossuficientes em energia renovável", ressaltou o executivo.

A Suzano, que completa cem anos em 2024, é uma das empresas brasileiras que mais investem em inovação, destinando cerca de 1% de sua receita líquida ao desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. "Esses investimentos têm sido crescentes e constantes, mesmo em períodos difíceis", observou Bertolucci.

A companhia mantém sete centros de pesquisa no mundo — quatro deles no Brasil —, que empregam 120 cientistas. Além disso, atua em colaboração com dezenas de universidades, centros de pesquisa e startups de diferentes países. Em 2022, criou a Suzano Ventures, uma unidade interna de venture capital com um orçamento inicial de US$ 70 milhões para identificar e investir em startups no mundo todo.

CIENTISTAS E STARTUPS

O processo de inovação da companhia abrange desde o aprimoramento genético até o desenvolvimento de materiais inovadores a partir do eucalipto plantado, incluindo papéis mais resistentes para uso em copos e canudos, embalagens flexíveis, fibra de eucalipto para absorventes e bio-óleos, entre outras alternativas aos derivados do petróleo. Entre as iniciativas mais promissoras, destaca-se a pesquisa em celulose microfibrilada, um nanomaterial que abre portas para aplicações revolucionárias.

Um exemplo é o desenvolvimento de um fio têxtil cuja produção apresenta economia significativa de água e de químicos em comparação com as opções atualmente disponíveis no mercado. Em uma iniciativa conjunta com uma empresa finlandesa, que deu origem à joint venture Woodspin, a Suzano inaugurou uma planta na Finlândia dedicada à produção e ao aperfeiçoamento desse fio, com capacidade anual de mil toneladas. "Essa escala ainda é pequena, mas podemos estar diante do tecido do futuro", apontou Bertolucci.

Principais metas de longo prazo da Suzano na frente ambiental

Combater a crise climática

- Remover **40 milhões** de toneladas de carbono equivalente da atmosfera até 2025.
- Reduzir em **15%** a intensidade das emissões de gases do efeito estufa dos escopos 1 e 2 por tonelada de produção até 2030.

Cuidar da água

- Reduzir em **15%** a água captada nas operações industriais até 2030.
- Aumentar a disponibilidade hídrica em todas as bacias hidrográficas críticas nas áreas de atuação da companhia até 2030.

Produtos renováveis

- Disponibilizar **10 milhões** de toneladas de produtos de origem renovável que possam substituir o plástico e outros derivados do petróleo até 2030.

Redução de resíduos

- Reduzir em **70%** o volume de resíduos sólidos industriais enviados para aterro até 2030.

Energia limpa

- Aumentar em **50%** a exportação de energia renovável até 2030.

Biodiversidade

- Conectar **meio milhão** de hectares de áreas prioritárias para conservação nos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia até 2030.

INOVAÇÕES A SERVIÇO DA SUSTENTABILIDADE

Conheça alguns produtos desenvolvidos pela Suzano e seus benefícios ambientais

Loop® e Bluecup® Bio: Papéis desenvolvidos para a produção de canudos e copos, respectivamente.
Benefício sustentável:
Ambos possuem revestimento livre de plástico, contribuindo para a redução do consumo de produtos de origem fóssil, especialmente naqueles de uso único. São alternativas recicláveis e biodegradáveis industrialmente.

Greenbag®: Papel destinado a sacolas, com maior resistência ao rasgo quando comparado a outras soluções de fibra curta.
Benefício sustentável:
Desenvolvido para uso inclusive em supermercados, promove a substituição de sacolas plásticas, reduzindo o impacto ambiental associado ao plástico de uso único.

Greenpack®: Papel com diferentes propriedades de barreiras para embalagens flexíveis como as de papel higiênico, absorventes e alimentos.
Benefício sustentável:
Representam soluções alternativas ao plástico de uso único e são recicláveis e biodegradáveis industrialmente.

Regulamentação Entre as principais frentes de batalha previstas está a definição de produtos que entrarão na Cesta Básica Nacional de Alimentos

Nova fase da reforma tributária coloca setores em disputa

Marta Watanabe
De São Paulo

Os projetos de lei de regulamentação que o governo federal deve mandar ao Congresso nos próximos dias darão largada à segunda fase da reforma tributária brasileira sobre consumo. As leis devem trazer mais de uma centena de páginas que prometem colocar em campo também centenas de "times" já em aquecimento para entrar no jogo e garantir a menor carga tributária possível para seu bem ou serviço.

As "exceções" à alíquota uniforme que inicialmente se pretendia buscar mostrarão agora seu custo. Além da definição dos produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos, por exemplo, há outros regimes que precisam ser regulados, como o diferenciado, o específico e o favorecido, que não são uma coisa só e, sim, três tipos de tratamento tributário diversos entre si (ver abaixo).

Além de acirrada, a disputa não permitirá muito tempo adicional de prorrogação. O calendário legislativo do ano, com eleições municipais no segundo semestre, torna o prazo apertado para aprovação da regulamentação ainda em 2024, algo importante para que a agenda da reforma não seja comprometida. O período de transição da reforma começa em 2026 e o ideal é que o ano de 2025 seja dedicado a elaborar os novos e complexos procedimentos operacionais que permitam, durante algum tempo, a convivência dos novos tributos sobre consumo com os atuais, que serão eliminados. Em meio às disputas, o que estará em jogo é o sucesso da reforma que busca neutralidade tributária, simplificação, maior transparência, menor volume de disputas judiciais e menor regressividade.

Na semana passada, no painel sobre a reforma do evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor**, no hotel Rosewood, em São Paulo, Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, antecipou que o governo entregaria ao Legislativo o projeto de pelo menos dois leis complementares com "mais de 100 ou talvez mais de 150 páginas" cada. O texto, disse, foi lido e relido várias vezes. "Uma vírgula a mais pode criar um contencioso."

Loria informou também que os projetos já devem chegar ao Congresso com pelo menos 90% de convergência pelo lado federativo, com textos consensuais entre União, Estados e municípios. Ainda que os 10% restantes não consensuais possam gerar discussões acaloradas, a movimentação que já acontece no Legislativo mostra que parte das batalhas mais disputadas dos próximos meses serão protagonizadas pelos diversos setores ofertantes de bens e serviços.

Segundo Loria, logo após a promulgação da emenda da reforma — Emenda Constitucional 132/2023, de 20 de dezembro — e apenas "três dias de férias" entre o Natal e Ano Novo, a equipe técnica de reforma tributária do governo iniciou os trabalhos para elaborar as propostas de textos de regulamentação. Além do trabalho mais intenso com Estados e municípios, alguns setores também foram ouvidos. "Mas certamente o Congresso é o campo fértil para o diálogo com a sociedade civil."

Essa fase de disputas da reforma tributária promete trazer também uma nova formação e tática de jogo. No evento Rumos, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma no Senado, contou que ficou "assustado" ao perceber que há mais de 200 frentes parlamentares estabelecidas sobre o tema da reforma no Congresso. "Não tínhamos nos apercebido que o setor produtivo está buscando nova estratégia e cada vez mais terá papel na construção das votações e nas negociações com o Executivo nos diversos níveis da União, Estados e municípios", disse. Segundo o senador, a formação de frentes parlamentares mostra inovação na estratégia legislativa e se consolidou com os debates da emenda.

A reforma tributária sobre o consumo vai substituir os atuais tributos federais PIS, Cofins e IPI, além do ICMS estadual e do ISS municipal pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de cobrança da União, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido conjuntamente por Estados e municípios. Além da CBS e do IBS, que são tributos sobre valor agregado, não cumulativos e que terão mesma base de cálculo e mesmo fato gerador, a reforma também cria o Imposto Seletivo (IS), a ser cobrado sobre bens e serviços com externalidades negativas para saúde e meio ambiente.

Diferentemente da CBS e do IBS, o IS não dá direito a crédito. Os cinco tributos que serão eliminados foram responsáveis por 31,5% da carga tributária bruta total do país, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Importante lembrar que essa fatia era de 36% em 2021 e caiu em boa parte porque em 2022, por força de leis federais, os Estados reduziram a cobrança de ICMS em alguns setores.

Entre as mais disputadas frentes de batalha esperadas para os próximos meses está a definição dos produtos que entrarão na Cesta Básica Nacional de Alimentos. Os itens contemplados terão IBS e CBS com alíquota zero. Para se ter uma ideia do quanto a discussão sobre a tributação do que vai à mesa do brasileiro deve ser difícil, é importante destacar que em outro grupo de tratamento mais benéfico estabelecido pela emenda, o do regime diferenciado, também há, entre os itens que possibilitam redução de 60% na alíquota dos dois tributos, "alimentos para consumo humano". Ainda nos diferenciados, está estabelecida redução de 100% dos tributos para "produtos hortícolas, frutas e ovos".

"A frente parlamentar do agronegócio é uma das mais poderosas e representa uma força no Congresso expressiva, diz Braga. Ele lembra que durante a tramitação da emenda da reforma, uma das sugestões do Senado foi uma cesta básica nacional com no máximo 35 a 40 itens e uma cesta estendida que poderia ser contemplada com cashback. Ou seja, IBS e CBS seriam pagos e a parcela de tributos seria devolvida a uma parte da população como instrumento distributivo, para amenizar a desigualdade social. Para o senador, isso evitaria que itens como salmão ou caviar entrassem no debate por algum tratamento mais benéfico dos tributos. Polêmica, a cesta estendida acabou retirada do texto final.

Rumos 2024 foi uma realização do **Valor**, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Os rumos da reforma tributária

Rogerio Vieira/Valor

"Setor produtivo cada vez mais terá papel na construção nas negociações"
Eduardo Braga

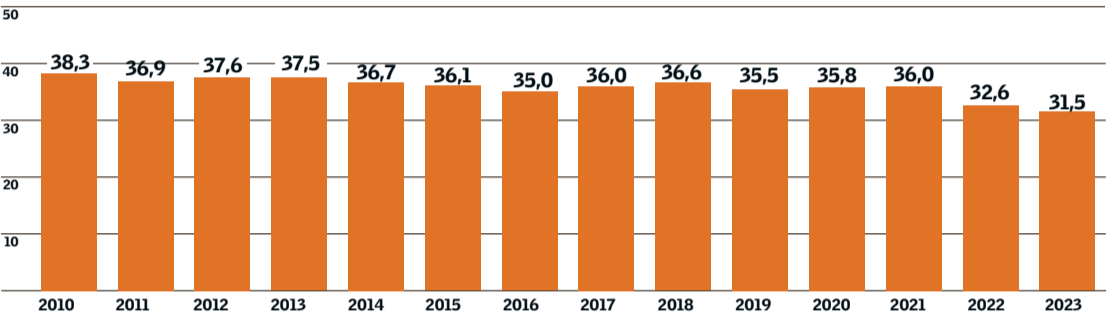
Rogerio Vieira/Valor

"Congresso é o campo fértil para o diálogo com a sociedade civil"
Daniel Loria

Campos de batalha

Pontos de disputa para reduzir carga tributária*

Previsão da EC 132/23	O que considera	Tratamento
Cesta Básica Nacional de Alimentos	Deve considerar, dentre outros, diversidade regional e cultura da alimentação do país e garantirá alimentação saudável e nutricionalmente adequada	Alíquota zero de IBS e CBS
	Serviços de educação, saúde, alimentos para consumo humano, produtos de higiene pessoal e limpeza majoritamente consumidos por famílias de baixa renda, produtos e insumos agropecuários, produções artísticas, entre outros	Redução de 60% das alíquotas
Tratamento diferenciado, produtos e serviços que possuem alíquotas reduzidas de IBS e CBS	Dispositivos médicos, dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, medicamentos, produtos de cuidados básicos à saúde menstrual, produtos hortícolas, frutas e ovos, entre outros	Redução de 100% das alíquotas
	Prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional	Redução de 30% das alíquotas
Regimes tributários específicos, nos quais há adaptação no recolhimento do IBS e CBS, dada as características específicas dos setores	Combustíveis e lubrificantes, serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde, sociedades cooperativas, serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, agências de viagens e de turismo, bares e restaurantes, entre outros	Regime específico para alíquotas, recolhimento, tomada de créditos e base de cálculo, entre outros. Cada atividade deve ter regulação própria
Imposto Seletivo	Produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar	Tributação adicional

Carga pesada
Fatia de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS na carga tributária bruta total - %

Fonte: EC 132/23 para quadro de "Campos de batalha" e STN para "Carga pesada" *Quadro exemplificativo, que não esgota as previsões da EC 132/23

Benefícios são desafio para princípio da neutralidade

De São Paulo

As "exceções", que distanciaram a emenda da reforma tributária do ideal, mas a viabilizaram politicamente, prometem agora ser os mais disputados campos de batalha para os vários setores de atividade. O balizador das jogadas será a neutralidade tributária, princípio pelo qual os tributos criados pela reforma mantêm a carga total dos que serão substituídos.

A Emenda Constitucional 132/2023 estabelece ao menos três tipos de tratamento mais benéfico ou adaptado para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): o diferenciado, o específico e o favorecido, todos com pontos cuja regulamentação é considerada suscetível a muita disputa.

No grupo do tratamento diferenciado, por exemplo, a emenda estabelece reduções de 30%, 60% ou 100% do IBS e da CBS. Entre os itens com redução de 60%, que precisam ser regulamentados, há, além de "alimentos destinados ao consumo humano", serviços de educação, saúde, produções artísticas e "produtos de higiene pessoal e limpeza, majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda". Na redução de 100% estão, entre outros, dispositivos médicos e dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, além de medicamentos.

Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária, afirmou no evento Rumos, promovido pelo **Valor**, que é preciso ter cuidado porque há uma alíquota de referência — estimada pelo governo em torno de 27% — para que os novos tributos mantenham neutralidade tributária. Para isso, defendeu ser preciso "evitar excessos" nos regimes que permitem tratamento mais benéfico. "Se há uma alíquota reduzida de 60% para serviços de saúde, não faz sentido alíquota menor que essa para outro setor", disse. "Cada item pode ter impacto relevante na alíquota de referência. É preciso atenção e cuidado."

Os regimes específicos também devem ser desafios à regulamentação, aponta Eduardo Fleury, sócio do FCR Law. Nesses regimes há adaptação no recolhimento do IBS e da CBS, em razão da especificidade das atividades. Fleury exemplifica com "as operações com bens imóveis". "Uma das questões é o capital velho versus capital novo", diz Fleury. No imóvel comercial já construído no modelo de tributação atual, explica, não houve crédito de PIS e Cofins porque o setor segue uma tributação cumulativa de 3,65% desses dois tributos.

"Então o custo do capex [despesa de capital] do investimento do imóvel já construído está com tributos. Mas o novo prédio que será construído, dependendo do modelo que será regulamentado, pode dar direito a crédito de IBS e CBS, o que levará à redução do Capex. Considerando que o valor do aluguel nos dois prédios é igual, o retorno do investimento do novo prédio será maior que o do prédio antigo." O resultado natural esperado, diz, será a desvalorização do prédio antigo. Isso, diz, pode ser contornado com crédito presumido ao prédio antigo, por exemplo. "Há várias saídas, mas é um problema sério a ser discutido."

Fora do IBS e da CBS há também espaço para disputas. O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma no Senado, ressaltou que o Imposto Seletivo (IS) tem despertado nos setores produtivos "grande preocupação" sobre quais itens serão considerados com externalidade negativa para saúde e meio ambiente. "O IS não pode aumentar a carga tributária e para isso é preciso muito cuidado."

Segundo Loria, o objetivo do IS "não é arrecadar". Ele lembrou que o Senado havia inserido no texto da emenda uma condição de "extrafiscalidade" para o imposto, mas a expressão caiu na Câmara dos Deputados. Para ele, a "calibragem" do IS durante a discussão da regulamentação no Congresso é uma questão política. *(MW)*

CLAUDIO BELLI/VALOR

"Uma das questões é o capital velho versus capital novo em bens imóveis"
Eduardo Fleury

AZ PRESS/FOLHAPRESS

Medicamentos, dispositivos médicos e de acessibilidade estão entre os itens com 100% de redução do IBS e da CBS

27%
é alíquota referente para novos tributos

Produtividade Desempenho do PIB também passa por reformas que gerem efeitos a longo prazo

Eficiência do país depende de educação e segurança

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

O caminho para aumentar a produtividade no Brasil passa por reformas como a tributária e a trabalhista, mas o trajeto tem mais "pedágios" à frente. Educação e segurança pública também são consideradas essenciais por especialistas para elevar a eficiência no país. Hoje o Brasil está na 60ª posição entre os 64 países do ranking do Anuário de Competitividade Mundial, do IMD World Competitiveness Center, elaborado com o Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral. À frente apenas de África do Sul, Mongólia, Argentina e Venezuela.

"O país não vai crescer de forma sustentada se não tiver responsabilidade fiscal", disse Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, durante o evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor**, no hotel Rosewood, em São Paulo. "A nossa produtividade está estagnada desde a década de 1990 e [reverter esse quadro] depende de um trabalho de longo prazo."

Para muitos economistas, a reforma trabalhista deve ter reflexos a longo prazo, por trazer flexibilidades como mais autonomia na negociação com funcionários, de acordo com as necessidades de cada empresa.

Porém, os efeitos são restritos, pondera Silvia Matos, pesquisadora do Observatório de Produtividade Regis Bonelli, da Fundação Getulio Vargas e coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). "Os efeitos positivos da reforma trabalhista aparecem muito mais no trabalho formal do que no informal", disse ela, também no Rumos. Segundo a pesquisadora, setores mais intensivos em mão de obra, como o de serviços, têm mais dificuldade para crescer.

Levantamento do observatório indica que o desempenho das empresas patinou de 1982 a 2019, principalmente com a baixa eficiência dos investimentos dos setores público e privado. Alternando momentos de alta e queda, o quadro geral é de estagnação, segurando a expansão do PIB. Matos lembra que a agropecuária consegue puxar os números para cima, mas problemas como infraestrutura precária e sistema tributário complexo contribuem para derreter a eficiência da produtividade.

Os caminhos para aumentar a produtividade

Rogerio Vieira/Valor

"Estudos mostram que a evasão escolar é responsável por perdas de até 3%, ao ano, no PIB"
Marcos Barbosa Pinto

Rogerio Vieira/Valor

"Os efeitos positivos da reforma trabalhista aparecem muito mais no trabalho formal que no informal"
Silvia Matos

Rogerio Vieira/Valor

"A segurança pública é um dos temas mais lembrados [nas reuniões] das empresas"
Cassiana Fernandez

Rogerio Vieira/Valor

"Sem um aumento da capacidade do poder central, o avanço da criminalidade não vai parar"
Raul Jungmann

Cassiana Fernandez, chefe de pesquisa econômica para a América Latina e economista-chefe de Brasil do JP Morgan, lembrou que, ao contrário da desaceleração de 2013 a 2019, o período de 2021 a 2023 acenou com avanço mais forte na economia. No ano passado, o PIB cresceu 2,9%.

"Depois da pandemia, fatores pontuais contribuíram para esse cenário, como a maior renda do setor de serviços, o acúmulo nas contas de poupança e o crescimento do consumo sem a aceleração da inflação — além da surpresa dos números da agricultura", disse. As exportações brasileiras do agronegócio cresceram 4,8% em 2023, para o recorde de US$ 166,5 bilhões.

Apesar dos esforços institucionais — reformas, marco do saneamento, responsabilidade fiscal e autonomia do Banco Central —, entretanto, a agenda de modernização do Brasil ainda precisa de um ponto a mais de inflexão, segundo Fernandez. "Precisamos esperar a reforma tributária sobre o consumo para medir os novos impactos", afirmou.

A economista chamou a atenção ainda para um entrave que afasta o interesse de novos projetos no Brasil. "A segurança pública é um dos temas mais lembrados [nas reuniões] das empresas", disse. Também presente, Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), concordou e acrescentou que o combate à criminalidade depende de um sistema nacional integrado.

"O PCC [Primeiro Comando da Capital] paulistano já é considerado uma das maiores organizações criminosas do mundo, segundo a The Economist", disse Jungmann, citando reportagem da revista britânica. "O Estado brasileiro precisa ter mais responsabilidades constitucionais sobre a questão da segurança."

A Constituição brasileira estabelece que a segurança pública é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal. Na prática, enquanto a União se encarrega do policiamento de fronteiras, combate ao tráfico e patrulhamento de rodovias, os executivos estaduais são responsáveis pelo policiamento ostensivo e a manutenção das polícias civil e militar. "Sem um aumento da capacidade [de oferecer segurança] do poder central, o avanço da criminalidade não vai parar", assinalou Jungmann.

Barbosa Pinto, da Fazenda, pontuou a importância da educação. "Estudos mostram que a evasão escolar é responsável por perdas de até 3%, ao ano, no PIB", disse. Um estudo do Insper e da Fundação Roberto Marinho indica que 75 mil jovens de 16 anos deixam de completar os estudos anualmente.

Para o executivo, uma das ferramentas que pode desidratar essas estatísticas é o Pé-de-Meia, novo programa do governo federal que oferece incentivo financeiro para quem concluir os estudos. Há 2,4 milhões de estudantes inscritos, segundo o Ministério da Educação. Serão pagos R$ 200 a cada aluno por ao ano. "Projetos baseados em recompensa financeira têm mais impacto contra a evasão escolar do que programas de bolsas de estudo", disse ele, baseado em dados de países como Israel e Colômbia.

O evento Rumos 2024 foi uma realização do **Valor**, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Energia limpa Financiamento e combate à injustiça social e ao desmatamento também podem potencializar as vantagens do país na área

Virada energética envolve união entre público e privado

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Financiamento, combate à injustiça social e ao desmatamento e o envolvimento público e privado com propostas comuns são os principais desafios dos projetos de transição energética no Brasil. Juntos, estes elementos podem potencializar as vantagens competitivas do país no setor. No entendimento do governo federal e da iniciativa privada, o planejamento para a transição passa pelas melhorias das condições da sociedade civil e pelos modelos adotados em outros países. Essas foram algumas das conclusões feitas durante o evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor**, no hotel Rosewood, em São Paulo.

Na Europa, há leis que preveem redução inflacionária para transformar a economia de forma sustentável. Estudo do Boston Consulting Group (BCG) mostra que a transição energética pode criar 102 milhões de empregos até 2030 e que 40% das habilidades profissionais serão transformadas em cinco anos por conta do novo cenário. "O desafio é a transformação, não só da matriz energética, onde temos vantagem, com mais de 90% de fontes renováveis, mas tratar junto outros elementos da economia, do desmatamento e do social para atingir a transformação ecológica", afirmou João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Hoje, a matriz energética corresponde por 23% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEE), enquanto o desmatamento representa 38% e o setor agropecuário 29%. A proposta do governo é que seja feita uma ação conjunta entre todos os setores para zerar o desmatamento ilegal, criar incentivos financeiros para que o desmatamento legal seja transformado em atividades menos poluentes e reduzir de 1,7 gigatoneladas para 1,3 gigatoneladas as emissões na geração de energia até 2030.

No ano passado e nos três primeiros meses deste ano, a redução do desmatamento na Amazônia foi de 50% e 45%, respectivamente. Mas a situação ainda é crítica no Cerrado. "Temos o desafio no Matopiba — acrônimo que denomina a região que se estende por territórios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia —, onde tem a maior concentração do desmatamento. A transformação ecológica tem que transitar para novas oportunidades, gerar melhoria de vida, emprego e renda. Não é só fazer a transição energética na matriz, mas a transformação ecológica", observou Capobianco. Foi na região do Matopiba que a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos de 1980.

Toda esta agenda vem sendo desenhada em função dos desastres provocados pelas mudanças climáticas. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas (ONU), 46% da população mundial já é considerada vulnerável. Estudo do Banco Mundial mostra que as mudanças climáticas e os desastres naturais podem levar cerca de 132 milhões de pessoas à pobreza até 2030. Para o setor privado, é importante que o Brasil se organize para não perder o protagonismo da transformação energética inclusiva.

"O Brasil está em posição boa para ser protagonista contra a crise climática e possui matriz energética muito mais limpa e renovável do que a maioria dos países, o que contribui para a redução das emissões de GEE", disse Fernando Bertolucci, diretor-executivo de tecnologia, inovação e sustentabilidade da Suzano. Ele aponta para soluções dentro da empresa, que é líder global na produção e comercialização de papel e celulose a partir de árvores plantadas. "Nós aproveitamos a biomassa das nossas fazendas para produzir energia elétrica. Além de já sermos autossuficientes, exportamos o excedente", contou Bertolucci.

A Suzano planeja aumentar no primeiro semestre deste ano a sua capacidade de produção de energia limpa de 1,3 gigawatts (GW) para 1,7 GW, o que seria suficiente para abastecer uma cidade com 2,3 milhões de habitantes durante um mês.

O consultor Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), alertou que, apesar dos avanços, ainda há muito há fazer. Lembrou que o Brasil não tinha produção eólica instalada em 2007, mas três anos depois já contava com quase 70 GW dessa fonte de energia. "Aumentou mais da metade de 2016 para cá, entre eólica e solar. E deve dobrar até 2030. Só a Noruega consegue isso que o Brasil conseguiu. O problema é o gargalo financeiro e regulatório."

A metáfora que o consultor usa para mostrar o que isso representa para o Brasil é a de um prédio com 20 andares com alicerce de palafitas. "Trata-se de estrutura frágil e temos que resolver. Não dá para ter tamanho gargalo financeiro e regulatório para viabilizar todas as ações que precisam ser feitas daqui para frente". O ex-diretor da Aneel disse que o Brasil sabe o que precisa ser feito e como fazer, mas algumas ações têm gerado mais exclusão do que inclusão social. "Moro em um bairro, em Florianópolis, onde todas as casas têm painel solar, mas as diaristas dessas casas moram em lugares que não têm. Ou seja, elas pagam mais por energia do que eu", afirmou.

Santana explicou que quem compra a energia gerada pelas plantas centralizadas de eólica e solar é o mercado livre de energia, por R$ 120, R$130 o megawatt/hora. Para a diarista, o custo pelo mesmo megawatt é mais de R$ 300. "Ela [a energia] é cara, injusta e perversa para quem paga sem subsídio. O gargalo é gerar energia limpa sem desigualdade". Florianópolis, capital de Santa Catarina, é o quinto município no ranking nacional de produção de energia solar.

Capobianco concordou que os subsídios como são feitos estão gerando impactos sociais dramáticos, especialmente na implantação dos parques eólicos em comunidades que precisam realojar moradores. Por isso disse que, para resolver esta questão de forma mais ampla, o governo trabalha em 15 planos centrais de adaptação para infraestrutura, agropecuária, transporte, energia e vidas humanas, considerando os eventos climáticos extremos.

Para financiar parte desses projetos, o governo lançou títulos verdes soberanos, que captaram US$ 2 bilhões. "Tivemos oferta de US$ 6 bilhões. Ou seja, R$ 10 bilhões entraram no fundo do clima para financiar a transformação verde com juros vantajosos, em torno de 6,15% ao ano em algumas áreas". O secretário contou que os recursos serão operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e devem priorizar projetos de restauração ambiental, energético, inovação, saneamento, mobilidade urbana e indústrias que tenham projetos inovadores nesta área. É um fundo aberto e os recursos podem ser contratados já este ano.

O Rumos 2024 foi uma realização do **Valor**, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Como aproveitar o protagonismo em energia limpa

Rogerio Vieira/Valor

"Não é só fazer a transição energética na matriz, mas a transformação ecológica"
João P. Capobianco

Rogerio Vieira/Valor

"Ela [a energia] é cara, injusta e perversa para quem paga sem subsídio"
Edvaldo Santana

Rogerio Vieira/Valor

"Brasil está em posição boa para ser protagonista contra a crise climática"
Fernando Bertolucci

46%
da população mundial vulnerável ao clima

PIXABAY

Presentes em todo o país, as turbinas eólicas ou aerogeradores se assemelham aos moinhos e formam os parques eólicos que produzem a energia elétrica gerada pela força dos ventos

A transição verde brasileira tem que ser uma jabuticaba

Análise

Daniela Chiaretti
São Paulo

A transição brasileira rumo à economia verde não pode aprofundar desigualdades sociais, como vêm fazendo no caso do crescimento das energias renováveis, por mais espantoso que isso possa soar. E nem é energética, como acontece no mundo desenvolvido e também no em desenvolvimento. A metamorfose brasileira é, em muitos aspectos, uma jabuticaba — tem que ser nativa daqui.

Um dos desafios do país, em ano em que preside o G20 e à véspera de ser anfitrião da conferência do clima da ONU, a COP30, é conseguir que os fluxos financeiros globais sejam de doações, empréstimos, investimentos e tecnologias que sustentem a transformação ecológica que o planeta precisa com urgência. Em termos nacionais, o Brasil também precisa disso tudo, além de se adaptar ao novo clima e criar resiliência nas cidades, no campo, na floresta, na agricultura, na infraestrutura, na saúde, em toda parte. Não é pouca tarefa nem pouco obstáculo.

Não à toa o plano de descarbonização do Brasil chama-se Plano de Transformação Ecológica e não de transição energética. O país, é sabido, tem uma matriz energética limpa em relação ao mundo — embora no horizonte existam iniciativas com potencial para sujá-la.

Mas a matriz energética não é o problema brasileiro em termos de emissões. Desmatamento e agropecuária somados respondem por 67% das emissões de gases-estufa e criam o nó. "O nosso desafio, no curto prazo, está aí", disse João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, o MMA, no evento do **Valor** Rumos 2024. Mas no médio e longo prazo, quando o desmatamento estiver sob controle, trata-se de modificar toda a economia.

A gestão Lula age na redução do desmatamento da Amazônia e vem colhendo bons resultados, mas encontra muita dificuldade no Cerrado. Outro ponto é que nem tudo que vem das energias renováveis no Brasil é sinônimo de justiça e igualdade e é preciso uma correção de rumo de quem paga o subsídio da conta da energia elétrica limpa. Foi nesses termos que o especialista no setor elétrico Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, colocou a questão.

Em 1975 o setor elétrico tinha 55 GW de capacidade instalada, hoje tem 230 GW e em 2025 serão 260 GW. O grande crescimento veio puxado pela hidrelétrica de Itaipu, que demandaria a interligação do sistema no país. Santana deu esses números e lembrou que é importante observar onde a geração elétrica cresceu: em 2006 o Brasil tinha zero gigawatt de geração eólica e solar. Em 2010, eram 5 GW e agora, 70 GW — isso é muito mais do que tudo que foi instalado em hidrelétricas, incluindo Itaipu, Belo Monte, Santo Antônio e Jirau e todas as térmicas a gás construídas nos anos em que o Brasil sofreu racionamento de energia.

Foi um salto grande em um período curto. Mais da metade da adição na capacidade de geração de renováveis ocorreu entre 2016 e hoje. Tem potencial de dobrar até 2030, em cenário nem tão otimista assim. Em um domingo nublado de abril, a carga estava em torno de 70 GW em determinado horário e deste volume, 72% vinham de eólicas, painéis solares e hidrelétricas. Tudo lindo? Não. Os gargalos no desenho financeiro e regulatório vêm criando um sistema que aprofunda a desigualdade social. É um equívoco surpreendente.

Painéis solares, por exemplo, são subsidiados. Acontece de quem tem energia solar em casa pagar R$ 20 de conta de luz e a diarista que trabalha ali, R$ 150, se não tiver tarifa social. O crescimento da matriz elétrica renovável no Brasil é desigual. "Os grandes consumidores compram esses contratos de geração — mas um pedaço da conta da diarista é que paga o custo da energia solar e eólica dos consumidores das classes alta e média", disse Santana. Os investimentos são dos grandes investidores, mas quase 70% do subsídio, nas suas contas, é pago pela população mais pobre do país.

"A transição feita de 2006 a hoje tem sido rentável e segura para quem investe, barata e vantajosa para quem usa. Mas é cara, injusta e perversa para quem paga", disse Santana. Esse é o gargalo que tem que ser mudado rapidamente, defendeu. "O que hoje determina o crescimento da conta de luz são subsídios para a transição energética. Tem que resolver."

Eventos climáticos extremos impactam o Brasil com mortes, perdas de biodiversidade e dificuldades sociais. Já são 0,1% de prejuízos no PIB. A necessidade de adaptação é alarmante. Mais de 80% dos brasileiros vivem em cidades costeiras e o mar está subindo. A economia se baseia em commodities e não se produz sem água da floresta, em solos degradados e temperaturas hostis. Isso sem falar em resiliência, diz Maria Netto, diretora do Instituto Clima e Sociedade. Há pesquisa de novos materiais para o Minha Casa Minha Vida? O Programa de Aceleração do Crescimento prevê fortalecer a resiliência climática da infraestrutura? São perguntas que o poder público têm que se fazer e debater soluções com o setor privado, o sistema financeiro, a academia, indígenas, quilombolas e movimentos sociais.

0,1%
já é a perda no PIB por eventos extremos

Cenário externo Eleição dos Estados Unidos também traz ingrediente adicional de instabilidade

Guerras e baixa expansão global preocupam

Vitor Paolozzi
Para o Valor, de João Pessoa

Com um panorama global em que no plano econômico predominam baixo crescimento, comércio tépido e inflação ainda alta, e que no plano geopolítico prosseguem as guerras, 2024 deve ser um ano caracterizado por expectativas baixas e dedos cruzados para que os conflitos não envolvam mais países. E, para dar um toque extra ao cenário de potenciais instabilidades, ainda há a eleição presidencial dos Estados Unidos, com boas chances de uma volta de Donald Trump à Casa Branca. "Politicamente, trata-se do Voldemort [vilão da série de livros e filmes "Harry Potter"] dos anos. O annus horribilis. O ano que não deve ser nomeado", disse a consultoria de risco Eurasia Group em relatório.

No radar do Brasil, vão estar os acontecimentos políticos e econômicos nos seus principais parceiros. Se a freada chinesa for mais forte do que a esperada, as exportações brasileiras de minério de ferro e petróleo sofrerão. A confirmação da queda dos juros dos EUA, e o ritmo em que acontecerá, causará repercussões globais — juros americanos altos significam taxas altas no mundo todo e um dólar mais forte. Na Argentina, a incógnita gira em torno do combate à inflação implementado pelo presidente Javier Milei. Nos dois primeiros meses deste ano, elas produziram uma contração de 28,7% das exportações brasileiras para o país vizinho, na comparação com o mesmo período de 2023.

Se por um lado hoje existe um temor menor a respeito de uma recessão mundial, por outro há alguns números bastante preocupantes. O Banco Mundial prevê para 2024 um crescimento global de 2,4% e uma expansão das economias avançadas de apenas 1,2% — nos dois casos, seriam três anos seguidos de desaceleração. Para os EUA, a expansão estimada é de 1,6% (foi 2,5% em 2023), e para a zona do euro, 0,7%. Tudo isso se traduz, para o Banco Mundial, "no mais fraco início de uma década (...) desde os anos 1990".

Em relação à inflação, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta a continuidade da queda, mas ainda sem um retorno às metas estabelecidas. No "Panorama Econômico Mundial" de janeiro, o FMI prevê uma inflação global de 5,8%, contra 6,8% em 2023. A Organização Mundial do Comércio (OMC), por sua vez, apontou retração de 1,2% nas trocas internacionais no ano passado; no início do ano, o Banco Mundial havia previsto uma expansão de 0,2%, o que já seria o pior desempenho "fora de recessões globais nos últimos 50 anos". Para este ano, a OMC prevê alta de 2,6%, algo que ainda estaria abaixo do ritmo pré-pandemia.

As incertezas aumentaram um pouco mais na semana passada com a divulgação da inflação anual nos EUA em março. A maioria dos analistas acreditava que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) iria começar em junho a pôr um fim na maior e mais veloz alta das taxas de juros dos últimos 40 anos, mas o desânimo cresceu com o anúncio do índice de 3,5%.

"Eu não estou mais otimista com a queda de juros nos EUA. Nesse primeiro trimestre, as coisas não foram como se esperava", afirma Tony Volpon, fundador do Instituto Makros e ex-diretor de assuntos internacionais e de gestão de riscos corporativos do Banco Central. Ele lembra que no início do ano se antecipavam seis ou sete cortes nas taxas. "Me questiono se o Fed realmente tem espaço para ir além de algo simbólico, o que seria talvez um corte de 0,25 em setembro."

SILVIA ZAMBONI/VALOR

"Não estou otimista com a queda de juros nos EUA. As coisas não foram como se esperava" *Tony Volpon*

Volpon acrescenta um outro elemento no cenário americano: "As pesquisas mostram hoje uma vitória até relativamente fácil de Trump." Isso, ele avalia, levaria a um choque inflacionário nos EUA. O prometido aumento nas tarifas de importações e uma política fiscal expansionista, se efetivamente concretizados pelo candidato republicano, gerariam efeitos na política monetária — e, consequentemente, no resto do planeta, com nova rodada de alta dos juros.

A decisão da agência de riscos Fitch de rebaixar sua avaliação para as perspectivas da economia chinesa de estável para negativa acendeu mais um sinal de alerta. A debilidade do setor imobiliário e uma fraca demanda externa levantam dúvidas sobre se a China conseguirá atingir a meta de crescimento em torno de 5%. Para Volpon, não dá para confiar nos números oficiais sobre o PIB chinês e o país já estaria até mesmo numa recessão velada.

"Tem muita gente questionando um pouco o ritmo de crescimento chinês. Eu sou um pouco menos pessimista. Acho que eles têm instrumentos para garantir a meta", afirma Célio Hiratuka, diretor do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador do Grupo de Estudos Brasil-China. "Não vejo grandes mudanças no cenário no curto prazo. É possível haver algum elemento que surpreenda, mas nada que vá afetar as nossas exportações."

Alguns dados recentes inspiram uma maior confiança sobre a China. No mês passado, dois índices que acompanham a atividade manufatureira chinesa registraram o melhor desempenho desde o primeiro trimestre de 2023. Em janeiro e fevereiro deste ano, as vendas no varejo aumentaram 5,5% e houve um crescimento nas exportações de 7,1%, na comparação com o mesmo período de 2023.

Já em relação à Argentina, as perspectivas são mais nebulosas. O banco BBVA prevê que a atividade econômica vá se manter em território negativo no primeiro semestre e que o país terá neste ano uma inflação de 175%. "Projetamos que o PIB cairá 4% em 2024 e subirá 6% em 2025, assumindo que o plano de estabilização a ser implementado pelo governo será relativamente bem-sucedido", informou o BBVA.

Assim como Volpon e Hiratuka, Luiz Carlos Delorme Prado, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem dúvidas sobre o êxito das reformas. "Não existe precedente na história moderna para o corte de gastos que o Milei fez. Isso pode até ter um efeito na inflação, mas a custo de uma tragédia social muito grande. Se a economia argentina está despencando, não existe razão para que a exportação brasileira à Argentina não despenque."

Até agora o Brasil está se saindo razoavelmente bem em termos de investimento estrangeiro direto. No primeiro bimestre houve entrada de US$ 13,8 bilhões, leve alta de 0,4% sobre u ano antes. O Banco Central trabalha com estimativa de US$ 65,5 bilhões para 2024, mesmo volume registrado há 12 anos. Entretanto, tudo pode mudar se as guerras em Gaza e na Ucrânia se agravarem.

3,5%
foi a inflação anual dos EUA em março

Cenário Para especialistas, infraestrutura e qualidade do ensino têm de melhorar

Escola precisa ser o centro da integração para combate à pobreza

O combate à desigualdade e à pobreza

Rogerio Vieira/Valor

"Quando um país diminui a sua desigualdade, melhora tudo: a segurança pública, a educação, tudo"
Alcielle Santos

Rogerio Vieira/Valor

"Qualificação das informações é importante para os benefícios chegarem a quem mais precisa"
Letícia Bartholo

Rogerio Vieira/Valor

"Estudos mostram que a conclusão do ensino médio provoca um aumento de até 15% nos salários"
Naercio Menezes

Rogerio Vieira/Valor

"Há 9 milhões de estudantes adultos que não completaram o ensino médio"
Alexsandro Santos

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

Com ação combinada de políticas sociais, educacionais e de estímulo ao empreendedorismo, o governo federal quer unir Estados e municípios para diminuir os índices de desigualdade e pobreza do país. Por meio do Bolsa Família, a ideia é ampliar os recursos que vinculem o aluno à escola, reduzam a evasão no ensino público e criem ainda uma poupança futura para que ele possa empreender.

Uma das frentes é colocar mais 1 milhão de estudantes no programa Pé-de-Meia, do Ministério da Educação (MEC), que dá incentivo para que o aluno termine o ensino médio, e que atende a 2,5 milhões de estudantes a um custo anual de R$ 7,1 bilhões. O programa dá R$ 200 mensais, que podem ser sacados, mais depósitos de R$ 1 mil a cada ano concluído, mas que o estudante só poderá retirar após se formar. Com os depósitos anuais e o adicional de R$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores chegam a R$ 9,2 mil por aluno.

Além de estimular a permanência e a conclusão do ensino médio, o Pé-de-Meia, lançado neste ano, prevê a participação do aluno em exames educacionais nacionais e subnacionais. A Caixa Econômica Federal é responsável pela abertura da conta dos beneficiários, que podem ter acesso a microcrédito como forma de estimular o empreendedorismo. Além de integrarem o Bolsa Família, os participantes têm que estar inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A ampliação do programa tem custo estimado em R$ 4 bilhões. Há que defenda a ampliação para R$ 20 bilhões, para que os alunos tenham maior poupança e possam empreender no futuro. "Mas é preciso avaliar as restrições orçamentárias e estarmos atentos ao estrangulamento do poder discricionário do governo", alertou o diretor de políticas e diretrizes da educação integral básica do MEC, Alexsandro do Nascimento Santos, durante o evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo **Valor** no hotel Rosewood, em São Paulo.

1 milhão
de novos alunos é a meta do Pé-de-Meia

Estudo produzido pelo CadÚnico está avaliando a ampliação desse alcance, considerando ainda o potencial de atender os matriculados na Educação para Jovens e Adultos (EJA), que não estão no sistema. "Há 9 milhões de estudantes adultos que não completaram o ensino médio. Vamos avaliar o relatório para que eles possam voltar em 2025 e ser contemplados no programa", disse Santos.

Letícia Bartholo, secretária de avaliação, gestão da informação e Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, falou sobre como a revisão e integração de dados pode trazer bons resultados. Ela citou como exemplo o cruzamento do cadastro nacional de informações sociais com o sistema de acompanhamento de frequência escolar dos beneficiários do Bolsa Família.

"Nós possibilitamos economizar R$ 7,5 bilhões só corrigindo as informações do cadastro e integramos mais de 7 milhões de informações. Daí a importância de qualificação das informações para que os benefícios cheguem a quem mais precisa", afirmou a secretária no evento.

A qualificação dos dados vem sendo feita desde 2023 e conta com a incorporação das informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que reúne mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS. "Até o primeiro trimestre de 2025, queremos integrar todas as bases sociais, como saúde, educação, assistência social e outros", disse a secretária.

O CadÚnico é usado para identificar e mapear as famílias de baixa renda do país para 38 programas sociais, como o Pé de Meia. Naercio Menezes Filho, professor titular de economia do Insper e professor associado da USP, ressaltou a importância de programas como esse, especialmente em um país onde um terço dos jovens não trabalham nem estudam — são os chamados "nem-nem". "O programa Pé de Meia é importante para manter o jovem até a conclusão do ensino médio, até porque estudos mostram que isso provoca um aumento de até 15% nos salários ao concluírem esta fase de formação", afirmou Menezes.

No entanto, o acadêmico salientou que a questão educacional e de aprendizagem do aluno vai muito além disso, pois é preciso melhorar a qualidade da educação e a formação e condições de trabalho dos professores. "Teria impacto maior se tivesse qualidade nas escolas públicas, porque o programa é importante e seu custo é elevado. Tem que trazer o jovem para escola pela qualidade e atratividade do que está sendo oferecido", disse.

Para Alcielle Santos, diretora de educação do Instituto Iungo, presidente da cooperativa de professores Cipó Educação e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável da Presidência da República, a exclusão dos jovens pode causar tensão social. Ela defende que políticas públicas nesta área têm que ser pensadas com educadores e estudantes.

"No nível federal, apoio a Comissão de Combate à Desigualdade a pensar políticas públicas, e nenhuma política pública já nasce boa. Usamos todas as casas do estado democrático, mas não temos condições de ouvir a todas as pessoas", observou ela. A solução foi desenvolver um sistema de inteligência de dados e ir incluindo informações que possam ser analisadas com profundidade. "É uma construção coletiva, que não é menos complexa do que a da reforma tributária, onde municípios, Estados e a federação têm que trabalhar juntos" disse. "Quando um país diminui a sua desigualdade, melhora tudo: a segurança pública, a educação, tudo."

Há consenso entre os especialistas que a escola tem de ser o centro da integração nacional no combate à miséria e à pobreza. Um mapeamento realizado pelo governo federal após discussões com sociedade civil, escolas e universidades no ano passado, porém, mostrou que das 20 mil escolas de ensino médio do país, 5 mil têm estruturas precárias. Não oferecem merenda, têm banheiros quebrados e sem papel higiênico, faltam produtos de limpeza. "Há ainda o grave 'gap' no número de professores. Essas agendas de políticas públicas precisam ser endereçadas com urgência", disse Alcielle Santos. "E o pior é que o fracasso escolar está concentrado em uma classe social que ter cor. São negros, índios e quilombolas, que representam 56% da população. Tem que ter políticas afirmativas para os mais vulneráveis", acrescentou.

Rumos 2024 foi uma realização do **Valor**, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

'Tratar desigualdade separado da economia é insuficiente'

Ligia Guimarães
Para o Valor, de São Paulo

Já faz mais de 20 anos que o sociólogo e economista Marcelo Medeiros, pesquisador sênior na Columbia University, em Nova York, investiga a desigualdade social brasileira. Tradicionalmente, a histórica concentração brasileira de dinheiro e oportunidades nas mãos de poucas pessoas — R$ 1 em cada R$ 5 da renda do país é apropriado pelo 0,5% mais rico da população, estima — foi um problema pouco abordado nos planos econômicos nacionais. Junto com a pobreza, em geral esse era um assunto mais reservado aos ministérios responsáveis por programas sociais, como saúde, educação e transferência de renda.

Estratégia bastante equivocada da economicamente, na visão do autor do o livro "Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade", lançado no ano passado pela Companhia das Letras. "Toda política tem impacto sobre a desigualdade. Não existe política neutra. Toda política afeta pessoas diferentes de maneiras diferentes", diz Medeiros.

Mesmo o modo como são tomadas decisões macroeconômicas, como política monetária, incentivos industriais, de investimento e planos de ferrovias, explica o sociólogo, pode ser própobres ou pró-ricos e aumentar a concentração de renda a depender do grupo de pessoas beneficiadas, diz Medeiros.

"Essa tradição de tratar [a desigualdade] de maneira separada [do debate econômico] é insuficiente inclusive para quem não está preocupado com a desigualdade", explica. "Porque a depender do crescimento pró-pobres ou pró-ricos, você vai gerar um tipo de arrecadação tributária, um tipo de desenvolvimento regional, um tipo de padrão de consumo", afirma.

O debate do longo prazo terá que ser diferente, segundo ele. A crise ambiental limitará o crescimento da economia mundial, que nas últimas décadas foi fortemente baseada no uso de água, energia e capital natural — recursos cada vez mais escassos para atender níveis altíssimos de consumo impossíveis de serem repetidos.

"É insustentável no longo prazo manter o padrão de crescimento que nós temos", prevê o professor, que levou tais previsões a uma reunião técnica do G20 sobre desigualdade em março e ministrará em abril a terceira edição do minicurso online "Políticas Públicas e Desigualdade em Países em Desenvolvimento: Biodiversidade, Clima e Sustentabilidade", iniciativa do Columbia Global Center no Rio de Janeiro e do Columbia Climate Hub.

"Muito da crise ambiental tem a ver com nosso nível e padrões de crescimento. Não podemos repeti-lo ao longo da vida, nem das próximas gerações. Não temos tempo", disse Medeiros na reunião técnica do grupo de maiores economias do mundo.

No futuro da crise ambiental, distribuir melhor será o caminho para o bem-estar dos mais pobres, diz. "Quando você não pode crescer mais, não tem como produzir mais coisas; vou ter que distribuir melhor as coisas que eu tenho. Como vamos ter que limitar crescimento, a igualdade vai ganhar peso maior".

Leia abaixo os principais trechos da entrevista:

COLUMBIA UNIVERSITY

"Como vamos ter que limitar crescimento, a igualdade vai ganhar peso maior"
Marcelo Medeiros

Não existe política neutra

Não existe diferença entre a evolução da desigualdade e a distribuição do crescimento. Inclusive do ponto de vista matemático: se os mais pobres crescem, a desigualdade cai. Se os mais ricos crescem mais que o resto, a desigualdade sobe. Ou seja, é um equívoco separar crescimento e desigualdade.

Toda política tem impacto sobre a desigualdade. Não existe política neutra. Toda política afeta pessoas diferentes de maneiras diferentes. A nossa política monetária não é igual para todo mundo: ela afeta pessoas diferentes de maneiras diferentes. A pergunta fundamental que a gente tem que fazer é: qual é a distribuição dessas políticas?

Concentração de renda

É preciso discutir isso [a distribuição do crescimento econômico nas políticas públicas] por uma razão muito simples: em uma economia de propriedade privada, quem cresce não é o país; quem cresce são as pessoas. Alguém tem que se apropriar do crescimento.

Temos que saber, portanto, quem é que está crescendo ou não está crescendo dada uma determinada política pública, para podermos decidir em relação a quem nós queremos que cresça mais, quem nós queremos que cresça menos.

Quase metade de todo o crescimento econômico global em um ano é apropriado por menos de um décimo da população do planeta. Isso varia de país para país, mas a mensagem é clara: a maneira como políticas de crescimento são desenhadas resulta em imensa concentração de renda.

Um crescimento de 2% pró-pobres é completamente diferente de um crescimento de 2% pró-ricos, tanto nas suas causas quanto nas suas consequências. As políticas que geram crescimento de 2% pró-pobres são diferentes das políticas que fizeram o crescimento de 2% pró ricos.

O problema de capital natural

Por que temos que estar tão preocupados com a distribuição do crescimento? Porque vai haver limites para o crescimento. É insustentável no longo prazo manter o padrão de crescimento que nós temos, tanto [em] taxa quanto [em] tipo de crescimento.

As pessoas estão preocupadas com a produtividade do trabalho, com a produtividade do capital físico, mas há um problema imenso de capital natural. Se nós não tomarmos decisões para frear isso, o crescimento será limitado exogenamente. Ele seria limitado de qualquer maneira.

Nós consumimos uma quantidade imensa de capital natural de modo ineficiente: a gente consome água demais para produzir soja, por exemplo. Estamos preocupados com produtividade, trocar um padrão de crescimento é pior ainda, muito mais difícil que aumentar produtividade.

Perdas na produção agrícola

O que vai acontecer se nós mantivermos o padrão de crescimento global atual, o nível e o tipo de crescimento?

Primeiro: perdas relevantes na produção agrícola. Não é que vai desertificar: é que vai haver uma perda de 5%, 10% na produtividade agrícola, o que é uma perda gigantesca. No Brasil, se perder 10% de produtividade agrícola [o país] perde o mercado e a vantagem competitiva no dia seguinte para a Argentina.

A soja brasileira, nesse cenário, não será devastada por uma seca: ela será devastada pela economia antes de ser devastada por desertos.

Será preciso redistribuir

A pergunta é: qual foi o principal motor de bem-estar da população nas últimas três décadas? A desigualdade é estável, portanto o principal motor de melhoria do bem-estar da população foi o crescimento.

Haverá uma imposição das crises ambientais na direção da gente depender cada vez mais da igualdade para melhorar o bem-estar das pessoas mais pobres.

Importância ambiental

Vamos ter que crescer menos, e para crescer vamos ter que crescer melhor do ponto de vista ambiental. Por exemplo: parte do nosso crescimento deriva pesadamente do uso de energia, do dano a biomas, do uso de água.

Se a Amazônia entrar em colapso [que deve acontecer se a perda agregada de vegetação alcançar entre 20% e 25% de sua extensão original, segundo estudos], será um evento que não acontece da noite para o dia, mas depois que começa não tem volta.

Quando isso acontecer, a gente vai ter perda de produtividade agrícola sistemática, danos à geração e transmissão de energia, provavelmente ter migração em grande escala, conflitos. Tudo isso vai acontecer, é esperável.